



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E
QUESTÃO SOCIAL

RENATA GOMES DA COSTA

SERVIÇO SOCIAL, INSTRUMENTALIDADE E RELAÇÕES DE
GÊNERO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE
DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE
FORTALEZA-CE

FORTALEZA
2013

RENATA GOMES DA COSTA

**SERVIÇO SOCIAL, INSTRUMENTALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA
ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE DE ATENDIMENTO À MULHER
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM FORTALEZA-CE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Zelma de Araújo Madeira.

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mirla Cisne Álvaro.

**FORTALEZA
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará

Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho

Bibliotecário(a) Responsável – Thelma Marylanda Silva de Melo CRB-3 / 623

C837r Costa, Renata Gomes da
Serviço social, instrumentalidade e relações de gênero: uma análise da atuação profissional na rede de atendimento à mulher em situação de violência de Fortaleza-Ce/ Renata Gomes da Costa. — 2013.
CD-ROM. 225f .il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.
“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slin (19 x 14 cm x 7 mm)”.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.
Orientação: Profª Drª Maria Zelma de Araújo Madeira
Co-orientadora: Profª. Drª. Mirla Cisne Álvaro
1. Serviço Social. 2. Trabalho. 3. Instrumentalidade. 4. Relação de gênero. I. Título.

CDD: 362.1



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social,
Trabalho e Questão Social



RENATA GOMES DA COSTA

SERVIÇO SOCIAL, INSTRUMENTALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO: uma análise
da atuação profissional na Rede de Atendimento à mulher em situação de violência em
Fortaleza-CE

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de concentração: Serviço Social,
Trabalho e Questão Social

Aprovada em: 30 / 09 / 2013

BANCA EXAMINADORA

Maria Zelma de Araújo Madeira

Prof^ª. Dr^ª. Maria Zelma de Araújo Madeira (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Mirla Cisne Álvaro

Prof^ª. Dr^ª. Mirla Cisne Álvaro (Co-orientadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Erlenia Sobral do Vale

Prof^ª. Dr^ª. Erlenia Sobral do Vale
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Fernanda Marques de Queiroz

Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Marques de Queiroz
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social,
Trabalho e Questão Social



FOLHA DE AVALIAÇÃO

SERVIÇO SOCIAL, INSTRUMENTALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO: uma análise da atuação profissional na Rede de Atendimento à mulher em situação de violência em Fortaleza-CE

Nome da Mestranda: Renata Gomes da Costa

Nome da Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Zelma de Araújo Madeira.

Nome da Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mirla Cisne Álvaro.

BANCA EXAMINADORA:

Maria Zelma de Araújo Madeira
Prof^ª. Dr^ª. Maria Zelma de Araújo Madeira
Orientadora

Mirla Cisne Álvaro
Prof^ª. Dr^ª. Mirla Cisne Álvaro
Co-orientadora

Erlenia Sobral do Vale
Prof^ª. Dr^ª. Erlenia Sobral do Vale
1^º Examinadora

Fernanda Marques de Queiroz
Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Marques de Queiroz
2^º Examinadora

Data da Defesa: 30/09/2013

Conceito obtido: Satisfatório

Ao meu grande amor e amigo Wesley Pinheiro.

A Sina do Histrião

(Essa é a sina
Do Histrião
Que usa a risada
Como espada
E faz piada
Contra opressão)

Amordaçaram
O palhaço louco
Que fazia pouco
Daquele opressor
E torturam,
Rasgaram seu corpo
Só porque ousou
Rir de tanta dor

O espancaram,
Tiraram do palco
O pobre palhaço
Que quis ser bufão
E ele torto
Fingiu-se de morto
E deu um sorriso
De subversão

(Essa é a sina
Do Histrião
Que usa a risada
Como espada
E faz piada
Contra opressão)

Conta anedota
Segue a rota

Fazendo chacota
Do grande opressor
Ele é artista
Truão terrorista
Com bomba humorista
Explode o terror

Nosso palhaço
Bobo da corte
Xingou o açoite

E pôs-se a sorrir

E no deboche
Curou-se dos cortes
Fez pouco da morte
Resolveu partir

O tal opressor
Não entendeu nada
Como a palhaçada
Não pode acabar
Sendo a piada
A arma ilibada
Que mira na alma
Ao te alvejar

E o palhaço
De ponta-cabeça
Corre, pula e deita
No seu picadeiro
Fazendo pouco
Até ficar rouco
Compondo a vida
Peça sem roteiro:

Dores depois
Amores primeiro

(Wesley Pinheiro)

AGRADECIMENTOS

Antes de elaborar os agradecimentos da dissertação, passei alguns dias refletindo sobre os motivos de reservarem nos trabalhos científicos, monografias, dissertações e teses um espaço para agradecer. A resposta a essa minha indagação parece óbvia: contamos com familiares, amigos, colegas, companheiros/as, professores/as, orientadores/as que contribuíram e nos auxiliaram nesse momento crucial de formação. Mesmo sabendo a obviedade desse questionamento, fiquei dias refletindo o sentido desse agradecimento e decidi iniciá-lo com algumas considerações.

Na sociedade contemporânea, organizada e comandada pelo sistema do capital, vivenciamos relações sociais perpetradas pela lógica desse sistema que reafirma o individualismo, a competitividade, a concorrência, o produtivíssimo, o dinheiro, o poder. Esses elementos não combinam com solidariedade e gratidão, que, mesmo em tempos adversos, fortalecem-se em vários meios e relações e buscam romper com essa lógica desigual, exploradora e opressora.

Convivendo um pouco mais com o meio acadêmico, mediante o mestrado, constatei que a academia é um espaço propício de perpetuação desses elementos. Estar no topo, no foco, ser o melhor, o que produz mais, o que possui o melhor currículo lattes parece ser regra básica desse meio.

Entremeados/as nesse espaço, por vezes, esquecemos que a coletividade nos proporciona experiências inigualáveis, mas os elementos que a compõem, e aqui ressaltaria a solidariedade e a gratidão, são suplantados por essa lógica da competitividade, da hierarquia e do individualismo.

Por buscar romper com essa lógica posta em nossa sociedade, nas relações afetivas, familiares, acadêmicas, enfim, na totalidade social, quero aqui exercitar a gratidão e mencionar aqueles que dão sentido à minha vida, que impulsionam meus sonhos e utopias, não apenas individuais, mas em prol de outra sociabilidade, bem diferente da caracterizada sinteticamente nessas linhas.

Como não deveria ser diferente, inicio agradecendo àqueles que dedicaram sua vida ao meu processo de desenvolvimento, que me educaram, amaram, cuidaram, mesmo na adversidade, nos momentos conturbados, nas dificuldades financeiras. Tive uma infância e adolescência muito simples, por vezes escutei vocês mencionando o quanto desejam proporcionar a mim e ao meu irmão melhores condições de vida. Saibam que seus desejos não foram frustrados. Mesmo na simplicidade, carecendo de alguns elementos primordiais para

nossa educação, vocês reservaram o melhor, me transformaram em uma pessoa do bem, me educaram com valores que levarei para minha vida toda e para a educação dos meus filhos, um dia. Quero que tenham certeza de que me concederam a melhor parte de vocês, aquilo que dinheiro nenhum nesse mundo poderia suprir. Tornaram-me essa mulher forte, objetiva, decidida e com vontade de vencer, me ensinaram a ser humana, a enxergar o próximo. Se alcei voos para além do que podíamos acreditar, foi por tudo que fizeram por mim. Aos meus amados pais, Francisco de Assis e Osmarina Gomes, meu muito obrigada.

Em seguida, agradeço a uma das pessoas mais importantes da minha vida, que também teve um papel fundamental no meu crescimento: minha linda, amada e querida avó Ozeas Riberio (carinhosamente chamada de “Cabecinha Branca”). Vó, obrigada por ter sido sempre minha amiga, por me fortalecer nas horas difíceis, por acreditar em mim, nos meus sonhos, quando às vezes pareciam impossíveis de alcançar. Você é um exemplo de pessoa e mulher, considero que aprendi a ser forte com a senhora. Minha querida, amor de minha vida, só tenho a agradecer por tudo que fez e ainda faz por mim.

Agradeço ao meu irmão Rafael Gomes, que, mesmo nas nossas diferenças, brigas e desencontros, sempre torceu por mim. Saiba que o amo muito e que pode sempre contar comigo.

Existe certa ideia de que pai e mãe também são os que criam, nem sempre os que gestam; são aqueles que te escolhem e você escolhe como família. Passei por essa experiência quando conheci Maria Beatriz Milhome e Luciano Oliveira, precisamente a família Milhome e Oliveira. Tia Bia e Tio Luciano (Tio Bigode), como não mencionar vocês nesse espaço que dedico a agradecer a minha família? Vocês são meus pais também, pois assim escolhemos. Se eu fosse explicitar tudo que significam para mim e toda nossa história nesses anos de convivência, precisaria ter como objeto de estudo nossa relação familiar.

Se hoje sou graduada, mestre, professora universitária, assistente social, devo também a vocês, que acreditaram no meu sonho e possibilitaram sua concretização. Contudo, sem a contribuição de Jessyka Milhome (Nega), Luciano Filho (Lulu), Hiarly Milhome (Hiarlufo), meus irmãos, não teria sido completo. Meus amados, meu muito obrigado, mais do que pela ajuda material, mas por me amarem gratuitamente. Esse amor foi uma das coisas mais belas que conheci na vida. Aqui estendo meu agradecimento a Hanna Márcia (Haninha), cunhada e amiga, meu porto seguro em tantas horas. Minha amiga, você sabe o quanto a amo e como é primordial em minha vida. Agradeço ainda a toda família Milhome e Oliveira que me acolheu, em especial Vô Dimas (*in memoriam*), saudades eternas, Vô Teresinha, Vô Dorotéia, e a todos os tios, tias, primos e primas.

Família, amigos, colegas são essenciais na vida de qualquer pessoa, mas um companheiro/a faz toda diferença. A vida me proporcionou conhecer uma pessoa incrível, que amei primeiro como amigo e depois imensamente como namorado. O namorado e o amigo se juntaram e ele se tornou um grande companheiro. Quero agradecer por ter mudado minha vida, por ter me feito experimentar momentos que jamais pensei vivenciar: a você, Wesceley Pinheiro, meu muito obrigada. Sabes que todos os dias agradeço por tudo que significa. Talvez sem você o serviço social não teria o significado que tem para mim hoje. Obrigada pelo amor, carinho, dedicação, companheirismo, enfim, pela felicidade que me proporciona todos os dias. Saiba que amo amar você.

Agradeço também à sua família, em especial seus pais, Lidia Maia (Tia Lidia) e Paulo Roberto (Tio Beto), que me tratam com tanto amor e carinho, que nesses anos de convivência demonstraram tanto afeto, às vezes incomum na relação entre sogro/a e nora. Finalizar esse processo de mestrado sem agradecer a vocês seria minimamente injusto, pois sem suas contribuições e acolhida teria sido complicado permanecer no mestrado. Sabiam que sou eternamente grata por tudo, que os amo muito. Obrigada, tios, por me concederem a tranquilidade e o espaço de que carecia para meus estudos. Aproveito para agradecer a Paulo Ricardo (Pacato), meu cunhado, pela acolhida em sua casa.

Nesse processo, contei também com a inestimada ajuda, carinho e amor das minhas amigas-irmãs Thais Cristine (Tatá linda), Viviana Ramos (Viana), Viviane Honório (Vivi, ou melhor, a abalada do meu coração) e Kedna Gomes (Lôra): a vocês, meu muito obrigada. Nossos laços foram construídos no período da graduação e nunca mais se desataram, tantas coisas já vivemos juntas, cada uma seguiu seu rumo profissional, mas nunca deixamos de nos encontrar, de comemorar as conquistas, de chorar os dissabores da vida. Meus amores, lindonas, obrigada simplesmente por existirem e tornarem minha vida mais leve e com mais sentido. Aproveito para agradecer a todos/as os/as amigos/as que passaram e aos/às que permanecem em meu cotidiano, tornando-o melhor de ser vivido: Leonardo Santos (Léo); Mirela Oliver (Lela); João Rufino (Bezerra, especialmente pela paciência na elaboração do meu sumário); Esdras Araújo; Sheilane Carioca; Samia Magalhães; Raquel (Raquelzinha); Clara Holanda (Clarinha); Marcelo Patrício; Márcia; Valdenia Lorenço (Val); Francis Emanuelle (Manu); Eduarda Lemos (Dudinha); Meyrilúcia Mesquisa (Meyri); Abú (meu eterno companheiro da xérox).

Falando em amigos, quero mencionar os que construí nesse processo de mestrado. A primeira turma do MASS foi constituída de pessoas maravilhosas que me ensinaram muito durante esse período. Aos 11 que compõem essa turma, obrigada. Em especial, destaco:

Tatiana Raulino (Tati), Alano Macedo, Diana Vanessa, Rafaela Silveira (Rafa) e Rafaela Sampaio (Rafinha). Nossa proximidade construiu um laço muito bonito, torço que ele se fortaleça. Sei o quanto torcem por mim e desejam o meu sucesso. Agradeço pela atenção, força e carinho nesse processo, e principalmente nos momentos que mais precisei de apoio e estiveram comigo. Incluo aqui Cristiane Viana (Cris), que não faz parte do MASS, mas se não fosse por ele não teria conhecido esse ser humano lindo e com um bom humor que deixa meus dias mais simples.

Agradeço também a todos/a os/as professores/as do corpo docente do MASS que lutaram por esse programa de pós-graduação e resistem aos infortúnios cotidianos. Agradeço em especial à professora Zelma Madeira, minha querida orientadora que tanto contribuiu com meu aprendizado e processo de pesquisa no mestrado – mais do que isso, se tornou uma grande amiga. Tenho carinho e admiração pela pessoa e profissional que é. Obrigada por acreditar em mim, por tudo que fez durante esse tempo, por ter facilitado tantos processos em minha vida e principalmente por ter sido respeitosa com minhas escolhas teóricas e metodológicas. É uma grande parceira.

Sabemos o quão solitário e angustiante é a elaboração de uma dissertação. Contudo, em poucos momentos me senti assim, pois tive o apoio de todos já mencionados, da professora Zelma e uma contribuição inesperada da professora Mirla Cisne, co-orientadora desta pesquisa. Mirla, acho que em inúmeros e-mails já explicito o quanto te admiro e sou grata pela atenção dedicada ao meu trabalho. Mesmo quando ainda nem me conhecia, sempre foi atenciosa comigo. Quando falo de você para alguém, faço questão de mencionar sua humildade. Sabes da referência que és para nossa categoria profissional nos estudos de gênero, na militância, em tudo que vem construindo, mas teus pés nunca saíram do chão, o que te possibilita perceber e respeitar teu próximo. Obrigada pela simplicidade no trato com o meu trabalho, pelo cuidado em repassar as orientações. Saibas, eu já disse isso muitas vezes, que suas contribuições foram imprescindíveis.

Agradeço também à professora Erlenia Sobral pela contribuição nesse processo de pesquisa, bem como sua orientação no estágio de docência, mas principalmente sua amizade. Já deve ter percebido o carinho e a admiração que tenho por você. Aprendo todos os dias com sua sabedoria, caráter, dignidade, tão difíceis de encontrar. Obrigada por me fazer acreditar que este mundo pode ser melhor e não me deixar perder as esperanças.

Aproveito também para agradecer à professora Fernanda Marques, que aceitou de prontidão o convite para participar da banca. Obrigada por suas contribuições, críticas e análises.

Agradeço às assistentes sociais, foco central desta pesquisa, pela participação, entrevistas concedidas, por terem me possibilitado adentrar em seus espaços de intervenção, confiando nas minhas análises. Sem vocês, esse estudo não teria se concretizado.

Por fim, a todos/as que contribuíram diretamente e indiretamente com este trabalho, meu muito obrigado, que tento explicitar através destes versos que exprimem meus sentimentos:

Aos Companheiros

Dos poetas que reviram nosso espírito
Dos guerreiros que sangraram nas jornadas
As Homéricas que sempre serão lembradas
Ou a vida de um operário aflito

Na leitura dos pensadores convictos
Na vivência daquele negro herói
Na postura da mulher que desconstrói
As paredes desses muros de conflitos

Edifico e fortaleço esse meu grito
Sobretudo no olhar dos companheiros
Os que lutam e compõem os cancionários
De uma vida para além do triste mito

E é neles que me espelho e me permito
Ao jogar-me nessa saga de leões
Tantas lágrimas, tantos risos e sermões
Tantas dores e amores nesse rito

Por um mundo diferente precipito
Todo verso, toda prosa, todo ato
Toda luta, todo verbo, todo fato
A vocês, companheiros, eu recito.

(Wesley Pinheiro)

RESUMO

A presente pesquisa de dissertação teve por objetivo analisar a atuação profissional do serviço social na rede de atendimento à mulher em situação de violência de Fortaleza-CE, a partir da compreensão das condições e relações de trabalho; da dimensão técnico-operativa do serviço social; e das posturas ético-políticas, teórico-metodológicas na intervenção junto às mulheres em situação de violência. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre as categorias trabalho, instrumentalidade e relações de gênero, além de pesquisa de campo nas instituições que compõem a rede de atendimento de Fortaleza por meio de observações e entrevistas com as assistentes sociais. A pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica realizada explicitaram a necessidade de inserir nas análises sociais, nos estudos, nas investigações científicas, na formação em serviço social, nas pautas de luta dos movimentos sociais e em partidos políticos a consubstancialidade entre as categorias classe social, raça/etnia e relações de gênero, que se materializam na contemporaneidade mediadas pela exploração, opressão, discriminação, e, no caso das mulheres, apropriação. A pesquisa proporcionou discutir sobre situações complexas dos espaços sócio-ocupacionais investigados, as posturas e escolhas profissionais, a percepção e valores que consubstanciam suas ações. Os desafios são muitos: a direção teórica, política e ética que o serviço social vem defendendo nos últimos anos o coloca, por vezes, “no olho do furacão”, na contracorrente da hegemonia construída pelo neoliberalismo. Por isso, é necessário continuar resistindo, fortalecendo nossos parâmetros, refletindo e problematizando sobre nosso fazer e formação profissional, tendo como norte a construção de outra sociabilidade sem dominação, exploração, opressão e apropriação de qualquer natureza.

Palavras-chave: Serviço social. Trabalho. Instrumentalidade. Relações de gênero.

ABSTRACT

This dissertation research was to analyze the role of the professional social service network to assist women victims of violence in Fortaleza-CE, from the understanding of the conditions and labor relations; technical operational dimension of social service; postures and ethical-political, theoretical and methodological intervention with women in situations of violence. For this bibliographical research on the categories work, instrumentality and gender relations and field research in the institutions that make up the service network of Fortaleza through observations and interviews with social workers. The field research and bibliographic research explained the need to enter the social analyzes, studies, scientific investigations, training in social work, the agendas of the struggle of social movements and political parties consubstantiality between the categories social class, race/ ethnicity and gender relations, which materialize in contemporary mediated by exploitation, oppression, discrimination, and in the case of women, appropriation. The research provided discuss complex situations of socio-occupational areas investigated, attitudes and career choices, perceptions and values that embody their actions. The challenges are many: the direction of theoretical, political and ethical social work in recent years has been advocating the places sometimes, "the eye of the hurricane, "the counter- hegemony constructed by neoliberalism. Therefore it is necessary to continue resisting, strengthening our parameters, reflecting and questioning about our doing and training, with the north building another sociability without domination, exploitation, oppression and ownership of any nature.

Keywords: Social work. Work. Instrumentality. Gender relations.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	20
2.1	Primeiras aproximações ao objeto	20
2.2	Delimitação do campo de pesquisa	26
2.3	Especificidade da pesquisa	48
3	TRABALHO, PRÁXIS E SERVIÇO SOCIAL	61
3.1	Trabalho e práxis social: um debate necessário	63
3.2	Serviço social como práxis social	68
3.3	Trabalho e divisão sexual do trabalho	73
3.4	A instrumentalidade do serviço social	88
3.5	Projeto ético-político do serviço social: desafios e possibilidades para a profissão	115
4	SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	123
4.1	Conceituando e debatendo a categoria relações de gênero	123
4.2	Violência contra a mulher como expressão das desigualdades de gênero e objeto de intervenção do/a assistente social	137
4.3	Desvelando a violência contra a mulher para além dos livros: o mergulho na realidade por meio da pesquisa de campo	144
4.3.1	<i>Políticas públicas e a rede de proteção e enfrentamento à violência contra a mulher em Fortaleza</i>	160
4.4	Relações de gênero e violência contra a mulher: onde o serviço social se insere?	168
4.5	Especificidade da atuação do serviço social nos serviços que atendem as mulheres em situação de violência: o processo de síntese da pesquisa	187
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
	REFERÊNCIAS	208
	APÊNDICES	217
	ANEXOS	221

1 INTRODUÇÃO

O exercício profissional do/a assistente social é produto histórico das mudanças econômicas, sociais e políticas na sociedade do capital. A profissão se redefiniu mediante os novos paradigmas criados como frutos das transformações societárias contemporâneas. O capitalismo se reinventa, institui novas tecnologias, novas formas de gestão da produção, entre outros fatores que influenciam diretamente na questão social e na ação profissional, demonstrando a necessidade de constante renovação da instrumentalidade do serviço social.

De acordo com Netto (2011), se desenvolveu no serviço social um autoilusionismo ideológico que localiza a gênese da profissão nas alterações do sistema de saber que a referencia, ou seja, a incorporação de novas matrizes teórico-culturais ocasionaria uma redefinição do estatuto profissional. Para o referido autor, contudo, o estatuto profissional se opera mediante um duplo dinamismo: pelas demandas socialmente colocadas às profissões e pelas suas reservas teóricas e prático-sociais capazes de respondê-las, ou não. Assim, o espaço de toda profissão é resultado desses elementos exógenos e endógenos.

Isso significa que as profissões em geral, e nesse caso o serviço social, se repensam e se redefinem a partir do dinamismo histórico-social, das demandas que são gestadas socialmente em contextos distintos. São as transformações societárias que afetam “diretamente o conjunto da vida social, incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimentos e de implementação, suas funcionalidades etc.” (NETTO, 1996, p. 87).

Torna-se imprescindível ainda entender a profissão tanto, e principalmente, como resultado do processo social, mas também como trabalho vivido subjetivamente por seus agentes a partir das dimensões da profissão (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) que norteiam a intervenção profissional e sua práxis como sujeito.

No emaranhado de relações e conflitos sociais, o serviço social apresenta-se como profissão que intervém nas manifestações da questão social gestadas na sociedade burguesa, derivadas do caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana.

De acordo com Iamamoto (2011), a questão social se expressa em um conjunto de desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais, mediatizadas por questões étnico-raciais e de gênero, por exemplo. O/a profissional de serviço social intervém nas cotidianas expressões da questão social, tais como as relacionadas ao mundo do trabalho, a família, a

política habitacional, saúde, assistência, segurança pública etc. Contudo, a questão social não se limita as desigualdades, é também rebeldia, como afirma Marilda Iamamoto, ao envolver indivíduos que resistem e se opõem as situações desiguais. Assim,

[...] É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção de rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2009, p. 28).

A sugestão da autora é que, além de buscar decifrar as expressões da questão social na contemporaneidade, deve-se apreender as formas de resistência, de pressão social, de invenção e reinvenção da vida cotidiana, pautada por inúmeros sujeitos sociais.

Analisar a profissão contemporaneamente possibilita o aprofundamento das questões relacionadas às estratégias profissionais de respostas à questão social. Se parto do princípio de que a profissão se redefine com as transformações sociais e que isso influencia nas expressões da questão social, torna-se de extrema necessidade refletir sobre essas transformações e a posição que o serviço social ocupa como profissão interventiva na realidade atual, marcada pelo capitalismo em sua versão neoliberal.

Para Netto (1996), as análises sobre a profissão devem se atentar para duas questões: uma que denomina de “fuga para o futuro”, ou seja, se deslocam os dilemas atuais das investigações, pois a centralidade é no novo, no que poderá vir futuramente; de outro modo, mas bem parecido com o primeiro, se aposta nas análises “especulativas”, se consideram abstratamente alguns dados, se prescreve a situação atual, analisando fragmentos para assim pensar no futuro.

Essas duas vias são complicadas, pois fogem do real, da materialidade contemporânea, se furtam a pensar o momento atual e as saídas possíveis. O fato que uma análise acurada sobre a profissão e suas atribuições e competências nos espaços sócio-ocupacionais deve levar em consideração as conjunturas e suas modificações societárias, por ser “solo privilegiado para o processamento de alterações profissionais – seja o redimensionamento de profissões já consolidadas, seja o surgimento de novas atividades e ramos profissionais” (NETTO, 1996, p. 88).

No atual contexto de intensas mudanças sociais e reformulações do capitalismo, agora em sua versão financeirizada e mundializada, os rebatimentos na questão social são expressivos e degradantes, produzindo a intensificação das desigualdades e opressões, bem como os processos de resistências. Nesse quadro desfavorável, contraditoriamente, as

políticas sociais setoriais se ampliam, fruto das pressões populares e dos movimentos sociais. Tal fato incide na ampliação do mercado de trabalho para o/a assistente social, que tem nessas políticas um dos mecanismos de reposttamento das expressões das duas faces da questão social: empobrecimento e resistência.

Aprofundar essas discussões atinentes aos desafios profissionais vivenciados contemporaneamente é pautar, como atenta Yamamoto (2009), a capacitação acadêmica, teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa necessária para que o/a profissional consiga desvendar as nuances que encobrem os processos sociais imersos nesta sociedade neoliberal, que propaga o individualismo, fortalece cada vez mais o capital financeiro e a sociedade de classes.

Entende-se que o espaço profissional é um solo emerso de embates políticos e ideológicos, onde são necessários profissionais com competência teórica, política, ética e técnica que consigam realizar uma análise crítica da sociedade em sua totalidade, da realidade dos/as usuários/as que atende e das correlações de forças entre as classes sociais.

Essa afirmativa pressupõe que o/a assistente social, ao intervir cotidianamente nos dilemas da população, especialmente da classe trabalhadora, carrega consigo conhecimentos e princípios éticos que embasem projeções profissionais, já historicamente determinadas pela luta da categoria, por intermédio das entidades representativas, por consolidar um estatuto ético ao serviço social.

Desvendar as nuances que encobrem o exercício profissional na contemporaneidade requer ainda abordar com quais expressões da questão social o/a assistente social atua nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Isso traz à tona discussões sobre temas pertinentes ao exercício profissional, como a violência contra a mulher, fenômeno crescente em nossa sociedade, expresso, por exemplo, nas pesquisas e estatísticas. Conforme os dados do Mapa da Violência 2012, que analisou o período histórico entre 1980 e 2010, nesses 30 anos foram assassinadas no Brasil, aproximadamente, 91 mil mulheres – destas, 43,5 mil apenas na última década.

O panorama da violência, em conjunto com as lutas do movimento feminista e de mulheres, passou a requerer do Estado respostas, por via das políticas públicas e sociais, para o enfrentamento da desigualdade de gênero – de tal modo que, ao ser criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003 no âmbito do Governo Federal, tem-se um aumento nos serviços e programas de atendimento à mulher tanto nas questões da violência

como em outros eixos e temas prioritários¹, como a autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho.

O fortalecimento das políticas para as mulheres proporcionou a criação de mais serviços e a ampliação dos já existentes, como as Delegacias de Defesa da Mulher e os abrigos, possibilitando a abertura para a atuação de diversos profissionais, como o/a assistente social.

Intervir nessa realidade, como em outras expressões da questão social, requer colocar em movimento as três dimensões que compõem a profissão. O crescimento do serviço social nessa área vem possibilitando, também, pesquisas acadêmicas, como a dissertação de mestrado de Pinheiro (2005), realizada em Florianópolis, Santa Catarina, sob o título *Serviço social e violência contra mulher: questões para o debate*. A autora entrevistou sete profissionais, duas do escritório jurídico da Universidade Federal de Santa Catarina, uma de um abrigo destinado a acolher as mulheres em situação de violência e quatro do Centro de Atenção à Família em Situação de Vulnerabilidade Doméstica e Intrafamiliar.

A pesquisa teve como objetivo investigar a intervenção profissional da/o assistente social junto às mulheres em situação de violência a partir dos pressupostos teórico-metodológicos que orientam a atuação. Para isso, discutiu a categoria violência contra a mulher, as relações de gênero, enfocando aqui as relações de poder. No caso da pesquisa de campo, adotou a entrevista e centrou na concepção das profissionais sobre violência contra a mulher. O trabalho explicitou a necessidade em se investir na formação e estudo das relações de gênero e também que o serviço social caminhou aquém das lutas feministas, não incorporando seus estudos e análises no âmbito da formação acadêmica. As conclusões da autora sobre a relação entre gênero e serviço social foram debatidas e analisadas, a partir de outros/as autores/as, no capítulo quatro desta dissertação.

Mais do que buscar compreender a concepção teórico-metodológica sobre violência contra a mulher e as relações de gênero, objetivo, nesta pesquisa, analisar a atuação profissional dos/as assistentes sociais na rede de atendimento à mulher em situação de violência de Fortaleza/CE, a partir da compreensão das condições e relações de trabalho; da dimensão técnico-operativa do serviço social; das posturas éticas e políticas na intervenção do serviço social; ou seja, busco colocar em movimento as três dimensões do serviço social².

A pesquisa de campo e bibliográfica, com base no diálogo com diversos autores/as,

¹ No II Plano Nacional de Políticas para as mulheres, são expressos os 11 eixos e temas prioritários que norteiam as políticas para as mulheres no Brasil (BRASIL, 2011c).

² O projeto de dissertação foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética da UECE com o número CAAE:09718012.4.0000.5534.

está exposta nesta dissertação em três partes. A primeira é destinada aos aspectos metodológicos da pesquisa, oferecendo ao leitor/a um panorama do percurso utilizado, das técnicas de pesquisa adotadas, do perfil das entrevistadas e das instituições que compõem a rede de atendimento em Fortaleza, ou seja, elementos metodológicos que esclarecerão ao leitor/a aspectos primordiais para a compreensão da totalidade do trabalho.

No capítulo três, discuto as categorias trabalho e instrumentalidade. A opção por iniciar pela discussão da ontologia do ser social diz respeito à forma que compreendo a existência social, os sujeitos sociais, os fenômenos, as expressões da questão social, enfim, a totalidade da vida social. Essa visão de mundo, essa maneira de entender o real perpassa toda a pesquisa e sua exposição nesta dissertação.

O capítulo quatro destinou-se à discussão sobre relações de gênero, violência contra a mulher e serviço social, contando com um tópico que explicita a relação entre essas três categorias, trazendo reflexões e análises que provocam o leitor a refletir sobre a articulação da profissão com as questões de gênero. O último tópico desse capítulo é destinado a uma pequena síntese do trabalho, voltando ao início das indagações que compuseram a pesquisa, e no seu final são os achados de campo e a discussão teórica. Nesse processo de síntese, contemplei a discussão de fundo desse trabalho, ou seja, a relação entre teoria e prática.

O leitor/a irá perceber que os achados na pesquisa de campo encontram-se entremeados com as reflexões e análises teóricas, perpassando todo o trabalho e enriquecendo os diálogos com os/as autores/as. Por fim, trago algumas considerações finais sobre a investigação e seus resultados. Mais do que conclusões, encontro indagações, dúvidas e questionamentos sobre o serviço social, a instrumentalidade, o trabalho, a violência contra a mulher e as relações de gênero.

O real jamais se esgotará em uma pesquisa, esta é sempre aproximativa, pois a realidade é complexa, dinâmica, contraditória, cheia de nuances, ou seja, não se esgota em uma investigação. Todavia, espero contribuir com a análise do fazer profissional junto à violência contra a mulher e às relações de gênero, suscitando problematizações sobre essa temática no serviço social, e, além disso, no desvendamento da violência contra a mulher, das opressões e explorações de gênero, contribuindo, a partir dessa análise, na luta pelo enfrentamento desses fenômenos.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 Primeiras aproximações ao objeto

A presente pesquisa objetiva analisar a atuação profissional dos/as assistentes sociais na rede de atendimento às mulheres em situação de violência em Fortaleza/CE. A escolha dessas instituições como locus da investigação diz respeito ao reconhecimento legal da violência contra a mulher como crime, necessitando, dessa maneira, da intervenção do Estado³ mediante a criação de políticas públicas e sociais designadas ao enfrentamento dessa violência.

Esse reconhecimento sobreveio, primeiramente, em 2001, após denúncia realizada por Maria da Penha Maia Fernandes, mulher vítima de tentativa de homicídio por parte do companheiro, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). O fruto dessa ação deu-se pela condenação do Brasil⁴ por negligência e omissão em relação à violência doméstica, tendo a partir daí sancionado a Lei 11.340/2006, denominada popularmente de Lei Maria da Penha (LMP).

A aprovação da LMP permitiu que a violência contra a mulher fosse tratada como um problema social de ordem pública, e não privada, como se costumava afirmar: por ocorrer no âmbito privado das relações afetivas, defendia-se que cabia ao casal resolver as situações de violência, e por isso muitas mulheres permaneciam nas relações violentas sem realizar denúncia.

O Mapa da Violência 2012 mostra que as taxas de homicídios femininos são ainda muito elevadas, mesmo após a legitimação e execução da Lei Maria da Penha. Segundo esse mapa, a taxa desses crimes nos estados brasileiros no ano de 2010 é de 4,4 em cada 100 mil mulheres. Os municípios com os números mais elevados são os da região Norte do País, principalmente Porto Velho, Rio Branco, Manaus e Boa Vista, com níveis acima de 10 homicídios em cada 100 mil mulheres. No caso de Fortaleza, que ocupa a 10ª posição, são 6,4

³ Atualmente, o Governo Federal conta com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que tem por objetivo formular, coordenar e articular políticas, almejando contribuir com a melhoria de vidas das brasileiras. Informações retiradas do endereço eletrônico: <<http://www.spm.gov.br>>.

⁴ O Brasil foi signatário da Convenção sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, aprovada em 1979 pela ONU, tendo assinado o documento em 1981 – e apenas em 1984 o Congresso Nacional ratificou em sua completude. Em 1994, a Organização dos Estados Americanos (OEA) adota a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher, ratificada pelo Brasil em 1995. Em 2001, o País é responsabilizado por negligência e omissão em relação à violência doméstica devido à denúncia realizada por Maria da Penha Fernandes. Todavia, somente em 2006 legitima a Lei 11.340/2006.

em cada 100 mil mulheres.

A notícia divulgada em 5 de março de 2013 pela *Agência da Boa Notícia* afirma que o Ceará, até agosto de 2012, obteve 10.693 denúncias de violência contra a mulher, em média 49,7 boletins de ocorrência por dia, média que superou a do ano de 2011 no mesmo intervalo de tempo, com 45,8 boletins por dia, totalizando 16.687 ocorrências.

Outra notícia divulgada pelo jornal *Diário do Nordeste*, em 15 de março de 2013, intitulada “Políticas Públicas em favor das mulheres”, afirma que vereadoras pautaram na Câmara a situação das políticas para as mulheres em Fortaleza e que Toinha Rocha (Psol) destacou que de 2010 a 2012 sobe o número de assassinatos de mulheres⁵ no Ceará, passando de 171 para 197 casos, o que representa um aumento de 15,2%. Em Fortaleza, houve também um aumento dos homicídios de mulheres nesse intervalo de tempo, passando de 67 casos para 77, ou seja, 14,9% a mais. A vereadora afirma que a cada ano são presos mais de 600 homens autores de violência contra a mulher – segundo ela, “é quase uma epidemia”.

A violência contra a mulher é um fenômeno social que tem bases concretas no modelo atual de sociedade. Os dados estatísticos materializam essa questão que merece cada vez mais pesquisas e análises que reflitam essa realidade, problematizando os mecanismos de enfrentamento existentes, os serviços de atendimentos, as intervenções profissionais, indicando respostas e outras saídas de superação dessa desigualdade de gênero expressa por meio da violência, dos crimes contra as mulheres.

Afirmar que a violência contra a mulher tem materialidade nesse modelo de sociedade atual não significa limitar sua análise à estrutura econômica, mas sim sinalizá-la dentro das discussões das relações de gênero compreendendo que gênero, classe social, raça/etnia são estruturantes das relações sociais e sofrem influência do modelo econômico adotado por uma sociedade.

A organização econômica não dita apenas aspectos referentes à economia, mas padrões de consumo e de cultura que influenciam nas relações sociais estabelecidas – por isso a violência contra a mulher não está deslocada da totalidade social, sendo, assim, um fenômeno histórico concreto e objetivo (ARAÚJO, 2003).

Traçar esse contexto é sinalizar a historicidade e concretude dos fenômenos sociais. As pesquisas acadêmicas devem pautar essas questões e não resumir as análises aos aspectos culturais e subjetivos dos sujeitos. Por isso, ao tratar das instituições que atendem as mulheres

⁵ Sobre os assassinatos ou homicídio de mulheres, uma nomenclatura que vem sendo usada nas pesquisas é o femicídio, que se refere à morte de mulheres por conta da sua identidade de gênero, ou seja, o grande determinante das mortes é a condição de serem mulheres.

em situação de violência, não posso apenas avaliar a legalidade e aplicação da Lei Maria da Penha, mas devo ir além, buscando compreender os processos históricos que a consubstanciam.

A Lei Maria da Penha, ao criminalizar os atos violentos, preconiza em seus capítulos um arsenal de elementos e ações destinados à proteção a mulher, a saber: as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher; a assistência à mulher em situação de violência; as medidas de prevenção; o atendimento policial; as medidas protetivas; a atuação do Ministério Público (MP); a assistência judiciária; o atendimento por equipe multidisciplinar, entre outras medidas (BRASIL, 2006).

Concernente à equipe multidisciplinar, a legislação regulamenta que deve ser composta por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde, sendo o/a assistente social um/a destes. Esse espaço de atuação profissional, com atribuições e competências a serem elaboradas e executadas, requer do/a assistente social atributos teóricos-metodológicos, técnicos-operativos e éticos-políticos capazes de mediar o acesso aos direitos das usuárias.

Esse bojo de elementos influencia pesquisadoras/es e estudiosas/os a compreender os elementos e nuances que encobrem esse fenômeno da violência contra a mulher. No meu caso, o interesse pelo estudo das relações de gênero e da violência contra a mulher surgiu a partir da participação no grupo de pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais da Universidade Estadual do Ceará, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Helena de Paula Frota, vinculado ao CNPq, espaço que me possibilitou a reflexão sobre essas questões.

No decorrer da graduação, foram apresentados alguns trabalhos sobre essa temática junto a algumas disciplinas, como Oficina II e Serviço Social e Família, além da participação em eventos e seminários científicos na Universidade Estadual do Ceará (Uece), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade de Fortaleza (Unifor).

Um dos frutos dessas vivências culminou no meu ensaio monográfico *Prisão e Ressignificação da Violência: a punição e o enfrentamento à violência contra a mulher*, orientado pela Prof^a. Ms. Socorro Maciel, defendida em 2011, que discutiu a prisão dos autores de violência nos moldes atuais, condicionada pela sociabilidade do capital, considerando que apenas a punição, através da aplicação da pena privativa de liberdade, não modifica o cotidiano de homens e mulheres imersos nas relações conjugais violentas.

O período da realização da pesquisa de campo proporcionou o contato com algumas assistentes sociais que trabalhavam em uma das instituições destinadas ao atendimento à mulher em situação de violência. Durante as observações em campo, pude perceber na

intervenção da profissional a ausência de fundamentação teórica sobre as relações de gênero e violência contra a mulher, naturalizando essas categorias, ao afirmar, por exemplo, que mulheres permanecem nas situações de violência por desejo próprio ou por uma falha de caráter. Percebemos nessas concepções um distanciamento da perspectiva teórico-política que orienta o projeto ético-político do serviço social – concepções que se desdobram em suas ações concretas na mediação do acesso aos direitos das mulheres atendidas. Um acesso, portanto, prejudicado pela ausência de uma compreensão crítica da totalidade que envolve a realidade desse sujeito usuário do serviço social.

Além disso, a profissional desconhecia as lutas da categoria, expressas nos documentos elaborados pelo conjunto CFESS/CRESS que tratam da coibição e enfrentamento à violência contra mulher e à desigualdade de gênero. Limitava a atuação profissional à aplicação legalista da lei, carecendo de instrumentalidade específica para a intervenção junto às usuárias. O serviço social não possuía um plano de ação que expressasse quais as atribuições e competências da profissão naquele âmbito interventivo e o que se pretendia com os atendimentos realizados.

Esse panorama determinou o surgimento de muitas dúvidas sobre a profissão. Ao estar realizando meu trabalho monográfico, prestes a concluir a graduação e seguir a carreira profissional na área do serviço social, vários questionamentos me incorreram que em muitos momentos, como estagiária, não me atentava. Ao refletir que aquela profissional estava atuando de maneira enviesada, apartada do que a sua categoria profissional, em seus documentos, leis e entidades representativas, vem defendendo para o serviço social, surgiu a curiosidade em conhecer e adentrar no âmbito da intervenção, em pesquisar o que pensam e fazem as profissionais, como forma de responder algumas questões que me inquietavam e contribuir com a pesquisa sobre a profissão.

Quando a Uece divulgou no final de 2011 o edital para a seleção da primeira turma do Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, encarei como oportunidade de materializar minhas dúvidas, anseios e angústias em pesquisa científica. Pautar essas questões em pesquisa é oportunizar à academia e à categoria a refletir sobre o estatuto teórico e interventivo do serviço social, realizando um diálogo profícuo entre universidade e espaços sócio-ocupacionais – além de reconhecer que a investigação terá como função social pautar a violência contra a mulher e as relações de gênero na conjuntura atual, temas esses indispensáveis para a profissão e à sociedade.

Analisar a profissão de serviço social é imbricar-se em conceitos indissociáveis, pois essa surge concomitantemente com o agravamento da questão social e o crescimento da

complexidade da dimensão do trabalho, tanto no âmbito da produção como da reprodução, uma vez que “[...] a gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (IAMAMOTO, 2007, p. 156).

Requer explicitar a mercantilização da força de trabalho do/a assistente social, marcada pelo assalariamento que subordina o trabalho aos ditames do trabalho abstrato⁶ e da alienação, os quais impõem determinações objetivas à realização da autonomia do/a profissional, rebatendo na implementação do projeto ético-político do serviço social.

Esse panorama articula-se com a conjuntura econômica e social do Brasil, que em tempos neoliberais busca garantir a rentabilidade do capital. Nessa perspectiva, os serviços, benefícios e programas sociais passam da condição de direitos sociais a produtos a serem consumidos devido ao processo de privatização ancorado na desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

A mercantilização das políticas sociais, ao serem financiadas e implementadas pelo Estado, apresentam características focalistas, paliativas e fragmentadas, carecendo de meios e recursos para sua real efetivação. Esse contexto influencia a atuação profissional dos que trabalham nas instituições responsáveis pelo acesso aos direitos sociais, uma vez que são políticas sociais que

[...] passam a organizar-se mediante o crivo da privatização, focalização e descentralização, terreno onde se inscreve predominantemente o trabalho dos assistentes sociais. Verifica-se uma radical reorientação do gasto público em favor do grande capital financeiro e em detrimento da economia política do trabalho (IAMAMOTO, 2009, p. 343).

Sendo assim, a discussão sobre a atuação profissional deve englobar análises sobre as relações e condições de trabalhos cotidianas que condicionam o fazer profissional articulando com as que pautam a efetivação das políticas sociais na sociedade brasileira, visto que o Estado ainda é o maior empregador de assistentes sociais⁷.

⁶ Conforme Netto (2006), o trabalho que cria valor de uso é denominado de trabalho concreto, porém a mercadoria possui valor de uso e valor de troca. Este último é expresso pelo trabalho abstrato, que se forma a partir da redução do trabalho concreto a condição de trabalho em geral, reduzindo as particularidades das variadas formas de trabalho. “[...] essa redução permite a homogeneização de todas as formas de trabalho a uma forma geral (abstrata, despida de suas determinações concretas): o capitalista compra força de trabalho enquanto trabalho abstrato, que pode ser mensurado e quantificado [...]” (NETTO, 2006, p. 105).

⁷ Conforme Iamamoto (2009), em nível nacional 78,16% dos profissionais atuam em instituições públicas de natureza estatal.

Além disso, torna-se de extrema validade sinalizar no estudo o posicionamento teórico-prático dos sujeitos profissionais, bem como suas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, que, diante dos projetos societários, ganham força e peso, uma vez que influenciam o exercício profissional desempenhado por eles.

Como afirma Iamamoto (2007), a profissão de serviço social possui natureza qualitativa, como atividade orientada a uma finalidade, oferecendo respostas às necessidades sociais, materiais ou espirituais. É uma atividade “[...] inscrita predominantemente no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos via serviços, programa e projetos implementados pelas políticas públicas [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 418).

Torna-se importante discutir e analisar por intermédio de pesquisas científicas esse fazer profissional, considerando os espaços sócio-ocupacionais específicos, uma vez que refletir sobre a atuação profissional contribui com o debate acerca da legitimidade da profissão nesta sociedade, circundada pelas contradições do sistema capitalista.

Tal contexto oportuniza também conjecturar como os sujeitos profissionais se posicionam como assistentes sociais, por vezes conforme a direção social que o serviço social defende, remando contra a corrente de uma sociedade neoliberal que legitima a competição e o individualismo como valores que permeiam as relações materiais e sociais.

Dessa maneira, é desafiador pensar a atuação profissional do/a assistente social nos espaços de natureza e objetivos diferenciados, possibilitando problematizar as competências e atribuições profissionais específicas de cada lugar.

Portanto, o recorte do espaço ocupacional para se refletir sobre o exercício profissional condicionará as análises e problematizações, mas de longe fragmentará o estudo, uma vez que este articulará as discussões com a totalidade das condições e relações de trabalho que afligem a classe trabalhadora na sociabilidade do capital, classe essa de que o/a assistente social é parte e sujeito político.

Além de analisar a atuação do serviço social na rede de atendimento em relação às mulheres em situação de violência, busco especificamente analisar as condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais nas instituições pesquisadas; analisar o posicionamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político sobre as relações de gênero e violência contra mulher para as/os profissionais de serviço social; investigar quais são as competências e atribuições do serviço social e das profissionais.

Compreendo que, para se pesquisar o exercício profissional na contemporaneidade, é de suma importância articular com os dilemas e lutas da classe trabalhadora de maneira geral,

pois é uma categoria profissional que faz parte dessa classe, que vivencia os ditames causados pela prevalência do capital financeiro e dos organismos econômicos internacionais que determinam regras e normas para a regulamentação do mercado e do lucro do sistema, negligenciando os direitos de trabalhadores/as que vivenciam precárias condições e relações de trabalho (IAMAMOTO, 2009).

Em concordância com essa ideia, Yazbek (2009) afirma a importância em estudar o exercício profissional dos/as assistentes sociais compreendendo as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho. As primeiras dizem respeito à consideração dos determinantes históricos e sociais presentes nas diferentes conjunturas que inflige diretamente no trabalho profissional, e a dimensão subjetiva refere-se à maneira como o/a profissional incorpora em sua consciência “[...] o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional” (YAZBEK, 2009, p. 128).

As pesquisas nessa área devem ponderar o caráter político do exercício profissional, uma vez que este sofre determinações da conjuntura política e econômica. A atuação profissional, como bem rege o Código de Ética, deve traçar estratégias interventivas e políticas que atendam aos interesses dos/as usuários/as. Todavia, como assevera Yazbek (2009), isso vai depender da afirmação e defesa dos/as assistentes sociais do projeto profissional que orienta o serviço social em seus diversos campos de atuação.

Dito isso, sinalizo que esta proposta de pesquisa pretende contribuir para ampliar as reflexões e conhecimentos sobre a violência contra a mulher e as relações de gênero, e, pelo enfoque dado à profissão de serviço social, problematizar elementos importantes para se pensar a atuação profissional, buscando contribuir com marco teórico e conceitual da temática analisada. O tópico seguinte objetiva apresentar a delimitação do campo de pesquisa, os motivos das escolhas das instituições a serem pesquisadas, uma reflexão sobre as políticas para as mulheres no Brasil, a partir da luta feminista, e a ampliação dos serviços e instituições destinados às mulheres em situação de violência.

2.2 Delimitação do campo de pesquisa

A delimitação do campo de pesquisa é primordial no processo de investigação científica. Contudo, não basta sinalizar os motivos pessoais que impulsionaram a escolha de determinado campo, mas explicitar sua importância e necessidade de pesquisa, estudo e análise. Como abordado anteriormente, nem sempre a violência contra a mulher foi

considerada crime e objeto de intervenção do Estado, vista muito mais como problemas afetivos e conjugais que cabia aos sujeitos envolvidos resolverem.

A violência se torna objeto de intervenção do Estado através de políticas específicas para o atendimento às mulheres em suas variadas situações de vida e trabalho a partir de longos anos de luta e resistência em prol de políticas para as mulheres. A criação de uma Secretaria de Políticas para as Mulheres e de todos os serviços, instituições, programas e projetos de atendimento as mulheres nas diversas expressões da desigualdade de gênero se gestaram mediante as lutas encampadas pelo movimento feminista brasileiro.

Mais do que elencar quais serviços fazem parte da rede de atendimento à mulher em situação de violência e que serão pesquisados nesta investigação, por uma questão de justiça é necessário afirmar que foi por meio de lutas e resistências do movimento feminista que se consegue implementar no Brasil políticas públicas e sociais para as mulheres.

De acordo com Osterne (2008), o feminismo brasileiro se origina em meados do século XIX, com sua linha de reivindicação baseada na luta pelos direitos à cidadania das mulheres, que, conforme os ditames da ordem tradicional, estavam confinadas à esfera privada e excluídas da esfera pública, não tendo nem mesmo seus direitos políticos resguardados.

Durante o século XX, surgem no cenário nacional três diferentes correntes do feminismo. A primeira foi influenciada por Bertha Lutz, que, durante a fase inicial do feminismo no Brasil, foi um nome de grande expressão por centrar sua luta na inclusão das mulheres como cidadãs. A segunda corrente, denominada *feminismo difuso*, era composta pelas mulheres pertencentes à ala considerada culta, através da participação de feministas professoras, escritoras e jornalistas, que expressam suas manifestações através da imprensa, principalmente nos jornais feministas da época (OSTERNE, 2008).

Tais mulheres defendiam um leque mais amplo de direitos, como, por exemplo, o acesso à educação. Explicitavam temas até mesmo considerados polêmicos para a época, como o divórcio e a sexualidade. Essa vertente também sinalizava temáticas concernentes à dominação masculina. Já na terceira corrente, as mulheres advinham do movimento anarquista e do Partido Comunista Brasileiro, tinham como principal luta a libertação da mulher e pautavam o fim da exploração do trabalho feminino.

Nos anos de 1930, os direitos políticos foram regulamentados, oportunizando acesso à profissionalização. Nesse período, a cidadania era reconhecida a partir da atividade produtiva que se desenvolvia. As mulheres que se dedicavam às atividades domésticas não entravam nesse grupo, pois esse tipo de trabalho não era considerado produtivo. Os/as que não se

encaixavam nessa condicionalidade eram tidos/as como pré-cidadãos.

O direito de votar e ser votada concedido às mulheres teve como marco expressivo o estado do Rio Grande do Norte, que, na pessoa do então presidente, Juvenal Lamartine, por meio das articulações junto aos parlamentares estaduais, elaborou uma lei para que o referido estado legitimasse o voto feminino. Com a lei sancionada, muitas mulheres recorreram à Justiça para que fosse legalizada na prática, porém, somente em 1932 o Código Eleitoral incluiu-as como votantes e possíveis candidatas.

O movimento feminista sofreu amplos rebatimentos no período da ditadura de Getúlio Vargas, em 1937. Diante de um governo autoritário, o movimento feminista sofre grande refluxo, que perdura até os anos de 1970 (OTTO, 2004).

Esse cenário, todavia, não cerceou por completo a organização do movimento, que, mesmo diante de tais refluxos, em 1949 criou o Conselho Nacional de Mulheres, que objetivou fortalecer a luta das mulheres. Em 1950, as feministas participaram do movimento contra o alto custo de vida. Nesse contexto, pautaram e lutaram em prol de melhores condições de vida, problematizando a dominação que sofriam.

Com maior expressividade, o movimento feminista ressurgiu na cena pública no período da Ditadura Militar no Brasil, em que se insere na luta contra o regime e os valores tradicionais que subordinavam a mulher. Mesmo com as configurações do Estado brasileiro sob o comando do governo militar, caracterizado pela supressão dos direitos políticos, censura, perseguições, desaparecimento de líderes e militantes de esquerda e torturas, o movimento feminista não sucumbe, surgindo novamente na cena pública, na década de 1970, quando se respiravam e aspiravam ares democráticos, na luta por legislações igualitárias, pela anistia, contra a discriminação e em prol da democratização do Estado (OSTERNE, 2008).

Esse feminismo, que se fortalecia no cenário brasileiro, recebeu influências das experiências feministas europeias e norte-americanas. Conforme Sarti (2004, p. 36), o feminismo brasileiro se configurava em diferenciadas manifestações. De acordo com a autora,

Embora o feminismo comporte uma pluralidade de manifestações, ressaltar a particularidade da articulação da experiência feminista brasileira como momento histórico e político no qual se desenvolveu é uma das formas de pensar o legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver. Causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher, com repercussões em toda sociedade brasileira.

Esse impacto nos hábitos e costumes da época remonta ao final dos anos de 1960 e

início dos anos de 1970, período em que as mulheres estiveram na luta armada contra o regime ditatorial brasileiro. Tal expressão não se resumia à luta contra os anos de chumbo, mas significou profundamente o rompimento e a negação do papel que era designado à mulher, legitimado pelos valores e atributos tradicionais. Sarti (2004, p. 37) argumenta a esse respeito que

[...] naquele momento, remetemos à radicalidade posta então na questão da mulher como uma questão fundamentalmente ‘conflituosa’, por contestar as relações de poder tanto no mundo naturalizado das relações entre homem e mulher, quanto em todos os âmbitos da sociedade, articulando as relações de gênero à estrutura de classes, como foi tantas vezes sublinhado sobre o caráter desse movimento.

Essa contestação das relações de poder era necessária, pois nesse período as mulheres detinham a igualdade junto aos homens apenas retoricamente, não se configurando no cenário brasileiro a real igualdade entre homens e mulheres.

Em 1972, o Conselho Nacional da Mulher surge em cena através da organização do Congresso Nacional na luta pelo direito das mulheres casadas, já que na época a constituição vigente previa que as mulheres só poderiam trabalhar ou viajar para o exterior com a autorização prévia do marido. Vale evidenciar que nesse mesmo ano as mulheres do Rio de Janeiro e São Paulo passaram a se reunir a fim de discutirem a condição da mulher no Brasil (OSTERNE, 2008).

Existiram momentos importantes que fortaleceram as lutas das mulheres, tal como a definição de 1975, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional da Mulher. No Brasil, ocorreu um evento em comemoração ao referido ano, promovido pelo Centro de Informação da Organização das Nações Unidas (ONU). A temática era *O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira*. Essas discussões e encaminhamentos impulsionaram a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.

De acordo com Sarti (2004), a legitimação do Ano Internacional da Mulher contribuiu para a eclosão do feminismo brasileiro na década de 1970. No Ano Internacional da Mulher, os movimentos que ainda atuavam na clandestinidade se fortaleceram e influenciaram a criação de outras organizações. Citando o exemplo de São Paulo, Sarti (2004) exemplifica o *Brasil Mulher, o Nós Mulheres e o Movimento Feminista pela Anistia*.

Outro momento similar aconteceu em 1978 com a produção das *Cartas às mulheres*, para serem entregues aos candidatos à eleição, que continham reivindicações mais gerais referentes à anistia ampla, geral e irrestrita, o fim da carestia e a realização de eleições livres e

diretas, além de outras mais específicas concernentes à criação de creches nas empresas, áreas de lazer, igualdade salarial e condições mais dignas de trabalho (OSTERNE, 2008).

Nesse período, o feminismo se expande como movimento social, organizando-se conjuntamente com as camadas populares, as organizações de bairro, a Igreja Católica e os partidos políticos. Vale ressaltar que as organizações femininas se fortalecem como segmento do trabalho pastoral baseado na Teologia da Libertação (SARTI, 2004).

Conforme Sarti (2004), as articulações do feminismo com tais segmentos tinham como bandeira de luta comum a extinção do regime militar. As divergências no interior desses movimentos não se explicitavam publicamente. Questões relativas ao aborto, à sexualidade e ao planejamento familiar aconteciam no âmbito privado do movimento através de restritos *grupos de reflexão*. Corrêa (2001, p. 14) retrata esse período da seguinte maneira:

[...] várias das iniciativas mais organizadas do movimento estavam vinculadas à Igreja ou ao Partido – embora houvesse um permanente ponto de fricção nessa aliança com a Igreja, que era a defesa do aborto feita pelas feministas. Também havia fricções com os militantes comunistas, mas por outras razões: no caso deles tratava-se de dar prioridade à “luta mais ampla” em detrimento das reivindicações feministas e o ataque à participação de lésbicas no movimento foi uma das táticas utilizadas para tentar impedir a realização de um congresso feminista [...].

Outro fator pertinente apontado por Sarti (2004) é a forma como os movimentos sociais no Brasil se instituíaem nessa época. Eles conseguiam enraizar-se nos cotidianos das populações, pois tinham como fundamento as bases locais, alcançando os moradores das periferias que, através dessas organizações, questionavam suas condições e dirigiam suas demandas ao Estado.

No caso das mulheres, o formato dessas organizações proporcionou sua participação nos movimentos de bairro e as retirou do espaço doméstico, fazendo-as participar de discussões que pautavam a condição da mulher e sua identidade de gênero.

Os grupos feministas, tendo a origem social de suas militantes nas camadas médias e intelectualizadas, em sua perspectiva de transformar a sociedade como um todo, atuaram articulados às demandas femininas das organizações de bairro, tornando-as próprias do movimento geral das mulheres brasileiras (SARTI, 2004, p. 40).

Mesmo com as contradições do movimento feminista e a fragilização que sofreu no período do regime militar, ele conseguiu, especificamente no período de reabertura

democrática, entre 1975 e 1985, pautar suas reivindicações junto à sociedade civil, incomodando o poder político estabelecido.

Em fins da década de 1970, com a reabertura política, alguns grupos de mulheres declaram-se feministas, tanto oportunizando reivindicações no âmbito das políticas públicas como desencadeando uma reflexão mais aprofundada da desigualdade de gênero e do lugar social da mulher, o que contribuiu para consolidar a noção de gênero como referência de análise da situação da mulher no cenário nacional.

Em 1979, ano de concessão da anistia aos exilados e exiladas políticas, as mulheres exiladas iniciam seu retorno ao Brasil. Traziam consigo a experiência política que passaram durante os anos de chumbo e também influências do movimento feminista europeu e da vivência em outros países de culturas diversas, em que presenciaram organizações familiares e privadas diferentes das tradicionais e patriarcais brasileiras.

Nos anos de 1980 [...] As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. (SARTI, 2004, p. 42)

Em 1980, surgiram nacionalmente várias organizações de apoio à mulher em situação de violência, cabendo o pioneirismo ao SOS Mulher de São Paulo, que oferecia atendimento às mulheres, configurando-se como espaço de reflexão e objetivando alterações positivas em suas vidas.

No entanto, como retrata Osterne (2008), as feministas que organizavam os momentos reflexivos com as mulheres viam-se frustradas após os primeiros momentos de acolhimento, pois estas se afastavam dos grupos de reflexão e reatavam as relações afetivas com os companheiros que cometeram agressões.

Entre 1980 e 1990, surgem as Organizações Não Governamentais (ONG) feministas que não necessariamente nasceram a partir da militância dos movimentos sociais. As organizações eram compostas por mulheres de condições variadas, mulheres rurais, prostitutas, negras, em situação de violência, acometidas com o vírus da AIDS.

Conforme as apreensões de Osterne (2008), o surgimento dessas ONGs ocasionou a segmentação das lutas feministas. Com a mesma percepção, Sarti (2004, p. 42) expõe em suas análises:

Esvaziaram-se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina e ganhou força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional. Muitos grupos adquiriram a forma de organizações não governamentais (ONG) e buscarão influenciar as políticas públicas em áreas específicas, utilizando-se dos canais institucionais. A institucionalização do movimento implicou, assim, o seu direcionamento para as questões que respondiam as prioridades das agências financiadoras.

O surgimento das ONGs compostas por grupos do movimento feminista acarretou o enfraquecimento da luta desse movimento, pois esses setores passaram a limitar suas pautas apenas na disputa por orçamentos governamentais para a efetivação de políticas para as mulheres. A institucionalização de uma parte significativa do movimento rebateu na organização deste, no seu caráter contestatório e de mobilização. Vale ressaltar que, no início do surgimento das ONGs, o movimento feminista faz desse espaço um lócus de captação de recursos para a implementação de inúmeras ações e pautas do movimento.

As ONGs, na década de 1960, possuíam como prioridade o assessoramento aos movimentos sociais e, inclusive, angariavam recursos para os mesmos. São, nesse momento, grandes aliadas, na condição de fortalecedoras dos movimentos sociais. Essa perspectiva de atuação é radicalmente modificada nos anos 1980 e 1990, décadas nas quais essas instituições proliferam em dimensões gigantescas. É válido lembrar que o contexto histórico proporcionador da “onguização” é marcado pelo neoliberalismo, articulado ao enfraquecimento e à desmobilização dos movimentos sociais classistas (CISNE, 2013, p. 185).

Aliado a esse contexto, surgem as várias críticas ao movimento que se caracterizava por mulheres de classe média, brancas, intelectuais e heterossexuais, não incluindo em suas pautas as mulheres negras e de orientações sexuais diversas⁸.

Em 1985, é criado o Conselho Nacional do Direito da Mulher (CNDM), órgão com orçamento próprio, estando vinculado ao Ministério da Justiça. Através desse conselho, elaboraram a *Carta das Mulheres* com reivindicações para ser entregue aos partícipes da Assembleia Nacional Constituinte, que teve como conquista algumas questões asseguradas na Constituição de 1988, como a extensão da licença-maternidade e o aumento da permanência dos filhos junto às mulheres presidiárias (OSTERNE, 2008).

⁸ Referente ao contexto de Fortaleza, atualmente temos vários movimentos de mulheres negras e/ou lésbicas que pautam essas questões e sinalizam outras discussões, principalmente no que se refere à heterossexualidade obrigatória que exprime o preconceito com outras orientações sexuais, a exemplo da homossexualidade. Entre essas organizações, temos o Grupo em Defesa da Diversidade Afetivo Sexual (Divas) que objetiva lutar pelos direitos das mulheres lésbicas e bissexuais, através da proteção, promoção, informação e mobilização, com base numa perspectiva feminista. Disponível em: <<http://grupodivasce.blogspot.com/>>.

No mesmo ano de criação do CNDM, foi instituída a primeira Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (Deam), e em 2004 o Brasil já contava com 339 Deams, em 2008 com 386 delegacias e em 2011 com 470 unidades (BRASIL, 2011b).

O movimento feminista historicamente propiciou a discussão de elementos primordiais para se repensar a condição de vida e trabalhos das mulheres na sociedade brasileira. Pautou questões referentes à distinção entre a esfera pública e a esfera privada, uma vez que esta última era designada âmbito natural da mulher; discutiu temas concernentes à família, à sexualidade feminina, à relação com o corpo, às condições do trabalho doméstico e à divisão sexual do trabalho.

No seu nascedouro, centrou-se nas discussões atinentes aos direitos políticos e de cidadania das mulheres; por conseguinte, abrangeu discussões relativas às identidades de gênero e às orientações sexuais. Contemporaneamente, o movimento feminista se expressa em organizações heterogêneas.

O movimento feminista foi o grande impulsionador das políticas para as mulheres no Brasil. Suas reivindicações e bandeiras de lutas determinaram a criação dos serviços e instituições destinadas às mulheres, sendo inegável sua influência na criação e fortalecimento dessas políticas.

As políticas para as mulheres crescem no primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores (PT), na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como marco a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que possui status de ministério e objetiva formular, coordenar e articular as políticas para as mulheres no Brasil (AMB, 2011).

Em relação às políticas para as mulheres no governo Lula, por exemplo, vale a pena dialogar com o balanço realizado pela Articulação de Mulheres Brasileira (AMB), que publicou, em 2011, o documento “Políticas Públicas para a igualdade: balanço de 2003 a 2010 e os desafios do presente”, no qual analisa o conjunto de políticas no período de 2003-2010, a partir da Plataforma Política Feminista⁹ que foi formulada e aprovada pelo movimento de mulheres no período das eleições para presidente em 2002.

As análises contidas no referido documento foram frutos da reflexão nos seminários nacionais “As Mulheres na Democratização da Gestão Pública”, ocorridos em 2009 e 2010, e nas duas reuniões do Comitê Político Nacional da AMB, a primeira em Belo Horizonte, em

⁹ A Plataforma Política Feminista (PPF) foi aprovada na Conferência de Mulheres Brasileiras realizada em 2002, em Brasília, afirmando a importância e necessidade das políticas públicas afirmativas para a geração de renda e emprego, “a superação da pobreza e a garantia de bem-estar, bem como a interrupção das privatizações, a promoção da reforma fiscal, de debates e mecanismos para prestação de contas sobre a dívida pública e de transparência. A PPF aponta também para o caráter patriarcal, racista e elitista do Estado brasileiro reivindicando sua democratização e a promoção da justiça social” (AMB, 2011, p. 15).

2010, e a segunda em São Paulo, em 2011, além das problematizações e análises realizadas em 2011 no II Encontro Nacional da AMB (Enamb).

O balanço avalia até que ponto a ação do governo, no período compreendido entre 2003-2010, efetivou ações que contribuíssem com a democratização do Estado brasileiro e com a melhoria das condições de vida das mulheres. As análises realizadas no documento trazem várias críticas ao governo Lula, à sua política de governo, à política econômica, à condução dada às políticas sociais públicas – contudo, faz uma ponderação necessária em relação ao inegável crescimento, logicamente recheado de contradições, tendo em vista a aliança com a ideologia neoliberal já posta do Brasil, das políticas para as mulheres.

Para a AMB, as políticas para as mulheres exprimem a proposta feminista da elaboração e implementação de políticas destinadas a mudanças nas condições de vida das mulheres, considerando a exploração e opressão capitalista, patriarcal e racista, pois

[...] nós mulheres feministas demandamos políticas públicas que sejam de promoção da igualdade e da justiça social [...] há políticas que não são para o bem das mulheres, não queremos políticas públicas orientadas a favorecer os interesses da elite, demandamos políticas orientadas a favorecer os direitos das mulheres (AMB, 2011, p. 20).

Conforme a AMB, nos dois mandatos de Lula o Estado relacionou-se de maneira diferente com as mulheres, trazendo à tona um locus contraditório que exalava as velhas e novas maneiras de adjudicar o lugar das mulheres na política pública. Fragilizaram-se, de modo geral, os espaços das conferências e de democracia participativa, dificultando o movimento de mulheres disputarem politicamente a orientação do Estado na promoção da igualdade.

Vivenciaram a execução de políticas com baixo custo que pouco ou nada avançaram na universalização dos direitos das mulheres, o que significa que não contribuíram com a transformação de suas vidas. Detectaram que “[...] em nome das políticas para mulheres, setores conservadores promoveram um renascimento do ‘primeiro damismo’ e das políticas para as ‘mulheres carentes’, que supostamente apenas têm carências e nunca direitos” (AMB, 2011, p. 22).

Aliado a esse contexto, tem-se as terceirizações na implementação das políticas no Brasil, fundamentadas em uma proposta neoliberal. Os fundos públicos foram acessados por inúmeras organizações da sociedade civil, entre elas setores conservadores e antifeministas, que, usando o trabalho com mulheres, angariam recursos públicos da saúde, do desenvolvimento social etc.

Enfim, nesses oito anos, a decisão de implementar políticas para mulheres, adotada em 2003, enfrentou forças políticas antifeministas e antidemocráticas, que influenciaram substantivamente as prioridades, a direção e a velocidade de implementação dessas políticas (AMB, 2011, p. 22).

Logicamente, mesmo com todos os impasses e contradições do governo, alguns passos foram importantes, como a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, com status de ministério, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que tinha por finalidade definir as diretrizes nacionais e traçar as prioridades para a Política Nacional para as Mulheres, e a discussão e aprovação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

Contudo, em termos de Secretaria, sua estrutura foi deficitária, o orçamento reduzido, limitado o enfrentamento às estruturas patriarcais que historicamente organizaram o Estado e conduziram as políticas públicas e sociais. Em síntese,

[...] nos últimos oito anos, em especial após a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (2004), as oportunidades para uma ação feminista na gestão pública cresceram de forma muito significativa: novos conselhos e organismos executivos foram instalados nos planos estadual e municipal por todo país e multiplicaram-se grupos de trabalho e iniciativas diversas em todos os níveis de governo. A institucionalização da proposta de “políticas para mulheres” levou mais mulheres a ocuparem espaços na gestão pública, seja pela via da participação em conselhos de direitos da mulher, seja na direção de organismos de políticas para mulheres instituídos no Poder Executivo, ou ainda atuando na disputa de orientação dessas políticas no momento das Conferências. O Estado, entretanto, moldado pela cultura política patriarcal e neoliberal assegurou a reprodução de velhas formas de fazer política, que coexistiram com novas, instituídas ao longo dos últimos 30 anos pela luta feminista (AMB, 2011, p. 21).

Isso se alia às prioridades orçamentárias do governo. Um exemplo citado pelo balanço refere-se ao orçamento da Seguridade Social, com fontes exclusivas, que vivenciou em 2008 uma arrecadação de 700 bilhões de reais – porém, apenas cerca de 300 bilhões foram gastos com as políticas da seguridade, o restante ficou retido nos cofres públicos.

Isso explicita a subalternidade das políticas sociais à política econômica. Essa constatação pode ser exemplificada pelos mecanismos usados na chamada Desvinculação das Receitas da União (DRU), que vêm permitindo o governo desvincular cerca de 20% do dinheiro que a Constituição Federal determina que seja gasto com educação, saúde, previdência e assistência. Em 2009, como aponta AMB (2011), 80% do dinheiro retido

através da DRU deveria ter sido gasto com as políticas que compõem a Seguridade Social.

Mesmo com a realização das 73 conferências nacionais de políticas públicas, o Governo Federal não garantiu os mecanismos que permitissem o controle social e o cumprimento do que foi firmando nas conferências. O que se observou foi a não garantia do monitoramento e avaliação pelos movimentos sociais, não houve elaboração de indicadores, apenas algumas informações que eram necessárias à gestão da economia – algo relevante para um Estado capitalista como é o brasileiro, “mas as informações estratégicas para o controle social sobre políticas públicas na perspectiva de redução de desigualdades seguem sem ser produzidas quando são igualmente importantes” (AMB, 2011, p. 33).

A AMB destaca, contudo, a criação do Sistema de Acompanhamento do II PNPM, criado por iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), devendo ser alimentado pelos órgãos do governo, responsáveis pelas ações e recursos estabelecidos no plano. Todavia, as informações dos órgãos e ministérios são pouquíssimas.

Para a AMB, apesar dos compromissos travados com a sociedade e o controle social, o governo Lula realizou aliança com grupos contrários ao que vinha defendendo antes de ser eleito, houve um fortalecimento do neoliberalismo, ocasionando a redução, ainda mais, do Estado, ao transferir suas responsabilidades para a sociedade, além do fortalecimento da criminalização das lutas dos movimentos sociais.

Em relação ao ano de 2003, por exemplo, a AMB considera que no processo de formulação das políticas públicas no Brasil se vivenciou um momento inédito, com a possibilidade de articulação e construção do PPA 2004-2007, com participação do movimento de mulheres atuando nos 27 fóruns de debate sobre o PPA, realizado nos estados e no Distrito Federal. A AMB, em conjunto com os vários movimentos que participaram desse momento, pautou e afirmou o caráter estrutural da desigualdade de gênero e quanto importante é seu enfrentamento,

[...] a proposta foi acolhida e assumida por todos os fóruns realizados, entretanto, o projeto de PPA apresentado pelo governo ao Congresso naquela oportunidade não incorporou a recomendação. O ponto só recuperou o seu lugar estratégico no PPA por demanda do movimento de mulheres, traduzida em emenda apresentada pela Bancada Feminina, com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no momento do debate e aprovação do PPA no Congresso Nacional. Somente 13 programas, dentre os 380 que compunham o PPA 2004- 2007, estabeleceram objetivo, ou meta, ou público-alvo, ou indicador orientados ao enfrentamento das desigualdades de gênero ou atendimento específico às mulheres Para efeito de comparação, consideramos que o ponto de partida do governo Lula era o PPA 2000-2003, vigente no início do governo. Nele, a palavra mulher e a expressão

“população feminina” apareciam apenas duas vezes: uma no programa de combate à violência contra a mulher e outra no programa para reduzir a morbimortalidade materna, no Ministério da Saúde (AMB, 2001, p. 37).

Notadamente, como afirma o balanço, não se permaneceu no mesmo lugar em relação às políticas para as mulheres; entretanto, pouco se avançou, continuando-se a vivenciar programas pontuais, insuficientes e desarticulados. No que se refere ao segundo PPA (2008-2011), não se garantiu o mesmo processo participativo vivenciado no anterior e, no que se refere às políticas para as mulheres, não houve alterações significativas.

Diante disso, concordo com as análises do balanço da AMB ao afirmar que, analisando o conjunto das políticas para as mulheres no governo Lula, verifica-se que não foram concebidas e materializadas a partir do enfrentamento as desigualdades vivenciadas por inúmeras brasileiras, fato que pode ser explicado pela direção da política econômica do governo. Sua opção não foi por uma reforma social, política, econômica do Estado brasileiro, mas pelo continuísmo do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, baseada na financeirização da economia. Diante dessa orientação, jamais implementaria políticas que tocassem no cerne das desigualdades de nossa sociedade.

Concernente à rede de serviços destinada ao atendimento às mulheres, verificou-se um aumento significativo – todavia, na prática convivem com instituições em condições estruturais precárias, sem condições de garantir um serviço de qualidade, sem recursos humanos suficientes. Quando se analisam os municípios de portes menores, tem-se um grande descaso com a implementação desses serviços. A AMB constatou em seu processo de monitoramento que

Um dos problemas identificados em nossas ações de monitoramento foram os entraves do sistema federativo, que obstaculiza muitos procedimentos de transferência de recursos. Outra questão é o despreparo dos recursos humanos e a prática de contratação por serviços temporários, levando a equipes provisórias nos serviços, prática muito comum em muitos governos estaduais e municipais (AMB, 2011, p. 48).

As observações em nível nacional e local que o relatório da AMB aponta ressoam na realidade cearense. No caso do Estado, há certa dissonância na organização das políticas para as mulheres no que se refere, por exemplo, à rede de atendimento à mulher em situação de violência. Existe a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (Cepam), criada em 2010 e ligada ao gabinete do governador, anos após a existência do Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (Ceram), que iniciou suas atividades em 2004 e está ligado à

Secretaria de Saúde do Estado, e do abrigo Casa do Caminho, em funcionamento desde 1992, sendo gerido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).

Em relação ao município de Fortaleza, com a gestão da então prefeita Luizianne Lins, do mesmo partido do ex-presidente Lula, as políticas para as mulheres foram organizadas de maneira diferenciada do fluxo dado pelo Estado. Em 2007, oficializam a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres em Fortaleza, ligada ao Gabinete da Prefeita, mas com a responsabilidade, o que difere do Estado, de organizar a Rede de Atendimento à Mulher e coordenar as instituições ligadas às políticas para as mulheres.

Essas duas maneiras de gerir as políticas para as mulheres determinam o trabalho a ser desenvolvido. A pesquisa de campo demonstrou que as profissionais referem-se à rede municipal como mais bem organizada do que a estadual. As entrevistadas citaram o Ceram afirmando não conhecer o trabalho que desenvolvem os profissionais que executam os serviços, e mesmo as profissionais que pertencem ao Estado afirmam que costumam encaminhar as mulheres para o centro municipal.

O contexto cearense demonstra que, mesmo com as contradições dos governos petistas, muitos seguiram a tendência federal e investiram em políticas setoriais, como no caso das mulheres. Logicamente, como bem aposta o balanço da AMB, não se superam as contradições e os limites. As profissionais entrevistadas constataram tais elementos, afirmando que, a partir da gestão do PT, mesmo asseverando as dificuldades, houve ganhos significativos no âmbito das políticas para as mulheres.

A análise certa do balanço nos traz elementos para compreendermos o Brasil antes e após o governo Lula no que se refere às políticas para as mulheres e na sociedade como um todo. Por exemplo, no período de Lula no poder, pode-se verificar que as políticas de redução da pobreza obtiveram impactos positivos na vida de inúmeros brasileiros/as que conviviam em situação de extrema pobreza. Contudo, como afirma AMB, as políticas de transferência de renda não redistribuíram riqueza, não reduziram as desigualdades entre ricos e pobres, apenas garantiram algumas condições mínimas de sobrevivência, como bem afirma Lula: muitos/as brasileiros/as passaram a realizar três refeições diárias, o que não garantiu a mudanças estruturais necessárias.

Os recursos desses programas, como, por exemplo, o Bolsa Família, advêm em sua maioria das arrecadações tributárias dos/as próprios/as trabalhadores/as, e não das taxações das fortunas. “Ademais, como o principal peso dos impostos recai sobre o consumo, os recursos gastos com alimentação e necessidades básicas voltam aos cofres públicos pelas mãos daquelas que foram beneficiadas pelo programa” (AMB, 2011, p. 52).

Aliado a esse contexto, os benefícios concedidos, como no caso do Bolsa Família, vêm reforçando as tradicionais concepções relegadas à família e à mulher. No caso da política de assistência social, constata-se seu caráter familista, reforçando a função da mulher no âmbito da reprodução social.

De acordo com a AMB, um ponto positivo desse programa refere-se à titularidade do benefício destinada às mulheres, o que vem favorecendo a ruptura com a dependência financeira dos companheiros. Todavia, no que concerne ao cumprimento das condicionalidades, relacionadas com a frequência escolar dos/as filhos/as e os cuidados com a saúde, como no caso da atualização do cartão de vacinação, traz à tona a sustentação do trabalho reprodutivo no âmbito de a família ser responsabilidade da mulher, reforçando seu papel como mãe e dona de casa.

A exigência do cumprimento de condicionalidades pelas mulheres reforça seu lugar no trabalho reprodutivo e como as principais responsáveis pela ruptura com o que se chama de ciclo geracional da pobreza. Nesse sentido, mantém um componente neofamilista e conservador, que pode ser reforçado a depender da orientação das secretarias e órgãos de governo responsáveis pelo cadastramento e monitoramento do benefício (AMB, 2011, p. 59).

Em síntese, vivenciamos um período de avanços e recuos. Não se pode negar que a criação da SPM veio fortalecer uma rede de atendimento e serviços destinados às mulheres, como a ampliação das delegacias e casas-abrigos, bem como a criação de diversos equipamentos destinados ao enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que

[...] desde a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram fortalecidas por meio da elaboração de conceitos, diretrizes, normas; e da definição de ações e estratégias de gestão e monitoramento relativas à temática. Até então, as iniciativas de enfrentamento à violência contra as mulheres constituíam, em geral, ações isoladas e referiam-se basicamente a duas estratégias: a capacitação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e a criação de serviços especializados, mais especificamente Casas-Abrigo e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (BRASIL, 2011b, p. 7).

Essa ampliação pode ser constatada em diferentes leis e documentos publicados pela SPM, como no caso dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, a Norma Técnica do

Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e a Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. É inegável que as ações na área da violência contra a mulher foram ampliadas e serviços como Centro de Referência de Atendimento às Mulheres, Defensorias da Mulher, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Promotorias Especializadas passaram a compor a rede de enfrentamento e atendimento às mulheres em situação de violência.

Um marco regulamentador das políticas para as mulheres no eixo da violência contra a mulher é o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, fruto das discussões da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007, que ampliou e criou novos eixos de intervenção. Ao avaliarem as ações I Plano Nacional, indicaram algumas insuficiências, como: a inexistência de organismos de políticas para as mulheres nos governos municipais e estaduais; o orçamento insuficiente para as políticas; a criminalização do aborto; a escassa incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas; o não compartilhamento das tarefas domésticas entre homens e mulheres; a fragilidade dos mecanismos institucionais de políticas para as mulheres (BRASIL, 2008).

Isso corroborou na aprovação de outros eixos estratégicos, como a participação das mulheres nos espaços de poder, tornando-se objetos das políticas orientadas para a igualdade de gênero. Concederam mais visibilidade às ações regulamentadas já pelo I Plano, como os temas: cultura, comunicação e mídia; meio ambiente, desenvolvimento sustentável e segurança alimentar; acesso à terra e à moradia; enfrentamento às desigualdades raciais e geracionais; entre outros (BRASIL, 2008).

A II Conferência ratificou os acordos, pressupostos, princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres, corroborando que os Planos Nacionais promulgam conjunturas específicas e que a Política Nacional “é a linha mestra das diferentes ações que integram os planos nacionais” (BRASIL, 2008, p. 27).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência está tanto fundamentada nos Planos como também faz parte da Política Nacional para as Mulheres. O Plano Nacional, tanto o I como o II, possui um capítulo destinado ao enfrentamento à violência contra a mulher e determina como um dos objetivos a criação de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Com a realização da I e da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (I e II CNPM) e com a construção coletiva de dois Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres é consolidado como um eixo intersetorial e prioritário no campo

das políticas para as mulheres. Assim, a partir do PNPM, as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres não mais se restringem às áreas da segurança e assistência social, mas buscam envolver diferentes setores do Estado no sentido de garantir os direitos das mulheres a uma vida sem violência (BRASIL, 2011b, p. 16-17).

O objetivo geral da política é enfrentar a violência contra a mulher a partir de uma perspectiva de gênero e da visão integral do fenômeno. A finalidade é estabelecer os conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção, combate, enfrentamento e assistência às mulheres em situação de violência. O enfrentamento se baseia numa ação conjunta de todos os órgãos envolvidos nessa questão, como saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, a fim de desconstruir as desigualdades, enfrentando as discriminações de gênero e a violência contra a mulher com ações que interfiram nos padrões machista e sexista de nossa realidade, garantindo atendimento qualificado e humano às mulheres em situação de violência.

A prevenção constitui-se de ações educativas e culturais que difundam valores éticos e igualitários, almejando a desconstrução dos estereótipos e discriminações de gênero e raça/etnia, por intermédio de campanhas que incluam essas pautas. O combate se dá por meio do estabelecimento e cumprimento das normas penais de punição e responsabilização do autor da violência, e a política prevê ações de implementação da Lei Maria da Penha, principalmente a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A garantia dos direitos humanos das mulheres são iniciativas criadas para favorecer a superação da violência, o acesso à justiça e o resgate da sua condição de sujeito de direito. Em relação à assistência, a política busca garantir o atendimento humanizado às que estão em situação de violência por meio da capacitação e formação continuada dos agentes públicos e comunitários, principalmente a

[...] criação de serviços especializados (Casas-Abrigo, Centros de Referência, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher); e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento (articulação dos governos Federal, Estadual/Distrital, Municipal e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento) (BRASIL, 2011b, p. 27).

Conforme a SPM, as prioridades na área da violência contra as mulheres são: ampliação e aperfeiçoamento da Rede de Prevenção e Atendimento às mulheres em situação de violência; a implementação da Lei Maria da Penha e das normas jurídicas nacionais e

internacionais; a promoção de ações de prevenção; a atenção à saúde das mulheres em situação de violência; a sistematização dos dados de violência; e a promoção dos direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2011b).

Essas prioridades e ações encontram-se fortalecidas por meio do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado em agosto de 2007, que consiste numa estratégia de integração entre Governo Federal, estados e municípios no que se refere às ações de enfrentamento à violência contra a mulher e à descentralização das políticas públicas para essa área, por intermédio “[...] de um acordo federativo, que tem por base a transversalidade de gênero, a intersetorialidade e a capilaridade das ações referentes à temática” (BRASIL, 2011c, p. 11).

A partir das negociações do pacto, houve uma mudança em relação aos tipos de serviços financiados pela SMP nos estados e nos municípios, por exemplo: em 2008 os convênios tiveram como objeto principal os Centros de Referência de Atendimento às Mulheres e Casas-Abrigos. O pacto tem como um dos eixos a ampliação e o fortalecimento da rede de serviços para as mulheres em situação de violência, algo observável, pois, mesmo com todas as dificuldades e contradições da política, o Brasil conseguiu ampliar os serviços e programas de atendimento às mulheres no eixo da violência.

A rede de atendimento contemporânea é completamente diferente do que as feministas na década de 1980 encontravam para atender às mulheres em situação de violência. Geralmente esses atendimentos ficavam a cargo apenas das delegacias e dos SOS Mulher. O conceito de rede, além de responsabilizar o Estado na intervenção, traz à tona que a violência contra a mulher não é um problema privado, mas público e historicamente presente em nossa sociedade, alimentando desigualdades e violências, o que necessita de serviços e instituições especializadas.

Para a SPM, o conceito de rede pressupõe a articulação entre instituições e serviços governamentais, não governamentais e a comunidade empenhada no enfrentamento à violência contra a mulher. Afirma ainda que a constituição de uma rede “busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a cultura, entre outras” (BRASIL, 2011d, p. 8).

Os principais serviços que compõem a rede na esfera governamental são: Centros de Referência de Atendimento à Mulher; Núcleos de Atendimento à Mulher – Casas-Abrigo; Casas de Acolhimento Provisório; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams); Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher; Delegacias Comuns da Polícia Civil e

Militar; Instituto Médico Legal; Defensorias da Mulher; Juizados de Violência Doméstica e Familiar; Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; Ouvidorias; Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres; serviços de saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica; Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos; Núcleo da Mulher da Casa do Migrante (BRASIL, 2011d).

A rede tem por objetivo efetivar os eixos assegurados pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, ou seja, combate, prevenção, assistência e garantia de direitos. Existe uma diferenciação entre rede de enfrentamento e rede de atendimento. A primeira é composta por agentes governamentais e não governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas; organismos de políticas para as mulheres; ONGs feministas; movimento de mulheres; conselhos dos direitos das mulheres; outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres; serviços/programas voltados para a responsabilização dos autores da violência; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos habitacionais, educacionais, trabalhista, culturais; e serviços especializados e não especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011d).

A rede de atendimento, que faz parte da rede de enfrentamento, é mais restrita e específica, refere-se apenas aos serviços destinados à mulher em situação de violência se dividindo nas áreas de saúde, justiça, segurança pública e assistência social. Além de ser composta por dois tipos de serviços, os não especializados e os especializados no atendimento às mulheres.

Os serviços não especializados são, por vezes, a porta de entrada da mulher na rede de atendimento e nos serviços especializados e são constituídos por: hospitais gerais; serviços de atenção básica; Programa Saúde da Família; delegacias comuns da polícia militar, civil e federal; Centros de Referência de Assistência Social (Cras); Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas); Ministério Público; Defensorias Públicas (BRASIL, 2011d).

Os serviços especializados são os que atendem exclusivamente as mulheres em situação de violência e são especialistas na temática da violência contra a mulher, sendo composto por: Centros de Referência de Atendimento à Mulher; Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; Centros Integrados da Mulher; Casas-Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas de Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher; Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas; Promotorias Especializadas; Juizados Especiais de Violência Doméstica

e Familiar contra a Mulher; Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; Ouvidoria da Mulher; serviços de saúde; Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos; Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante (BRASIL, 2011d).

No caso do Ceará, a rede de atendimento à mulher em situação de violência é formada pelas seguintes instituições: Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (são sete delegacias, uma em cada município: Juazeiro do Norte, Crato, Sobral, Caucaia, Fortaleza, Maracanaú, Iguatu); Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher (Hospital Distrital Gonzaga Mota – Messejana – Fortaleza; Hospital Distrital Governador Gonzaga Mota – José Walter – Fortaleza; Hospital Nossa Senhora da Conceição – Conjunto Ceará – Fortaleza); dois Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, um em Juazeiro do Norte e outro em Fortaleza; duas Promotorias Especializadas/Núcleos de Gênero do Ministério Público, um em Juazeiro do Norte e outro em Fortaleza; três Núcleos/Defensorias Especializados de Atendimento à Mulher, a Defensoria Pública do Estado do Ceará – Fortaleza, o Núcleo de Gênero Pró-Mulher – Fortaleza e o Núcleo de Gênero Pró-Mulher – Sobral; 15 Centros de Referência de Atendimento à Mulher (Cedro, Boa Viagem, Tianguá, Juazeiro do Norte, Mauriti, Itapipoca, Redenção, Maranguape, Tauá, Quixadá, Limoeiro do Norte, Iguatu, Viçosa do Ceará e dois em Fortaleza, um municipal e um estadual); e, por fim, duas casas-abrigo em Fortaleza, uma estadual e outra municipal.

Esta pesquisa visa a analisar a atuação profissional na rede de atendimento às mulheres em situação de violência nos seis serviços especializados de Fortaleza-CE, sendo dois no eixo do enfrentamento e combate, que se refere às ações punitivas e ao cumprimento da Lei Maria da Penha e das normas penais que punam e responsabilizem os autores da violência, tendo como grande expressão os juizados e as delegacias; e os outros no eixo da assistência à mulher em situação de violência, a Casa-Abrigo Municipal Margarida Alves, a Casa do Caminho (estadual), o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em situação de Violência Francisca Clotilde (CRM) e o Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (Ceram)¹⁰.

A escolha da delegacia de Fortaleza como uma das instituições de investigação refere-

¹⁰ Várias foram as tentativas de contato para a realização da entrevista com a assistente social do Ceram – contudo, era informada que estava de licença fazia algum tempo e não sabiam me informar quando retornaria. Consegui contatar uma das profissionais do centro, através de uma amiga em comum. Ela agendou a entrevista, esclarecendo que a data deveria ser aproveitada, pois a profissional entraria de férias e não saberia quando retornava. No dia agendado, compareci ao Ceram, que encontrava-se fechado. Contatei a profissional que conseguiu agendar a entrevista, mas ela não soube me informar os motivos do não funcionamento. A profissional saiu de férias e não se sabe a data do retorno. Diante dessa situação, decidi continuar a pesquisa de campo com as que se disponibilizaram e não realizar a pesquisa no Ceram.

se a sua importância histórica no combate à violência. Sua função é apurar e investigar os crimes, bem como expedir as medidas protetivas de urgência. É o órgão de entrada para a instauração do inquérito policial que irá embasar o processo criminal futuramente.

Os órgãos que trabalham articulados com as delegacias são os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, responsáveis por julgar e executar os crimes determinados pela Lei Maria da Penha. A importância do trabalho dos juizados e das delegacias se refere ao tratamento dado às ações violentas. Sem esses órgãos, a violência contra a mulher não seria tratada como crime e nem passível de cumprimento da pena privativa de liberdade.

A Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza (DDM) foi criada no dia 5 de dezembro de 1986 através do Decreto 18.267, na gestão do governador Luiz Gonzaga Fonseca Mota, a partir da intensa mobilização do movimento feminista cearense. A DDM é um órgão ligado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará e tem por objetivo oferecer atendimento especializado aos casos de violência contra a mulher (FREITAS, 2008).

A delegacia se localiza na Rua Manoelito Moreira, nº 12, no Centro, funcionando durante a semana de 8 horas a 18 horas, com toda a equipe. A partir das 19 horas, permanece uma policial à noite para os registros dos boletins de ocorrência. De acordo com a delegada titular, a instituição não conta com equipe plantonista durante a semana no período da noite, apenas nos finais de semana possuem plantão de 24 horas.

A delegacia é composta pelos seguintes setores: recepção; sala de espera das mulheres; serviço de supervisão e controle de cartório; cartório; seção de registro de ocorrências; serviço social; cozinha; dois banheiros. Seu quadro técnico comporta 38 policiais, sendo oito do sexo masculino, além da inspetora e da assistente social.

Em entrevista com a delegada, ela afirmou que a estrutura da delegacia é inadequada, não possui sala de espera apropriada e nem cela para os acusados e autores da violência. Além disso, necessitam: de um espaço específico para atender as mulheres que chegam machucadas e acabam expostas na recepção; outra sala para as crianças; de um cartório individual para cada atendimento com a escrivã, já que todos os atendimentos acontecem em um mesmo espaço e, no caso dos boletins de ocorrência, a divisória não dá conta de se garantir o sigilo; e de um espaço para alojamento das mulheres que chegam à noite, pois as casas-abrigo não as recebem durante esse turno, e essas mulheres não têm para onde ir. De acordo com a delegada, o prédio atual

[...] não tem estrutura adequada, a gente está vendo a possibilidade de construção de outro prédio nos moldes que manda a Secretaria de Políticas para as Mulheres, mas a gente ainda não conseguiu [...] está em vias de conseguir. [...] Assim, é até um grande desejo meu, muito grande, de só sair daqui – porque eu já estou no meu limite pessoal de estar aqui –, mas eu só quero sair quando eu conseguir instalar como eu acho que deve funcionar de forma adequada, com as normas, porque é diferente uma delegada que já está há oito anos numa delegacia, praticamente eu tenho conhecimento prático de tudo o que é necessário.

Em relação à criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, partiu da promulgação da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), em substituição aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, os quais trabalhavam com a questão da violência contra a mulher.

Conforme Dias (2007, p. 138), a criação do JVDFCM foi um dos maiores avanços concedidos através da LMP, por propiciar um espaço jurídico especializado em conduzir os processos de violência doméstica ou familiar contra a mulher. São juizados que integram a Justiça comum e tem por função o “[...] julgamento e execução das ações cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher”.

Em Fortaleza, o Juizado foi criado pela Lei 13.925/2001, tendo como fim específico coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e por competência [...] julgar e executar os feitos cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006” (BRASIL, 2007, p. 1). É composto por uma Juíza Titular, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria e equipe multidisciplinar e se localiza na Av. da Universidade, nº 3288.

Os JVDFCM também têm por competência a apreciação e execução das medidas protetivas de urgência, o julgamento das ações penais decorrentes dos inquéritos policiais, o processo, o julgamento e a execução das ações ordinárias que visam a garantir um direito ou uma obrigação civil posta tanto pela vítima como pelo Ministério Público.

Articulados com os serviços prestados pelas delegacias e juizados, há os Centros de Referência e Atendimento à Mulher que são espaços primordiais de acolhimento e atendimento social e psicológico, ordenação e encaminhamentos das mulheres. A não escolha apenas pelos órgãos jurídicos refere-se ao fato da compreensão de que a rede é formada por outros serviços de naturezas e objetivos diferentes, mas que se complementam e se articulam no processo de intervenção no fenômeno da violência contra a mulher.

A cidade de Fortaleza conta com dois centros, um municipal e outro estadual. O Ceram, organizado em nível estadual, funciona em Fortaleza desde 2004 e tem por missão prestar assistência integral e humanizada às mulheres em situação de violência. Conforme

informações retiradas do site da Secretaria de Saúde do Estado, o centro oferece assistência e serviços gratuitos para as mulheres, realiza acolhimento interdisciplinar, contando com médico ginecologista, psicólogas, assistentes sociais, enfermeira e técnicos jurídicos. Atualmente, funciona na Rua Pe. Francisco Pinto, 363, Benfica, próximo à DDM, o que pode facilitar os encaminhados e o fluxo de atendimento entre esses dois serviços.

O Centro de Referência Francisca Clotilde é vinculado à Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres do município de Fortaleza e foi implantado dia 8 de março de 2006. Tem por objetivo prestar atendimento psicológico e social, bem como orientação jurídica, às mulheres em situação de violência. Sua sede está localizada na Rua Gervásio de Castro, nº 53, no Benfica, e funciona durante a semana de 8 horas a 20 horas, e nos finais de semana e feriado em regime de plantão, das 6 horas às 18 horas.

A Casa-Abrigo, atualmente denominada Margarida Alves, também é vinculada à Coordenadoria Municipal, foi implantada em 11 de dezembro de 2006 e tem por missão e objetivo atender as mulheres em situação de violência e em risco de morte, oferecendo moradia às mulheres e a seus filhos menores, ofertando atendimento integral e multiprofissional. Funciona 24 horas por dia. Por ser um serviço sigiloso, não se pode divulgar o endereço. No caso da entrevista com a profissional, não foi autorizado pela coordenadoria realizá-la na instituição, sendo possível sua feitura no outro local de trabalho da profissional.

Em relação à Casa do Caminho, instituição estadual vinculada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), foi autorizada a realização da entrevista na própria instituição, uma vez que fui estagiária da STDS por dois anos, facilitando minha entrada em campo, mesmo necessitando resguardar o sigilo de endereço. A referida instituição foi criada em dezembro de 1992 e, conforme Santana (1999), nacionalmente é a segunda instituição mais antiga com essa especificidade de funcionamento e atendimento. O objetivo da instituição é atender as mulheres em situação de violência, oferecendo moradia, a fim de garantir sua integridade física e psicológica, bem como proteção às que estão correndo risco de morte, abrigando também seus filhos menores de idade. Funciona 24 horas por dia.

O tópico seguinte apresenta a especificidade da pesquisa, enfocando a discussão sobre o percurso metodológico, o método, os instrumentos e as técnicas adotadas para a pesquisa de campo.

2.3 Especificidade da pesquisa

Nós, que somos profissionais do social, temos uma riqueza de prática, uma riqueza de vida que poucas profissões têm, temos uma atividade que se constrói na trama do cotidiano, que se constrói nas tramas do real. Discutir a prática social traz, hoje, como exigência a discussão não só da identidade dessa prática, mas do contexto onde se realiza, de suas articulações e finalidades. Não podemos pensar nas práticas sociais como práticas universais abstratas, que caibam em qualquer contexto, que respondam a qualquer problema. As práticas são eminentemente construções sociopolíticas, são eminentemente históricas. Até para que se garanta a legitimidade dessas práticas, é indispensável que as realizemos pela via da construção coletiva (MARTINELLI, 1999, p. 13).

Iniciar a discussão metodológica da pesquisa com essa reflexão de Martinelli (1999) possibilita refletir que, para as profissões intervirem no real, requer-se discutir e buscar compreender a totalidade que encobre os fenômenos sociais, os quais são objetos de intervenção e análises de inúmeras profissões. A autora nos esclarece que, como prática social, exige-se que se discuta não apenas a identidade dessa prática, mas o solo onde se realiza, suas finalidades e objetivos. E um dos mecanismos de desvendamento desse real pode ser a pesquisa científica.

Conforme Minayo (2010), a pesquisa é uma prática teórica, eu diria um tipo de práxis social, um conhecimento provisório e inacabado, por ser uma atividade de aproximação do real, nunca é definitiva, pois o real é bem mais complexo do que consigo extrair da pesquisa, como afirma Martinelli (1999, p. 19): “assim como a vida, também a pesquisa só é possível reinventada!”.

A pesquisa é composta de um leque de elementos. Como afirma Minayo (2010), combina teoria e dados, pensamento e ação, de tal modo que é uma atividade complexa, por vezes cansativa, mas muito instigante por possibilitar o entendimento dos fenômenos sociais a partir de alguns prismas e análises.

Na contemporaneidade, existe um extenso arsenal bibliográfico dedicado a discutir metodologia da pesquisa, destacando suas naturezas, métodos, técnicas e instrumentos. Como qualquer outro objeto de estudo, o debate sobre a metodologia na pesquisa é recheado de consensos, porém muito mais de dissensos. Mesmo não aprofundando essas questões, quero sinalizar que, para se pesquisar, é necessário minimamente que se adote um método de pesquisa que lhe ilumine na apreensão dos fenômenos, técnicas e instrumentos de pesquisa para facilitar a captação do real.

Minayo (1993), parafraseando Lênin (1995), evidencia que “o método é a alma da teoria”, ou seja, é o caminho do pensamento do pesquisador/a e a prática exercida na abordagem da realidade. Elencar em qual método me baseio para entender o objeto de investigação é fundamental no processo de investigação.

Considero de extrema importância compreender os fenômenos, objetos de pesquisa, as expressões da questão social por meio de sua processualidade e totalidade, trazendo a singularidade, particularidade e universalidade das questões, como busquei fazer em relação às categorias de análise, em conjunto com os dados do campo.

Tenho identidade com o materialismo histórico e dialético e, por meio dele, desde minha monografia de graduação no curso de serviço social, venho buscando aprofundar seu conceito e determinações para compreender a sociedade e suas nuances. Neste trabalho, irei me guiar a partir do referido método.

Compreendo que as relações sociais e os fenômenos vivenciados na sociedade, tal como a violência contra a mulher, tem por fundamento o modo como mulheres e homens produzem materialmente a sua existência, portanto, no modo de produção vigente.

Conforme Netto (2009), para Marx a teoria não se resume à pesquisa de um objeto, à descrição e ao detalhamento deste, expressando a relação entre causa e efeito, mas a define como uma modalidade de conhecimento tal como a arte e o conhecimento mágico-religioso. Como retrata o autor,

[...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é para Marx a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa (NETTO, 2009, p. 673).

Netto (2009) afirma que o objeto da pesquisa possui objetividade, não dependendo do pesquisador para existir. Este precisa ir além da aparência que o objeto demonstra, iniciando o processo de conhecimento, para assim adentrar na essência dele.

Esse método de análise da realidade entende que o/a pesquisador/a necessita possuir conhecimento teórico, criatividade e imaginação para compreender, criticar e analisar a realidade na qual o objeto se encontra. Assim, é necessário elencar instrumentos que lhe propiciem colher essas informações. Esses instrumentos não são o método propriamente dito,

uma vez que podem ser utilizados por diferentes concepções teóricas e metodológicas¹¹.

Nesta pesquisa, os instrumentos utilizados terão como base o materialismo histórico e dialético, que entende a totalidade concreta da realidade contemporânea, constituída por totalidades de menor complexidade, formando essa totalidade mais geral.

Como afirma Netto (2009), para Marx o método de pesquisa exprime a postura que o/a pesquisador/a terá com o objeto a ser pesquisado. Esse método também proporciona apreender que as categorias analisadas numa pesquisa não são eternas, nem naturais, são historicamente determinadas e se expressam diferentemente nas variadas e distintas formas de organização da produção.

Na dialética, há a presença da contradição como inerente à pesquisa e ao movimento do objeto. O percurso metodológico que nos permite construir o conhecimento se dá, segundo Marx, pelo caminho de ida e volta do singular para o universal e vice-versa – um percurso que pretende dar conta das particularidades percebidas e observadas (ARAÚJO, 2003).

A violência contra a mulher nesta pesquisa é compreendida historicamente, estando interligada com a totalidade da vida social. Essa compreensão não desconsidera as particularidades dos fenômenos sociais, mas sim entende que a totalidade é composta pela conexão desses vários fenômenos e que neles há uma retroalimentação constante entre os polos contraditórios, que só analisados de forma crítica e ampla resultarão numa síntese profunda e analítica da realidade estudada.

Neste estudo, busco pautar as conexões dialéticas entre as particularidades e a totalidade social, relações que dão materialidade ao problema proposto, uma vez que as características estruturais do modelo atual perpassam as diferentes dimensões da vida dos sujeitos, seja no âmbito do trabalho em si, seja na reprodução de valores que fundamentam tal realidade (FILHO, 2010).

Fundamentada nesse método, busco compreender a atuação profissional a partir de uma pesquisa teórica sobre as categorias trabalho, instrumentalidade, relações de gênero e violência contra a mulher, articulando com a pesquisa de campo junto às assistentes sociais que atuam na Rede de Atendimento à Mulher de Fortaleza (RAMF), objetivando compreender a função social da profissão nesse campo de atuação, suas competências, atribuições e desafios, trazendo para o centro do debate as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que compõem o serviço social.

Nesse ensejo de análise, debate-se consideravelmente sobre a diferenciação da

¹¹ Entendemos por instrumento as técnicas de pesquisa como diário de campo, entrevistas, observação, análise documental, entre outros.

natureza da pesquisa, qualitativa, quantitativa ou qualitativa-quantitativa. Parece-me que se tornou um consenso, e até mesmo uma obrigatoriedade, colocar a dita natureza da pesquisa; em quase todos os trabalhos na área das Ciências Humanas e Sociais, encontra-se essa delimitação.

De acordo com Minayo (2010), a pesquisa qualitativa se aplicaria ao estudo da história, das relações, das crenças, das percepções e das opiniões dos sujeitos sobre diversos fenômenos, bem como sobre si e seus modos de vida. Já o método quantitativo tem por objetivo elencar dados e indicadores observáveis, que por vezes se voltam mais para estatísticas, gráficos e números sobre um determinado dado. A autora também ressalta a possibilidade de se usar os dois métodos de pesquisa, afirmando ser um desafio ao pesquisador/a. Apesar disso, esse uso pode mostrar que:

(1) elas não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto de pesquisa; (2) uma investigação de cunho quantitativo pode ensejar questões passíveis de serem respondidas só por meio de estudos qualitativos, trazendo-lhe um acréscimo compreensivo e vice-versa; [...] (5) que em lugar de se oporem, os estudos quantitativos e qualitativos, quando feitos em conjunto, promovem uma mais elaborada e completa construção da realidade, ensejando o desenvolvimento de teorias e de novas técnicas cooperativas (MINAYO, 2012, p. 76).

De acordo com Baptista (1999), a pesquisa quantitativa dominou as investigações nas ciências humanas e sociais até meados da década de 1970, tendo como um dos seus principais sustentáculos o positivismo. Todavia, como afirma Martinelli (1999, p. 20), “[...] a pesquisa quantitativa era importante para dimensionar os problemas com os quais trabalhamos, para nos trazer grandes retratos da realidade, mas era insuficiente para trazer as concepções dos sujeitos”.

Definiu-se que o dado numérico instrumentaliza o/a pesquisador/a, mas não engendra, por si só, o entendimento dos fenômenos mais profundamente. Na pesquisa qualitativa, consideram-se os sujeitos e sua inserção em determinados contextos; assim, “[...] essa pesquisa tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito” (MARTINELLI, 1999, p. 21).

Baptista (1999, p. 34), em suas considerações sobre pesquisa, contrapõe a ideia de que a pesquisa qualitativa é oposta à quantitativa, uma vez que “[...] a questão é de ênfase e não de exclusividade e/ou divergência [...] a abordagem quantitativa, quando não exclusiva, serve de fundamento ao conhecimento produzido pela quantitativa”, significando dizer que possuem

uma relação de complementaridade, mas sabe-se elencar suas especificidades.

Uma das diferenças básicas em relação a essas duas formas de pesquisa se refere às técnicas de coleta de dados. Baptista (1999) afirma que as mais usadas em abordagens qualitativas são: história de vida, história oral, observação participante, estudo de caso, análise de conteúdo, entrevista, pesquisa-ação e estudos etnográficos, pois “[...] vamos privilegiar instrumentos que superem o questionário, o formulário e que vão incidir mais na narrativa oral, na oralidade. Se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas” (MARTINELLI, 1999, p. 22).

Martins (2005) e Netto (2009) não descartam a maneira pela qual o dado se manifesta, a aparência do fenômeno. Pelo contrário, é a partir dessa aparência que se prosseguem análises e estudos. A questão é superá-la para o entendimento da essência, compreendendo os fenômenos em sua processualidade e a totalidade entre a singularidade, a particularidade e a universalidade.

A questão é quando centralizo nas opiniões e percepções do sujeito e desconsidero que suas condições materiais de vida e de trabalho determinam seus modos, valores e vivências. Objetivo compreender a atuação das assistentes sociais na rede de atendimento à mulher em situação de violência, partindo de suas falas, opiniões e percepções, por meio das entrevistas e observações. Contudo, jamais me limitarei ao encontrado no empírico, sem compreender a sociedade na qual se insere o serviço social, as condições e relações de trabalho do/a assistente social, como as relações de gênero e a violência contra a mulher se manifestam e foram historicamente compreendidas. A finalidade não é apenas as opiniões das entrevistadas, mas partir dessas para a compreensão de um fenômeno maior que se refere aos desafios contemporâneos da atuação do serviço social nas diversas expressões da questão social. A particularidade é a referência primária na construção do conhecimento, pois nenhum objeto de análise ou fenômeno se expressa apenas em sua singularidade ou universalidade. Em síntese, concordo com Martins (2005) quando afirma:

Ocorre, porém, que nenhum fenômeno se expressa apenas em sua singularidade ou universalidade. Como opostos, se identificam, e a contínua tensão entre eles (singular-universal) se manifesta na configuração particular do fenômeno. Em sua particularidade ele assume as especificidades pelas quais a singularidade se constitui em dada realidade de modo determinado, porém não completo, não universal. Ainda segundo Luckács, o particular representa para Marx a expressão lógica da categoria de mediação entre o específico (singular) e o geral (universal), que não podem ser compreendidos de modo isolado e por si mesmos (MARTINS, 2005, p. 11-12).

Ao tratar sobre a pesquisa de campo, encontro na abordagem qualitativa a possibilidade de definir as melhores técnicas e instrumentos de coleta de dados. Como citado por Baptista (1999), algumas técnicas são mais adequadas ao estudo qualitativo – no nosso caso, a entrevista e a observação serão as usadas no processo investigativo.

De acordo com Minayo (2010), em seu sentido amplo a entrevista se define como uma comunicação verbal; restritamente, significa a coleta de informação sobre um determinado tema. É uma conversa que objetiva captar informações pertinentes ao objeto de pesquisa. Como afirma Neto (1996), não se trata de uma conversa neutra sem pretensões: tem objetivos bem definidos, ou seja, coletar elementos proeminentes a um determinado tema científico.

As entrevistas se caracterizam pela sua forma de organização que, conforme Minayo (2010), pode ser: sondagem de opinião; entrevista semiestruturada; entrevista aberta ou em profundidade; entrevista focalizada. A entrevista semiestruturada se adapta melhor aos objetivos do meu trabalho, que obedece a um roteiro apropriado para a pesquisa.

No caso das entrevistas, os roteiros são seus principais instrumentos de coleta de dados. Diferentemente do caráter de perguntas fechadas de um questionário, o roteiro possibilita (Apêndices A e B) listar os temas da investigação, permitindo perguntas abertas e fechadas, mas, prioritariamente, como no caso da semiestruturada, questões abertas que permitam a flexibilidade da conversa, a fim de absorver elementos primordiais para a investigação.

A escolha das entrevistadas diretas teve como critérios de inclusão as profissionais que atendem as mulheres em situação de violência nas instituições pesquisadas, o interesse em participar da pesquisa e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹² (Apêndice C). Como critério de exclusão, considerou-se a/o profissional que não se interessasse pela temática pesquisada e por responder as questões expressas no roteiro de entrevista.

Das entrevistas realizadas, tive dificuldades para entrevistar a assistente social da DDM. Antes do feriado da Semana Santa, ao perceber que a delegacia estava com um fluxo menor de atendimento e que a assistente social só teria uma audiência para aquela quarta-feira, aproveitei a oportunidade. Solicitei a entrevista, mostrei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), expliquei que as informações seriam analisadas para a pesquisa e o sigilo assegurado, porém, antes de iniciar pediu para ler o roteiro de entrevista, afirmou que era extenso e não que tinham condição de responder naquele momento. Argumentei que não

¹² A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) objetiva resguardar os direitos das entrevistadas, o sigilo de algumas informações e a análise coerente com a realidade encontrada em campo.

precisava responder tudo, que não era algo tão formal, mas uma conversa sobre o trabalho do serviço social. Todavia, insistiu afirmando que não tinha como responder, por isso levaria o roteiro para casa e me entregaria após o feriado. Não tive como reverter a situação: a profissional não estava à vontade e não podia dificultar as relações no campo de pesquisa.

Das questões que me entregou respondidas por escrito, referia-se à violência contra a mulher e à Lei Maria da Penha, não respondendo nenhuma sobre o serviço social. Afirmou que o roteiro era cansativo e considerava algumas questões sem necessidade de resposta, como as que se referiam à capacitação continuada e à participação em eventos. Decidi não insistir e tentar captar alguns elementos durante a observação das audiências que realizava. É significativo a profissional não se sentir à vontade para responder sobre a profissão.

As entrevistas possibilitaram traçar elementos do perfil social, econômico e cultural das/os profissionais, das competências e atribuições que a/o profissional desenvolve no seu espaço ocupacional e das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

No início da realização da pesquisa de campo, antes da qualificação do projeto de dissertação, a proposta seria realizar a pesquisa em três das seis instituições de Fortaleza especializadas em atender as mulheres em situação de violência, o que me fez elencar a observação como técnica primordial de pesquisa, por compreender que apenas as entrevistas não me possibilitariam analisar todo esse leque de elementos, principalmente no que se refere às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa das entrevistadas, requerendo acionar a observação, que foi possível realizar na DDM e no Juizado, pela disponibilidade das instituições e principalmente das profissionais. Semanalmente compareci, nos meses de março e abril de 2013, ao Juizado e à Delegacia para acompanhar o trabalho desenvolvido pelas profissionais de serviço social.

Contudo, após a qualificação foi sugerido entrevistar as assistentes sociais das seis instituições que compõem a rede. Tornou-se inviável a realização da observação nesses seis espaços, bem como passei a refletir que talvez não fosse confortável para a profissional ter uma pesquisadora investigando e observando seu trabalho por um tempo, podendo soar como fiscalização de sua ação profissional. Observei durante algumas entrevistas certo desconforto em responder algumas questões, receio em estar respondendo erroneamente as indagações, elemento que fortaleceu a ideia de não realizar observações sistemáticas nos ambientes de trabalho. O objetivo da pesquisa é contribuir com a reflexão sobre a atuação do serviço social no âmbito da violência contra a mulher, e não expor as profissionais a algum juízo de valor moral sobre o trabalho que desenvolvem.

Minayo (2010, p. 281) define que a observação é essencial para o trabalho de campo

na pesquisa qualitativa e possui algumas modalidades, como a categoria participação total e participante como observador. Esta última se define pelo fato de o/a pesquisador/a esclarecer para o grupo que sua relação se restringirá ao tempo de pesquisa, pois “[...] a consciência, dos dois lados, de uma relação temporária (enquanto dura o trabalho de campo) ajuda a minimizar os problemas de envolvimento que inevitavelmente acontecem, pondo sempre em questão a suposta ‘objetividade’ nas relações”.

Nos processos de observação que consegui realizar, o uso do diário de campo foi de extrema importância por possibilitar registrar diariamente as percepções, questionamentos, informações e até mesmo dúvidas e angústias. O registro das observações possibilitou articular alguns dados encontrados na DDM e no Juizado que consubstanciaram a análise sobre a atuação do serviço social, bem como sobre a realidade da violência contra a mulher.

Essa discussão sobre os procedimentos metodológicos objetiva demonstrar a intenção metodológica desta pesquisa, que se delineia por buscar gerar um diálogo crítico entre as fases da investigação, seja para o contraste entre teoria e dados obtidos, seja na fundamentação e complemento de ambos. Construiu-se, assim, uma síntese do processo, com o percurso inesgotável e dialético no afronte dos dados estatísticos nacionais e regionais, dos relatos obtidos em campo, das ponderações teóricas de diferentes abordagens, das reflexões do significado histórico da realidade atual, das categorias estudadas e do fenômeno analisado.

O campo de pesquisa é um lócus que possibilita novas apreensões sobre os fenômenos sociais existentes, de tal modo que o/a pesquisador/a deve buscar estratégias de inserção no campo para garantir que seus dados colhidos estejam coesos com a realidade. Minayo (2010) afirma que o processo de investigação é condicionado pela maneira que os/as pesquisadores/as se apresentam e por meio de quem são apresentados/as ao campo de pesquisa, tanto que os primeiros contatos merecem cuidados especiais para garantir o processo de entrevistas e observações: “[...] os primeiros contatos possibilitam iniciar uma rede de relações, correções iniciais dos instrumentos de coleta de dados e produzir uma agenda e um cronograma de atividades posteriores” (MINAYO, 2010, p. 198-199).

Esses primeiros contatos com o campo condicionam sua entrada e a maneira que as pessoas que lá habitam irão te recepcionar. No caso do Juizado, contei com a ajuda de uma amiga assistente social que já havia estagiado e realizado sua pesquisa de monografia e dissertação.

No caso da Delegacia da Mulher, nos dias 19 e 20 de dezembro de 2012 participei do seminário promovido pela Coordenadoria de Políticas para as Mulheres do Município de Fortaleza, no qual a delegada titular, Dra. Rena Moura participou como palestrante. No final

de sua intervenção, consegui que me atendesse, apresentei a proposta de pesquisa, que foi bem aceita por ela, mas passou um tempo considerável para retornar meus contatos. Acionei algumas pessoas que já haviam trabalhado nos serviços que atendem as mulheres em Fortaleza, que buscaram contato, mas não conseguiram. Outra amiga contactou a delegada e relembrou sobre a pesquisa.

O processo inicial de contato com o campo foi primordial para que as profissionais confiassem na pesquisa e dessem credibilidade na minha postura como pesquisadora no que se refere ao sigilo de algumas informações, à postura ética durante as observações e ao acesso a alguns documentos – principalmente na Delegacia, onde consegui acesso irrestrito às mulheres que estava registrando Boletins de Ocorrência (B.O), às policiais que os registravam, às audiências realizadas pela assistente social e delegada. No caso do Juizado, tive acesso aos grupos de mulheres evangélicas (detalhado posteriormente) – este não está vinculado ao setor de serviço social – e ao grupo organizado pelo serviço social e a equipe do Centro de Referência Francisca Clotilde junto às mulheres que desejam interromper o processo.

Durante as primeiras observações nas instituições, deparei-me com um leque de informações e vivências para além daquilo que almejei encontrar, o que me fez recordar da indicação de Neto (1996), de que jamais se pode considerar que o campo confirmará nossas hipóteses ou pressupostos. Esse equívoco poderá dificultar o envolvimento com os elementos que se apresentam no campo, obstando o entendimento da essência dos fenômenos.

O campo de pesquisa é mais rico do que a nossa capacidade intelectual analítica pode alcançar. Se adentrarmos com conceitos estabelecidos previamente, isso pode impossibilitar perceber outras relações e elementos. Essa situação me ocorreu nas observações realizadas na recepção da DDM, onde captei elementos que jamais poderia perceber apenas através das entrevistas com a assistente social e a delegada e nas audiências de que participei.

Por isso, o/a pesquisador/a deve estar atendo aos elementos do campo que estão para além dos seus objetivos. Realizar pesquisa de campo não é uma tarefa fácil e rápida, demanda tempo, paciência do/a pesquisador/a e estratégias de enfrentamento das dificuldades. Considero que uma das fases mais difíceis é o início da pesquisa, a entrada inicial em campo. Não é fácil adentrar um local em que ninguém a conhece e as pessoas estranham sua presença. Por isso, a necessidade de se amparar metodologicamente e teoricamente antes de adentrar em campo, mesmo sabendo que esses pressupostos podem, e na maioria das vezes isso acontece, mudar no decorrer da pesquisa, uma vez que o campo os condicionam – tanto que, por vezes, é preciso rever metodologia e categorias teóricas.

Os primeiros contatos não foram tão fáceis, demandaram algum tempo, principalmente no caso da delegacia, mas a maneira como se deu favoreceu o processo de pesquisa, uma vez que fui indicada por pessoas que já tinham credibilidade e confiança das responsáveis pelas instituições.

A delegada fez questão de me receber. Quando adentrei em sua sala, ela disse “Olá, seja bem-vinda, tudo que você precisar pode contar comigo, pode assistir minhas audiências, acompanhar a realização dos B.O., pegar os dados estatísticos e depois agendamos uma entrevista”. Não era meu objetivo acompanhar a realização dos boletins de ocorrência, nem entrevistá-la e mesmo assistir suas audiências; contudo, naquele momento percebi a oportunidade de engrandecer o trabalho de campo com outras informações e articulá-las com o fazer da assistente social.

No Juizado não consegui falar com a juíza, tudo foi realizado através de sua secretária. Mesmo assim, a assistente social se empenhou na autorização para que eu participasse dos grupos e no acesso a algumas estatísticas. O contato com as profissionais das outras instituições tornou-se mais fácil ao passo que eu contatava e relatava que já havia entrevistado as profissionais da delegacia e do Juizado. Assim, creditavam confiança na pesquisa e com mais facilidade concederem as entrevistas.

Essas elucidações referentes à pesquisa de campo e ao posicionamento do/a pesquisador/a em campo são de suma importância, haja vista que pressupõe a preocupação teórico-metodológica com a pesquisa a que se propõe, almejando respeitar os/as envolvidos/as nas análises e primar por uma investigação que se compromete a apresentar dados coincidentes com a realidade pesquisada.

De acordo com Martinelli (1999), um dos princípios da pesquisa qualitativa se refere à pequena quantidade dos sujeitos interlocutores. Não é uma abordagem com um número extenso de entrevistados, tampouco com amostras aleatórias; fundamenta-se na premissa da escolha intencional de sujeitos com os quais realizará a pesquisa. Para a autora, tem-se a concepção de sujeito coletivo, ou seja, a pessoa convidada para participar da investigação possui uma referência grupal, expressa formas de vivências de seu grupo.

As profissionais entrevistadas fazem parte da categoria de assistentes sociais que comungam de mesmas situações, por exemplo, as relações e condições de trabalho posto ao/a assistente social na sociedade atual, os desafios, limites e possibilidades de materialização do projeto ético-político, os desafios de articulação das três dimensões que constituem a profissão. O importante “[...] não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa”

(MARTINELLI, 1999, p. 24).

Os dilemas, desafios e possibilidades encontrados na pesquisa através das observações em campo e das entrevistas com as assistentes sociais trazem à tona situações gerais vivenciadas pelo serviço social. No caso das/os profissionais que intervêm na área da violência contra a mulher, encontramos situações similares à que Pinheiro (2005) analisou em seu estudo com as assistentes sociais em alguns serviços que atendem essas mulheres em Santa Catarina, como aprofundaremos a seguir nas análises das entrevistas.

A pesquisa conta com dois tipos de informantes: as diretas, assistentes sociais, no total sete, uma de cada instituição – no caso do CRM, duas profissionais; e as indiretas, como a delegada que forneceu entrevista espontaneamente, e suas colocações contribuíram para a compreensão de alguns elementos do campo de pesquisa. Evidentemente que o central são as assistentes sociais, mas conclui que seria interessante problematizar no trabalho o que a gestora daquele espaço, no qual as assistentes sociais intervêm, compreende sobre a atuação do serviço social.

Existe uma incompreensão histórica no que se refere às competências e atribuições do serviço social, e por vezes os/as profissionais são podados em seus fazeres diante dessas incompreensões. Assim, considere o contato com a delegada uma boa estratégia de análise. Os parágrafos abaixo trarão mais detalhes sobre as entrevistadas.

Delegada: católica; formada em direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1998; possui especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública e em Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes pela USP; atualmente, é mestranda do Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (Uece); concursada; há 13 anos que exerce a função de delegada; já trabalhou como delegada adjunta do 34º Distrito Policial, em seguida foi delegada de Delegacia de Defesa e Combate à Exploração de Criança e Adolescente (Dececa), onde ficou por quatro anos; depois foi transferida para a Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza, contabilizando oito anos à frente dessa instituição; considera o serviço social importante na delegacia, pois pode contribuir com a otimização dos atendimentos, acolhimentos e encaminhamentos dos casos de violência.

Assistente social 1: não professa nenhuma religião; graduou-se em serviço social pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) em 1997; exerce a profissão faz 16 anos; no ano seguinte à sua formação, fez concurso para a Prefeitura de Eusébio; trabalhou na educação especial, depois foi para a Secretaria de Ação Social; em 2008 realizou outro concurso, foi chamada para um cidade do interior do Ceará e desde 2012 foi transferida para Fortaleza,

onde atualmente trabalha; sempre foi concursada; considera o serviço social uma profissão abrangente que possibilita intervir em várias políticas sociais.

Assistente social 2: católica; graduou-se em serviço social pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) em 1982; em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor) em 1991; conta com 28 anos de profissão; é concursada; possui pós-graduação em dependência química; exerce o cargo de assistente social na instituição há aproximadamente 15 anos; considera que o serviço social lhe forneceu sensibilidade para trabalhar com os casos de violência.

Assistente social 3: cristã; graduou-se em 2008.2 em serviço social pela Universidade Estadual do Ceará (Uece); atualmente está cursando especialização em Metodologia do Enfrentamento à Violência; trabalha há três anos e meio na instituição; é terceirizada; considera que o serviço social é um profissão que trabalha com as expressões da questão social.

Assistente social 4: não professa nenhuma religião; graduou-se em serviço social no ano de 2007 pela Universidade Estadual do Ceará (Uece); já trabalhou na Defensoria Pública; Cras; com crianças em situação de rua; na STDS; foi contratada recentemente para o cargo de assistente social na instituição que atende as mulheres; no período da entrevista, havia completado três meses de contrato; é terceirizada; considera que o serviço social trabalha com a questão da garantia de direitos junto às populações que não conseguem “acionar os serviços da maneira correta ou então garantir que as pessoas tenham acesso a esses serviços e aos seus direitos, e aí direito vem a imensidão do leque”.

Assistente social 5: evangélica; graduou-se em serviço social no ano de 2001 pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), contabilizando 12 anos de exercício profissional; já trabalhou no Creas, especificamente com crianças e adolescentes em situação de violência; trabalha há quatro anos na instituição; é terceirizada; considera que o/a profissional de serviço social articula questões para as quais outras profissões não se voltam, tendo um olhar diferenciado, voltado para história, contexto social e dinâmica de vida dos sujeitos.

Assistente social 6: evangélica não praticante; graduou-se em serviço social no período 2003.2 pela Universidade Estadual do Ceará (Uece); atualmente está no 5º semestre do curso de direito; desde 2005 exerce a profissão; há dois anos trabalha na instituição; já trabalhou em centro comunitário, em uma prefeitura de um dos municípios cearenses e em um dos equipamentos que atendem as mulheres em situação de violência da Prefeitura de Fortaleza; considera que a profissão de serviço social busca legitimar os direitos dos indivíduos, sem distinção de gênero e cor a partir dos pressupostos constitucionais.

As entrevistas com essas interlocutoras serão analisadas nos tópicos seguintes,

contribuindo com o objetivo primordial desta pesquisa, que é analisar a atuação do serviço social na rede de atendimento à mulher em situação de violência de Fortaleza. As participantes da pesquisa não terão seus nomes nem nenhuma informação divulgada que possa identificá-las. As análises seguintes se fundamentam prioritariamente nas opiniões e visões de mundo dessas profissionais.

3 TRABALHO, PRÁXIS E SERVIÇO SOCIAL

O serviço social é uma área que, nas últimas décadas, vem crescendo no Brasil, tendo passado por inúmeras transformações e reformulações resultantes da problematização dos seus aspectos teóricos, metodológicos e políticos. Como exemplo, tem-se o I Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1947, o qual, mesmo sem ter uma temática central, serviu de ato preparatório para o II Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado em 1949, na cidade do Rio de Janeiro.

Um marco importante na história da profissão foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), também conhecido como Congresso da Virada, que ocorreu em 1979, em São Paulo, representando um rompimento com o conservadorismo, o que estabeleceu um marco sócio-histórico para o serviço social. Os/as assistentes sociais desfizeram a mesa de abertura do evento em que estavam representantes do governo militar e assentou representantes do movimento da classe trabalhadora. A categoria demonstrou nesse momento sua resistência à Ditadura Militar brasileira sua articulação com a luta democrática e os movimentos sociais. Além das implicações políticas, o serviço social contou com uma ampla revisão teórico-metodológica e prática, a exemplo da elaboração de um novo currículo em 1982 que buscava a vinculação com a classe trabalhadora e a instauração de novos aportes teóricos que fundamentassem a formação e o exercício profissional.

Repensar a profissão a partir dos parâmetros teóricos e metodológicos ganha ênfase na década de 1960, momento de expansão do serviço social e de suas escolas, e se espraia até 1980, no período de (re)democratização da sociedade brasileira, após longos e violentos anos de ditadura militar. Nesses anos, que demarcaram o que Netto (1998) denomina de movimento de reconceitualização, o serviço social passa a questionar e problematizar sua intervenção e produção científica.

Apenas na década de 1980, com a apropriação – não mais velada pelos ditames da ditadura militar – da teoria marxiana e marxista, a profissão vem construindo uma hegemonia norteada pela teoria crítica. No desencadear desse processo histórico, o serviço social foi se refazendo, negando o conservadorismo, o positivismo, as práticas voluntaristas e filantrópicas, partindo para um direcionamento ético e político em prol da classe trabalhadora, na luta pelo acesso aos direitos e pela legitimação de outros segmentos sociais.

Nesse contexto de renovação e crítica ao serviço social tradicional, passa-se a compreender a natureza da profissão e seus objetivos na sociedade, norteando-a com princípios e diretrizes interventivas, fundamentadas e determinadas por uma direção social

que tem na liberdade seu valor ético central. Além de refletir sobre si mesmo, o serviço social passa, principalmente na década de 1990, a produzir conhecimentos sobre a atuação profissional, a realidade brasileira e as políticas sociais.

No decorrer dessas produções, que determinam veementemente a existência da profissão, surgem consensos e dissensos em relação a algumas temáticas, o que propicia um debate profícuo e bem fundamentado entre autores/as que servem de referência para a categoria profissional. Esse debate, tanto em espaços políticos como em produções teóricas, adensa os conhecimentos já existentes e cria novos. Uma das polêmicas¹³ instauradas no interior da categoria é se serviço social é ou não trabalho. Refletir sobre isso se faz importante ao sinalizar, de acordo com Lessa (2007b, p. 14), como os/as assistentes sociais concebem a história e a identidade da profissão. Essa polêmica não é vaga e ilegítima: antes de tudo, apresenta o nível de intensificação da produção encampada pelo serviço social nos últimos anos e “[...] indica o desenvolvimento de sua relação mais rica e dinâmica com o conjunto das ciências humanas”.

Analisar a atuação profissional como práxis social requer um entendimento do trabalho em seu sentido concreto e abstrato a partir do processo histórico, enfocando as alterações na produção e reprodução das relações capitalistas que determinam mudanças nas condições e relações de trabalho.

Pesquisas e produções sobre a atuação profissional, seu estatuto de assalariamento, as configurações do mercado de trabalho, os condicionantes que incidem na autonomia profissional e a materialização ou não do projeto ético-político são questões que contribuem para o entendimento da profissão nos espaços sócio-ocupacionais, que, mesmo diante de suas especificidades, comungam dos mesmos ditames do sistema sociometabólico do capital. A reflexão sobre o projeto ético-político encontra-se intrinsecamente imbricada com a análise da práxis do serviço social na contemporaneidade. Como romper com o messianismo, o fatalismo e o voluntarismo no âmbito interventivo? Um dos caminhos possíveis é o

¹³ Essa polêmica esteve expressa principalmente nos escritos de Yamamoto e Lessa. Yamamoto, em sua obra *Serviço social na contemporaneidade* (2009), apresenta suas argumentações sobre sua concepção da profissão como processo de trabalho, com matéria-prima, instrumento, caracterizando-se como trabalho concreto e abstrato. Lessa (2007ab) a contrapõe argumentando sobre a função social das profissões a fim de compreender as que fazem a mediação com a natureza, trabalho concreto, e as que estão, por exemplo, no âmbito da reprodução social, outras práxis sociais. Yamamoto, em sua obra *Serviço social em tempo de capital fetiche* (2011, p. 336), afirma: “pretende, ainda, considerar relação entre projeto profissional e estatuto assalariado, enquanto trabalho concreto e abstrato, num esforço de síntese das chaves teóricas [...]”. A discussão travada no livro enfoca a profissão como expressão do trabalho abstrato; quando evidencia sobre trabalho concreto, observo que diz respeito à concretude do trabalho, e não à relação com a natureza. A discussão de Lessa nos proporciona refletir sobre nossa função social enquanto profissão, ressaltando aspectos contundentes da reprodução social, debate que considero profícuo nesta pesquisa.

aprofundamento teórico-crítico de desvelamento dos limites e possibilidades do fazer profissional.

3.1 Trabalho e práxis social: um debate necessário

Em uma época em que se propaga o fim do trabalho como eixo explicador do surgimento do indivíduo social, buscando reflexões sobre temas mais contemporâneos que explicitem contundentemente a realidade em que se vive, parece estranho e ultrapassado para alguns produzir e pensar sobre a ontologia do ser social, seu fundamento e seus desdobramentos. Engana-se quem considera a discussão sobre o trabalho em seu sentido ontológico algo ultrapassado e de menor valor, pois nenhuma outra produção e categoria científica conseguiu analisar, explicar e determinar o surgimento do ser social, das relações produtivas e reprodutivas da sociedade de modo geral senão pelo trabalho.

Mas qual a importância em se discutir a ontologia do ser social para o serviço social? Eis o mote principal a ser compreendido: só há existência social por conta do trabalho, uma vez que ele é a forma originária do agir humano (LESSA, 2007a). Assim, todas as práxis sociais¹⁴, aqui entendidas como atividades, práticas e ações dos sujeitos, têm seu nexo causador e fundador no trabalho em seu sentido ontológico.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, observa-se visivelmente uma proporção cada vez menor do trabalho envolvendo o intercâmbio do indivíduo com a natureza. No entanto, essa premissa não fundamenta a inexistência da centralidade do trabalho, devendo-se pautar e compreender as mediações interpostas entre a centralidade ontológica, política e cotidiana do trabalho e dos/as trabalhadores/as. Dessa maneira, “[...] o trabalho é sempre parte de uma totalidade social. [...] ser fundante não significa ser cronologicamente anterior, mas sim portador das determinações essenciais do ser social [...] que consubstanciam o salto da humanidade para fora da natureza” (LESSA, 2002, p. 38).

Deve-se considerar não o trabalho no sentido singular, realizado individualmente pelos sujeitos, mas em sua totalidade, na síntese das singularidades que produz e reproduz socialmente, como, por exemplo, dos/as que atuam na rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Lessa observa que as teorias que buscam determinar a não centralidade

¹⁴ Em uma definição mais completa, temos que a práxis social, “como qualquer ato social, é uma decisão entre alternativas efetuada pelo indivíduo singular, que faz escolhas acerca de propósitos futuros visados. Porém, não faz escolhas independentes das pressões que as necessidades sociais exercem sobre os indivíduos singulares, interferindo nos rumos e orientações de suas decisões [...]” (IAMAMOTO, 2011, p. 254).

do trabalho normalmente se embasam na nova relação entre o trabalho em seu sentido ontológico e as outras práxis subsumidas à lógica do capital. Ancoram-se na destruição de antigos postos de trabalho, na eliminação de muitas das profissões tidas como tradicionais – ocasionadas pela reestruturação produtiva –, bem como no grande desenvolvimento tecnológico, aliado à desmobilização dos movimentos sociais, em destaque o movimento operário e sindical, e o grande crescimento do setor de serviços, para fundamentar a premissa de que o trabalho não é mais a categoria fundante do mundo dos homens e das mulheres. Para Lessa (2002, p. 47),

[...] as tentativas de substituir o trabalho como categoria fundante do mundo dos homens têm tido, até o momento, um endereço ideológico e político claro e determinante: a justificação das novas formas de sociabilidade que surgem com a metamorfose da regência do capital nas últimas décadas.

Nesse contexto, o desafio está em perceber a centralidade do trabalho mediante as transformações ocasionadas pelo capitalismo. Em vez de fundamentar a existência da sociabilidade na linguagem, na intersubjetividade, na política ou no mercado, o desafio teórico e intelectual se coloca em desvendar o real, a essência que encobre a aparência dos fenômenos na contemporaneidade comandada pelo sistema capitalista, como no caso da violência contra a mulher, vista historicamente como um fenômeno privado, sem conexão com as opressões produzidas socialmente, como a dominação masculina, o machismo e o sexismo que determinam a vida dos sujeitos e as práticas profissionais, uma vez que são relações que ancoram esse sistema capitalista. Quero, pois, partir do trabalho para compreender a reprodução social, seus elementos de desigualdade e opressão, explicitar seus nexos causais e determinantes econômicos, sociais e políticos, sem perder de vista que

[...] a vida só pode existir tendo por base o ser inorgânico, e sem a natureza como um todo não pode haver ser social. A troca orgânica do ser social com a natureza é a mediação ontológica que possibilita que o ser social se constitua enquanto esfera ontológica particular no interior da totalidade do ser em geral. Na tradição marxista, tal mediação é o trabalho (LESSA, 2002, p. 67).

Perceber e analisar a existência social e suas práxis partindo do trabalho não significa pensar que todos os atos dos indivíduos reduzem-se ao trabalho. Tem-se que

[...] inúmeros atos humanos não podem ser reduzidos a atos de trabalho, em

que pese o fato de o trabalho ser a forma originária e o fundamento ontológico das diferentes formas da práxis social [...] sem o trabalho [...] as inúmeras e variadas formas de atividade humano-social não poderiam sequer existir (LESSA, 2007b, p. 36).

Portanto, a existência humana é mais do que trabalho: ao passo que o ser social se relaciona com a natureza, relaciona-se também com outros sujeitos, surgindo necessidades que brotam das relações sociais entre si. O trabalho é uma articulação entre teleologias e causalidades¹⁵, pesando a distinção entre criador e criatura. Por terem uma história própria em relação ao sujeito que as gerou, as criações humanas podem agir sobre a história independentemente do sujeito.

Ao criar por meio do trabalho, o indivíduo transforma o seu meio e a si mesmo, uma vez que no fim do seu processo de trabalho angaria outros conhecimentos e aprendizados que, no início de seu empreendimento, ainda não detinha; “[...] ao desenvolvimento do trabalho corresponde, paralelamente, o nascimento da consciência e do conhecimento humano” (IAMAMOTO, 2011, p. 351). Em resumo, o trabalho

[...] é uma atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2004, p. 38).

Por conter teleologias e causalidades em sua ação é que o trabalho humano se distingue do ato animal. O sujeito emprega, na execução de seu trabalho, a consciência por caracterizar-se como “um ser genérico e consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero como a sua essência própria ou consigo como ser genérico” (MARX, 1989, p. 155). Ao contrário do animal, que produz a partir da sua necessidade imediata, sem consciência, o ser humano produz a medida de qualquer espécie, sua produção é universal e não unilateral. Portanto,

[...] é precisamente ao trabalhar o mundo objetivo que o homem primeiro se prova de maneira efetiva como um ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela, a natureza aparece com a sua obra e a sua realidade efetiva. O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem (MARX, 1989, p. 157).

¹⁵ De acordo com Lessa (2007a), todo ato de trabalho é precedido pela prévia-ideação: o sujeito prevê, projeta e planeja a ação, estando orientado por uma finalidade, uma teleologia, contando com as causalidades, ou seja, os nexos causais, a natureza e os objetos do mundo objetivo.

Apenas quando se compreende o conceito do trabalho em seu sentido ontológico pode-se aprofundar o entendimento do trabalho em seu sentido abstrato, isto é, da forma com que o capitalismo se apropriou dessa atividade e de outras práxis sociais para a criação de valores de trocas em prol da acumulação e do desenvolvimento da sociabilidade capitalista. A distinção entre trabalho concreto e abstrato auxilia na análise da centralidade do trabalho:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (MARX, 2012, p. 68).

O caráter útil do trabalho, por meio do intercâmbio do indivíduo com a natureza, produzindo conforme sua necessidade de sobrevivência, baseia-se na dimensão concreta e qualitativa. Ao se distanciar dessa dimensão concreta, o trabalho mantém-se “[...] enquanto condição *necessária* para a integralização do processo de valorização do capital, do sistema produtor de mercadorias. Do que resulta que a dimensão *concreta* do trabalho é também inteiramente subordinada à sua dimensão *abstrata*” (ANTUNES, 2011, p. 80).

Adentrar nesse capcioso terreno em que se produz e se reproduz a sociabilidade capitalista, buscando especificamente compreender a relação entre trabalho concreto e abstrato, torna-se essencial para o entendimento da profissão de serviço social. O cerne dessa análise é entender a profissão como expressão do trabalho social – mas saber identificá-la como uma práxis social, imersa na reprodução social e expressa como trabalho abstrato. Tal assertiva esclarece as análises teóricas que reproduzem o entendimento do serviço social como trabalho (em seu plano ontológico), ao passo que também evidencia a complexa dimensão de uma práxis reprodutiva, sua natureza, suas funções, seus desafios e possibilidades.

Pesquisar e analisar a atuação profissional nessa condição torna-se mais que salutar, já que suas ações, atividades e posturas estão condicionadas pela situação de trabalhador/a assalariado/a que convive com frágeis e flexíveis relações de trabalho. Nesse sentido, o/a assistente social poderia ser inegavelmente identificado como um “trabalhador”. No entanto, o não entendimento dessa relação dos complexos sociais especifica essa prática como trabalho útil e concreto, denominado pela teoria marxiana como intercâmbio do sujeito com a natureza, produtor de valores de uso.

As polêmicas e distorções referentes ao entendimento do serviço social como práxis social e não como trabalho e todos os dimensionamentos que decorrem desse debate evidenciam a necessidade de aprofundar essas reflexões. Desvendar as condições e relações de trabalho é algo primordial para compreender os nexos causais que se interpõem na materialização do projeto ético-político da profissão, expresso também nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas da práxis do/a assistente social. Compreender que o serviço social não é trabalho no sentido ontológico não negligencia a categoria trabalho para a profissão, mas sim trata de desvelar o processo de trabalho na constituição do ser social e saber como esse se apresenta no capitalismo, o qual tem como base de sociabilidade a valorização e a acumulação de capital.

Quando se fala em crise do trabalho, deve-se salientar, como aborda Antunes (2011), que a crise não é do trabalho concreto, mas sim do trabalho abstrato. O “sistema sociometabólico do capital” subordina a totalidade dos atos do trabalho à sua lógica, dando base para justificativas que apregoam o desaparecimento do trabalho, fundante do ser social, e sua substituição pelo trabalho abstrato:

[...] na imediatez de nossa vida cotidiana, como as atividades que operam o intercâmbio orgânico com a natureza podem ser também convertidas em produtoras de mais-valia, não raras vezes essas duas funções tão distintas são indevidamente confundidas. E, hoje, com a extensão das relações capitalistas até praticamente todas as formas de práxis social, com a incorporação, ao processo de valorização do capital, de atividades que anteriormente ou estavam dele excluídas ou apenas participavam de modo muito indireto, vivemos uma situação em que praticamente a totalidade dos atos de trabalho assume a forma abstrata advinda de sua subordinação ao capital. Aparentemente, o trabalho teria desaparecido, substituído pelo trabalho abstrato. Trabalho e trabalho abstrato passam, assim, equivocadamente a ser tomados como sinônimos no caso da sociabilidade contemporânea (LESSA, 2002, p. 28).

Existe uma diferença filosófica na consideração do serviço social ser ou não trabalho, o que vai culminar na sua organização política como categoria. Trazendo as conceituações e diferenciações da categoria trabalho e compreendendo que outras práxis sociais, como o serviço social, não se caracterizam como trabalho em seu sentido concreto (ontológico), abordo no próximo tópico a função social que a profissão tem na sociedade, como foi instituída e qual sua função.

3.2 Serviço social como práxis social

O trabalho é a categoria fundante do *mundo dos homens*. Essa afirmativa é basilar para o entendimento do ser e da existência social. O intercâmbio do indivíduo com a natureza é projetado pela consciência antes de ser efetivado praticamente, possibilitando assim escolhas entre alternativas a serem objetivadas, transformando a realidade e produzindo novas situações. Além disso, se o trabalho propicia a construção e a transformação do mundo objetivo, bem como do sujeito que trabalha por meio da apreensão de outros conhecimentos e habilidades, surgem novas necessidades, então: “se o trabalho é fundante do ser social, funda também a reprodução social e todos os outros complexos sociais – o Serviço Social incluso, são fundados por ele” (LESSA, 2007b, p. 29).

Compreendendo que o trabalho funda a reprodução social e outros complexos sociais, como definir o serviço social como trabalho concreto e abstrato? O que é essa profissão? E qual sua função social?

Ao tratar da reprodução social como uma esfera fundada pelo trabalho concreto, deve-se salientar que seu desenvolvimento estará articulado com a história das formações sociais, ou seja, a reprodução social no primitivismo, no escravismo, no feudalismo e no capitalismo segue as particularidades históricas de cada momento, visto sua distinção e interligação com a categoria trabalho. Lessa (2007b) aponta três elementos primordiais: a integração da vida social que passa dos pequenos grupos, da divisão em bandos, para o compartilhamento de uma mesma história; a complexificação e heterogeneidade das sociedades; e o desenvolvimento e complexificação dos indivíduos.

Esses fatores demonstram que a heterogeneidade das sociedades e dos indivíduos ocasiona a criação de outras relações, instituições e complexos sociais, a fim de articular, em uma única história, toda a vida social, ou seja,

[...] para articular a vida de todos os indivíduos em uma única história, o desenvolvimento social necessitou de um elevado número de novos complexos sociais, de novas mediações, que o tornaram muito mais contraditório, diferenciado e heterogêneo se comparado com o seu ponto de partida. A crescente heterogeneidade, portanto, não apenas não se contrapõe como é uma necessidade para o desenvolvimento de relações sociais crescentemente genéricas que articulam o destino de cada indivíduo ao destino de toda humanidade (LESSA, 2007b, p. 41).

A compreensão da reprodução social e de sua expressão histórica oferece subsídios

analíticos na apreensão do trabalho concreto e de outras práxis sociais, pois, “no estudo dos casos singulares da práxis social, muitas vezes não podemos distinguir, a não ser por uma análise muito particularizada, um ato de trabalho de um ato pertencente à esfera da reprodução social” (LESSA, 2007b, p. 41). Aqui se chega ao “calcanhar de Aquiles” dessa discussão: observar atos singulares de trabalho por si mesmo ocasionará, possivelmente, uma confusão entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Entretanto, o que deve ser posto em “xeque” é a função social desse ato analisado. Para isso, destaca-se a construção analítica realizada por Lessa sobre o trabalho concreto e outros complexos sociais a partir da diferença entre a práxis social do professor, do assistente social e do operário em três pontos de vista: da formalidade, da materialidade e da função social.

Concernente à formalidade, não existe nenhuma distinção: os três profissionais possuem atos similares, ao considerar que partem de uma prévia ideação, objetivam, realizam a síntese entre teleologias e causalidades, transformam o real e, no final de sua ação, deparam-se com algo novo.

Refletindo sobre a materialidade, tem-se que todos são trabalhadores assalariados; que as diferenças são subsidiárias em relação ao ambiente de trabalho; que as distintas ferramentas utilizadas e os diferentes produtos produzidos são, na verdade, trabalho abstrato, “[...] todos os três profissionais são ‘trabalhadores’ no sentido comum: vendem as suas forças de trabalho em troca de um salário” (LESSA, 2007b, p. 44).

O cerne deste debate encontra-se na tão mencionada função social. Essa, sim, vai distinguir o trabalho concreto das outras práxis, demonstrando sua especificidade e particularidade, que não devem ser negligenciadas e negadas no processo reflexivo. Se o serviço social é uma profissão que se define como uma práxis social a partir da sua função social, acaba por ter competências e atribuições específicas em sua atuação profissional, regidas por princípios e valores próprios de sua profissão. Aqui entra em cena minha pesquisa, pois, se compreendo que a profissão tem uma função social, apresenta competências e atribuições específicas, vale analisá-la no âmbito cotidiano da intervenção que se dá nas inúmeras expressões da questão social, questionando e problematizando essa função na contemporaneidade. Falando em função social, práxis e trabalho, o que quero afirmar é a distinção e particularidade que algumas profissões possuem na sociedade. Em síntese, entendo que

[...] a distinção entre o trabalho e as outras práxis sociais não está nem na sua forma, nem na sua ‘materialidade’, nem na qualidade ontológica do seu

objeto, e muito menos na sua relação com a produção da mais-valia. O que torna o trabalho a categoria fundante – e todas as outras práxis sociais fundadas – é sua função social. É a função social do trabalho que o distingue de todas as outras formas de atividade humana, independentemente de semelhanças eventuais [...] Para Marx, o trabalho possui uma função social muito precisa: faz a mediação entre o homem e a natureza, de tal modo a produzir a base material indispensável para a reprodução das sociedades. O trabalho é a práxis social que produz os meios de produção e de subsistência sem os quais a sociedade não poderia sequer existir. Esta é a função social do trabalho e isto é o que o distingue das outras práxis sociais (LESSA, 2007b, p. 45).

Essa compreensão é importante e salutar em uma pesquisa que visa a analisar a intervenção do serviço social em uma determinada expressão da questão social, pois é necessário que se parta do entendimento que se tem sobre a profissão e da compreensão de sua natureza. Se a tenho como trabalho, ou, ao contrário, como práxis, isso pode condicionar as análises no decorrer da pesquisa, principalmente quando retrata a dimensão ético-política da profissão e seu lugar na luta por outra sociabilidade, tão propalada como compromisso ético.

O certo é que compreendo o serviço social como práxis social, que possui a função social específica de ação junto à consciência dos sujeitos, por meio de esclarecimento, orientações e mediação na efetivação dos direitos. Se o/a assistente social atua eminentemente no âmbito da reprodução social, por intermédio da consciência dos/as usuários, seus valores, princípios e postura condicionaram o seu fazer profissional. No caso da violência contra a mulher, como esses/essas profissionais estão atuando? Quais suas bases teóricas, éticas e técnicas?

Partir dessa discussão da categoria trabalho e práxis social é fundamental, pois demonstra de onde parto para entender o exercício cotidiano do/a assistente social. Quando afirmo que o que diferencia a profissão de outras práxis é sua função social, quero sinalizar que a questão não é apenas entender as implicações do trabalho do/a assistente social no circuito do valor, da produção e distribuição da mais-valia, mas sim compreender que o trabalho, em seu sentido concreto, para se efetivar na sociedade – tanto a primitiva e muito mais na capitalista –, requer outras atividades que produzam as condições sociais necessárias. Isso não minimiza essas práxis sociais, não as fazem menores em importância: ao serem tidas como atos preparatórios, tornam-se indispensáveis à existência humana. Trabalho concreto e outras práxis são essenciais para a reprodução social, uma vez que, como afirma Lessa (2007b, p. 47), “se uma sociedade se limitasse a preparar os atos de trabalho, mas não transformassem a natureza, sua reprodução seria impossível”.

Dessa maneira, tem-se um problema filosófico ao igualar o serviço social ao trabalho concreto, buscando denominar, na práxis do/a assistente social, matéria-prima, meios de produção e produto, o que não facilita na identificação e instrumentalidade da profissão, pois

[...] significa igualar o intercâmbio orgânico com a natureza com outras atividades em tudo distintas. Ao cancelar o que o trabalho tem de específico, isto é, cumprir a função social de transformar a natureza em meios de produção e de subsistência, dissolve-se o trabalho em um enorme conjunto de práxis e, conseqüentemente, cancela-se a tese marxiana de ser o trabalho a categoria fundante do mundo dos homens (LESSA, 2007b, p. 28).

Outro fator primordial nessa discussão sobre a diferenciação entre trabalho concreto e outras práxis refere-se ao desenvolvimento das causalidades. Como afirma Lessa (2007b), no caso do trabalho concreto a causalidade que o sujeito transforma é a natureza; no caso das outras práxis, que o autor também define como atos preparatórios do trabalho, o objetivo é a organização dos sujeitos e de seus comportamentos, seja pelo convencimento ou repressão, interferindo na consciência das pessoas, visando a uma determinada finalidade. Assim, as ações empreendidas pelo/a professor/a, policial ou assistente social “[...] desencadeiam outras posições teleológicas e não processualidades naturais. Ou seja, o resultado ‘concreto’ [...] da atividade do professor e do assistente social é outro ato teleologicamente posto e não um carro” (LESSA, 2007b, p. 48).

Diante disso, compreende-se que a distinção entre os indivíduos está imbricada num critério produtivo-econômico, na relação entre quem produz a riqueza material e quem vive da riqueza produzida. Aqui se insere também a discussão entre trabalho produtivo e improdutivo, de quem produz a mais-valia e de quem vive da mais-valia produzida.

Conforme Lessa (2007a), o debate sobre trabalho produtivo e improdutivo por vezes centra-se no equívoco de pensar que não há diferenciações entre tais, que pode ser explicado pela diminuição da distância entre eles. Não se deve considerar que o trabalho produtivo é sinônimo de trabalho concreto: trabalho produtivo e improdutivo são duas expressões do trabalho abstrato, possuindo funções ontológicas distintas. Essa confusão pode ser ocasionada pela particularidade histórica fundada pelo capital, que transforma o trabalho concreto em abstrato, surgindo, na aparência dos fenômenos, similaridades que são tidas como sinônimos.

Nesse duplo aspecto que envolve o trabalho concreto, não se suprimem as particularidades deste em relação às outras práxis. Como já assinalado, nem tudo é trabalho em seu sentido ontológico. Mesmo que o capitalismo busque encobrir a essência dos fenômenos, deve-se desvendá-los e desmitificá-los, tendo como grande aporte a teoria crítica,

que faz compreender como esse sistema produz e reproduz socialmente – afinal, “[...] nem todo trabalho produtivo realiza o intercâmbio orgânico com a natureza, sendo por isso indevida qualquer aproximação excessiva ou mesmo a identificação entre o trabalho produtivo e o trabalho enquanto fundante do mundo dos homens” (LESSA, 2007b, p. 33).

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo só faz sentido sob o ponto de vista do capital que, por meio da extração de mais-valia, do tempo de trabalho excedente no decorrer do processo produtivo, determina a valorização e a acumulação de capital. Assim sendo, produtivo é o trabalho que produz mais-valia, e improdutivo é aquele que não produz. Os/as trabalhadores/as improdutivos/as apresentam-se, em maior número, de maneira heterogênea, vivendo da mais-valia produzida pelos/as trabalhadores/as produtivos/as. (LESSA, 2007b).

Lessa (2007b) evidencia que o trabalho produtivo tem duas funções sociais: o trabalho proletário, que produz o capital, e o não proletário, que apenas gera a mais-valia pela conversão de riqueza existente em dinheiro, como no caso do professor de escola privada ou do/a assistente social de uma empresa. O objetivo do capitalismo é produzir e acumular cada vez mais capital. Suas mercadorias e produtos contêm tempo de trabalho não pago, mesmo porque

A acumulação do capital se faz pela apropriação da mais-valia. Como a mercadoria, no sistema capitalista, pode ser tanto a natureza transformada (o martelo) como um serviço (uma aula, um *show* de música, etc.), em todos esses casos o burguês pode extrair mais-valia e acumular capital. A fonte da mais-valia pode ser tanto o trabalho do operário (que atua sobre a natureza) como do cantor (que não atua sobre a natureza) [...]. Diferente dos modos de produção passados, portanto, a burguesia conseguiu, com o capitalismo, uma fonte de riqueza muito mais ampla e dinâmica, pois agora consegue acumular capital não apenas do trabalho que transforma a natureza, mas também de uma enorme gama de atividades (LESSA, 2007b, p. 71).

Percebo, dessa maneira, que o/a assistente social e o/a operário/a se aproximam por sua inserção no mercado de trabalho, como trabalhadores assalariados, mas não como trabalhadores em seu sentido concreto. Afirmar que um/a trabalhador/a não realiza trabalho e, ademais, é improdutivo não nega sua condição de classe trabalhadora, mas sim contribui para se pensar na heterogeneidade dessa classe em tempos de capital fetiche¹⁶.

¹⁶ A partir das reflexões de Yamamoto (2011, p. 93), considero que capital fetiche se caracteriza da seguinte maneira: “o caráter alienado da relação do capital, sua fetichização, alcança seu ápice no capital que rende juros, que representa a mera propriedade do capital como meio de apropriar-se do trabalho alheio presente e futuro. O capital-dinheiro aparece, na sua superfície, numa relação consigo mesmo, como fonte independente de criação de valor, à margem do processo de produção, apagando o seu caráter antagônico frente ao trabalho. [...] Aparece

A heterogeneidade da classe trabalhadora perpassa também a compreensão sobre a divisão sexual do trabalho, pois, como será analisado no tópico seguinte, a referida classe é perpassada pelas relações de gênero e étnico-raciais, o que requer o aprofundamento sobre como se constitui a classe trabalhadora na contemporaneidade.

3.3 Trabalho e divisão sexual do trabalho

Analisar, problematizar e refletir sobre o mundo do trabalho na sociabilidade atual requer um aprofundamento teórico que possibilite o desvendamento das novas configurações que delineiam o trabalho e outras práxis sociais, buscando descortinar elementos que, como afirma Antunes (2009, p. 132), “[...] configuram a ‘nova morfologia do trabalho’, seus dilemas e desafios”.

Esse desafio vem sendo realizado por muitos teóricos marxistas que buscam retomar a teoria do valor-trabalho de Marx para compreender as configurações contemporâneas do mundo do trabalho, buscando apreender os elementos determinantes que culminam nos mais variados modos de precarização, desemprego, subemprego, informalidade, entre outros aspectos que vêm atingindo a classe trabalhadora na contemporaneidade.

Compreender as condições objetivas da realização do trabalho na sociabilidade atual, trazendo essas análises para o seio do serviço social, fazendo uma articulação com a materialização do projeto ético-político (PEP) é um desafio necessário e uma reflexão importante a se chegar aos/às profissionais que estão no cotidiano da intervenção.

Ao analisar a dinâmica do capitalismo nos anos 1970, observa-se que muitos países com economias industrializadas vivenciaram um grande crescimento econômico, houve uma expansão da acumulação capitalista aliado com uma prosperidade e garantia de muitos direitos trabalhistas. Países como os Estados Unidos da América (EUA) se destacaram em seu padrão de acumulação, dominando a política econômica mundial (SOUZA, 2012).

Contudo, o tão aclamado estado de bem-estar social, regado pelo sonho do pleno emprego e de garantias sociais por meio da proteção social, desmorona-se com a crise de superprodução, tendo como estopim a crise do petróleo em 1973-1974. Esse contexto traz para o mundo do trabalho consequências avassaladoras, uma vez que:

como fonte misteriosa, como coisa autocriadora de juro, dinheiro que gera dinheiro (D-D’). Obscurece as cicatrizes de sua origem, assumindo a forma mais coisificada do capital, que Marx denomina de capital fetiche”.

Essa crise se traduz, por parte do capital, na queda tendencial da taxa de lucro, no desgaste do padrão *taylorista-fordista* de produção, na desestruturação do *Welfare State* e na hipertrofia do sistema financeiro. Para o trabalho, reflete o insuficiente atendimento das necessidades sociais da maior parte das populações no mundo, os elevados índices de pauperização, a precarização e a flexibilidade das relações de trabalho, a intensificação da exploração e a emergência do fenômeno do desemprego estrutural. Torna-se evidente a incapacidade das forças econômicas de controlar, através do fordismo e das políticas keynesianas, as contradições iminentes ao desenvolvimento capitalista (SOUZA, 2012, p. 145).

A referida crise assustou grande parte da sociedade mediante suas consequências que ocasionaram altos índices de pobreza, desemprego e suicídio daqueles que tiveram seus investimentos atingidos contundentemente. O que se precisa compreender é a dinâmica desse sistema capitalista e sua tendência a momentos de crise, a um movimento, como afirma Souza (2012), de ascendência e descendência no seu processo de acumulação e seus ciclos econômicos. Compreendendo a lógica do sistema capitalista é que se passa a entender as estratégias adotadas para se sair da crise e recuperar o ciclo produtivo.

Neste momento, o Estado compactua e se reordena também em prol da recuperação do ciclo produtivo capitalista, por meio das privatizações, dos desmontes das políticas sociais e das contrarreformas, como a previdenciária. O Estado, que em épocas anteriores se mostrou ativo no que se refere à proteção social aos trabalhadores, retrocede ao se desresponsabilizar progressivamente em relação aos direitos sociais e trabalhistas. Surge em cena o neoliberalismo, buscando por meio da reestruturação produtiva recuperar o processo de acumulação capitalista.

Os efeitos dessa reestruturação são nefastos para a área social. Ao adotar as regras toyotistas, tendo como uma das características a acumulação flexível, inúmeros países passam a conviver com um estágio de desemprego, pauperismo, violência. A questão social, nessa fase, amplia-se e vem se radicalizando e se complexificando.

No modelo anterior, fordista/taylorista, a exploração da força de trabalho era mais evidente mediante as coerções e punições; tinha-se toda uma organização nas fábricas e empresas de vigilância do/a trabalhador/a. Com essa lógica da acumulação flexível, as opressões e explorações mascaram-se. O uso e desenvolvimento da microeletrônica, da informática no processo de trabalho, aliado a terceirizações, subcontratações, círculos de controle de qualidade, gerência participativa, trabalhador multifuncional, aprofundam os processos de exploração e extração de mais-valia. Essa situação, por vezes, não se consegue identificar claramente, o que vem desmobilizando as lutas da classe trabalhadora. Tem-se que:

[...] a coerção cedeu lugar à motivação, ao trabalho em grupo, à autonomia e à criatividade, marcando decisivamente a peculiaridade do ideário da gestão participativa, inspirador das formas de controle capitalistas contemporâneas. [...] É a tendência da modernização que impõe o incremento de formas de gestão que, antes centralizadas no controle dos tempos e movimentos e no aperfeiçoamento técnico, incorpora, na atualidade, como elementos significativos a cooperação e o envolvimento do trabalho na administração gerencial (SOUZA, 2012, p. 149).

O sistema capitalista, em sua ótica neoliberal, consegue se manter e se fortalecer no cenário mundial por contar com um arsenal ideológico, que busca a adequação a esse novo modelo gerencial por meio de falácias e manipulações como a modificação terminológica do/a trabalhador/a, que passa a ser visto/a como colaborador/a, participante dos lucros da empresa. Por trás dessa ideia, o que se fortalece é:

[...] o Trabalho que cada vez mais as empresas buscam não é mais aquele fundamentado na especialização *taylorista e fordista*, mas o que se gestou na fase da “desespecialização multifuncional, do trabalho multifuncional, que em verdade expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho [...] E isso ocorre tanto no mundo industrial como nos serviços para não falar do agronegócio (ANTUNES, 2011, p. 107).

Conforme Antunes (2011), milhares de homens e mulheres padecem com trabalhos precarizados, instáveis, temporários, terceirizados, subcontratados, informais, sem acesso aos direitos. Vivenciam a destruição dos trabalhos regulados e estáveis presentes no século XX para conviver com essa nova configuração, articulada também pelas formas de empreendedorismo, cooperativismo e o tão aclamado trabalho voluntário – este é a transferência nítida das responsabilidades do Estado para a sociedade civil –, de tal modo que se convive na contemporaneidade com “[...] distintas formas de precarização do trabalho, frequentemente sob o mando da flexibilização, seja salarial, de horário, funcional ou organizativa” (2011, p. 108).

Com a adoção do neoliberalismo na organização do sistema produtivo, o Brasil passa a sofrer grandes mutações sociais no mundo do trabalho. O casadinho entre a reestruturação produtiva e a constituição do Estado neoliberal faz com que as condições e relações de trabalho da classe trabalhadora sofram refrações negativas e nefastas, ao se começar a constatar, como afirma Alves (2009), a precarização do trabalho, a intensificação e exploração da força de trabalho, bem como a incidência negativa na organização política dos/as trabalhadores/as, por intermédio dos sindicatos, por exemplo.

Esse cenário neoliberal chega de maneira mais contundente em solo brasileiro a partir

de 1990, inicialmente com o governo de Collor, e vem se fortalecendo e prosseguindo até o governo atual do Partido dos Trabalhadores (PT). Mudanças no setor produtivo ocasionaram profundas modificações, e a classe trabalhadora passa a vivenciar “[...] um cenário de degradação do mercado de trabalho com alto índice de desemprego [...] e deterioração dos contratos, salários, devido à expansão da informatização e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos” (ALVES, 2009, p. 190).

Aliado a esse contexto, tem-se, conforme Alves (2009), o cariz político-ideológico como elemento que contribuiu para instaurar o ideário neoliberal nos diversos países, como, por exemplo, os acontecimentos históricos como a Queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da URSS (1991), que “[...] tornaram-se ícones midiáticos para a proclamação da vitória gloriosa da globalização capitalista” (ALVES, 2009, p. 190).

A década de 1990, no cenário brasileiro, foi marcada pelo fortalecimento do neoliberalismo por meio das privatizações de empresas estatais, as contrarreformas da previdência e tributária, o desmantelamento das organizações sindicais, ocasionando a fragmentação das lutas coletivas. O objetivo era reorganizar o sistema produtivo, buscar novos métodos de ampliação e valorização do capital e desmobilizar politicamente a classe trabalhadora, isso tudo em prol do fortalecimento e recuperação do ciclo produtivo do sistema capitalista.

Nesse contexto de desmobilização e fragmentação política dos/as trabalhadores, Alves (2009) observa que as pautas reivindicativas desses se reorientam diante da ofensiva neoliberal, passam a reivindicar contra os não cumprimentos dos direitos trabalhistas, buscando preservar os direitos agora ameaçados. Os motivos para se fazer greve apresentam-se como

[...] elementos compositivos da síndrome da precarização do trabalho que atinge categorias de assalariados na década de 1990: usurpação de direitos trabalhistas, insegurança no emprego, usurpação do tempo de vida pelo tempo de trabalho (conteúdo das greves por jornada de trabalho) e restrição do direito de associação sindical (conteúdo das greves por motivo sindical) (ALVES, 2009, p. 192).

O Estado, nesse processo, se reordena para atender as demandas do capital e o crescente número de privatizações na década de 1990, o que ocasionou, entre outros fatores, a extinção do estatuto salarial de funcionários públicos como bancários, operários das siderúrgicas e mineradores, havendo um crescimento dos trabalhadores assalariados sem carteira assinada, ou seja, sem condições de acessar os direitos trabalhistas. Isso traz

rebatimentos negativos para a seguridade social, fazendo com que políticas como a saúde e a educação sejam comercializadas via mercado. Assim,

Os serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência etc. Também sofreram, como não poderia deixar de ser, um significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da *mercadorização*, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público (ANTUNES, 2011, p. 107).

Outro fenômeno de grande relevância nesse processo é a crescente terceirização, que ganha espaço nas instituições públicas do Estado. Esse fenômeno vem também afligindo uma parte significativa de profissionais do serviço social que ingressa no mercado de trabalho por essa via e por contratos temporários, a exemplo das entrevistadas: das seis, apenas duas eram concursadas, as outras terceirizadas, e ainda havia os casos de as profissionais serem contratadas como assistente técnico e exercerem a função de assistente social. “Aí é que tá a contradição que eu tava te dizendo, colocam a gente como assistente técnico, mas na hora H a gente faz um trabalho de assistente social” (Assistente social 03).

Além disso, outro elemento encorpa essa situação, como o do modelo adotado por alguns municípios cearenses que abrem processo licitatório do tipo menor preço para contratar assistentes sociais. O profissional segue na data e horário previsto para a abertura dos envelopes nos quais estão escritos os preços dados pelos/as assistentes sociais, e é contratado/a aquele/a que lança o menor preço da sua força de trabalho. Essa situação foi verificada em publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará, que divulgava a licitação em um determinado município¹⁷.

O capitalismo se reorganiza e busca sempre saídas para as crises em prol da acumulação de riqueza, tendo como alvo central o mundo do trabalho. Mesmo porque é pela força de trabalho que o capital acumula riqueza; sem o trabalho, nem a sociedade existe, nem o capital se valoriza.

Antunes, ao analisar historicamente os formatos e a lógica do modo de produção capitalista, atenta que os elementos novos e antigos vão se articulando em prol da reprodução do sistema. Desse modo, ao analisar o processo produtivo e a adoção do toyotismo, não se pode considerar que houve uma substituição do modelo anterior (fordismo/taylorismo), pois, apesar das singularidades que o toyotismo traz, com “[...] diminuição das hierarquias, pela

¹⁷ Na página 228, encontra-se a divulgação desse caso citado sobre a contratação de profissionais via licitação do tipo menor preço. A descrição da notícia foi encontrada no seguinte endereço: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20110823/do20110823p01.pdf>.

redução do despotismo fabril, pela maior ‘participação’ do trabalhador na concepção do processo produtivo” (ANTUNES, 2011, p. 39), ocorreu uma articulação entre os elementos do binômio fordismo/taylorismo com os do toyotismo,

neste universo, a questão que nos parece mais pertinente é aquela que interroga em que medida a produção capitalista realizada pelo modelo toyotista se diferenciam essencialmente ou não das *várias formas* existentes de fordismo. Queremos aqui tão-somente enfatizar que a referida diminuição entre *elaboração e execução*, entre *concepção e produção*, que constantemente se atribui ao toyotismo, *só é possível porque se realiza no universo estrito e rigorosamente concebido do sistema produtor de mercadorias, do processo de criação e valorização do capital* (ANTUNES, 2011, p. 39).

Essas recombinações realizadas pelo sistema capitalista têm como objetivo central a valorização e criação do capital. Sendo assim, engendram-se novos elementos postos ao trabalho morto por intermédio das máquinas interpostas com a lógica informacional-digital presente e ao trabalho vivo, isto é, por vezes reduzindo e outras ampliando as variadas formas desse trabalho, bem como reterritorializando ou, em outros momentos, desterritorializando os variados espaços de trabalho, tendo como objetivo intensificar e ampliar

[...] as formas geradoras do valor, articulando um maquinário altamente avançado (de que são exemplo as tecnologias de comunicação e informação que invadiram o mundo da mercadoria) com a exigência, feita pelos capitais, de buscar maiores “qualificações” e “competências” da força de trabalho (seja de perfil acentuadamente manual, mas especialmente daquela fornecedora de mais potencialidade “intelectual”, aqui entendida em seu restrito sentido dado pelo mercado), exercido através do “trabalho social complexo e combinado” e “multifuncional” (ANTUNES, 2009, p. 131).

Todos os espaços, como afirma Antunes (2009), são convertidos em geradores de mais valor. Este é medido por sua substância criadora, o trabalho¹⁸, ou seja, pela quantidade de trabalho necessário, pelo *tempo de trabalho socialmente necessário*¹⁹, para a produção de determinada mercadoria. Dessa maneira, “[...] o que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente

¹⁸ “Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso” (MARX, 2012, p. 68).

¹⁹ “[...] é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade” (MARX, 2012, p. 61).

necessário para a produção de um valor-de-uso²⁰” (MARX, 2012, p. 61).

Se o que determina valor é a quantidade de trabalho necessária, como o capital se valoriza? Ao se apropriar do tempo de trabalho excedente, isto é, quando o trabalhador opera para além do necessário no processo produtivo, como afirma Marx:

[...] Chamo de tempo de trabalho necessário a essa parte do dia de trabalho na qual sucede essa reprodução; e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. [...] O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada. A essa parte do dia de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e ao trabalho nela despendido, de trabalho excedente (MARX, 2012, p. 253).

É nesse processo de produção de mais-valia que o capitalista angaria valor e valoriza-se, perfazendo seu objeto primordial, a acumulação de mais capital e riqueza. Como bem afirma Marx (2012, p. 254), é no processo de extração desse trabalho excedente que a sociedade capitalista se diferencia das outras formações econômico-social, uma vez que “[...] a taxa da mais-valia é [...] a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”.

A riqueza é medida pela magnitude da extração de mais-valia. O entendimento dessa lógica é necessário para que se compreenda como o sistema capitalista vem reconfigurando o mundo do trabalho, sabendo que seu objetivo maior é a riqueza em grande escala. Para tal, ao desencadear a reestruturação produtiva²¹, traz em escala global o trabalho precarizado, subcontratado, o aumento das terceirizações, e, como afirma Antunes (2009, p. 131), trazendo ainda “[...] formas de trabalho que frequentemente mascaram a superexploração e mesmo autoexploração, como o empreendedorismo, as falsas cooperativas [...], tendo como objetivo central a explicitada extração de mais-valia²²”.

Essas nuances que encobrem a lógica do sistema capitalista, ao reconfigurar as condições e relações de trabalho, desfavorecem nessa relação a classe trabalhadora, que cada

²⁰ De acordo com Marx, os valores de uso são a união da matéria fornecida pela natureza e trabalho, são objetos destinados a satisfazer as necessidades humanas. Já o valor-de-troca seria a forma fenomênica do valor que independe do valor de uso, mesmo que inicialmente se revelem pela relação quantitativa entre os valores-de-uso de espécies diferentes, pois seu conteúdo é o valor, já que se mede pela permutabilidade das coisas, isto é, é uma determinada maneira social de exprimir o trabalho empregado num objeto.

²¹ Que chegou aos países centrais na década de 1970 e no Brasil metade dos anos de 1980, ganhando força na década de 1990.

²² Vale ressaltar que: “A magnitude absoluta do tempo de trabalho – o dia de trabalho, a jornada de trabalho – é constituída pela soma de trabalho necessário e de trabalho excedente, ou seja, do tempo em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho e do tempo em que produz a mais-valia” (MARX, 2012, p. 266).

vez mais se depara com a ofensiva do capital, em sua fase neoliberal, na desregulamentação de seus direitos, intensificando as contradições e precarizações dos que vivem do trabalho assalariado; aqui se encaixa grande parte da categoria de assistentes sociais.

Esse processo de extração de mais valor e de precarização do trabalho é perpassado pelas relações de gênero. Não se pode analisar as modificações no mundo do trabalho ocasionadas pelo sistema capitalista sem levar em consideração o fenômeno da divisão sexual do trabalho. Nesse mundo do trabalho, ser homem ou ser mulher traz formas diferenciadas de vivenciar a exploração e a precarização do trabalho.

Kergoat (2000) parte do pressuposto de que os sujeitos não são produtos biológicos, mas sim construções sociais que se engajam no que ela denominou de relações sociais de sexo, e que, se as relações sociais têm uma base material, aqui entendida pela autora como o trabalho, experienciam uma divisão social do trabalho, que, no caso das relações sociais de sexo²³, temos o fenômeno da divisão sexual do trabalho.

Se parto da compreensão do trabalho como fundante do ser social e da sociabilidade humana para o entendimento das categorias e elementos do campo desta pesquisa, seria incoerente não retratar a divisão sexual do trabalho – primeiro por perpassar as discussões sobre o trabalho, que não é algo abstrato²⁴, mas concreto e intermeado de relações sociais; segundo, por ser uma categoria que está imbricada nas análises de gênero; e, por fim, por ser uma pesquisa que busca analisar a atuação do serviço social, profissão com especificidades em relação aos sujeitos que compõem essa categoria²⁵. Além do mais,

Para adentrarmos em uma perspectiva de análise crítica sobre as

²³ Como afirma Saffioti (2004), grande parte das teóricas francesas usam relações sociais de sexo ao invés de relações de gênero, uma vez que a primeira comportaria entender a opressão e exploração sofridas pelas mulheres, sem ter como, no caso de gênero, recorrer ao patriarcado para explicitar essas questões. E temos de concordar com as justificativas das francesas, debatidas por Saffioti (2004), ao considerar que gênero permite discutir as relações sociais entre homens e mulheres; contudo, admite-se ser um conceito mais palpável, tanto que organismos multilaterais, como o Banco Mundial, concedem verbas para projetos que trabalham com mulher somente àqueles que trazem gênero em seu texto. Isso é um dos argumentos a favor do conceito relações sociais de sexo. Todavia, por falta de apropriação da referida categoria, nesse momento da pesquisa, passou a optar por utilizar gênero e patriarcado.

²⁴ No sentido de existir apenas idealmente.

²⁵ De acordo com Cisne (2012, p. 47) “[...] o Serviço Social a partir de sua institucionalização, configurou-se como uma alternativa de trabalho para as mulheres adequada às qualidades femininas exigidas pela sociedade patriarcal, conjugando o perfil profissional da/o assistente social com representações de gênero vigentes. [...] nada melhor que a docilidade, a meiguice, a compaixão e o dom de comunicação, convencimento e acolhimento – conferidos historicamente às mulheres através da educação – para envolver a classe trabalhadora e atenuar os conflitos sociais”. Em outra parte, a referida autora continua a advertir: “A divisão sexual do trabalho é fomentada, reproduzida, apropriada e muito bem utilizada para atender a tais interesses, as (os) assistentes sociais atuavam junto à família, mais especificamente sobre a mulher, para atingir os operários, uma vez que é por intermédio dela que se encontrava o caminho necessário para o alcance da preservação da ordem moral e social” (CISNE, 2012, p. 49).

apropriações, explorações e opressões que pesam sobre o universo feminino, é necessário partimos da percepção de que na maioria das sociedades as mulheres trabalham mais do que os homens, contudo, ganham menores salários, têm menor acesso à riqueza, ao crédito, à informação e ao conhecimento (CISNE, 2013, p. 128).

De acordo com Kergoat (2000), a terminologia divisão sexual do trabalho foi primeiramente utilizada pelos etnólogos para definir tarefas entre homens e mulheres. Levi-Strauss usou tal conceito para explicar a estrutura da sociedade a partir da família. Contudo, para Kergoat, são as antropólogas feministas que conceituam de maneira inédita a categoria divisão sexual do trabalho, explicitando a relação de poder entre homens e mulheres a partir das tarefas e atividades laborais que ocupam na divisão social do trabalho. Desse modo,

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...) Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher) (KERGOAT, 2000, p. 1).

Sendo assim, o termo sugere que as práticas sexuais são construções sociais resultantes das relações sociais, possibilitando compreender que a divisão sexual do trabalho não é algo rígido e imutável, mas variante conforme a conjuntura histórica de cada sociedade. Como atenta Kergoat (2000), uma atividade considerada em um período como feminina pode ser tida tipicamente masculina em outro contexto social.

Nossa estudiosa afirma que, em 1970, na França, algumas pesquisas e trabalhos passaram a analisar, e mesmo denunciar, as ocupações desenvolvidas por mulheres, e concluíram que uma gama de atividades eram realizadas de maneira gratuita, trazendo a noção de dever, amor e obrigação maternal como justificadores. Essas atividades se referiam majoritariamente ao trabalho doméstico, não sendo considerado trabalho, mas uma atividade natural a ser desenvolvida por mulheres.

Essas pesquisas trouxeram à tona a categoria divisão sexual do trabalho, repensando a categoria trabalho, suas constituições históricas, geográficas, suas relações e condições, pois

[...] falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular esta descrição do real com

uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar estas atividades (KERGOAT, 2000, p. 4).

Nessa análise da divisão sexual do trabalho, encontramos uma classe trabalhadora diversificada, uma ampliação do setor de serviços, o aumento dos/as assalariados, a criação de outras tarefas e atividades laborais que se distanciam da esfera produtiva, do trabalho ontológico, diversificando e heterogeneizando os/as que vivem do trabalho. O desafio é refletir sobre essa morfologia do trabalho, não se esquecendo das relações de gênero que perpassam a classe trabalhadora e todas as relações sociais.

A categoria divisão sexual do trabalho deve atravessar os estudos que se propõem a compreender a morfologia contemporânea do mundo do trabalho. A classe trabalhadora é formada por sujeitos com idade, gênero, etnia e orientação sexual diferenciada e as análises precisam, mesmo que sucintamente, transversalizar essas questões, senão fincará análises e explicações do operariado homem, branco, europeu.

A referida categoria permite analisar o trabalho feminino, bem como desvendar as atividades consideradas eminentemente masculinas, possibilitando compreender que temos, sim, divisões, hierarquias, desigualdades, opressões e explorações baseadas no gênero; ser homem ou ser mulher determina lugares, tarefas, funções e valores diferentes em uma sociedade.

Kergoat (1996) afirma que, mais do que uma categoria descritiva, a categoria divisão sexual do trabalho permite desnaturalizar desigualdades e hierarquias em termos de ocupações no mercado de trabalho e outras questões que transversalizam o estudo desse fenômeno.

Essa discussão sobre a divisão sexual do trabalho que permite compreender porque algumas atividades, principalmente as que denotam cuidado, sensibilidade, ternura, meiguice e paciência, atributos vinculados ao feminino, assim como algumas profissões, enfermagem, pedagogia, serviço social e nutrição, são designadas como femininas. Em outros casos, como a área de ciências exatas, as engenharias, que denotam raciocínio, rapidez, sagacidade, objetividade, foram historicamente construídas como lugares masculinos. Essas questões na materialidade da vida social dividem os sujeitos, legitimam lugares, salários, posturas, posições, reproduzem opressões e desigualdades. Mais do que isso, a referida categoria nos possibilita desvendar a opressão sobre a mulher, compreendendo a divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva. Em síntese,

[...] a divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres. A esfera produtiva é a da

valorização, da **produção** da riqueza e, portanto, é tida como um espaço privilegiadamente masculino. A esfera da **reprodução social** – aqui entendida como as atividades necessárias para garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho –, é considerada um espaço feminino. Logo, a divisão sexual do trabalho é a base estruturante da exploração e da opressão da mulher. Ela é entendida como relação social e, como tal, é histórica, portanto, sujeita a transformações, contudo, mantém seus dois “princípios organizadores” que funcionam como “invariantes” nesta categoria: a “hierarquia”, por agregar sempre maior valor ao trabalho masculino em detrimento do feminino; e a “separação” entre o que é trabalho do homem e da mulher (CISNE, 2013, p. 135-136).

Mais do que a diferença entre trabalhos realizados por homens e mulheres, a categoria divisão sexual do trabalho, como afirma Cisne (2013), permite compreender as desigualdade e hierarquias entre homens e mulheres em relação a carreiras, qualificações e salários. Temos que as

[...] relações racista-patriarcal-heteronormativas encontra sua base de sustentação, fundamentalmente, por meio da família ancorada na divisão sexual do trabalho, que conforma, por sua vez, as bases para a garantia da reprodução social da força de trabalho e da exploração do “trabalho desvalorizado” das mulheres, indispensáveis à lógica de acumulação capitalista. Passemos, pois, a discutir essas categorias desveladoras do sistema de apropriação e de exploração das mulheres (CISNE, 2013, p. 128).

O exercício de olhar para a classe trabalhadora a partir de algumas questões como a de gênero faz-se necessário. Para Hirata e Kergoat (1994), a literatura sobre o mundo do trabalho geralmente refere-se a operários e classe operária, sem fazer nenhuma menção ao sexo dos atores sociais, como se estes fossem unívocos e homogêneos, trazendo a distinção apenas em relação aos empregados e desempregados, seu lugar na produção e reprodução social.

A tarefa de reinterpretar as classes sociais coube às feministas estudiosas das relações de sexo ou gênero, trazendo para o cerne do debate o lugar da mulher no processo de produção e reprodução social.

Conforme Hirata e Kergoat (1994), a conceituação marxista de classes sociais foi criticada primeiramente nos anos 1970 por Christine Delphy, que analisou como o pertencimento de classe era construído a partir de um referencial eminentemente masculino, que invocava o marido e pai, analisando-se como se a dimensão de gênero não impactasse em sua composição, comportamentos e práticas, desconsiderando que

A classe operária tem dois sexos esta afirmação não contraria apenas a utilização corrente do masculino nos textos sobre a classe operária que falam de trabalhadores quando estão se referindo a trabalhadoras! Trata-se também

de afirmar que as práticas, a consciência, as representações, as condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras são quase sempre assimétricas e que racionar em termos de unidade da classe operária sem considerar o sexo social leva a um conhecimento truncado – ou pior falso do que é um classe social (HIRATA; KERGOAT 1994, p. 95).

Para as estudiosas, afirmar que a classe operária tem dois sexos significa dizer que as relações de classe são sexuadas, ou seja, as relações de classe e sexo – aqui englobaria raça/etnia – organizam a realidade social, as práticas sociais, pois “[...] não é só em casa que se é oprimida, nem só na fábrica que se é explorado/a” (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 96).

O que temos é a consubstancialidade dessas relações sociais que são indissociáveis, possuem relações de complementaridade, transversalizam a sociedade. Kergoat (2010) afirma que desde os anos 1970 e 1980 trabalha com os conceitos de consubstancialidade e coextensividade para compreender as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho nas dimensões de classe, gênero e origem. A estudiosa adverte que esses conceitos são mais do que adição, interseção e multiposicionalidade, pois

[...] as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica [...] são coextensivas ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

A necessidade de compreendermos as relações sociais a partir de fenômenos complexos contribui para a desnaturalização de algumas questões. Pensando em termos de divisão sexual do trabalho, na morfologia do mundo do trabalho, a consubstancialidade dessas relações nos permite compreender os motivos que fazem persistir a situação da mulher no mercado de trabalho. Como sinalizado acima, as segmentações entre empregos femininos e masculinos persistem, as desigualdades de salário também e a mulher continua a ser a encarregada pelo trabalho doméstico, o que, para Kergoat (2010), demonstra como o capitalismo necessita de uma mão de obra flexível que libere os homens e as mulheres de alta renda para o mercado de trabalho.

Em relação ao trabalho doméstico, vale ressaltar as elucidações de Iasi (2011, p. 128), que afirma ser um processo de trabalho, uma atividade adequada a um fim; são tarefas realizadas na esfera privada, que se caracterizam por preparar alimentos, manter níveis de higiene doméstica e cuidados com os filhos, produzindo “o valor corporificado na manutenção e reposição da força de trabalho”. Gera um valor novo, porém não gera mais-valia, sendo uma atividade exercida geralmente por mulheres, diante das características de sua

atividade, por serem funções designadas historicamente como femininas.

Não é casual que exatamente o trabalho doméstico, exercido majoritariamente pelas mulheres, tenha seu vínculo com o universo da produção capitalista obscurecido. A cisão entre o mundo econômico e produtivo para o capital e o universo ideologizado do lar pressupõe que esse último seja um universo feminino. O homem trabalha e produz mercadorias, a mulher lhe dá o suporte para produzir. Seria assim por demais incômodo encontrar-se cruelmente diante de relações de família que reproduzem o ser humano como mercadoria e, mais do que isso, aceitar o fato de que são mulheres, desde muito condenadas a papéis acessórios, aquelas que participam com o trabalho doméstico na produção de parte do valor da mercadoria mais importante para todo o sistema. De nada adianta, mantendo os elos e as relações veladas, valorizar de mil modos o papel da mulher, seja ideologicamente, para manter a opressão de gênero, seja para supostamente libertá-la. A única verdade que interessa à mulher, assim como ao conjunto dos trabalhadores, é aquela que desvenda o que fica obscurecido pelas malhas da ideologia. O desvelamento de um aspecto antes velado vale mil vezes mais do que um belo discurso valorativo que mantenha escondido, aos olhos de quem quer se libertar, um elo das correntes que o oprimem (IASI, 2011, p. 140-141).

Desvendar o obscuro é uma tarefa primordial e função social das investigações científicas. Falar em divisão sexual do trabalho é desnudar o sujeito que trabalha, negando as teorias e ideias que acabam por fortalecer as hierarquias e opressões. Kergoat (2010) atenta para a falsa ideia de igualdade entre homens e mulheres garantida a partir da negociação privada na divisão de tarefas, por exemplo, contando com a boa vontade dos cônjuges nessa divisão.

Para a autora, há uma mistura de duas relações: as intersubjetivas e as sociais. Logicamente que alguns relacionamentos dispõem de certa igualdade nas divisões de funções e tarefas, contrariando a lógica das relações sociais entre homens e mulheres; contudo, no geral, as relações sociais continuam a operar e a se manifestar através da exploração, dominação e opressão, manifestadas pelas desigualdades salariais, pela divisão sexual do trabalho, pelos altos índices de violência contra a mulher, pois não se modificou o cerne das relações de exploração, dominação e apropriação. Aqui caberia a reflexão de Cisne (2013, p. 133), que, ao retomar o pensamento de Christine Delphy, afirma:

Em outras palavras, o que Delphy denomina de “modo de produção doméstico”, é parte integrante e indispensável ao modo de produção capitalista. Esse modo de produção se apoia na exploração do trabalho doméstico da mulher, assim como na exploração da força de trabalho feminina na esfera produtiva, onde via de regra recebem baixos salários e são desvalorizadas. Em síntese, podemos dizer, então, que o modo de

produção capitalista, encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera produtiva, seja na esfera reprodutiva (em trabalho remunerado ou não), uma das suas bases de sustentação.

De acordo com Falquet (2008), designam-se às mulheres três grandes tarefas: o trabalho de manutenção dos membros do grupo familiar, o trabalho sexual e o trabalho de educação das crianças, acarretando uma apropriação do corpo, de seus produtos, da sexualidade e da força de trabalho feminina, trazendo uma combinação entre trabalho sexual, doméstico e emocional.

Essa apropriação se desenhará conforme a conjuntura social. Falquet (2008) busca compreender as relações sociais na era da globalização neoliberal, trazendo elementos para pensar a situação da mulher e os marcadores de classe, raça/etnia e gênero no interior das transformações ocasionadas pelo neoliberalismo. A autora fornece algumas pistas que merecem destaque nesse momento da análise.

A estudiosa atenta para as transformações nas constituições familiares que vão se distanciando dos modelos ocidentais de família nuclear. Boa parte dos lares não são chefiados por homens, mas por mulheres.

[...] a globalização modifica profundamente seu equilíbrio, introduzindo física ou pontualmente cada vez mais estrangeiro(a)s que contribuem fortemente para a realização do trabalho que se espera ser realizado. Dentre este(a)s estrangeiro(a)s, encontramos as empregadas domésticas imigrantes (vindas da zona rural ou do exterior), as cuidadoras de doentes e as enfermeiras, mas também jardineiros, *office-boys* ou motoristas ou ainda mães de aluguel e trabalhadoras do sexo, que fornecem imagens pornográficas ou serviços sexuais em domicílio ou na ocasião de deslocamentos para lazer. Aqui, as relações Norte-Sul são flagrantes, mas é preciso observar que esta divisão do trabalho se organiza igualmente à escala de cada país, em função de sistemas racistas, de classe, de casta e colonizados (FALQUET, 2008, p. 131-132).

Constatar o fato de a divisão do trabalho se organizar fundamentada em sistemas de classe, raça/etnia e gênero é um posicionamento que contribuiu para desvendar as mudanças provocadas pelo neoliberalismo no mundo do trabalho e apontadas no início dessa discussão. A estudiosa adverte que o Estado e o sistema heterossexual são vinculados e unidos a fim de regulamentar a circulação de pessoas, seus contratos, acesso ao trabalho e à propriedade. Criminalizam-se as/os imigrantes, seus descendentes e organizam a divisão do trabalho para fortalecer o sistema neoliberal global conformado por essas relações sociais.

O sistema neoliberal, representado pelo Estado, por exemplo, encampa algumas ações

que no nível da aparência se transvertem em mudanças e transformações para os que são explorados/as, oprimidos/as e apropriados/as. Segundo Falquet (2008), há algumas reformas em favor das mulheres ou da população LGBT, por exemplo, através do acesso ao trabalho assalariado, à cidadania, mediante algumas políticas públicas. Contudo, substancialmente não se muda a materialidade das relações sociais, pois “o neoliberalismo não merece rearrumações” (2008, p. 137). Não podemos considerar a mudança apenas de uma única relação social, pois conseguirá algumas vitórias significativas, mas o cerne da questão perdurará, mesmo porque o modo de produção capitalista é

[...] estruturado pelas relações de classe, “raça” e sexo (incluindo sexualidade), podemos denominá-lo de modo de produção racista-patriarcal-heteronormativo-capitalista. Temos, portanto, um único sistema, um único modo de produção, mas, conformados por essas relações – mediações e contradições – que são dialeticamente consubstanciais (CISNE, 2013, p. 134).

Não se pode considerar, como atenta Kergoat (2010), que as relações de classe se inserem apenas no âmbito econômico e as outras no plano ideológico; relações de gênero, raça/etnia e classe são relações de produção, no sentido de entrecruzar exploração, dominação e opressão. É indispensável analisar as mudanças no capitalismo contemporâneo, a partir do prisma de um grupo que se apropria do trabalho de outro, mas vale destacar que esse processo é também perpassado pelas relações de gênero, pela divisão sexual do trabalho, considerando seus dois princípios: trabalho de homem é diferente do trabalho de mulher, e o trabalho masculino vale mais do que o feminino, “[...] o controle social da sexualidade e da função reprodutiva das mulheres” (KERGOAT, 2010, p. 99).

A ideia de consubstancialidade das relações sociais trazida por Kergoat (2010) deve perpassar os estudos de várias questões, como no caso do mundo do trabalho. Como bem afirma a autora, essa sua maneira de compreender a realidade social não significa que tudo esteja vinculado a tudo, mas na existência do entrecruzamento “dinâmico e completo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca [...] Elas interagem e estrutura, assim, a totalidade do campo social” (2010, p. 100).

A referida ideia não exclui a de contradição entre tais relações sociais, mesmo porque não parte de consideração que seja um sistema circular, mas sim seu dinamismo e sua produção e reprodução mútua. Logicamente que neste trabalho não conseguirei aprofundar mais essas questões sobre as relações sociais; contudo, demarcá-las nesta reflexão sobre o

trabalho é um posicionamento teórico e político, a fim de problematizar que a classe trabalhadora é heterogênea e demarcada por gênero, classe, raça/etnia.

Após essas considerações sobre a categoria trabalho, a ontologia do ser social, as configurações contemporâneas do mundo do trabalho e a divisão sexual do trabalho, passo a analisar a instrumentalidade do serviço social. Fez-se necessário partir desses elementos gerais para compreender essa dimensão específica da profissão, ou seja, sua instrumentalidade, o que proporciona o entendimento sobre o exercício profissional em suas respostas das demandas e enfrentamento à questão social.

3.4 A instrumentalidade do serviço social

A instrumentalidade é uma categoria imprescindível para a profissão de serviço social, pois possibilita analisar a atuação profissional evocando seus parâmetros éticos, metodológicos, teóricos e práticos. Todavia, tratar sobre a instrumentalidade requer um aprofundamento teórico e crítico sobre essa temática, uma vez que ela não diz respeito apenas aos meios, técnicas e instrumentos utilizados pelo/a profissional no seu âmbito de trabalho.

Essa instrumentalidade se remete a uma determinada capacidade que a profissão adquiriu em sua trajetória sócio-histórica e, como afirma Guerra (2000), a partir do confronto entre teleologias (projeções de finalidades) e causalidades, isto é, as propriedades e capacidades sócio-históricas que a profissão foi adquirindo no confronto entre as condições objetivas e as posições teleológicas de seus agentes e dos que demandam o exercício profissional.

Dessa maneira, seguindo as análises de Guerra (2000; 2011; 2012), a instrumentalidade é uma condição necessária à reprodução da espécie humana, momento indispensável na relação dos sujeitos com a natureza em resposta aos seus carecimentos materiais e espirituais. O trabalho possui uma instrumentalidade que vai se delinear de acordo com as regras de cada momento histórico.

A discussão sobre instrumentalidade segue a linha analítica das outras categorias aqui presentes, como trabalho, gênero e violência contra a mulher. Parto da ontologia do ser social para a compreensão dos fenômenos, da premissa de que o trabalho é quem funda a existência social, os indivíduos e o complexo da reprodução social.

Os sujeitos, para satisfazerem suas necessidades, projetam finalidades, planejam ações e escolhem entre alternativas. Constroem, utilizam e aperfeiçoam instrumentos de trabalho. O

trabalho que transforma a natureza tem uma dimensão instrumental, ou seja, operativa e manipulatória. Modificando a natureza, os indivíduos vão adquirindo novos conhecimentos e se deparando com outras necessidades. Esses novos conhecimentos e habilidades originam outras áreas do saber, como o científico, o artístico, o filosófico e o técnico.

Para Guerra (2000), a instrumentalidade se define como propriedades sociais das coisas que os sujeitos alcançam durante o processo de trabalho, e o possibilita na conversão de instrumentos para satisfazer suas necessidades, objetivos e finalidades.

Contudo, o trabalho se depara com as condições postas socialmente, e na ordem burguesa apresenta configurações diferenciadas dos modos de produção que a antecederam. A produção de valores na sociabilidade burguesa se remete não apenas aos valores de uso, mas principalmente aos de troca, por ter como objetivo a valorização do sistema capitalista. Nessa ordem, tem-se o que Guerra (2000) define como inversões capitalistas na conversão da razão substantiva em razão instrumental.

Nessa sociabilidade, o trabalho como fundante do ser social e de toda a existência humana se resume a trabalho assalariado, e os indivíduos, a mercadoria força de trabalho. Homens e mulheres, como produtores de valores de uso, se transformam em força de trabalho, uma mercadoria valorosa para o capital, própria de valor de uso e valor de troca. Aqui, o trabalho, ao invés de satisfazer as necessidades do/a trabalhador/a, se volta para responder as necessidades de reprodução ampliada do capital.

Os/as trabalhadores/as vendem sua força de trabalho, que se transforma em trabalho assalariado, convertendo-se em mercadoria, sendo o trabalho abstrato a forma social de trabalho no capitalismo (GUERRA, 2000).

O modo de produção capitalista cria as condições para sua reprodução. O desenvolvimento das forças produtivas, técnicas, de ferramentas, divisão social e sexual do trabalho, conhecimentos, ciências, ideologia, direito, potencializa o desenvolvimento de homens e mulheres. Porém, com a mudança no modo de produzir, com a transformação do instrumento simples de trabalho em máquinas, estas passam a exercer seu domínio sobre o/a trabalhador/a, abstraindo sua subjetividade e potencializando a extração da mais-valia. É nesse contexto que a razão instrumental se valoriza e a dimensão técnica é acentuada; assim, a busca por eficácia e eficiência são os fins imediatos.

A razão instrumental é subjetivista e formalista. Ela é expressão intelectual do individualismo possessivo [...] a razão instrumental é uma racionalidade subordinada e funcional: subordinada ao alcance dos fins particulares, dos resultados imediatos, e funcional às estruturas. Constitui-se num conjunto de

atividades, num conjunto de funções, não se importando nem com a correção dos meios nem com a legitimidade dos fins. Por isso funcional ao capital. Subsume os atributos das coisas aos seus aspectos quantitativos. Limita-se a garantir a eficácia e a eficiência (GUERRA, 2000, p. 16).

Em contraponto a essa lógica, tem-se a razão substantiva voltada para fins universalistas e valores sociocêntricos. A preocupação reside sobre as escolhas dos meios e o estabelecimento das finalidades. Porém, como os valores adquirem significados conforme as necessidades objetivas da reprodução social, na ordem burguesa os valores vigentes são instrumentais, pois essa sociedade não se reproduz sem que todas as coisas se constituam em valores instrumentais destinados ao atendimento das necessidades capitalistas, o que não significa dizer que são relações estáticas, impermeáveis às transformações (GUERRA, 2000).

Ao analisar os desafios contemporâneos para o serviço social, compreendo que as configurações do mundo do trabalho nesse sistema capitalista, neoliberal, determinam as ações dos sujeitos e, por vezes, vêm limitando a atuação profissional do serviço social, necessitando, dessa maneira, um maior empreendimento dos/as profissionais em desvendar as nuances impostas e propor saídas e estratégias para a implementação dos seus princípios éticos e políticos.

As alterações no mundo do trabalho, na esfera do Estado, nas políticas sociais, no perfil do/a trabalhador/a, estabelecem novas mediações que se expressam nas condições objetivas (materiais e espirituais) sobre as quais a instrumentalidade do exercício profissional se desenvolve e condiciona as respostas profissionais.

Esses elementos foram constatados na pesquisa de campo, quando as profissionais relatavam sobre suas dificuldades e desafios de trabalho. Os principais problemas encontrados foram: o número reduzido de profissionais em relação ao montante da demanda; condições de trabalho precárias; o setor social sem sala específica; o não reconhecimento da profissão por parte de alguns gestores e profissionais de outras áreas; a ausências de capacitações continuadas; e a interferência nas ações realizadas, ferindo a autonomia profissional.

No que se refere ao número reduzido de profissionais e à quantidade exorbitante de trabalho, a assistente social 01 demonstrou preocupação em relação ao trefismo, sinalizando a importância da realização de outras atividades, asseverando que

[...] número enorme de processos pra gente dar conta, é um trabalho que é meio, eu não diria desestimulante, mas assim... Sabe quando uma pessoa rema, rema contra a maré e não chega na praia? Por quê? Porque todo dia, todo dia tá entrando processo. Então, por exemplo, você vê uma fila de cento e tantos processos, aí você diz: “ai, meu Deus, eu vou aqui fazer um mutirão

pra esses processos chegarem em oitenta”. Mas quando você entrega cinco entra mais dez, aí aquela fila nunca diminui. Eu tô falando isso bem de número, mas esses números significam pessoas, significam casos, você não pode olhar pra um processo como um pedaço de papel, aqui dentro tem uma história de vida. [...] eu queria que a gente tivesse condição de fazer mais esses trabalhos socioeducativos, para além dessas quatro paredes, dessa coisa de escritório, e aí é meio difícil [...] (Assistente social 01).

A entrevistada 03 assinalou sua preocupação com o não reconhecimento da profissão, creditando que uma visão deturpada sobre o exercício profissional do serviço social pode ocasionar prejuízos à intervenção, bem como às exigências contemporâneas para o cumprimento de metas, dificultando um trabalho mais acurado nos casos atendidos. Além disso, uma visão equivocada ainda permeia o fenômeno da violência contra a mulher, por vezes culpabilizando as mulheres pelas situações de violência. Assim, afirma:

Acho que é o não reconhecimento da profissão, a dificuldade com a rede socioassistencial, a comunicação ainda não tá bem legal, e também essa visão deturpada que o povo tem de violência contra a mulher, porque assim, vamos pros extremos, ou a mulher é vagabunda que volta pro cara, porque gosta do cara, não sabe o que é que quer e volta porque gosta de apanhar, ou ela é a coitadinha que precisa ser levada no colo, e eu não gosto de trabalhar com nenhuma dessas duas, gosto de trabalhar no meio, a mulher não é coitadinha, ela é sujeito também daquela relação, por mais que às vezes ela se coloque como a vítima, mas mesmo assim ela usa seus artifícios, toda pessoa usa. Então, eu acho que é uma coisa que dificulta a atuação, são essas visões extremistas. A falta de recursos é uma coisa assim gritante, muitas vezes a falta de diálogo com a gestão de exercer a nossa profissão sem estar amarrada a tanta meta, a tanto aquilo, de poder fazer um trabalho direito, com calma, cada pessoa tem seu ritmo, cada usuário tem seu ritmo, então é isso (Assistente social 03).

Para a assistente social 05, os principais problemas são: falta de capacitação para a equipe técnica e carência infraestruturais para a realização das atividades do serviço social. Esse segundo elemento também foi apontado pela profissional 06, que carece de um espaço reservado para os atendimentos sociais, situação que dificulta o desenvolvimento do trabalho, e mais ainda infringe o que determina a resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do serviço social²⁶. Conforme as profissionais,

²⁶ De acordo com a referida resolução, “Art. 1º - É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer. Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for

Eu sinto falta de capacitações mais aprofundadas, porque geralmente tem uma capacitação, aí você vai, quando chega lá é repetindo o que você já sabe, eu sinto falta de coisas novas, teorias novas, novos horizontes. A gente tem problemas de sala, a gente tem sala de atendimento com acústica muito ruim, então você tem que estar falando baixinho, ou até mesmo quando a gente não tá atendendo, mas tá discutindo casos entre nós, ou interagindo na cotidianidade do trabalho, a gente tem que ter o cuidado de baixar o tom de voz porque dá pra escutar tudo do lado de fora (Assistente social 05).

Eu queria uma sala só pra mim, pra eu poder trabalhar da forma que eu quero, de orientar melhor a mulher, de fazer oficinas, sentar com as outras profissionais, só mesmo se tivesse a necessidade de ser abordado um tema que necessitaria da colaboração de outro profissional, mas uma sala direcionada pro serviço social, pra atendimento, pra desenvolvimento de atividades como oficina [...] (Assistente social 06).

Ainda sobre os desafios e o que deveria ser melhorado, obtive respostas que explicitam a questão da autonomia profissional e as dificuldades que as profissionais encontram em seu cotidiano de intervenção. Essas situações exprimem essa conjuntura tratada acima sobre as modificações no mundo do trabalho a partir das transformações capitalistas, que rebata nas condições de trabalho, nas relações entre os sujeitos.

Deixar a gente trabalhar como assistente social, como aqui todo mundo trabalha com tudo, às vezes se perdem as especificidades de cada profissional, eu não acho que é só o serviço social que deveria ter uma atuação mais específica, mas os outros também (Assistente social 03).

A questão de pessoal, aumentar, hoje a gente tem a sorte de que a coordenadora é psicóloga e assistente social, e ela tá trazendo muita coisa da assistência, a questão de instrumentalização de registro de dados da assistência pra cá, e fora o olhar mesmo do assistente social, ela é uma soma pra gente, pro setor (Assistente social 04).

Diante desse ensejo de informações colocadas pelas profissionais, vale refletir outra situação imposta pela organização societal capitalista, que também configura esse contexto. Por exemplo, a divisão social do trabalho é fundamentada numa forma de cooperação entre os sujeitos; contudo, na sociabilidade do capital, essa divisão ganha novos contornos e elementos. Os antagonismos de interesses e as relações de troca se destacam, ganham poder e evidência nessa sociedade, e o campo das singularidades se volta como meio para se alcançarem as finalidades individuais (GUERRA, 2011).

revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas; d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado” (CFESS, 2011, p. 155).

Essa divisão, em tempos de manufatura, possibilitou a aquisição do caráter social dos instrumentos de trabalho fabricados pelos sujeitos, diante do caráter coletivo do trabalho. Porém, com as relações de troca em evidência, a instrumentalidade vai ganhando contornos da sociedade burguesa. Aqui, “[...] instrumentos e técnicas não são apenas mediações virtuais à objetivação do ser social, mas transformam-se em mediações reificadas” (GUERRA, 2011, p. 163).

A racionalidade técnica capitalista reduz a razão substantiva em apenas uma de suas dimensões, a razão instrumental. Os indivíduos são direcionados em suas atividades profissionais à produção de valor, a fim de acumular e valorizar o capital. Contudo, conforme Guerra (2011), o grau de desenvolvimento das forças produtivas pode também expressar um conteúdo revolucionário, ser um meio para a concretização de outra ordem social. Os sujeitos não estão paralisados totalmente pela lógica do capital, podendo traçar estratégias de luta e resistência.

O que essas considerações têm a ver com o serviço social e sua atuação na rede de atendimento à mulher em situação de violência? Tem que o cenário causado pelo desenvolvimento das forças produtivas sob a ótica do capital tenciona o fazer profissional nos variados espaços sócio-ocupacionais, exigindo novas respostas, novos conhecimentos e competências, trazendo outros desafios, como os elencados pelas entrevistadas. Isso que dizer que

[...] se as demandas resultantes do aperfeiçoamento do processo de trabalho, ao exigir “novas” respostas do profissional, impor-lhe a atualização das formas, métodos, técnicas e instrumentos de atuação, a preservação da funcionalidade da profissão exige-lhe a manutenção do conteúdo controlista e integrador. Não obstante, o grau de desenvolvimento das forças produtivas convoca, sobretudo na década de 80, as estruturas jurídico-políticas do Estado brasileiro a incorporarem as conquistas efetivas adquiridas pela classe trabalhadora no campo das políticas sociais (GUERRA, 2011, p. 167).

No período dos monopólios, o Estado necessitou modernizar-se, pois seu perfil autoritário e paternalista era incompatível com esse projeto racionalista burguês. Passou a preocupar-se em minimizar as tendências do subconsumo, intervindo mediante os sistemas de previdência e segurança social. As contradições inerentes da luta de classes, das relações contraditórias entre capital e trabalho, vão se converter em questão social que será concebida a partir desse racionalismo imerso pelas teorias positivistas que as naturalizam.

O Estado procura intervir nos antagonismos gerados pelas contradições da relação capital e trabalho mediante as políticas sociais. Contudo, Guerra (2011) pontua que, antes de

serem estratégias governamentais, as políticas sociais estiveram presentes nas principais reivindicações trabalhistas.

As políticas sociais²⁷ se tornam as respostas estatais às expressões da questão social, transforma-se em espaço de intervenção de inúmeros profissionais, como os/as assistentes sociais, o que as torna “direção, ordenamento, conformação, prescrição da intervenção profissional, e, por isso, são capazes de atribuir à intervenção profissional determinadas configurações sócio-históricas” (GUERRA, 2011, p. 133). Temos ainda que:

Ao isolar as questões sociais do âmbito das relações de trabalho, entendidas como expressões das relações de forças entre as classes ou segmentos de classe que se confrontam nesse processo, o Estado acaba por obscurecer a organicidade entre políticas sociais e processos de acumulação/valorização do capital. Ao fragmentar as questões sociais numa pluralidade de modalidades e seres constituídos em “campos” nos quais serão tratadas as anomalias da sociedade, tipificadas em políticas sociais [...] esse mesmo Estado institucionaliza práticas profissionais especializadas para atuarem basicamente em dois níveis: do planejamento e da sua implementação (GUERRA, 2011, p. 134).

O novo padrão gestado pelo capitalismo monopolista passou a necessitar de profissionais para operacionalizar suas medidas instrumentais de controle social, instituindo um “espaço na divisão social e técnica a ser ocupado por um tipo peculiar de trabalhador assalariado que vende, além de sua força de trabalho, um conjunto de ações direcionadas à administração dos conflitos sociais: o assistente social” (GUERRA, 2011, p. 136).

Toda a estruturação dos serviços a serem prestados segue a linha da organização do capitalismo monopolista, acompanha suas características de “previsibilidade e controle dos desequilíbrios, da racionalização e maximização dos recursos, normatização de procedimentos técnicos [...] exigência de eficácia e eficiência [...] polivalência nas ações, interdisciplinaridade profissional” (GUERRA, 2011, p. 138).

É nesse contexto que se insere a intervenção profissional do serviço social, que necessita procurar novas formas de operacionalização para atender as demandas após 1964 – golpe militar –, uma vez que suas intervenções e teorias de outrora não davam conta da realidade que se gestava. Por meio desse movimento de repensar a profissão²⁸, o serviço

²⁷ “Deste modo, as chamadas políticas sociais constituem-se da síntese de elementos contraditórios que envolvem interesses antagônicos, mediados pelo Estado. Seu espaço de atuação extrapola o âmbito restrito da legitimidade política do Estado junto às classes trabalhadoras, via instituições sociais, para se constituir em instrumentos minimizadores das formas selvagens e violentas de exploração que caracterizam o nosso processo de trabalho” (GUERRA, 2011, p. 134).

²⁸ A esse movimento Netto (2011) denomina de Movimento de Reconceituação, período, pós-64, que o Serviço Social repensou sobre suas bases teóricas, metodológicas, éticas e política.

social passa a se articular aos projetos governamentais que objetivam findar com a condição de subdesenvolvimento do País.

No final da década de 1970, com a crise da Ditadura Militar, outras forças são colocadas à profissão em virtude das transformações que se gestavam, o que impulsionou o serviço social a reaver seus fundamentos teórico-práticos e ético-político, a refletir sobre os projetos que fundamentavam a intervenção e as respostas dadas às demandas.

O serviço social passou do entendimento da política social a partir da racionalidade analítico-formal, para a concepção de direito, principalmente após a Constituição de 1988, que legitimou os direitos dos indivíduos. “A voga do direito ocupa o plano da retórica ao nível da literatura sobre políticas sociais e, mais incisivamente, ao nível da intervenção profissional” (GUERRA, 2011, p. 143). Aqui se faz necessário uma ponderação sobre a concepção de direito, que também apresenta alguma finalidade ao visar a atribuir cidadania aos considerados “excluídos”, ou seja, a igualdade foi, e ainda é, concebida no plano jurídico formal do direito burguês.

[...] pela via do discurso do direito, o assistente social vem reforçando a aceitação passiva da população da sua condição de subordinação ao capitalismo, aos seus amparatos jurídicos-políticos e, ainda, reproduzindo a falsa representação de que a prestação da assistência é uma via de minimização das desigualdades sociais [...] Ao tomar a assistência social como direito, ela passa a se constituir num ideal a ser alcançado. Daí que a solução da exploração da grande maioria da população brasileira passa pela reforma, reorganização das estruturas jurídicas-políticas e burocráticas do Estado burguês e não pela supressão da estrutura do Estado capitalista [...] O que daí decorre é que o discurso de resgate da cidadania pela vida das políticas sociais, não faz mais do que sustentar a retórica do discurso burguês que, ao tratar a questão social apartada das contradições de classe, propõe solucionar o quadro de anomia da sociedade vigente por meio de procedimentos jurídico-formais. A concepção de direitos sociais, universais e extensivos a todos os cidadãos tende a esconder uma cidadania cuja vigência encontra-se apenas nos âmbitos ideal e jurídico-formal da Constituição Federal de 1988 [...] as políticas sociais em finalidade, é o modo típico do pensamento formalizador (GUERRA, 2011, p. 146-147).

Guerra (2011) sinaliza, contudo, que as referências teóricas e bibliográficas de base racionalista abstrata burguesa são apenas uma das determinações que envolvem a instrumentalidade do serviço social. Faz-se necessário compreender a base material que produz a consciência do/a assistente social²⁹ e buscar o entendimento do significado social e

²⁹ De acordo com Iasi (2011, p14 -15), “[...] inicialmente, a consciência seria o processo de representação mental (subjativa) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção). Dito de outra maneira, uma realidade externa que se interioriza. A materialidade

político da profissão, que não pode ser deixado em segundo plano em prol de se refletir sobre as formas de realizar a intervenção. Não se pode conceber as relações sociais como neutras e nem colocar de lado a importância que as formas de representação da profissão têm, correndo-se o risco, como ainda acontece, de os/as profissionais suprimirem o conteúdo social e político de suas ações e acriticamente se voltarem para o conteúdo funcional atribuído pela ordem burguesa.

A realidade social precisa ser entendida como fundamento material da intervenção profissional, compreendendo as expressões universais da sociedade burguesa madura e as particularidades que se colocam à ação do serviço social, na qual realiza sua instrumentalidade. “Se a divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista cria um espaço socioinstitucional para o assistente social, é no desenvolvimento das forças produtivas que a profissão altera suas funções, se modifica, se moderniza, se renova” (GUERRA, 2011, p. 125).

As condições objetivas de existência da profissão estão articuladas às necessidades de sobrevivência do sistema capitalista. A vinculação entre as forças produtivas, o estado social e a consciência são mediações necessárias à maneira como o serviço social realiza sua instrumentalidade.

[...] sobre as relações sociais próprias da sociedade capitalista e que se peculiarizam na intervenção profissional [...] a contradição se localiza no fato de que Serviço Social, embora se constituindo em estratégia de enfrentamento do Estado no tratamento das questões sociais de contenção das mobilizações populares dos seguimentos explorados, tem a sua gênese vinculada à produção desse mesmo segmento populacional (GUERRA, 2011, p. 152-153).

desse movimento não deve ser buscada apenas no seu aspecto físico-orgânico, apesar de que ninguém ainda tenha conseguido formar qualquer representação sem cérebro ou um sistema nervoso central, mas no fato de que a consciência é gerada a partir e pelas relações concretas entre os seres humanos, e desse com a natureza, e o processo pelo qual, em nível individual, são capazes de interiorizar relações formando uma representação mental delas. [...] Se a consciência é a interiorização das relações vividas pelos indivíduos, devemos buscar as primeiras relações que alguém vive ao ser inserido numa sociedade. A primeira instituição que coloca o indivíduo diante de relações sociais é a família. Ao nascer, o novo ser está dependente de outros seres humanos, no caso do estágio cultural de nossa sociedade: seus pais biológicos”. Ainda sobre esse processo, Iasi (2011, p. 30) acrescenta: “A consciência em si representa ainda a consciência que se baseia na vivência das relações imediatas, não mais do ponto de vista do indivíduo, agora do grupo, da categoria, e pode evoluir até a consciência de classe. Ela é parte fundamental da superação da primeira forma de consciência, portanto, da alienação: no entanto, seu pleno desenvolvimento ainda evidencia traços da antiga forma ainda não superada”. Os escritos do autor trazem reflexões profícuas sobre a categoria consciência, demonstrando como esta se forma e desenvolve – e, mais do que isso, qual a direção para uma consciência vinculada à emancipação humana. Seus escritos, para esta pesquisa, contribuíram para se entender a formação da consciência das profissionais, o porquê de seus valores, crenças e costumes. Apesar de não ser o objetivo central do estudo, trouxe fundamentos que desmistificou o entendimento das questões elencadas pelas profissionais entrevistadas. Para um maior aprofundamento da categoria consciência, consultar também outro livro do Mauro Iasi, *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência*.

O que a autora quer dizer é que o mesmo processo que institucionaliza a profissão produz a classe que demanda sua intervenção. Existe uma representação fetichizada da posição que o/a assistente social tem no mercado de trabalho. O profissional não compreende o lugar que ocupa na divisão social e técnica do trabalho, por um lado, pelo obscurecimento advindo de seu status de assalariado/a; por vezes, pode creditar em sua autonomia somente explicada no plano jurídico-formal e mesmo não se reconhecer pertencente à classe trabalhadora. De outro modo, retirando a intervenção do confronto direito entre capital-trabalho, obscurece-se a função política do serviço social e acobertam essa dimensão que constitui a intervenção profissional.

[...] as dificuldades postas à intervenção profissional, embora adquirindo feições específicas, obedece à lógica de constituição da sociedade capitalista, na qual a inversão da aparência fenomênica em essência, a substituição do conteúdo pela forma, a transformação do essencial em acessório, são condições necessárias à sobrevivência dessa ordem social [...] pela sua natureza contraditória, a instrumentalidade da profissão tanto conserva e reproduz aspectos do modo de ser capitalista quanto os nega e os supera (GUERRA, 2011, p. 158-159).

A ênfase que o serviço social deu à sua dimensão técnica na busca pela homogeneidade nos métodos, teorias e ações no período desenvolvimentista da sociedade brasileira, na década de 1970, não é acidental, faz parte de todo um processo histórico, de uma mudança da sociedade que influenciou a profissão no repensar de seus parâmetros teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos.

Para Guerra (2011), a confluência desses fatores que demarcaram esse período traz modelos de intervenção ao serviço social. No âmbito metodológico, predominaram os instrumentos e técnicas e, no ideológico, o cariz reformista que nutre o primeiro. Assim,

As resultantes das bases materiais e ideo-culturais, sob as quais a profissão se movimentou, podem ser percebidas nas representações dos agentes profissionais à medida que se expressam nas ações e reivindicações desses agentes. Dentre elas, o fetiche que permeiam o instrumental técnico e a deificação das metodologias de ação, o mito da dicotomia na relação teoria e prática e a tendência a requisitar modelos teóricos e interventivos, enquanto facetas de um mesmo processo, no nosso entendimento, colocam-se como determinações e especificações tanto da instrumentalidade do Serviço Social quanto da insuficiência na compreensão do profissional sobre o significado social e político da sua prática (GUERRA, 2011, p. 168).

Essa incompreensão pode comprometer negativamente a intervenção profissional. A

maneira com que os instrumentos e técnicas se destacam no referido período histórico deve ser problematizado na contemporaneidade. Para tanto, é necessário analisar se essa tendência em atribuir aos instrumentos e técnicas uma posição maior do que os outros elementos que compõem a atuação profissional ainda perduram no imaginário de alguns/as assistentes sociais.

Conforme Guerra (2011), o serviço social foi influenciado pelo que denomina de “teoria dos resultados”, que se fundamenta na capacidade de responder, por meio da intervenção, as demandas postas. Com o processo de renovação e a aproximação com a tradição marxista, a profissão voltou sua preocupação para a estrutura e conjuntura social. Houve, assim, uma mudança no eixo de análise da prática profissional – o que para alguns não conseguiu superar a lacuna, ou, como querem outros, a dicotomia entre as elaborações teórico-metodológicas e a intervenção prática.

Outra crítica encontrada nessa seara se refere aos que consideram um afastamento da intervenção institucional em prol de uma “invasão” nos movimentos sociais, estando os/as profissionais movidos/as por uma visão mágica de transformação social. Para a autora, isso apresenta como decorrência uma aproximação desses/as profissionais à tradição marxista vulgar, traduzindo um equívoco que identifica prática profissional e militância político-partidária.

Desse cenário, surgem duas posturas: uma que se refere a saudosismo, ao conceber que as ações profissionais do passado garantiam homogeneidade à profissão, corroborando com a permanência do conservadorismo; e outra que desconsidera qualquer contribuição que advenha do passado, por compreender que ideologicamente estará reproduzindo o ponto de vista das classes dominantes. Guerra (2011, p. 24) afirma que “[...] ambos os posicionamentos são radicais, dogmáticos e maniqueístas”. No caso das entrevistadas, não observei essas posturas de forma extrema e explícita: em seus discursos sinalizavam elementos condizentes com o que o serviço social vem defendendo hegemonicamente – com exceção da assistente social 02, que demonstrou desconhecer a função social da profissão na contemporaneidade e suas especificidades de intervenção, como assinalo posteriormente ao analisar algumas de suas falas.

Para Guerra (2011), existe quase um consenso no meio profissional que, após o movimento de reconceituação, temos no interior do serviço social um único sentido, ou seja, de aprofundamento teórico-metodológico em detrimento da prática, que foi originado pelos acertos teóricos que o serviço social necessitou realizar.

Desde 1970, existe um conceito mitificado de que a profissão seria uma “aplicação de

conhecimentos ou tecnologia, de forte cariz racionalista” (GUERRA, 2011, p. 24). Essa ideia se junta a uma concepção errônea sobre a relação entre teoria e prática. Daí a necessidade em se pautar a instrumentalidade do serviço social, uma vez que esta perpassa decisivamente sua dimensão técnico-operativa.

Se reduzo tudo à dimensão técnica, fortaleço o pensamento positivista, que teve bastante influência no serviço social, principalmente durante a perspectiva de modernização conservadora. É um equívoco reduzir as outras dimensões, ética, política e teórico-metodológica à aplicação de técnicas e instrumentos.

Antes de tudo, faz-se necessário saber diferenciar os instrumentos de trabalho, ou seja, como extensão do braço humano, os provenientes do trabalho humano e aqueles construídos pelos próprios sujeitos para a satisfação das necessidades, bem como os que se realizam pela divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

O instrumental por si só não dá conta de responder o real; o seu domínio e uso requer um conhecimento das finalidades e objetivos. Não é cindido e autônomo do projeto profissional, pois se caracteriza como um acessório a ele, mas não o centro a que se deve voltar a profissão.

Além disso, na sociedade capitalista a racionalidade técnica reduz a razão substantiva a apenas um de suas dimensões, a dimensão instrumental. Isso não ocorre do nada, e não é apenas um movimento interno da profissão. Vimos como a adoção do capitalismo monopolista e da tese desenvolvimentista no Brasil determinou a implementação das políticas sociais e as profissões requisitadas a intervir nelas.

A tendência observada por Guerra (2011) no serviço social de atribuir aos instrumentos e técnicas da ação profissional um status privilegiado em relação aos outros componentes da intervenção se articula com essas modificações nas condições objetivas da sociedade que determinam as relações sociais e as práticas profissionais.

Imantados pelo movimento histórico que determina as particularidades que a instituição Serviço Social vai adquirido nesse processo, o significado sociopolítico, a direção social da intervenção, o projeto profissional, as metodologias, instrumentos e técnicas de intervenção não são elementos imanentes ao modo de ser e de se constituir do Serviço Social. Antes, são determinações sócio-históricas externas à sua constituição, engendradas pela dinâmica do processo histórico que, em última instância, independem da opção teórico-ideológico do assistente social, mas somente em última instância, já que as metodologias e o instrumental técnico-político, enquanto elementos fundamentalmente necessário à objetivação das ações profissionais, compõem o projeto profissional (GUERRA, 2011, p. 169).

Os/as assistentes sociais, ao desenvolverem sua intervenção, não são apenas técnicos, mas críticos, pois o domínio do instrumental lhe requisita conhecimento das finalidades e maneiras para alcançá-la, que não se encerram na “razão de ser do Serviço Social” (GUERRA, 2011, p. 169).

Para Guerra (2011), ao conceder autonomia às metodologias de ação e ao separá-las do projeto profissional, o/a assistente social transforma o que é acessório em essencial. O pensamento que reduz as múltiplas determinações dos fenômenos e processos à dimensão técnica é o positivismo. Trabalho e práticas profissionais como objetivações do ser social trazem consigo as dimensões políticas e éticas que, “ao serem limitadas à dimensão instrumental, postergam a natureza ontológica das relações sociais” (GUERRA, 2011, p. 169-170).

Ao ser “enquadrado” como profissão de caráter eminentemente técnico, ao exercer funções executivas, o assistente social pensa poder eximir-se da reflexão teórica *in totum* e fixar seu foco de preocupações no seu cotidiano profissional, para o que os modelos analíticos e interventivos, testados e cristalizados pelas suas experiências e de outrem, são suficientes (GUERRA, 2011, p. 170).

Parece cabível pontuar as duas formas emblemáticas consideradas pela autora sobre o pensar e o agir profissional. Na primeira, o serviço social é concebido como técnica ou tecnologia social; na segunda, como ciência ou campo específico do saber. As duas trazem equívocos sobre a natureza da profissão e seu estatuto de legitimidade, recaindo numa visão messiânica, endógena e a-histórica do serviço social³⁰.

[...] paradigma da racionalidade formal-abstrata possibilita ao assistente social responder às necessidades instrumentais da ação profissional, ao nível do conhecimento empírico. Fornece reflexões e explicações demandadas por intervenções de caráter manipulatório, possibilita homogeneizar procedimento, definir, separar e controlar variáveis significativas e determinar as funções supostamente cabíveis ao Serviço Social. Ao se limitar a fornecer a razão de ser das coisas, a racionalidade subjacente às vertentes positivistas subsume a intervenção profissional do assistente social a operações lógico-formais (GUERRA, 2011, p. 175).

A falsa dicotomia entre teoria e prática, ou mesmo a ausência de teoria, não é causa somente da limitação dos/as profissionais à execução das atividades técnicas, mas

³⁰ Vale lembrar que o cientificismo que atravessa a profissão não advém unicamente do positivismo, mas do modo de ser do capitalismo. Logicamente, a aproximação com o positivismo trouxe novas determinações à profissão, que se combinaram com o capitalismo.

consequência da inserção na divisão social e técnica do trabalho e da cisão do trabalho manual e intelectual, bem como da modernização profissional imposta pelos processos econômicos e políticos. Essa dicotomia entre teoria e prática pode estar vinculada com a maneira analítica e interpretativa com que o/a assistente social tem de decifrar a realidade. Em um primeiro momento, faz-se necessário compreender que a elaboração teórica é um tipo de objetivação humana e não algo de menor valor, e que a compreensão de instrumentalidade não é unívoca no seio da categoria que intervém no cotidiano e que pode servir a diferentes objetivos.

A teoria seria uma reprodução ideal do movimento real do objeto a ser conhecido. O objeto já existe na realidade, a teoria o reconstitui pelo pensamento. Todavia, não se limita a descrever a realidade, e sim possibilita a apreensão da lógica do objeto. Em síntese,

[...] a teoria se distingue da prática, é ato do pensamento, o qual, todavia, dirige-se para um objeto – produto da prática –, ou seja, a teoria almeja o conhecimento da constituição do concreto, entretanto, esse concreto tem sua gênese na prática, é nela que se expressam as determinações do objeto. Dessa forma, teoria e prática se distinguem ao mesmo tempo em que estabelecem uma relação de unidade (SANTOS, 2013, p. 27).

No serviço social, a teoria permite que o profissional apreenda seu objeto de ação, seu movimento. É a ferramenta que auxilia o conhecimento sobre as determinações que envolvem o objeto, “[...] que permite compreender que o projeto ideal nunca poderá ser igual ao produto real e, dessa forma, compreender esse resultado final” (SANTOS, 2013, p. 75). Assim, mesmo a prática sendo o fundamento da teoria, esta também pode fundamentar a prática.

O que compete à teoria é revelar as mediações que constituem a prática, é mostrar que a prática é um processo histórico determinado pela ação dos homens, é referenciar a prática e, dentro dela, os instrumentos e técnicas. O que cabe à teoria, nesse sentido, é oferecer subsídios na utilização desses instrumentos, ou seja, imputar a eles a finalidade, a análise, o conceito; dar a eles um significado apropriado, condizente com os princípios fundamentais da teoria que os orienta (SANTOS, 2013, p. 86).

A natureza interventiva da profissão influenciou, por vezes, a forma de responder as demandas. Uma profissão que se insere na divisão social e técnica do trabalho, de caráter interventivo, que na sociedade burguesa se apresenta como estratégia de controle da ordem e que visa a atuar nas sequelas postas pela relação capital trabalho, precisa desnudar seu significado sócio-histórico como profissão e traçar os limites e possibilidades³¹. O

³¹ Vale ressaltar que “o que entendemos ser necessário é situar o leitor nas consequências de se considerar que o fundamento de existência de uma profissão supostamente reside no sistema de saber que referencia sua

conhecimento é posterior à existência, pois se realiza sobre o existente. A atividade teórica transforma as ideias, e não o mundo em si. Essa competência pertence à prática.

Todavia, a atividade teórica proporciona um conhecimento indispensável para transformar a realidade ou traçar finalidades que a antecipem, na ideia, sua transformação. Não obstante, há que se captar as mediações que se interpõem entre a teoria e a prática (SANTOS, 2013, p. 34).

Os instrumentos e as técnicas não advêm da direção teórica, mas da relação quase imediata com a prática. Essa direção teórica orienta a intervenção, mas não a esgota. O serviço social requer um conhecimento procedimental que, embora implique conhecimento teórico, vai possuir uma relação com a prática.

[...] na prática profissional do Serviço Social, entendida aqui como uma expressão da práxis social – portanto, como uma das formas de objetivação humana que tem por particularidade desenvolver posições teleológica do tipo secundária, ou seja, que visa a influir sobre outros seres humanos, sobre seus comportamentos e sua consciência -, dois elementos merecem, igualmente, destaque na passagem da teoria à prática: a finalidade e os meios (SANTOS, 2013, p. 35).

Por meio da teoria, o indivíduo pode fundamentar suas finalidades da ação. O conhecimento teórico possibilita a projeção das ações idealmente e a compreensão do resultado possível. O conhecimento procedimental vai oferecer respostas ao como fazer, pois o porquê e o para que fazer vai impor problemas teóricos e práticos. “É o conhecimento teórico sobre o objeto da ação que responde qual o significado social da ação, oferecendo, desse modo, a finalidade da ação e respostas ao porque e para que fazer” (SANTOS, 2013, p. 51).

Sobre essa falsa polêmica entre teoria e prática, ao afirmar que “na prática a teoria é outra”, questionei as profissionais sobre a relação entre teoria e prática. Algumas consideraram que, para uma intervenção qualificada, é necessário o conhecimento teórico; outras ponderaram que a prática coloca situações que a teoria não resolve.

[...] ah, porque a teoria é uma coisa e a prática é outra, eu tenho raiva dessas coisas, sabia? Eu acho que eu não deveria ser a pessoa que dissesse esse discurso, porque eu nunca fui professora universitária. Tá certo, eu fiz mestrado, especialização, nunca deixei de estudar, mas assim, eu sei que só

intervenção e/ou no estatuto de suas técnicas e não no que, de fato, legitima as profissões na divisão sociotécnica do trabalho a existência de demanda histórico-sociais institucionalizadas e na capacidade das profissões responderem a elas” (GUERRA, 2012, p. 61).

teoria não é legal e só prática também não é legal, mas eu não gosto desse discurso, não, que a teoria é uma coisa e a prática é outra. Eu acho que, se fosse assim, todo dia que eu tô aqui, atendendo as mulheres, de alguma forma eu estou usando as teorias que eu estudei, as coisas que eu li, que eu me identifiquei, que acredito que, com a visão de mundo, contra a violência contra a mulher, com relação ao gênero, com a ação do serviço social, a ética profissional, isso tá imbuído, isso tá permeado no cotidiano de trabalho do profissional. Se não tiver, vai virar um trefismo, que é uma coisa que a gente morre de se preocupar aqui, [...] ah, a gente tem aqui as estatísticas das mulheres que vêm desistir. Mas a gente deve entender por que a maioria desiste. Elas não dependem financeiramente do promovido, assim é uma maioria que não é tão gritante quanto as que dependem, mas tem uma maioria, por exemplo, [...], tipo 21% depende e 39% não depende, tem aí uma diferença boa. E você tem que começar a refletir sobre isso. E o que é que eu vou fazer com essas estatísticas? Que projeto de intervenção eu posso fazer de acordo com o que essa realidade tá me mostrando pra atender essas mulheres? Enfim, aí esbarra, porque você tem vontade de fazer, mas às vezes não dá tempo porque o dia a dia de trabalho lhe exige de uma forma tal que... Mas você tem que ir ali nas brechas, nos interstícios (Assistente social 01).

Às vezes, na maioria das vezes, sim, se articulam, sim, mas tem vezes que a gente fica assim, “eu não estudei isso, não é pra ser assim”, que são contradições que devem estar em qualquer profissão [*sobre na prática a teoria ser outra*]. Eu acho que seria a mesma coisa de você negar o curso, você dizer um negócio desses, tudo o que a gente estudou, tirando estatística e história do Ceará, pode ser aplicado também. Até estatística, quando a gente vai fazer um relatório, precisa. Eu tenho algumas críticas à grade curricular, mas, por exemplo, estatística poderia ter sido aplicada ao serviço social, e a gente sabe que não é, quem dava era um professor da administração, não tinha nada a ver, ele não falava nada, não sabia nada do que era serviço social, e, quando a gente vai pra prática, a gente diz: “como é que eu vou aplicar isso?”, mas tem um momento que você precisa (Assistente social 03).

Não, assim, eu não sou a favor dessa teoria, ela não tem a minha prática, isso não é essa coisa dissociada, eu não concordo. O que eu acho é que às vezes o profissional ou pelo ativismo não se remete à teoria ou tá há tanto tempo trabalhando com aquilo, vendo mulher chegando todo dia, acaba banalizando e deixando a teoria lá, mas eu não tenho isso de que teoria é diferente da prática. [...] é um fazer reflexivo, é um fazer por fazer, chegou aqui e eu tenho que encaminhar pra um canto tal. Primeiro vamos conversar com essa mulher, vamos construir estratégias juntas, vamos mapear direitinho. Não é papel, é vida, é uma pessoa, então, vamos dialogar também pra ela refletir junto comigo. Não é eu a sabedora das coisas que vim da academia, tem que ser um saber conjunto, ela também tem o saber dela e, até pra ela se apropriar do problema dela, não é a pessoa que tá lá do outro lado que vai resolver junto. É como eu costumo falar, nós somos um instrumento pro usuário que chega no serviço (Assistente social 04).

Os três depoimentos explicitam a preocupação das profissionais em articularem teoria e prática, pelo menos no discurso – tendência posta pela profissão na produção do serviço social em meados dos anos de 1980, que passam a fazer referência à necessidade de se tratar

as dimensões que compõem o serviço social sob a perspectiva de unidade, para que se superem algumas situações presentes na história do serviço social, como o voluntarismo, o tecnicismo e o teorismo. “[...] é consensual entre os autores citados [Netto (1990); Silva e Silva (1995); Yamamoto (1998)] a consideração de que para uma competência profissional faz-se necessário à capacitação teórico-metodológica, ético-política e também técnico-operativa” (SANTOS, 2013, p. 4).

Contudo, outras entrevistadas, mesmo atribuindo à teoria certa importância, atentam que ela não responde todas as demandas, sinalizando, o que adverte Guerra (2011) a concepção de que a teoria só teria validade ao ser aplicada ao real.

[...] infelizmente o serviço social é uma coisa que entre a teoria e a prática tem uma disparidade imensa, você vem cheio de teorias, de pensamentos filosóficos, sociológicos, metodológicos, mas aí, quando você vai pra prática, você vai ter que adquirir outros manejos, toda aquela teoria você não vai poder jogar, principalmente porque teu cliente, teu usuário do teu serviço, a maioria são pessoas simples, pessoas sem escolaridade, então eu não vou poder chegar aqui e expor. Eu vou ter que trazer essa teoria, revestir ela na prática e passa infelizmente na faculdade a gente não teve isso, [...] quando a gente sai da faculdade a gente fica com aquela coisa, o que é mesmo que eu faço? O que é mesmo que o assistente social faz? Isso não é uma coisa só minha já falei com várias... [...] Você ver uma mulher dessa, ela chega aqui, ela quer uma declaração porque ela faltou ao trabalho pra vir dar a vacina do filho, se eu for usar uma teoria, sei lá, de Marilda de José Paulo Netto, eu vou endoidar aqui, eu tenho que ir pro imediato [...] Como é que eu vou trazer todo o conhecimento acadêmico, como é que o conhecimento acadêmico vai me ensinar isso? Lá na faculdade ninguém me disse se era competência minha ou não expedir essa declaração (Assistente social 05³²).

[...] não basta só a teoria e acabou e pronto não, você tem que ter o conjunto. [...] a teoria ela dá um suporte mas não é com qualidade não, não cem por cento, mas precisa de muito mais porque a prática realmente exige bastante do cotidiano profissional (Assistente social 06).

O entendimento sobre essa questão perpassa o processo de formação dessas profissionais, que em sua maioria foram alunas nos anos de 1990 a 2000, período de implementação das novas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, as quais trouxeram elementos inovadores, como a unidade entre teoria e prática, objetivando romper com o então metodologismo que influenciou a profissão em meados de 1970. A assistente social 02 graduou-se em 1982, em um currículo diferente. Sua inquietude em não responder a referida questão também perpassa seu histórico de formação.

³² Além de trabalhar em uma das instituições da rede de atendimento à mulher em situação de violência, essa profissional também trabalha na área da saúde.

Essa questão entre teoria e prática vem perpassando o âmbito profissional e as pesquisas acadêmicas demonstrando o quão necessário é investirmos em análises e investigações sobre essa relação. Pensar essas questões é problematizar tanto o cotidiano da prática como nossa produção teórica, buscando dialogar dialeticamente esses elementos, que mais se relacionam do que se opõem.

Um dos elementos que perpassam essa discussão são os instrumentos adotados pelos profissionais em seu trabalho. Existe certo consenso na categoria de que o cotidiano é o espaço de realização da intervenção. De tal modo, as demandas que chegam ao/a profissional aparecem de maneira imediatizadas, fragmentadas e heterogêneas, características próprias do cotidiano. Caso o/a assistente social não perceba as demandas para além dessas características, provavelmente desenvolverá seu instrumental técnico-operativo de maneira conservadora, “[...] lançar mão do instrumental técnico-operativo sem entender o conjunto de mediações necessárias faz com que a “resposta” profissional fique aquém das possibilidades de uma ação consciente, crítica e competente” (SANTOS et al., 2012, p. 21).

Os instrumentos e o conjunto do instrumental técnico-operativo “colocam em movimento as demais dimensões do exercício profissional” (SANTOS et al., 2012, p. 22). Ao desarticular a dimensão técnico-operativa das demais, fortalece-se o pragmatismo. A teoria passa a ser desnecessária e até mesmo obstáculo para a intervenção, que se torna sinônimo de prática irrefletida por não ultrapassar o nível da imediaticidade do cotidiano, passando a não se importar com os meios: desde que os fins sejam efetivados, o enfoque é no êxito da ação. Essa redução à dimensão técnico-operativa “torna o serviço social um meio para o alcance de quaisquer finalidades” (GUERRA, 2012, p. 48).

Sobre os instrumentos e técnicas utilizados pelas profissionais entrevistadas no decorrer do seu processo interventivo, a maioria afirmou que usa fichas de atendimento inicial, livro de ocorrência, relatórios. Apenas a assistente social 02 disse que não tem instrumentais específicos e que faz uso do Boletim de Ocorrência (B.O.) para registrar algo ou mesmo realizar encaminhamentos.

A gente tem uma ficha de atendimento, nessa ficha a gente procura traçar um perfil, tanto do promovido como da promovida, [...] depois tem o relato da pessoa sobre aquele histórico que ela vem passando, tudo o que vai fundamentar pra gente fazer o relatório. A gente tem também um instrumental de desistência que a gente fez, quando as mulheres manifestam o desejo de desistir [...]. Nessa ficha ela não é identificada, diferente da outra. Na nossa ficha de cadastro, digamos assim, as pessoas são cadastradas, as mulheres e os homens são identificados, mas na de desistência elas já não são, porque o que interessa pra gente é o motivo da

desistência, o tipo de violência sofrida, se depende ou não financeiramente do agressor, enfim. A gente tem relatório informativo [...]. Se precisar fazer algum encaminhamento pra essa mulher, a gente já faz, mas esse relatório é bem mais simples, ele é informativo. Já o relatório de atendimento, a gente coloca a fala da promotora, a fala do promovido [...], às vezes é misto, a gente faz a visita domiciliar e coloca o relato da visita domiciliar também, e faz um parecer [...] (Assistente social 01).

Específico do serviço social tem nosso livro de ocorrências e tem os relatórios internos e externos (Assistente social 03).

Tem a ficha de atendimento, a ficha inicial, que é a ficha de denúncia inicial, que a gente registra o número da pessoa, era número de denúncia, então a gente não identifica o nome da pessoa, é pelo número. Tem a ficha de atendimento, uma ficha de notificação, que a gente preenche porque é enviado pro Governo Federal, porque toda mulher vítima de violência, em qualquer espaço que ela acione, teoricamente tem que fazer essa ficha. A gente tem uma ficha de avaliação de risco [...], primeiro preencher esse risco pra saber se ela tá sofrendo realmente esse risco de morte, e daí a gente vai ver [...]. E daí tem duas fichas, que é o termo de aceitação e o termo de recusa [...], tem uma ficha de encaminhamento pros serviços, essas são as fichas que a gente usa normalmente. O mapeamento da rede que é uma coisa que a gente precisa muito (Assistente social 04).

A gente tá reformulando todo nosso instrumental de primeiro atendimento, de acolhimento, e ele vai ser feito pela equipe multidisciplinar, vai ser feito tanto pela psicóloga, como vai ter uma folhinha específica do serviço social e uma folhinha específica do jurídico. Nesse instrumental, a gente colhe as principais demandas da mulher, demanda de saúde, demanda de trabalho, demanda de escolas dos filhos, demandas de programas de geração de renda [...]. Ele destaca a situação socioeconômica, a situação de moradia, a situação de escolaridade, ter algumas perguntas subjetivas que a gente pergunta “o que vocês esperam encontrar aqui?”, “quais seus planos pro futuro?” Então a gente começa a construir um projeto pra essa mulher [...] (Assistente social 05).

A ficha de atendimento tem a anamnese, tem história de vida, o controle dos pertences dela [...], a gente faz oficinas, tem a avaliação institucional, acompanhamento interdisciplinar, que é a ficha de evolução. Tem vários instrumentais, tudo no prontuário, tem o plano individualizado de atendimento, que a gente aperfeiçoou com o que é utilizado no atendimento institucional pelas crianças e adolescentes [...] (Assistente social 06).

Em relação aos encaminhamentos realizados, verifiquei que as profissionais buscam a articulação com a rede de atendimento à mulher em situação de violência, bem como com outras políticas sociais, como a assistência e a habitação. Apenas uma afirmou que não realiza encaminhamentos.

Não. Apenas informo onde são os serviços, não faço por escrito (Assistente social 02).

A gente encaminha, dependendo, se for Cras, se for Creas, a gente encaminha. Muitas vezes, a gente faz visita junto com os Cras no acompanhamento, porque muitas vezes aquela mulher tá precisando ser acompanhada pela gente, mas os filhos tão precisando ser incluídos nas atividades do Cras, faz visita em conjunto com os Cras (Assistente social 03).

Habitação e assistência social, a gente dialoga muito com o Centro Pop (Assistente social 04).

Geralmente é encaminhamento, que a gente encaminha mais pro Ceram, pro Caps, pro setor de habitação, assistência Cras, Creas, a gente acompanha por três meses quando ela sai daqui, mas, quando elas estão aqui, tudo a gente faz com elas (Assistente social 06).

No decorrer das entrevistas, observei que algumas profissionais se remetiam aos instrumentos e técnicas de trabalho, por exemplo, os relatórios e encaminhamentos, como elementos comuns a outras profissões, como a psicologia. Percebi que em três instituições o serviço social não detinha instrumentos específicos e privativos, pois são compartilhados com outros profissionais, como bem elucidam as entrevistadas:

[...] o instrumental é o mesmo, a gente aqui trabalha de forma multidisciplinar, [...] eu acho que a gente sempre consegue ser transdisciplinar aqui, eu acho, a gente troca muita ideia. [...] E o que eu acho mais bacana, eu acho, é minha visão, que a psicóloga daqui ela tá muito mais por dentro do serviço social do que eu tô por dentro da psicologia. As cadeiras que eu fiz de psicologia foram maravilhosas, eu não tô dizendo que agora eu vou ser psicóloga e ela assistente social, não, não é isso que eu tô dizendo, ela é psicóloga e eu sou assistente social, [...] ela tem um outro olhar, o olhar comportamento, mas não impede de eu, assistente social, atender uma criança. Agora, a visão dela, eu não sei se é porque o mestrado dela foi em psicologia social, ela trabalhou em Cras. [...] do mesmo jeito que eu poderia encaminhar pro centro de referência, ela pode, do jeito que a gente pode encaminhar pra uma casa-abrigo, ela pode, do jeito que eu faço um relatório, ela faz. Agora, claro, alguns conhecimentos, e é aí que entra a trans e a inter, a gente faz essa troca porque é claro que eu tenho vários conhecimentos do serviço social que ela não tem, evidentemente, e da psicologia que eu não tenho [...] (Assistente social 01).

A partir desse depoimento, faz-se necessário apresentar alguns elementos que distinguem multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. A multidisciplinaridade se caracteriza por compreender que um determinado fenômeno pode ser estudado por diferentes disciplinas sem ancorar-se na sobreposição dos saberes, pois cada uma, em sua especificidade, colaboraria no estudo do referido fenômeno. É uma análise por diversos ângulos, respeitando as fronteiras de cada saber e/ou profissão.

A interdisciplinaridade objetiva romper com a fragmentação do saber, por exemplo,

fundamentando-se em interações recíprocas entre estudos e/ou profissões, que requer coparticipação, reciprocidade e diálogo. Já a transdisciplinaridade incorpora

[...] incorpora os conceitos de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade e vai além, abrindo diálogos entre as ciências, a arte e as tradições culturais e espirituais. Ao adotar a metodologia transdisciplinar não se divide um mesmo objeto entre (inter) disciplinas diferentes (multi), mas promove-se uma interação dinâmica contemplando processo de autorregulação e de retroalimentação. Literalmente, transdisciplinaridade significa transcender à disciplinaridade (ROQUETE et al., 2012, p. 470).

A compreensão desses conceitos pode possibilitar no delineamento de estratégias de ação do serviço social em conjunto com outras profissões no atendimento das demandas cotidianas.

A assistente social 04 traçou outros elementos sobre a relação entre serviço social e psicologia, afirmando que a instituição estava em período de mudanças por causa das últimas eleições municipais³³, asseverando ser necessária a revisão entre as atribuições do serviço social e da psicologia, por considerar o seguinte:

Eu acho que se perde um pouquinho aqui, a gente tá vendo agora um momento de tá fazendo isso, de fazer essa condição do que o serviço social faz, do que a psicologia faz. E, assim, essa mudança de gestão, mudança de coordenação, eu cheguei no meio disso, então eu tô fazendo muitas coisas da forma que já era, então, vamos parar, vamos ver realmente qual é a área de cada um justamente por isso. Eu não sou igual à psicóloga nem à advogada. Claro que, quando a demanda chega pra mim, eu vou trabalhar essa especificidade da minha atuação em cima daquele atendimento. Mas, se você perguntar no geral, um projeto do serviço social dentro [*da instituição*], agora ele tá solto (Assistente social 04).

Nesse debate, é necessário compreender que as respostas instrumentais dadas pelo serviço social se fundamentam num projeto de sociedade, baseado num “conjunto de proposições teóricas, em valores e princípios éticos e dão uma determinada direção estratégica à intervenção profissional” (GUERRA, 2012, p. 43). O cerne dessa questão é saber definir o que e como fazer, articulando com o porquê fazer (significado social), para que fazer (finalidade) e como fazer (meios, recursos). Essas dimensões dão forma e conteúdo à

³³ Vale ressaltar que, no período de realização da pesquisa, as instituições municipais estavam em processo de mudança, visto que muitas coordenações e profissionais da gestão do PT estavam deixando os cargos à disposição da nova administração. Algumas entrevistadas mencionaram durante a pesquisa preocupação com a gestão do Partido Socialista Brasileiro (PSB), visto que, dependendo do entendimento sobre as políticas para as mulheres, poderiam vivenciar momentos de influxo em relação às conquistas dos oito anos de administração do PT no município, que, segundo algumas profissionais, por mais que existissem elementos contraditórios e dificultosos, o diálogo era possível, o que facilitava alguns ganhos e estratégias de intervenção.

profissão e só podem se realizar no cotidiano.

As ações profissionais estão imersas por valores e princípios que fazem com que o assistente social realize escolhas teóricas, técnicas, éticas e políticas. Sendo o cotidiano o espaço no qual o/a profissional se depara com as demandas, interesses contraditórios, limites e possibilidades, faz-se necessário que suas escolhas, finalidades e meios levem em conta a dimensão ético-político na direção orientadora das respostas profissionais.

Nesse processo de escolhas dos meios, temos os valores desencadeando o processo, pois a ética e os valores são construídos socialmente, já que “os comportamentos ético-morais se materializam no cotidiano por intermédio das escolhas e valores e das implicações ético-política da ação profissional” (SANTOS, 2013, p. 66).

Os valores possuem um papel ontológico fundamental nesse processo de objetivação humana. Tem-se a posição ética tanto na posição dos fins como na busca dos meios. Como afirma Santos (2013), a passagem da teoria à prática é um processo que requer a escolha dos meios e fins, perpassando alternativas sustentadas por nossa consciência moral e pelos nossos valores.

A ética é uma reflexão sobre os comportamentos humanos e está sempre presente nas tomadas de decisões, mesmo que não se tenha plena consciência. É preciso lembrar que

[...] se ética é uma reflexão crítica sobre determinados valores presentes na ação humana, e se toda ação dos homens sobre a sociedade é uma ação política, há uma intrínseca relação entre ética e política [...] a posição dos fins implica uma dimensão ético-política, mas envolve de forma indireta, uma dimensão técnico-operativa na medida em que, para que os fins sejam efetivados, há necessidade da busca de meios para sua operacionalização. A busca de meios implica uma dimensão técnico-operativa ao tornar real a finalidade ideal, ao executar um problema final posto pela finalidade ideal (SANTOS, 2013, p. 69).

Se a busca dos meios é orientada pela dimensão ético-política por estar entremeada com os valores da profissional, se é por meio da ética que posso problematizar e me afastar de práticas policistas e tecnicistas, essas questões perpassam obrigatoriamente a discussão e o entendimento da categoria instrumentalidade, que subsidiam os/as profissionais a compreender sua atuação de maneira ampla, para além dos instrumentos e técnicas, podendo auxiliá-los/as no entendimento da diferenciação das competências e atribuições do serviço social.

De acordo com Guerra (2000), a instrumentalidade do serviço social pode ser pensada em três níveis. O primeiro diz respeito à funcionalidade ao projeto reformista da burguesia,

sendo a profissão um instrumento de controle em prol da manutenção da produção material e reprodução ideológica da força de trabalho. Aqui o objetivo é intervir, planejar, executar e avaliar as sequelas da questão social, através de políticas e/ou serviços sociais; a profissão fortalece e contribui com a racionalidade do sistema capitalista.

De outra maneira, a instrumentalidade se localiza nas respostas dadas às demandas, que são operativas-instrumentais, manipulatórias e que buscam transformar as condições imediatas dos sujeitos; “[...] esse tipo de ação (instrumental) com vistas às situações imediatas subsume os meios aos fins [...] no afã de concretizar suas finalidades imediatas, os sujeitos não superam o estrito nível do particular” (GUERRA, 2000, p. 24).

Para a autora, esses dois níveis estão submetidos à razão instrumental, não conseguindo o trabalho profissional se diferenciar das ações voluntaristas, caritativas e filantrópicas. A questão social é vista por uma ótica psicologizante, individualista, moralizante, de caráter disciplinador, a fim de controlar e adaptar os sujeitos. As competências profissionais vão se restringir ao repasse dos princípios e valores da moral burguesa. Isso não significa negar a dimensão instrumental da profissão: ela é necessária, mas não única, uma vez que sozinha “não permite aos sujeitos as escolhas que engendram a ampliação de seus espaços profissionais” (GUERRA, 2011, p. 25).

Diferentemente desses dois elementos, uma terceira concepção se apresenta e entende a instrumentalidade como uma mediação que permite a passagem das análises universalistas, macrossocietárias para as singularidades do exercício profissional em contextos historicamente determinados. A instrumentalidade seria “[...] a categoria reflexiva capaz de apontar as diversas formas de inserção da profissão nos espaços sócio-ocupacionais e as competências e requisições profissionais, de modo a demonstrar o concreto particularizado das formas de operar da profissão, ou as mediações” (GUERRA, 2000, p. 29).

Conforme Guerra (2000), o reconhecimento da instrumentalidade como mediação significa compreender que a profissão é uma totalidade constituída pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A instrumentalidade do Serviço Social como mediação é o espaço para se pensar nos valores subjacentes às ações, no nível e na direção das respostas que estamos dando e pelas quais a profissão é reconhecida ou questionada socialmente. É pela instrumentalidade que passam as decisões alternativas concretas, de indivíduos concretos, em situações concretas. E por isso nela residem as possibilidades da passagem do ser em si dos homens – já que todo fim é sempre particular – para a sua genericidade, para os valores e as finalidades humano-genéricas. [...] É no âmbito da instrumentalidade do Serviço Social que os componentes críticos e progressistas da cultura

profissionais são escolhidos, identificados, construídos e reconstruídos, e deles depende o restabelecimento da unidade entre meios e fins e a preocupação com os valores democráticos do movimento socialista. É a categoria que permite colocar o acervo técnico-operativo no seu devido lugar (GUERRA, 2000, p. 31).

Sobre a compreensão da categoria instrumentalidade, as profissionais explicitaram elementos similares nas respostas. Para facilitar a compreensão, visto que nas primeiras entrevistas percebi certo receio em apresentar a definição da referida categoria por medo de equivocar-se na resposta, decidi por questionar em relação aos meios de trabalho usados na intervenção.

Faz tanto tempo. Eu estudei isso pro concurso, eu me lembro que o povo criticava, eu me lembro da professora dizendo que, quando fala em instrumentalidade, aí o povo vai falar dos relatórios, das fichas, não é isso [risos]? Mas, assim, é quase inevitável quando se fala em instrumentalidade de a gente não pensar nos instrumentos, é como se fosse um dentista, a grosso modo falando, pelo amor de Deus, pega aí os instrumentais e vai ajeitar os dentes da pessoa [risos] . Então, qual é o meu instrumento? Querendo ou não, tem a ver com isso. Mas, assim, esse instrumental, para além dessas fichas e dessas questões mais burocráticas ou de organização mesmo do trabalho, ele tá aí mesmo pra te fazer ver essa realidade, e como é que você vai intervir nessa realidade, é uma forma de organizar um trabalho pra intervir nessa realidade. Por exemplo, quando a gente faz uma estatística dessa, é uma forma de quê? De a gente documentar o trabalho da gente e que esse documento também sirva de referência pra novas intervenções, para novos projetos. Então eu não sei se eu tô sabendo muito falar de instrumentalidade, não [...] (Assistente social 01).

É aquilo que o serviço social se utiliza para atender os usuários, não necessariamente uma ficha, mas a interpretação daquilo, a forma como se atende a demanda mesmo, como um todo, porque não é só o preenchimento de formulários ou a leitura de um relatório, mas a articulação com os outros equipamentos e a forma como o encaminhamento é levado também, é algo que faz parte da instrumentalidade do serviço social aqui dentro (Assistente social 03).

Não sei se entra na instrumentalidade os atendimentos de acompanhamento e *feedback*, por exemplo, se eu identifiquei uma demanda: “olha, dona Fulana, a gente vai fazer isso, isso e isso, não tem documento, a gente vai esperar chegar o documento, a gente vai pegar uma declaração da escola do seu filho e se cadastrar pra fazer o bolsa família, eu vou encaminhando e no atendimento seguinte eu já dou um retorno de como anda esse encaminhamento, que faz parte da demanda [...] Eu dou um retorno de como tá o encaminhamento: “olha, os documentos chegaram, agendei a sua ida pra Setra pra dia tal, hora tal, nesse dia a gente já tem que tá pronta pra sair, certo?” Fiz o cadastro e três meses o NIS dela vai ser expedido. A gente fez o cadastro, leva tanto tempo, semana que vem eu vou ficar ligando, acompanhando, e lhe dou um posicionamento. É essa questão de a gente tá dando um *feedback* constante pra ela. Como ela tá confinada lá, pra ela a

sensação de morosidade é triplicada (Assistente social 05).

Tem os encaminhamentos que a gente faz, os encaminhamentos pras instituições e relatório social a gente faz, ofícios. [...] A importância porque é uma forma maior de ter um controle do trabalho que tá sendo desenvolvido e que nessa instrumentalidade esses dados são muito importantes pra gente analisar a situação da mulher, ter uma percepção melhor dos encaminhamentos que podem ser feitos, o modo como se deve trabalhar a situação de determinada mulher e da família no geral (Assistente social 06).

A concepção da dimensão técnico-operativa recai sobre o entendimento que se tem em relação à categoria instrumentalidade. O desconhecimento sobre tal faz com que as/os profissionais a reduzam às técnicas e aos instrumentos e não consigam articulá-la em sua função de mediar, de ser o conjunto de elementos que compõe a profissão, recaindo na questão debatida anteriormente, de que o desconhecimento do significado teórico dos elementos que compõem a profissão pode ocasionar a não clareza de suas atribuições específicas e privativas nas respostas às demandas.

A instrumentalidade da profissão, principalmente em sua expressão na dimensão técnico-operativa, necessita ser mais bem explicitada, analisada e fundamentada pela categoria. Como afirmou Rosa Prêdes, em sua palestra no I Encontro de Trabalho, Política Social e Serviço Social, ocorrido em Alagoas, em 2013, não existe serviço social sem instituição: se somos chamado/as a intervir nos espaços institucionais, é preciso compreender a instrumentalidade em sua totalidade e saber articular a dimensão técnica-operativa com as outras que compõem a profissão.

As políticas sociais estão imersas em uma lógica privativa, mercantilista e assistencialista, requerendo uma intervenção fragmentada, segmentada e setorializada das necessidades e categorias sociais, contribuindo com intervenções profissionais pontuais, focalizadas, imediatas, burocrática, mimétrica, repetitiva, pragmática e basicamente instrumental (GUERRA, 2012).

Nesse contexto, a dimensão técnico-operativa pode se resumir ao cumprimento de normas, regulamentos, objetivos institucionais ou possibilitar uma ação baseada na análise concreta das demandas concretas, mesmo porque, como afirma Guerra (2012), existem os momentos de suspensão do cotidiano, de estabelecimento dos vínculos humano-genérico e de possibilidades que afirmem a genericidade.

Guerra (2012) ressalta que, mesmo essa dimensão sendo propícia a receber mais influência das características do cotidiano, não se pode negar que as outras duas estejam eximidas dessa possibilidade. Nesse processo, acessar o conhecimento acumulado é uma das

saídas. É preciso refletir sobre a relação teoria e prática, trazendo as mediações necessárias para transformar, por meio da ação, a finalidade ideal em finalidade real e objetiva. Para isso, é necessário ir além do manejo técnico de instrumentos e técnicas, além de superar o que está posto no cotidiano.

O cotidiano é uma dimensão que se apresenta entre o particular e o universal, e suas características e estrutura podem limitar as possibilidades de ações dos sujeitos. São características desse cotidiano a heterogeneidade, a espontaneidade, a imediaticidade, a superficialidade. No caso da espontaneidade, o cuidado é para que a intervenção não se limite ao cumprimento de rotinas institucionais, metas de produtividade, que se responda mecanicamente às demandas. Essas afirmações estão em consonância com as elucidações de uma das entrevistadas, que afirmou:

Como a demanda de trabalho é muito grande, existe uma necessidade de cumprir uma meta, de responder, por exemplo: agora, se você abrir o sistema, tem uns 110 processos pra gente [...]. Então, para além disso, a gente não pode ficar só nisso, a gente tem que fazer um trabalho voltado pra sociedade, sempre que possível ir aos Cras, ir aos lugares que as mulheres estão, nos bairros, conversar, divulgar o Juizado, divulgar a Lei Maria da Penha, a gente tem que fazer estatística do trabalho da gente, em cima dessas estatísticas a gente tem que refletir o porquê das estatísticas (Assistente social 01).

O espontaneísmo se alia ao imediatismo, que reforça um tipo de resposta que se limita a si mesma e expressa uma utilidade, como afirma Guerra (2012), bem ao gosto do pragmatismo.

[...] o cotidiano profissional é pleno de requisições de cumprimento de normas, regulamentos, orientações ou decisões de superiores, os quais impõem ao profissional a necessidade de responder às mesmas. [...] a prioridade é responder aos fenômenos, não importa como, disto resultando um conjunto de respostas profissionais rápidas, ligeiras, irrefletidas, instrumentais, baseadas em analogias, experiências, senso comum, desespecializadas, formais, modelares, em obediência a leis superiores, sem a qualificação necessária para distingui-la de respostas atribuídas por leigos (2012, p. 46).

Nesse sentido, o/a profissional necessita negar os dois níveis que reduzem a instrumentalidade à razão instrumental, que afirma um conjunto de técnicas neutras, abstratas e vazias de conteúdo. Ao centralizar nas técnicas e instrumentos, perfaz a ideia de que apenas o uso prático de técnicas de intervenção consegue responder qualitativamente às complexas demandas da questão social.

De outro modo se apresentam os/as que consideram que apenas a teoria, por si só, resolveria os problemas técnicos da prática. Essas duas assertivas deslocam a unidade entre teoria e prática, que nada têm a ver, como afirma Santos (2013), com a identidade entre ambas, mas sim com a relação que estabelecem entre si nos processos de produção e reprodução da vida social. De tal maneira, a reflexão sobre a instrumentalidade do serviço social está em consonância com aquela que articula teoria e prática.

Para Guerra (2012, p. 47), por vezes não nos questionamos em relação às implicações éticas e políticas das respostas profissionais, tampouco sobre a autonomia no exercício profissional: “o que nos chega como demanda é a solução [...] da problemática apresentada, tratada como objeto de intervenção, e não o conteúdo, a qualidade, as implicações éticas e políticas e/ou a possibilidade das respostas profissionais”.

Quando aparto a dimensão técnico-operativa das demais dimensões, acabo por fortalecer o pragmatismo. A teoria passa a ser desnecessária, e até mesmo obstáculo para a intervenção, que se torna sinônimo de prática irrefletida por não ultrapassar o nível da imediaticidade do cotidiano, passando a não se importar com os meios, desde que os fins sejam efetivados: o que importa é o êxito. Essa redução à dimensão técnico-operativa “torna o Serviço Social um meio para o alcance de quaisquer finalidades” (GUERRA, 2012, p. 48).

Para um exercício profissional qualificado, o/a assistente social deve compreender que as situações cotidianas carregam mais determinações do que aparentam, realizando a analogia entre elas, considerando suas diferenças, interpretando e analisando a demanda apresentada, compreendendo sua historicidade e o fato de que estão inseridas numa totalidade de complexos e determinações. Não se deve limitar a intervenção em imitar outras situações e problemas resolvidos por nós e por outros. É necessário superar dialeticamente esses procedimentos, fazendo uso da dimensão investigativa, pesquisando a realidade concreta, mesmo porque essa dimensão

É uma mediação fundamental, posto que permite uma revisão dos fundamentos técnicos, teóricos e ético-políticos que orientam a profissão, conduzindo seu avanço no sentido de que aponta tendência e permite uma antecipação, a reconstituição de objetos de intervenção, a apreensão de demandas emergentes, a reconfiguração das demandas: ela é a dimensão do novo. É através desta dimensão que se pode fazer a crítica ontológica a cotidiano. A dimensão investigativa permite também a produção de conhecimento voltados para os interesses dos setores populares que são usuários das instituições as quais nos vinculamos (GUERRA, 2012, p. 55).

Toda ação profissional necessita de conhecimento existente e requisita novos, além de

valores que permitam escolher entre as alternativas e saberes instrumentais. Esse conjunto de fatores desenhará a direção do exercício profissional, que não se apresenta como neutro e finalístico. Por mais que nossa profissão seja eminentemente interventiva, mesmo que não exclusivamente,

[...] cabe resgatar a natureza teórica e investigativa das atribuições privativas e competências profissionais, de modo que o Serviço Social tem se apropriado das ciências sociais [...] e daí retirado e reformulado um conjunto de modos de operar necessários à concretização de suas ações (GUERRA, 2012, p. 60).

Vale ressaltar que é preciso negar o uso de um referencial eclético sob o argumento de que assim poderemos responder às demandas complexas e ao sincretismo da realidade. Nossa natureza como profissão influenciou por vezes nossa forma de responder as demandas. Uma profissão que se insere na divisão social e técnica do trabalho, de caráter interventiva, que na ordem burguesa se apresenta como estratégia de controle e que visa a atuar nas sequelas postas pela relação capital-trabalho precisa desnudar seu significado sócio-histórico como profissão e traçar os limites e possibilidades³⁴. Concordando com Guerra (2012), considero de extrema necessidade que o/a profissional desenvolva uma racionalidade baseada na razão dialética, que o/a capacite a estabelecer novas competências, possibilitando-o de oferecer novas respostas, cada vez mais qualificadas, ao contrário das respostas tradicionais instrumentais, estando comprometido/a com os valores de uma sociedade emancipada.

3.5 Projeto ético-político do serviço social: desafios e possibilidades para a profissão

A preocupação em analisar e desvendar as nuances que encobrem a atuação do serviço social na contemporaneidade diz respeito às novas faces das determinações históricas do capitalismo. Desde a consolidação da profissão, no período de fortalecimento do capitalismo monopolista, os/as assistentes sociais convivem com sua autonomia profissional ameaçada diante dos limites institucionais.

Na contemporaneidade, além desses limites institucionais, a ofensiva neoliberal

³⁴ Vale ressaltar que “o que entendemos ser necessário é situar o leitor nas consequências de se considerar que o fundamento de existência de uma profissão supostamente reside no sistema de saber que referencia sua intervenção e/ou no estatuto de suas técnicas e não no que, de fato, legitima as profissões na divisão sociotécnica do trabalho a existência de demanda histórico-sociais institucionalizadas e na capacidade das profissões responderem a elas” (GUERRA, 2012, p. 61).

direcionada ao desmonte dos direitos trabalhistas, articulado com a profunda desvalorização e exploração da força de trabalho, determina aos/às assistentes sociais relações e condições de trabalho fragilizadas e pauperizadas, fortalecidas pelos fenômenos explicitados acima, como as subcontratações e terceirizações, contexto esse que vem ameaçando a atuação profissional em sintonia com os princípios e diretrizes do projeto ético-político (PEP).

A atual dinâmica do capitalismo mundial estrutura um conjunto de condições econômicas e políticas que aprofunda cada vez mais a tendência de desvalorização da força de trabalho à medida que modifica as formas de produção e o conjunto das relações sociais para assegurar o nível das taxas de lucro (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 162).

Esse cenário de insegurança no trabalho, tendo no medo do desemprego seu aspecto basilar, é um elemento propiciador do fortalecimento do capital e desmonte político da classe trabalhadora, como já referido acima, de seu potencial organizativo – mesmo porque, ao compreender como o capital se valoriza, passa-se a visualizar que o objetivo central desse sistema é assegurar as condições para a extração da mais-valia.

As relações capitalistas repercutem negativamente no serviço social, ao passo que a atuação profissional é delimitada por normas contratuais que encobrem as relações e condições de trabalho no capitalismo, que, articulado ao processo de privatização e desmonte engendrados contra as políticas sociais, espaços privilegiados da atuação dos/as assistentes sociais, apresentam condições desfavoráveis e limites ao exercício profissional. Isso vai requerer cada vez mais que se tracem possibilidades interventivas e de luta coletiva em prol do que se vem pregando nos princípios éticos e políticos da profissão. Entendo que

A tendência, pois, de alienação do trabalho está enraizada nas condições de trabalho propiciadas pelo estágio atual do modo de produção, por suas exigências de lucro, pelas contrarreformas de seu Estado, pela redefinição das políticas sociais com ênfase nos seus traços de assistencialização e financeirização. Sobre tais elementos, repousam muitas das problematizações dos assistentes sociais quando se referem ao sofrimento e ao desgaste mental e emocional, ao desânimo face às normas e aos parâmetros institucionais, as (im) possibilidades de operacionalizar seus princípios ético-políticos, a inserção combinada em várias políticas sociais que impõe rotinas de trabalho duplas, sob a perspectiva do cumprimento de índices de produtividade e de metas a serem alcançadas e atestadas (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 167).

O processo elencado acima pelas autoras necessita, assim como todas as modificações trazidas pelo sistema capitalista desde o século XX, ser problematizado e debatido pela categoria profissional de serviço social, que tem como guia o projeto ético-político (PEP).

Sem o devido entendimento em que espaço profissional o/a assistente social atua, será mais dificultoso traçar as possibilidades de busca de materialização do referido projeto.

De acordo com Netto (2006), o debate no serviço social sobre o PEP data da segunda metade dos anos 1990, com sua construção iniciada na transição de 1970 para 1980, tendo como cerne a denúncia e o enfrentamento ao conservadorismo profissional, perfazendo uma crítica contundente e enraizada sobre o estatuto tradicional do serviço social.

Esse projeto profissional se articula com um projeto societário³⁵, que, como afirma Teixeira e Braz (2009), podem ser transformadores da realidade social ou conservadores do *status quo*. No caso do serviço social brasileiro, seu projeto ético-político “[...] está vinculado a um projeto de transformação da sociedade” (p. 189), visto os princípios que regem tal projeto. Sem falar que

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2006, p. 4).

Ao representar a autoimagem da profissão, traz em si os princípios, os valores, a função social, os objetivos que devem conduzir a intervenção profissional e apresenta os elementos obrigatórios para todos que desejam formar-se e ingressar na categoria de serviço social. Por isso se faz tão importante o debate sobre as ofensivas que rebatem negativamente em sua materialização.

O PEP³⁶ é uma construção coletiva da categoria profissional, juntamente com

³⁵ Projeto societário é um tipo de projeto coletivo que “[...] apresenta uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la [...] são, necessária e simultaneamente, *projetos de classe*, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade [...]” (NETTO, 2006, p. 3).

³⁶ Vale destacar as menções que Netto (2006, p. 8) faz acerca da dimensão ética e política do projeto profissional: “[...] os projetos profissionais requerem sempre uma fundamentação de valores de natureza explicitamente ética – porém, esta fundamentação, sendo posta nos Códigos, não se esgota eles, isto é: a valoração ética *atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele*. [...] os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como *ético-políticos* revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional”.

instituições, entidades profissionais e estudantis, como, por exemplo, o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO. Tem como chão histórico, como afirma Braz (s.d.), o movimento de reconceituação, que ganha ênfase e se fortalece no processo de redemocratização brasileira, o qual possibilitou as condições democráticas para o rompimento com o conservadorismo imperante no serviço social.

Essa luta pela democracia, pós-Ditadura Militar, possibilitou um espaço profícuo para o rompimento com esse conservadorismo, uma vez que “[...] no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional” (NETTO, 2006, p. 10). O solo que se abria à sociedade brasileira e, particularmente neste caso, ao serviço social permitiu que se forjasse outro perfil profissional e outras respostas à questão social, sustentadas agora em outros parâmetros teóricos e metodológicos, bem como em outros princípios e valores.

O serviço social vem, dessa forma, repensando a profissão e seu estatuto ético-político. De acordo com Braz (s.d.), o PEP possui três elementos constitutivos que se articulam e o formam, são eles: a produção de conhecimentos no interior do serviço social, que se refere aos processos reflexivos sobre o fazer profissional; as instâncias político-organizativas da categoria, como as entidades representativas da profissão; e a dimensão jurídico-política da profissão, como o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares, bem como os conjuntos de leis que não são estritamente da profissão, como as legislações sociais, a exemplo da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Tais dimensões

[...] articuladas entre elas compõem o corpo material do projeto ético político profissional que, como foi dito, deve ser compreendido como uma construção coletiva que, como tal, tem uma determinada direção social que envolve, valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão exatamente porque participante que é do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade (BRAZ, s.d.).

O núcleo central desse PEP é a liberdade como valor ético, trazendo consigo o compromisso com a autonomia e a expansão dos sujeitos, tendo sempre como horizonte a construção de outra sociabilidade, sem dominação de classe, raça/etnia, gênero e orientação sexual. A profissão se compromete com o enfrentamento das opressões, como a desigualdade de gênero, fato que fortalece, mais ainda, a importância dessa pesquisa.

Como afirma Netto (2006, p. 16), tem-se ainda o compromisso com a competência em seu fazer profissional e em sua formação continuada. As ações cotidianas dos/as

assistentes sociais devem ser balizadas por esses princípios e valores. Contudo, o grande debate se centra em como materializar os princípios desse projeto que recusa a estrutura dessa sociedade capitalista e seus valores individualistas, reacionários, discriminatórios e violentos. O referido projeto tem uma articulação intrínseca com as lutas contra as opressões, como a de gênero, o que carece de uma intervenção qualificada junto a essas questões.

A implementação e a materialização plenas do PEP é incompatível com a sociedade capitalista. Como basear a atuação profissional no PEP diante do quadro adverso que encobre o mundo do trabalho, das ofensivas neoliberais junto às políticas sociais, aos movimentos sociais? Um passo primordial a ser dado é conhecer os entraves que encobrem a intervenção profissional na contemporaneidade, distinguir para traçar possibilidades e saídas. Quando se fala em conhecer, objetiva-se chegar aos/às profissionais que estão na intervenção cotidiana, pois se sabe que esse debate no âmbito da academia já vem sendo executado desde a década de 1990.

Se é no cotidiano que a atuação profissional deve se seguir às diretrizes políticas, éticas, teóricas e metodológicas do PEP, é nesse mesmo cotidiano comandado pelo neoliberalismo que a práxis do serviço social é desqualificada mediante as configurações do mundo do trabalho. Como ser contra o arbítrio, o autoritarismo e defender a liberdade em uma sociedade regida pelo capital? Como trabalhar em prol da emancipação dos indivíduos se os direitos destes são cerceados, vivendo em uma sociedade desigual em que os meios de produção são detidos pela burguesia? Como intervir junto às desigualdades de gênero, raça/etnia, orientação sexual, sem um esclarecimento adequado dessas questões e sua articulação com o PEP? Como o/a assistente social vai se portar nesse terreno movediço? Deve achar que tudo está perdido e nada pode fazer?

O primeiro passo é entender e buscar desvendar esse mundo do trabalho, compreender o movimento histórico do sistema capitalista em prol da acumulação de riqueza, para assim apostar nas saídas, que devem ser coletivas – sabendo que não é na instituição que essas mudanças ocorrerão, mas através dos movimentos sociais e políticos em prol de outra sociedade.

A luta política coletiva é central nesse debate, mas o que fazer e dizer aos/às assistentes sociais que estão nos espaços sócio-ocupacionais de diferentes naturezas, intervindo e executando as políticas sociais? E aqueles que não adquiriram ainda a consciência da necessidade dessa luta em prol da materialização do PEP? E como garantir que, mesmo não se conseguindo materializar completamente o PEP por meio da atuação nas instituições, ele deve ser o elemento guiador do exercício profissional? Aqui compartilho com

a ideia de Martinelli (2006, p. 19) ao afirmar que “[...] somos nós, portanto, que podemos, pela mediação das nossas práticas, dar vida e concretude ao projeto ético-político profissional”.

Buscar as mediações necessárias, desvendar as condições e relações de trabalho, não para temer o desemprego ou mesmo algum tipo de represália política³⁷, mas para auxiliar nos caminhos que devem ser traçados em prol da materialização concreta de muitos dos princípios do PEP, são caminhos possíveis, pois “[...] mais do que conhecer é preciso agir de modo competente, crítico, qualificado teoricamente e ainda mais é preciso também muita coragem para lutar contra os obstáculos que se interpõem em nossa caminhada (MARTINELLI, 2006, p. 21)”.

Desvendar os limites que encobrem o mundo do trabalho é fundamental, desmascará-los e decifrá-los, entendendo o movimento da precarização do trabalho profissional que vem ocasionando inúmeros processos e sofrimentos físicos e psicológicos aos/às assistentes sociais, que convivem com ambientes de trabalho por vezes insalubres e inadaptados para o exercício profissional, é um processo extremamente necessário.

Os ditames do neoliberalismo no mundo do trabalho desmobilizaram e vêm desmobilizando cada vez mais a classe trabalhadora. O medo do desemprego transfere ao sujeito a responsabilização por seu emprego, de tal modo que fará o possível para não perdê-lo.

Essas questões foram explicitadas nas entrevistas. Das profissionais entrevistadas, duas eram concursadas e quatro terceirizadas, apenas cinco responderam a questão referente aos determinantes do vínculo empregatício para o exercício profissional. Em algumas falas, observei que as configurações do mundo do trabalho hoje, expressando-se pelas terceirizações, com relações e condições de trabalho fragilizadas e precarizadas, podem atrapalhar em algum momento o exercício profissional.

[...] a gente aprende a ter jogo de cintura, a falar na hora estratégica, a acatar na hora estratégica. Então o fato de eu ser concursada, claro que me dá um respaldo, mas, por exemplo, eu ainda estou em estágio probatório, querendo ou não... A gente tem que saber pisar, tem que saber o universo que a gente pisa, [...] não significa que a gente não defenda as ideias da gente, os conceitos que a gente acredita, a nossa ética profissional, os parâmetros da

³⁷ Falo aqui em represália porque uma das assistentes sociais entrevistadas, mesmo na sua situação de concursada, temeu ao falar sobre alguns assuntos durante a pesquisa de campo, afirmando: “mesmo concursada, sabemos que existe algumas situações de troca de locais de trabalho, cuidado com o que você está anotando aí”. Não são apenas as profissionais terceirizadas ou contratadas que apresentam limites nas suas ações e condições de trabalhos inadequadas ao seu exercício. Logicamente que, sendo concursada, sua relação de trabalho lhe proporciona uma certa autonomia diferenciada das que não estão nessa situação.

nossa profissão, as prerrogativas da nossa profissão, porque a gente tem que se impor (Assistente social 1).

É se sentir desvalorizada. [*apesar de considerar que não limita sua atuação*]. Não, tanto é que eu tô perdendo agora, por bater de frente com a coordenação mesmo. Te falei que eu tô até terça, tudo isso por bater de frente com a coordenação³⁸, por bater de frente com aquilo que eu acredito, não só pelo serviço social, mas o que deve ser feito em relação à questão de gênero [...] [*condições de trabalho*] interfere, mas não me limita [...]. Tem a consequência de vários tipos, tem a consequência política, porque agora não sei como está, porque não deu para sentir, [...] a gestão passada teve seus defeitos, mas, em relação à mulher, se eu for comparar com as outras, teve uma subida excelente. O problema é que o projeto não deu continuidade nos alcances e nas melhorias, e agora é que não vai dar mesmo (Assistente social 3).

Olha, eu vou ser supersincera: muitos foram os momentos que eu me senti com pé e mão atado por conta dessa situação. Eu sou uma pessoa que todo mundo fala que eu falo muito, e eu falo o que eu penso, eu sou muito transparente, eu não tenho medo, [...] ficar calada eu não fico. Mas, quando você tá na gestão, você se sente assim, na gestão terceirizada, então eu tinha que engolir. Tinha hora que eu tava com o pé e mão atado, [...] aí eu pensava: “poxa, eu não vou poder ir mais porque é meu emprego”, mas eu, enquanto técnica, eu não sinto, eu falo. É um trabalho precarizado, sim, a gente trabalha em regime de plantão dia de domingo, sem ganhar um real de hora extra, o contrato não prevê isso. A gente trabalhar com mulher vítima de violência é algo que... é uma especificidade, [...] a gente não ganha suficiente pra isso, não só a questão da terceirização, a terceirização é a forma como a prefeitura faz licitações e a gente vê a precariedade das coisas [...] (Assistente social 4).

[...] não me prendo a essas coisas, se eu tiver que me posicionar eu me posiciono, assim, se a pergunta tiver voltada pra aquela pergunta, medo de perder o emprego, medo de na próxima renovação do contrato, [...] tá entendendo? Eu sou rebelde e meio reacionária nesse sentido. Por exemplo, a gestão tá me dizendo que eu tenho que votar em um candidato tal, eu não me importo se lá na frente a minha escolha resultar que eu vou perder meu emprego, [*concordou ser um trabalho precarizado*] porque você não tem estabilidade, é essa a questão, hoje é, amanhã pode não ser, podem querer colocar outra pessoa, aí você dança (Assistente social 5).

[...] enquanto terceirizada, o meu trabalho não é valorizado como era pra ser porque eu trabalho bem mais do que as outras colegas que são servidoras. Mas eu gosto muito de enfrentar, teve situações que eu tive que enfrentar que saí perdendo, mas eu enfrentei. [...] Tem situações que a gente percebe que a gente tem uma opinião contrária e a gente não pode intervir, realmente tem, que deixa um pouco a gente fragilizada nesse sentido, fragiliza a condição de trabalho, de se impor, eu não tenho medo, mas tem hora que eu tenho um pouco de freio (Assistente social 6).

De acordo com Iamamoto (2009, p. 33), no cenário atual a sociedade vivencia uma

³⁸ A profissional estava em processo de desligamento da instituição por incompatibilidade com a nova coordenação do equipamento.

verdadeira desordem do trabalho, perpassada por inúmeras inseguranças para os que vivem do trabalho, “a insegurança no mercado de trabalho, a insegurança no emprego, a insegurança na renda, a insegurança na contratação, a insegurança na representação do trabalho, na organização sindical e na defesa do trabalho”.

O desafio é compreender as situações particulares e os fenômenos singulares que o/a profissional se depara no cotidiano da intervenção, supondo uma investigação sobre os processos sociais que consubstancia essa realidade. Para Yamamoto (2009, p. 41), sem o conhecimento da realidade que é objeto do trabalho profissional, não se pode construir propostas de atuação. Necessita-se, dessa maneira, “além de princípios e diretrizes políticas claras, um acúmulo de informações sobre a realidade social”. No caso dos/as profissionais que atuam na rede de atendimento à mulher em situação de violência, os desafios são enormes no que se refere às suas dimensões de atuação.

Esses desafios postos permeiam a categoria em sua totalidade, mas é preciso que se pautem as especificidades e particularidades das intervenções para retornar a compreensão dessa totalidade. A pesquisa sobre o serviço social na rede de atendimento à mulher em situação de violência é uma estratégia para se pensar o serviço social e sua relação com as opressões. Em sua dimensão ético-política, a profissão vem fortalecendo e defendendo valores emancipatórios, negando os preconceitos, as discriminações e opressões, mas como isso tem seguido de orientação para a intervenção profissional? Esse foi um dos questionamentos que guiou a pesquisa de campo e sua articulação com as categorias teóricas da investigação, objetivando investigar se a atuação na área da violência contra mulher segue os princípios do PEP e dos estudos de gênero e violência contra a mulher.

O próximo capítulo se destina a discutir relações de gênero, violência contra a mulher e o serviço social, definindo e problematizando as duas primeiras categorias, a fim de sinalizar a importância delas para a realidade social, bem como para o serviço social, como profissão, o que me fez questionar, nesse ensejo de análise, o entendimento sobre a questão social, os desafios para a formação profissional nos estudos sobre as opressões, assim como outros elementos que serão mais bem fundamentados do próximo capítulo.

4 SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

4.1 Conceituando e debatendo a categoria relações de gênero

As análises e pesquisas sobre a categoria gênero cresceram exponencialmente em inúmeras áreas do saber nos anos 1990, período de adoção desses estudos, principalmente no âmbito da ciência social. De acordo com Grossi (1998), o conceito de gênero chegou ao Brasil por meio das pesquisadoras norte-americanas que passaram a usar a categoria “gender” na compreensão das origens sociais das identidades de homens e mulheres, por considerarem que os comportamentos humanos não têm origem natural, nem biológica, mas partem das inúmeras regras sociais criadas.

De acordo com Souza (2010), os anos 1960 e 1970 caracterizam-se por um período de grande efervescência política e social, mediante várias mobilizações de estudantes, intelectuais, mulheres, negros e jovens no âmbito internacional que questionaram e problematizaram diversos aspectos da vida social. O momento predominante deu-se em 1968, tendo como um de seus desdobramentos o surgimento e fortalecimento de movimentos sociais centrados em causas específicas. É nessa ocasião que o movimento feminista se destaca por meio de sua forma organizativa, fortalecendo os estudos e produções sobre a situação da mulher, dando, segundo a referida autora, origem aos estudos sobre a mulher.

Esse contexto propiciou o surgimento do conceito de gênero, que, desde sua origem, não apresenta elementos consensuais em relação ao seu uso. Como atenta Souza (2010, p. 387),

Algumas consideravam adequada a utilização do conceito, por demonstrar uma ancoragem teórica maior e outras consideravam inadequado por poder estar representando um novo ocultamento do sujeito feminino. Outra crítica feita ao conceito de gênero era de ordem lingüística, já que apenas na língua inglesa, gênero já trazia o sentido de diferença sexual e sexualidade, e no caso da língua portuguesa e francesa este sentido não existia, o que, segundo Lauretis (1994) representaria um problema para aquelas que buscavam adotar uma postura internacionalista, para não dizer universal, da teorização sobre gênero.

Os estudos de gênero se espraiam nas mais variadas áreas, como educação, psicologia, antropologia, história, sociologia, tendo como consequências inúmeros enfoques analíticos e conceituais. Além da diversidade teórica que envolve esses estudos, existem teóricas e

estudiosas que pautam a necessidade em se retornar os estudos sobre a mulher, tão presente antes dos anos 1980, principalmente no interior do movimento feminista. Ao entender que gênero possibilita um leque de abordagens, a mulher estaria diluída nesse escopo, o que comprometeria negativamente as lutas feministas, situação problematizada mais à frente.

Ainda sobre a origem do conceito de gênero, Saffioti (1999), em seu artigo *Primórdios do conceito de gênero*, realiza uma reflexão sobre o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, sinalizando-o como uma obra que pautou a identidade feminina e precedeu os escritos de gênero de Stoller, de 1968, e de Gayle Rubin, em seu artigo *O tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo*, de 1975. Aborda que, apesar das críticas³⁹ ao estudo de Beauvoir, não se pode negar a importância de sua obra e a influência junto às militantes e teóricas de sua época. Ao afirmar que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, para Saffioti significou

[...] a manifestação primeira do conceito de gênero. Ou seja, é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade. Evidentemente, Beauvoir não possuía o arsenal de conceitos e teorias com que contamos na atualidade, mas se dirigiu certeira ao ponto essencial (SAFFIOTI, 1999, p. 160).

De acordo com Matos (2008), o surgimento dos grupos acadêmicos nos anos 1930 e 1970 fortaleceram os estudos feministas e de mulheres, antes mesmo dos estudos de gênero. Articular o surgimento da categoria gênero ao movimento feminista é uma posição política e ideológica defendida neste escrito, pois a luta feminista em prol de melhores condições de vida e trabalho para as mulheres proporcionou a problematização da subordinação feminina no contexto de inúmeros países, como o Brasil. Tanto que, no período entre 1970 e 1980, a questão da mulher era referenciada nos estudos sobre a mulher enfocando a dimensão contestadora e política, tratada pelo movimento feminista que se articulava com a esquerda brasileira na luta contra a ditadura militar (MORAES, 2000).

As mulheres engajadas no movimento feminista e na luta no período dos anos de

³⁹ Um das críticas que Saffioti (1999, p.159) menciona se refere a Beauvoir ter usado a mulher em sentido universal, sem atentar-se para as especificidades e particularidades. Sobre isso, Saffioti atenta que “Beauvoir é, freqüentemente, criticada por ter pretendido estudar a mulher e não mulheres. Ou seja, referiu-se a um universal, quando deveria, na opinião de suas(seus) exegetas, ter mergulhado nas condições específicas dos distintos contingentes de mulheres. Este, entretanto, era o padrão da época. Embora mais de século e meio antes, Olympe de Gouges redigiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, colocando no feminino o famoso documento informado pelos ideais da revolução francesa. Ninguém acusa nem os homens que escreveram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, nem Gouges por terem usado o termo genérico. Não sendo Beauvoir historiadora, não se podia dela esperar, na década de 1940, que particularizasse os segmentos estudados. O livro certamente não teria tido o alcance que teve se não se referisse ao universal MULHER”.

chumbo enfrentaram repressão, perseguição e violência do regime, que as fizeram buscar exílio em outros países, principalmente nos europeus. Durante a reabertura democrática brasileira, em meados dos anos 1970, algumas dessas mulheres retornam ao Brasil trazendo a experiência do movimento feminista europeu, especialmente das feministas francesas e italianas, que se aproximavam das teorias socialistas e marxistas. Esse período demarca a primeira fase do feminismo no Brasil (pós-ditadura militar) e de sua produção teórica (MORAES, 2000).

Nesse contexto, temos ainda a influência do feminismo norte-americano, que se articulava com os movimentos de “insubordinação civil [...] a luta libertária incluía as questões relacionadas à autoridade dos mais velhos e ao conservadorismo do *american way of life* [...]” (MORAES, 2000, p. 95).

Posteriormente, ocorreu a passagem desses estudos, apropriados pelo movimento feminista de caráter político e contestatório, para os estudos de gênero, que buscaram uma fundamentação teórica para a situação da mulher na sociedade brasileira. Esse processo é recheado de contradições e, para muitas estudiosas feministas, trouxe alguns aspectos negativos, como afirma Moraes (2000, p. 96):

[...] não se trata mais de denunciar a opressão da mulher, mas de entender, teoricamente, a dimensão “sexista” de nosso conhecimento e os riscos das generalizações. Atualmente, temos menos estudos sobre a mulher e mais estudos de gênero que podem se referir aos homens [...].

Em 1990 se legitimam, sobretudo no meio acadêmico, os chamados estudos de gênero, que realizaram outras análises conceituais da condição da mulher, fazendo com que o movimento feminista de então repensasse questões primordiais na discussão da situação da mulher, principalmente aqueles referenciais que tratavam a temática feminista na perspectiva *biológica-sexual* (BENOIT, 2000).

As investigações passaram a considerar a cultura e o simbólico para entender as denominadas relações de gênero entre mulheres e homens. Para algumas estudiosas, a adoção dos estudos de gênero na academia possibilitou a contraposição dos saberes universais e finalistas, pois se caracterizou como “[...] um conhecimento que privilegia práticas, fascina-se, como a história nova, com a margem, o dia-a-dia, a experiência [...]” (CASTRO, 1992, p. 81).

Os estudos de gênero, ao se fortalecerem no âmbito acadêmico, trouxeram inúmeras consequências para a ciência social. Conforme Rago (1998), a adoção dos estudos de gênero

passou a respaldar academicamente os estudos sobre as mulheres, pois

Esse respaldo foi extremamente importante para referendar uma posição absolutamente nova e desafiadora em nossas instituições tão cristalizadas. Aos poucos, o sucesso da categoria por todo o país repercutiu vigorosamente em nossas próprias práticas, facilitando a valorização do trabalho das intelectuais feministas, nem sempre bem vistas, como sabemos. A risadinha deu espaço à curiosidade e, aos poucos, os antropólogos, historiadores e sociólogos, e não apenas algumas intelectuais, passaram a pensar na importância da sexualização do discurso historiográfico. O feminismo saía do gueto e irradiava seus fluidos mornos e positivos pela academia (RAGO, 1998, p. 90).

Passaram a utilizar teóricas como Joan Scott, que trata a categoria gênero em seu aspecto relacional, considerando o caráter social das diferenças entre mulheres e homens:

[...] Sobretudo, considera-se importante a superação de um suposto reducionismo biológico que sobredeterminava as diversas categorias da anterior reflexão feminista: conceitos como “luta entre os sexos”, “diferenças sexuais entre mulher – homem”, dentre outras. [...] O gênero enfatiza o aspecto relacional das definições normativas de feminidade (BENOIT, 2000, p. 77).

Scott (1990) considera que somente no final do século XX a categoria gênero emerge como uma preocupação teórica, ao encontrar-se ausente em grande parte das teorias sociais, desde o século XVII até o começo do século XX. Nesse espaço de tempo, discutiam-se questões desde a oposição entre masculino/feminino, a partir do reconhecimento da existência de uma questão feminina, à definição de uma identidade sexual. Não existia nas análises e estudos a terminologia gênero, a fim de pautar as relações sociais entre os sexos.

No período em que a categoria gênero surge como um termo científico, Scott (1990) acredita ser essa uma atitude empreendida por algumas feministas contemporâneas que consideravam as teorias existentes sobre as desigualdades entre homens e mulheres insuficientes para definir tal desigualdade.

A referida autora apresenta sua definição de gênero em duas partes compostas de subpartes, sinalizando estas com a seguinte definição: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14).

A partir dessa definição, Scott (1990) elenca quatro elementos necessários para se entender a categoria gênero, a saber: os símbolos culturais que remetem a representações simbólicas, como as figuras religiosas de Eva e Maria; os conceitos normativos encontrados

na religião, na política, na ciência e na educação, que oferecem conceituação do feminino e do masculino; uma visão ampla que não considere apenas os sistemas de parentesco para compreender o gênero, mas o mercado de trabalho, a educação e o sistema político; e a identidade subjetiva, que deve ser compreendida na sua construção histórica e relacionada com as atividades, organizações e representações sociais.

Esses quatro elementos estão presentes nas análises da autora como sua primeira parte da definição de gênero. Scott (1990) ressalta que tais elementos são articulados, porém não agem ao mesmo tempo e nem são apenas reflexos um do outro. Contudo, para esta análise considero que, por vezes, esses elementos agem ao mesmo tempo. As discordâncias sobre as colocações da autora serão mais bem explicitadas a seguir.

A segunda parte de sua aceção refere-se ao conceito de gênero como primeiro modo de significar as relações de poder, pois gênero é

[...] um primeiro campo no seio do qual ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia á significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. [...] O gênero é então um meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando as (os) historiadoras (es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas (eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política (SCOTT, 1990, p. 16-17).

Concernente ao conceito de gênero adotado por Scott (1991), Souza (2010) pondera algumas questões que merecem destaque. Primeiramente ressalta que a importância em se deter nesse conceito diz respeito ao fato de Scott ter sido uma das autoras utilizadas amplamente no Brasil, bem como no serviço social – constatação também feita por Cisne (2013, p. 192): “as discussões de gênero são difundidas fortemente no Brasil, a partir da tradução do texto de Joan Scott: *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução realizada pelo SOS Corpo, em 1991, tornando-se um marco referencial”.

Contudo, essa definição apresenta alguns pontos de discordância, principalmente entre as estudiosas marxistas. Souza (2010) afirma, inicialmente, que a primeira parte da definição da autora, em que afirma ser gênero um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, não apresenta nada de inovador, visto serem afirmações realizadas por Beauvoir em *O segundo sexo*. Souza, ao ter buscado em sua tese de doutorado compreender o pensamento de Beauvoir em *O segundo sexo*, questiona algumas

definições de gênero, que, ao serem analisadas, mesmo não fazendo referência, têm fundamento na obra de Beauvoir. Em síntese, Souza (2010, p. 435) define:

Ao desenvolver sua definição, Scott a divide em quatro partes; na primeira, a autora destaca a contribuição dos símbolos construídos pelas diversas culturas, e que ajudam na criação dos estereótipos de gênero, exemplificando com o mito de Adão e Eva. Ora, consideramos no mínimo desonesto que a autora não reconheça que n' *O segundo Sexo* exista uma parte em que Beauvoir dedicou-se a demonstrar como diversos símbolos forjados pelas religiões ou pelos filósofos e romancistas contribuem para a constituição da subordinação da mulher, tendo inclusive utilizado o mesmo exemplo de Adão e Eva, afirmando que “primeira mulher” foi criada não para ser um sujeito em si, mas para satisfazer as necessidades do Adão. A segunda parte, em que a autora sustenta que os símbolos são tomados pelas diversas instituições e doutrinas para criar normas, também foi demonstrado por Beauvoir ao problematizar a importância da religião e da educação para a manutenção da situação da mulher. Por último, mas não menos importante, a terceira e quarta partes de sua definição, em que a autora reconhece a noção de política e a questão subjetiva nas relações de gênero, também estão presentes em reflexões de Beauvoir como a de que as mulheres necessitariam se organizar politicamente em torno de sindicatos e partidos, bem como o reconhecimento de que homens e mulheres introjetam os valores que reproduzem as desigualdades de gênero, e que para superar as desigualdades, não seriam suficientes as transformações econômicas e sociais. Sendo assim, Scott (1995) parece ter se apropriado apenas de uma parte das idéias de Beauvoir, desconsiderando o lado, diríamos, mais militante da autora, aquele em que preconizava a necessidade de se vincular a luta pela superação das desigualdades de gênero, à luta pelo fim do capitalismo, tornando a discussão bastante compatível a uma conjuntura em que os ideais de democracia e igualdade foram substituídos pela celebração da diferença.

A definição trazida por Scott (1991) apresenta elementos pertinentes, mas, como sinaliza Souza (2010), necessita de algumas ponderações e esclarecimentos, principalmente quando parte de estudos, como este, que buscam compreender a realidade e seus fenômenos a partir da ontologia do ser social, considerando a categoria trabalho como o elemento fundante dos indivíduos e de toda existência humana e social.

Souza (2010) ainda afirma que Scott desconsidera a posição do sujeito na estrutura e centra sua análise no entendimento da linguagem como detentora do controle absoluto do sujeito, fazendo dessa estrutura onipotente, desconsiderando a base material ao entender que os fatores subjetivos são produzidos apenas pelo discurso. Cisne (2013, p. 193), em sua elucidação sobre a estudiosa, afirma que o problema de sua definição centra-se em:

[...] para essa autora as relações de poder estão dissociadas da busca das determinações da dominação/exploração e mais, para ela, somente após essa desvinculação é que se torna possível a análise das relações sociais de

gênero (SCOTT, 1991). Nessa perspectiva, Scott (1991, p. 3) rejeita qualquer articulação da categoria gênero com a dimensão de classe. [...] Percebemos nessa citação [A ladainha “classe, “raça” e gênero” sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe. Enquanto a categoria de “classe” está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de “raça” e “gênero” não veiculam tais associações] o isolamento da concepção de gênero que a autora anuncia diante da dimensão econômica/estrutural da sociedade. Todavia, como já apontamos, a articulação entre as relações sociais de sexo, classe e “raça” é indispensável para pensarmos concretamente as opressões e explorações vivenciadas pelas mulheres. Apesar da incoerência apresentada por essa fragmentação, a repercussão positiva da perspectiva advinda de Scott ganha corpo no Brasil na década de 1990. As “análises” e “estudos” de gênero, em detrimento da perspectiva de classe, viram moda.

Para Cisne (2013), a tradução das produções de Scott no Brasil contribuiu para o fortalecimento da chamada “nova onda” do feminismo, que se voltou para a mudança na linguagem e na atuação política como ocorreu no feminismo institucionalizado na Europa e nos EUA. Essa mudança se aliou aos objetivos das agências financiadoras e dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, que tornaram gênero, no lugar de patriarcado, por exemplo, uma categoria mais palatável na concessão de financiamentos.

Nesse sentido, Cisne (2013) vem problematizar a categoria gênero, propondo a discussão sobre a categoria relações sociais de sexo, além de contra-argumentar algumas teóricas, como Scott, em relação à consubstancialidade das categorias, classe, raça/etnia e gênero.

Em síntese, os estudos de gênero, se comparados aos estudos feministas, adquirem, por vezes, um caráter mais “neutro”, menos ofensivo, ou seja, mais polido ao gosto das instituições multilaterais e governamentais, além de *aparentemente* mais “acadêmico” ou “científico”. Não é à toa, portanto, que os chamados “estudos de gênero” conseguiram uma maior aceitação, penetrando mais facilmente nas “universidades, e mais ainda nas administrações públicas ou nas instituições internacionais” (PFEFFERKON apud CISNE, 2013, p. 114) (tradução nossa).

As autoras e estudiosas marxistas que trabalham com a categoria relações sociais de sexo compreendem que as desigualdades e opressões se expressam para além da dimensão simbólica e cultural, mesmo porque essas são frutos e consequência do modo de produzir de uma sociedade. Logicamente, não se resumem a esse modo de produzir, mas, como foi visto na discussão sobre a ontologia do ser social, todos os complexos da vida partem da relação concreta que os indivíduos estabelecem com a natureza e com o universo do trabalho como um todo. A reprodução social é fruto dessa relação; portanto, seus nexos como a cultura e o

simbólico têm raiz no trabalho que funda o ser social e a existência humana.

Apesar de usar neste trabalho o conceito relações de gênero, principalmente a partir das apreensões e análise de Heliete Saffioti, considero pertinente abordar alguns aspectos sobre as relações sociais de sexo, atentando para a seguinte consideração: “acreditamos que a adoção do conceito feminista francófono de ‘relações sociais de sexo’ corresponde mais diretamente à perspectiva teórico-política que buscamos empreender nesta tese [*no caso, desta pesquisa de dissertação*]: a marxista” (CISNE, 2013, p. 111).

Souza (2010) afirma que a feminista francesa Danièle Kergoat utiliza relações sociais de sexo a fim de demonstrar que os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres não são resultados do seu destino biológico, mas construções sociais com base na materialidade da vida social.

A autora, além de não utilizar o conceito de gênero, compreende que o conceito de divisão sexual do trabalho é indissociável do conceito de relações sociais de sexo. Contudo, ao observarmos a definição do conceito de relações sociais de sexo, é possível perceber sua semelhança com a definição do conceito de gênero, e Kergoat (1996), de fato, assume que utiliza o primeiro conceito muito mais por uma questão de preferência do que por uma questão teórico-conceitual: diz que ao aproximar o termo relação social, geralmente ligado à cultura, do termo sexo, geralmente ligado à natureza, estaria conduzindo as ciências sociais a um repensar de sua epistemologia, por romper com a dicotomia entre cultura e natureza. Do nosso ponto de vista, o conceito de relações sociais de sexo não apresenta nada de novo em relação ao conceito de gênero, tecendo as mesmas considerações a respeito das formas que esta relação é construída, bem como devem ser observadas (SOUZA, 2010, p. 420).

Discordo dessa percepção de Souza (2013), por compreender que a opção por usar a categoria relações sociais de sexo parte de posicionamentos políticos e ideológicos, e não simplesmente de uma mudança de sinônimos. Conforme Cisne (2013), gênero e relações sociais de sexo não são sinônimos. Partindo da origem do significado de relações sociais de sexo, afirma que adveio da escola feminista francesa e que originalmente é denominado de *rappports sociaux de sexe*, que difere significativamente do conceito *relations sociales de sexe*.

A autora afirma que em francês existem duas palavras referentes a relações, única tradução para o português. *Rapport* se refere a relações mais amplas e *relations* a relações mais pessoais e individuais. Em síntese,

O conceito de *rappports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe. Uma relação [*rapport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos.

Portanto, atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes. Nas palavras esclarecedoras de Kergoat (2012, p. 126), com base no pensamento de Goldelier (1982): “Uma *rappor*t social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais, construída em torno de uma problemática. É uma relação de produção material e ideal” (CISNE, 2013, p. 111) (tradução nossa).

Baseando-se nos estudos de Jules Falquet (2012), Cisne esclarece que *relations sociales* se refere a um nível micro, às relações interindividuais, e *rappor*ts sociaux a uma esfera mais macro, que se articulam entre grupos e só são transformadas coletivamente, referindo-se a relações sociais antagônicas.

Nesse ponto, Cisne (2013, p. 112) verifica a pertinência e importância da classe social para o entendimento das relações de sexo e esclarece que não significa que estas se reduzem às primeiras, ou seja, “a relação social de sexo não se reduz ao fato de ‘se realizar’ dentro das relações sociais de classe”.

Souza (2010) certamente pontua que Kergoat considera que as categorias relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são articuladas. Cisne (2013) afirma que o conceito de *rappor*ts sociaux de sexe surge em 1980, vinculado e conectado com as análises e estudos sobre a divisão sexual do trabalho, categoria-chave para as feministas marxistas, que entendem a realidade a partir da ontologia do ser social, da centralidade da categoria trabalho⁴⁰.

Diferentemente, como afirma Cisne (2013), o conceito de gênero, em muitas abordagens, é destituído da noção de hierarquia entre os sexos e das desigualdades que estruturam a sociedade, por exemplo, a de classe, exprimindo o “movimento feminista menos confrontante e mais institucionalizado”.

Tema da academia estado-unidense destacadamente, o gênero é introduzido na região principalmente através de teóricos (as) praticantes da cooperação, governamental ou multilateral. Embora muitas vezes usados de forma indiscriminada, muitas vezes, para evitar o estigmatizado termo “**feminismo**” ou para fornecer um “*plus*” para a palavra “mulher” - o gênero também introduz uma renovação teórica. Para algumas, ele permite desnaturalizar a opressão das mulheres: no decorrer de milhares de oficinas que foram organizadas no continente para conhecer a teoria do “**sistema de sexo-gênero**”, cada uma aprende que gênero é uma construção **social**, ainda que se baseie numa diferença biológica (o sexo).

⁴⁰ Sobre essa questão, bem como maiores esclarecimentos sobre a necessidade de se modificar as relações produtivas e sobre a centralidade da classe trabalhadora nas transformações societárias, consultar em sua completude a tese de doutorado de Mirla Cisne: *Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil*. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

Nessas formações aceleradas sobre gênero, a noção de hierarquia entre os sexos é muitas vezes apagada. Quanto às outras relações [*rappports*] sociais, elas simplesmente desaparecem. Por outro lado, cada vez mais, acrescenta-se a sexualidade, especialmente gay e queer a palavra gênero – a tal ponto que as mulheres quase desaparecem deste discurso para serem substituídas pelas preocupações sobre financiamentos concernentes à discriminação contra gays e trans (FALQUET apud CISNE, 2013, p. 113).

Outra crítica ao conceito de gênero retratado por Cisne (2013, p. 114) refere-se à sua ruptura com o naturalismo, que por um lado esclareceu sobre as construções sociais, mas em contrapartida contribuiu com a biologização do conceito de sexo, correndo-se o risco de desconsiderar a “análise social e histórica do conceito de sexo”, isto é, que o sexo também é uma construção social e histórica.

Isso não significa, como afirma Cisne (2013), que as autoras que optam pelo uso da categoria gênero abandone uma perspectiva crítica de análise. Entretanto, a fim de não ocultar “o sujeito político mulher”, devemos, ao optar pela categoria gênero, a partir de uma perspectiva marxista, associá-la à categoria patriarcado.

De acordo com Saffioti (2004), desde a década de 1970 as feministas radicais usam o conceito de patriarcado, objetivando denunciar a dominação masculina e problematizar as relações sociais entre homens e mulheres. Esse conceito expressa e desvenda a sujeição da mulher, mostrando como as “relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado” (2004, p. 54). De tal modo, o patriarcado

[...] não se trata de uma relação privada, mas civil; dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004, p. 58).

O patriarcado pode ser acionado pelos sujeitos, independente de serem homens ou mulheres, pois, como afirma Saffioti (2004), perpassa todo o seio social, mulheres também exercem funções patriarcais, seja disciplinando os filhos, seja em suas outras relações afetivas e/ou sociais. Nesse sistema, todavia, as mulheres são objetos sexuais dos homens, reprodutora da força de trabalho dos companheiros. É uma soma de dominação e exploração, entendida pela referida estudiosa também como opressão.

Esse sistema de dominação, exploração e opressão, o patriarcado, possuiu como base econômica as diferenças salariais entre homens e mulheres, a segregação ocupacional, o

controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva feminina: “o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos” (2004, p. 106).

Para Saffioti (2004), gênero é mais vasto do que patriarcado: este é um caso específico das relações sociais de gênero, servindo aos interesses das classes dominantes. Como afirma Cisne (2013, p. 125),

[...] diferentemente da categoria gênero, quando utilizamos patriarcado, necessariamente estamos nos referindo às relações de dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres. Ou seja, o patriarcado nomeia as desigualdades que marcam as relações sociais de sexo em vigor na sociedade.

A estrutura patriarcal sob a égide do sistema capitalista trata as mulheres não como trabalhadoras, mas como mulheres com um destino traçado por seus aspectos biológicos. Dominação patriarcal e sistema capitalista andam de mãos dadas, são duas faces de um mesmo processo de dominação-exploração, temos uma fusão. Nas palavras de Saffioti (2004), há uma espécie de “nó” entre patriarcado-racismo-capitalismo.

Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de raça/etnia e de classe social, embora as análises tendem a separá-las. Aliás, o prejuízo científico e político não advém da separação para fins analíticos, mas sim da ausência do caminho inverso: a síntese (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

O interessante é compreender a relação entre esse processo de dominação e exploração, que racismo e sexismo são, como afirma a autora, irmãos gêmeos. O capitalismo se apropria das relações desiguais produzidas pelo racismo e pelo sexismo, mercantilizando todas as relações sociais e fortalecendo os processos de dominação/exploração – mais do que isso, de apropriação. Cisne (2013) afirma que o legado da coisificação e naturalização dessa apropriação sobre as mulheres advém da ideologia naturalista, ao conceberem como sujeitos naturais, com um destino traçado a partir de suas características biológicas. A ideologia naturalista se baseia, como bem coloca a estudiosa, na “*sexagem*”. Conforme Cisne, esse termo foi elaborado por Colette Guillaumin em 1978, como um prolongamento dos conceitos de escravidão e servidão. Assim,

Por meio da *sexagem* as mulheres são resumidas ao sexo, sendo apropriadas não apenas no que diz respeito a sua força de trabalho, mas, também, ao seu

corpo e a sua vida. Em outras palavras, a *sexagem* denota a apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres, em um processo que as tira da condição de sujeito e as tornam “coisas” (2013, p. 146).

A autora afirma que Colette Guillaumin se refere a dois tipos de apropriação, a individual (privada) e a coletiva. A primeira ocorre dentro da família por meio do casamento, e a segunda, anterior e mais profunda que a privada, dar-se-á por intermédio das igrejas, do Estado, das empresas; “como meios de obtenção das apropriações individual e coletiva, ela [Colette Guillaumin] destaca: o mercado de trabalho; o confinamento no espaço; a demonstração de força; a coerção sexual, o arsenal jurídico e o direito consuetudinário” (2013, p. 146)⁴¹.

Conforme Cisne (2013, p. 148), o naturalismo se ancora e se fundamenta nesse processo de apropriação e exploração. Não esqueçamos, como explicita a autora, que tal ideário fixa as regras sociais, as naturaliza, dificultando o entendimento que “a desigualdade entre os sexos é determinada por interesses socialmente construídos”.

Para a feminista marxista, a “*sexagem*” é um fundamento para a compreensão das relações sociais de sexo, ao possibilitar o entendimento da apropriação. Vale ressaltar que essa não se refere apenas ao domínio e exploração da força de trabalho, mas também do seu corpo, da sua sexualidade, da sua vida como um todo. Ao comparar com os escravos, Cisne destaca que as mulheres apresentam duas vantagens, por serem uma forma de prazer e produtora de mais trabalhadores, e, ainda, por garantirem “a reprodução do sistema de herança que, por sua vez, assegura a perpetuação da propriedade privada” (2013, p. 150).

Cisne ainda ressalta que nesse processo de apropriação não cabe uma contrapartida contratual para as mulheres, pois suas atividades são tidas como obrigações, reforçando o ideário naturalista das funções naturais desempenhadas pelo sexo feminino. A estudiosa afirma que, por sermos mulheres, diferenciamo-nos de outros trabalhadores e de outros segmentos oprimidos, pois, por vezes, nem conseguimos vender nossa força de trabalho, por não sermos reconhecidas como trabalhadoras, realizando gratuitamente muitas tarefas pelo prisma da obrigação “feminina”, a exemplo do trabalho doméstico.

⁴¹ Problematizando, cita que, para ampliar o entendimento da apropriação, vale destacar o pensamento de Falquet: [...] transformar a ideia de *confinamento no espaço*, que pode facilmente ser lida como a ação de um marido restringindo sua esposa ao espaço doméstico, em *restrição de mobilidade*, que inclui mais ostensivamente as políticas migratórias restritivas em relação às mulheres ou a obrigação de fugir dos territórios em guerra sob a ameaça das agressões sexuais. Da mesma forma, a *demonstração de força* (as agressões) *torna-se um continuum da violência masculina (violência e guerra)* permitindo perceber melhor a forte dimensão de “gênero” das guerras, assim como os determinantes e consequências econômicas da violência doméstica ou sexual. Por fim, a *coerção sexual* torna-se – provisoriamente – *heterossexualidade como obrigação relacional para as mulheres* (FALQUET apud CISNE, 2013, p.147).

A apropriação se expressa de diversas formas, englobando o fenômeno da exploração, e não se refere, como salienta Cisne, apenas às mulheres esposas, mas as que são mães, irmãs, filhas, tias, avós, ou seja, ao sexo feminino de modo geral. Isso denota a apropriação dos seus corpos, de seus desejos, até mesmo os afetivos-sexuais. Em síntese,

As expressões particulares dessas relações de sexagem que provocam a apropriação do conjunto das mulheres, bem como do corpo individual de cada uma delas são, de acordo com Guillaumin: “a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) a carga física dos membros inválidos do grupo (inválidos por idade, bebês, crianças, idosos ou doentes e deficientes), assim como os *membros válidos do sexo masculino*” (CISNE, 2013, p. 150).

Recorrer ao conceito de patriarcado, ponderando com questões relativas à apropriação, para compreender as relações de gênero é essencial. Mais do que descrever a conceituação e definição das relações de gênero, devemos desvendá-las, desnaturalizar as desigualdades, hierarquias e opressões, compreender, nesse sentido, o vetor da dominação-exploração-opressão, da apropriação. Trazer gênero e patriarcado para o cerne do debate possibilita entender as condições de vida e trabalho das mulheres, as consequências de uma sociedade patriarcal, sexista, racista, transmutada em várias questões, como a da violência que, como será mostrado a seguir, vem encampando estatísticas exorbitantes. Em síntese,

[...] O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina. Neste sentido, e contraditoriamente ao que afirma a maioria das (os) teóricas (os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito crescentemente preciso, que prescinde das numerosas confusões de que tem sido alvo (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

A categoria gênero se tornou um tema recorrente nas pesquisas históricas e sociais; porém, ela não se basta em si. Não é suficiente para mudar sozinha os *paradigmas históricos existentes*, por isso a necessidade de se apropriar de outras teorias que contribuam com os estudos da realidade social e com as transformações históricas dela.

Os estudos de gênero contribuem para se entender a história das relações sociais entre

os sexos, dando suporte para se estudar e analisar outras áreas temáticas. São estudos que influenciaram os paradigmas das ciências humanas e sociais, buscando, em algumas abordagens, a articulação com as categorias classe social, raça/etnia e diversidade sexual (QUEIROZ, 2008).

Gênero é uma categoria que não trata da diferença sexual, mas sim de relação social entre mulheres e homens, entendendo como se constroem como sujeitos sociais. Não se caracteriza apenas como analítica e descritiva, é também histórica. A categoria gênero, tratada de maneira relacional, permite considerar a existência do outro, entendendo que tanto o processo de dominação como de emancipação ocorrerá entre mulheres e homens por meio de poder, conflitos e interações. O problema não é apenas das mulheres, mas de toda a sociedade que precisa se apropriar dessa discussão e inteirá-la na luta contra as desigualdades, sejam de raça/etnia, classe social ou orientação sexual.

[...] Esse conceito contribui para incorporar na agenda feminista a luta no plano da cultura e da ideologia, fornecendo um espaço para a subjetividade na construção e reprodução dos lugares e significados socialmente identificados com o masculino e feminino (SAFFIOTI, 1992, p. 69).

De acordo com Saffioti (1992), o sexo transforma os sujeitos em mulheres e homens – no entanto, são as relações de gênero que configuram o tornar-se homem e o tornar-se mulher, pois a sexualidade isolada não forma nem constitui os indivíduos. Os sujeitos e suas identidades de gênero perpassam processos sociais complexos, não podendo considerá-los como processos naturalizados, sendo o sexo socialmente moldado. Como define a autora,

[...] a origem do gênero não é temporalmente discreta precisamente porque o gênero não é subitamente originado num certo momento no tempo, depois do qual ele adquire uma forma fixa. [...] não se pode traçar o gênero até uma origem definível, porque ele é próprio é uma atividade criadora ocorrendo incessantemente [...] o gênero é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se em e através destas normas, um estilo de viver o corpo no mundo. [...] o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. O corpo de uma mulher é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo, é insuficiente para defini-la como mulher. Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale dizer [...] que o gênero se constrói - expressa através das relações sociais (SAFFIOTI, 1992, p. 189).

As relações de gênero são dialéticas, refletindo contradições e concepções diferenciadas de gênero internalizadas por diferentes atores sociais de ambos os sexos. Diante dessa premissa, compreende-se que o machismo não é um atributo masculino, perpassando, assim, toda a sociedade.

As relações de gênero constroem e estruturam funções do que é ser homem e do que é ser mulher em uma mesma sociedade. Historicamente, esses lugares diferenciados constituíram e fomentaram relações desiguais, quando se depositou valor numa suposta superioridade masculina e numa suposta inferioridade feminina, sobressaindo a violência contra a mulher, categoria problematizada no tópico a seguir.

4.2 Violência contra a mulher como expressão das desigualdades de gênero e objeto de intervenção do/a assistente social

Ao compreender a conceituação das relações de gênero e como se configuram em nossa sociedade, depararemos-nos com o fenômeno da desigualdade de gênero. Essa desigualdade se expressa de inúmeras formas, como no caso do acesso e permanência no mercado de trabalho, que ainda encontra-se em condições desfavoráveis para as mulheres, como demonstrou a pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicada em 8 de março de 2012, com o título *Mulher e mercado de trabalho*, ao afirmar que o salário das mulheres permanece 28% inferior ao dos homens nos últimos três anos.

Uma das faces mais cruéis dessa desigualdade é a violência contra a mulher, fenômeno social que ecoa historicamente em nossa sociedade e ainda apresenta números alarmantes. Conforme o Mapa da Violência 2012⁴², entre os anos 1980 e 2010 passou de 1.353 homicídios contra a mulher (femicídio) para 4.297 casos, o que representa um aumento de 217,6% – mais que triplicado – nos quantitativos de mulheres vítimas de assassinato; e, nos 68,8% dos atendimentos a mulheres vítimas de violência, a agressão aconteceu na residência da vítima.

Ainda de acordo com a pesquisa, entre os anos de 2000 e 2010 cerca de 43,5 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, a maioria na faixa etária entre 15 e 29 anos. O mapa também demonstrou que nosso país ocupa o 7º lugar no ranking de homicídios de mulheres.

⁴² O Mapa da Violência no Brasil usa como fonte básica para a análise o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde, que, pela Lei nº 6.015, de 31/12/1973 (conforme as modificações a partir da Lei nº 6.216, de 30/06/1975), nenhum sepultamento pode ser feito sem a certidão de registro de óbito correspondente.

No caso dos estados brasileiros, o Ceará está na 21ª posição, e Fortaleza é a 10ª capital com maiores números de assassinatos de mulheres.

Sobre as armas usadas nos crimes, o mapa mostra que a arma de fogo é o principal instrumento utilizado tanto nos homicídios masculinos como nos femininos. Outros objetos, como arma branca, que corta e penetra, além da sufocação, são mais usados quando se trata da violência contra a mulher.

Esse dado sobre as armas me remeteu à pesquisa de campo na Delegacia da Mulher de Fortaleza (DDM). No contato que mantive com as mulheres que aguardavam atendimento na recepção, escutei vários relatos sobre as situações de violência. Contudo, uma informação proferida por uma das mulheres chamou minha atenção, ao afirmar: “ele puxava muito meu cabelo e dizia que era bom porque não deixava marcas”. Outras contavam o quanto apanhavam no rosto, como foram humilhadas, tiveram partes do corpo perfurado ou machucado com objetos cortantes, enfim, estratégias de violência usadas que condiz com os achados do Mapa da Violência de 2012. Essas situações explicitam como as particularidades da violência contra a mulher são permeadas pela desigualdade de gênero expressas nos recursos que os autores de violência usam para cometer atos criminosos. Não basta atirar com uma arma de fogo, há necessidade de humilhar, maltratar, bater, agredir, surrar – como disse uma mulher grávida de sete meses na delegacia, “desde o começo da gravidez ele me bate e tenta me enforçar”. Os mecanismos mostram as relações de poder e reproduzem as hierarquias de gênero.

A violência contra a mulher é determinada por aspectos sociais e culturais que definem e legitimam lugares, direitos, deveres e papéis diferenciados para mulheres e homens, embasando a desigualdade de gênero presente historicamente na sociedade. Desse modo, a discussão antecedente sobre as relações de gênero subsidiam e fundamentam o entendimento dos motivos que determinam a violência contra a mulher, ou seja, por que os homens se sentem autorizados a cometerem tal prática.

Os referidos dados nos ajudam a iniciar a discussão sobre violência contra a mulher, que deve ser pautada e conceituada nas suas várias expressões. A violência pode se manifestar nas modalidades:

[...] violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra [...] violência familiar que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguineidade. Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais freqüente o primeiro caso. A violência intrafamiliar extrapola os limites do

domicílio. Um avô, cujo domicílio é separado do de seu neto, pode cometer violência [...]. A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar, podendo também atingir pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor como é o caso de agregados e empregadas (os) domésticas (os) [...] A violência doméstica tem lugar, predominantemente no interior do domicílio. Nada impede que o homem, contudo, de esperar sua companheira à porta de seu trabalho e surrala [...] (SAFFIOTI, 1999, p. 83).

Nessa pesquisa, opto por aprofundar as distinções entre violência de gênero e violência doméstica, que, embora sejam termos que se atrelam, são conceituados diferentemente, possuem formas diversas de intervenção e atuação em relação ao enfrentamento.

A violência doméstica diz respeito às mulheres que sofrem algum tipo de violência, seja psicológica, física ou sexual, por parte de algum parente, companheiro ou pessoa próxima, independente dos laços consanguíneos e da convivência no espaço doméstico (SAFFIOTI, 2004).

O termo violência de gênero abrange violência doméstica e intrafamiliar, referindo-se normalmente às agressões direcionadas às mulheres, estando imbricada pela concepção de superioridade masculina, sendo esta reafirmada pela cultura sexista presente nas sociedades, a qual legitima que as características de força, virilidade e potência pertencem aos homens, corroborando para a manifestação da violência.

A violência de gênero não ocorre apenas no âmbito privado, onde acontece a maioria dos casos de violência doméstica, mas manifesta-se em todos os lugares, sejam públicos ou privados, expressando-se na forma de agressão física, moral, psicológica, sexual ou simbólica (SAFFIOTI, 2004)⁴³.

Vale ressaltar que a referida expressão da violência perpassa não apenas as relações conjugais, revelando-se nas diversas relações sociais, estando atrelada às discussões atinentes às relações de gênero que sinalizam a existência de valores machistas, preconceitos sociais, discriminação, competições profissionais, relação de poder, submissão feminina, aos papéis impostos às mulheres e aos homens, entre outros (TELES; MELO, 2002).

Nessa perspectiva, é necessário sinalizar também os processos de socialização masculinas e femininas que constroem os significados do que é ser homem e do que é ser

⁴³ Ressalto que, apesar dessa diferenciação de conceitos retomados de Saffioti (2004), a pesquisa se detém a analisar a violência contra a mulher. Opto por trazer essa diferenciação entre violência doméstica, de gênero e intrafamiliar para esclarecimento ao/à leitor/a. Contudo, por compreender que gênero nem sempre explicita o sujeito da opressão – discussão que realizei no tópico deste trabalho destinado à análise das relações de gênero e das relações sociais de sexo –, a pesquisa trata da violência contra a mulher.

mulher, influenciando nas suas atitudes como sujeitos sociais.

[...] Em geral, os homens são preparados, desde cedo, para responder a expectativas sociais, de modo proativo, experimentando e não evitando riscos e agressividades. As noções de virilidade masculina se desenvolvem nas brincadeiras infantis, segmentados por idade e sexo, nas ruas, escolas, famílias, associações, enfim no cotidiano das convivências (OSTERNE, 2008, p. 67).

Conforme Hirigoyen (2006), na origem da violência contra a mulher encontram-se concomitantemente fatores sociais e psicológicos, ao entender que o perfil psicológico de um sujeito é construído pela educação e pelo ambiente social no qual esteve e/ou está inserido.

A violência física e a violência psicológica estão interligadas, pois nenhum homem começa a espancar sua companheira sem iniciar a violência no âmbito psicológico com ofensas e difamações, com exceção, como defende a autora, dos casos de crise de loucura momentânea.

A violência psicológica não é momentânea, mas se delinea na maneira que um cônjuge se relaciona com o outro, considerando este como seu objeto privativo. Dessa forma, alguns homens controlam e submetem emocionalmente as companheiras.

Essas considerações da autora remetem a pesquisa realizada por Costa (2011) junto aos homens presos por violência contra mulher, cumprindo pena na Casa de Privação Provisória de Liberdade (CPPL III) em Itaitinga/ Ceará. Os entrevistados da pesquisa foram indagados com relação ao entendimento que tinham sobre violência contra a mulher. As respostas variavam entre colocar como principal desencadeador da violência o uso de bebida e/ou de drogas e definir a violência como apenas agressão, como denota os depoimentos a seguir:

Ela me perturbando direto, aí tomei uma bebidas... Eu enchi o rabo de cachaça, mas num bati, não, dei só uma mãozada aqui (referia-se às costas). [...] meus vizim tudo me chamando de corno, aí eu num gostei não, era o jeito tomar cachaçazinha, aí mais tarde parei o serviço, fui lá (referindo-se à casa) e dei umas mãozadas nela (ANU- primário).

Uma discussão. Eu tava bebendo, tanto bebe eu como bebe ela, né? Complicou, né? Como é que se entende com os dois bebendo. Uma discussão que eu taquei o cabo de vassoura nela, aí feriu no braço dela (UIRAPURU- reincidente).

A conceituação da violência realizada pelos entrevistados, na maioria das vezes, fazia

referência ao fato que ocasionou a prisão, atrelando o conceito ao crime que cometeu, e não mencionando um possível histórico da violência. Nos casos de lesão corporal, declaravam não considerarem violência, e os que afirmavam ter “apenas” ameaçado e agredido com palavras ofensivas também não consideravam o ato como violência.

Hirigoyen (2006) ressalta que os homens que cometem violência contra as mulheres a fazem frequentemente no âmbito privado, pois primam por sua boa imagem publicamente – e, quando são acusados de violentos, justificam suas atitudes culpabilizando as companheiras. A autora constata que o objetivo das práticas violentas é a manipulação da mulher, almejando atingir sua autoestima. Comprova essa afirmativa em um estudo realizado na cidade de Quebec, no Canadá:

[...] os homens agredem mais a mulher em seu papel de mãe, em sua capacidade como dona-de-casa e em suas qualidades como amante, correspondente aos estereótipos social da mulher. Os ataques das mulheres atingem, com a mesma lógica, os estereótipos masculinos, o papel social do homem (HIRIGOYEN, 2006, p. 37).

Isso foi corroborado também na pesquisa de Costa (2011), quando questionou aos homens entrevistados sobre a motivação do ato violento. As justificativas variaram entre ciúmes, a não realização das tarefas domésticas e também o uso de álcool e/ou outras drogas. É importante ressaltar que esses fatores são potencializadores, e não determinações, pois muitas mulheres deslocam a responsabilidade do autor da violência para o uso de álcool de outras drogas.

A violência segue um roteiro, repetindo-se e reforçando-se com o passar do tempo. Inicia com o controle sistemático, passando para o assédio, as humilhações e a abjeção, culminando, por vezes, nas agressões físicas. Estas, como retrata Hirigoyen (2006), na maioria das vezes, só ocorrem quando a mulher resiste à violência psicológica, pois o homem sente que não conseguiu controlar a companheira. Atinente à violência física, a autora evidencia as seguintes características:

A violência física inclui uma ampla gama de sevícias, que podem ir de um simples empurrão ao homicídio: beliscões, tapas, socos, pontapés, tentativas de estrangulamento, mordidas, queimaduras, braços torcidos, agressões com arma branca ou com arma de fogo. O seqüestro não deve ser excluído [...]. Bater no ventre com a mão espalmada, puxar os cabelos, empurrar, torcer os braços [...] (2006, p.45).

Essa análise feita por Hirigoyen (2006) foi reafirmada durante a pesquisa realizada

com os homens na penitenciária citada, pois estes reduzem a violência ao fato que ocasionou a prisão, não consideram que a violência perpassa um histórico, que para chegarem ao ato cometido outras situações condicionaram suas atitudes violentas.

Isso também foi afirmado na pesquisa de campo realizada por Costa (2011) no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Fortaleza, em que as profissionais que coordenavam tanto o grupo de homens como o grupo de mulheres identificavam que as mulheres apresentam o histórico da violência, enquanto os homens a resume a um fato. Isso pode ser explicitado e analisado pelas respostas dadas à questão sobre o relacionamento cotidiano que detinha com a companheira. Eles não relataram que a relação era permeada por violência, limitaram-se a dizer que existiam alguns momentos de discussão, mas nada grave, citando o momento de maior violência o fato que lhe acometeram a prisão.

Aprofundando-se na discussão referente aos homens que cometem violência contra a mulher, Hirigoyen (2006) desmitifica, primeiramente, a premissa de que os que cometem esse tipo de violência sofrem de algum problema neurológico, procurando uma localização cerebral para justificar as posturas violentas.

Outra justificativa utilizada para compreender os determinantes que acarretam a violência contra as mulheres abaliza-se no fato de os homens violentos terem vivenciado durante a infância momentos traumáticos, desde violência psicológica até sexual.

A autora contrapõe, todavia, tal argumentação asseverando que não se pode explicar esse tipo de violência fundamentado-se apenas nessas justificativas, uma vez que nem todos os homens que cometem violência sofreram traumas na infância. Quando isso é verdadeiro, não se nega reconhecer as marcas deixadas por uma infância violenta, porém não se pode isentá-los das responsabilidades de seus atos e crimes. Tampouco se pode deixar de analisar as motivações de gênero na prática dessa violência.

Outro argumento utilizado diz respeito ao uso de álcool e outras drogas como o causador único e central da violência. A utilização dessas substâncias foi ressaltada pelos homens entrevistados na pesquisa de Costa (2011) como o maior causador, por vezes retirando deles a responsabilização por seus atos. Todos os entrevistados faziam uso dessas substâncias, porém não se pode considerar que todos que cometem violência são usuários.

Indagados se essas substâncias prejudicam a convivência familiar, sem fazer referência à família dos entrevistados, afirmaram que sim, mesmo sinalizando algumas ressalvas. Contraditoriamente, ao serem questionados se o uso de álcool e outras drogas atrapalharam seu cotidiano familiar, alguns, mesmo respondendo afirmativamente à pergunta anterior, quando salientada a sua condição respondiam que não, pois só usavam em momentos de lazer

e diversão.

O uso dessas substâncias por homens autores de violência contra a mulher não pode ser concebido como o eixo central causador da violência. Até podem liberar os impulsos violentos e potencializar as ações, mas possuem um papel coadjuvante na expressão da violência contra a mulher (FURTADO, 2010).

Como bem sinaliza Furtado (2010), algumas instituições encaminham os homens para Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD), Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA) para tratarem do problema. Isso ocorre no município de Fortaleza através do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Os homens são encaminhados, tendo as frequências mensalmente enviadas por essas instituições ao Juizado.

Ressalto que os encaminhamentos realizados pelo Juizado são importantes, pois visam a colaborar com o enfrentamento à violência, ofertando aos homens uma alternativa para a solução de seus problemas com álcool e outras drogas. A existência da frequência, conforme informações colhidas, não possui finalidade punitiva, mas serve para acompanhar os sujeitos e obterem retorno das ações realizadas pelo AA, NA e Caps AD.

No entanto, é necessário atentar para que a manifestação da violência não tenha como causa única o uso dessas substâncias e seu enfrentamento seja aferido aos simples encaminhamentos institucionais, pois

[...] o entendimento da violência contra as mulheres como fenômeno que integra a própria organização social de gênero vigente na sociedade brasileira, ou seja, numa ampla perspectiva, uma vez que espelha as relações de poder, estabelecidas entre homens e mulheres, em articulação com dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais, institucionais, normativas, simbólicas e subjetivas da sociedade, que se quer defender nesta reflexão (OSTERNE, 2008, p. 74).

Nessa discussão é também necessário esclarecer que a violência não possui sexo, pois tanto homens como mulheres sabem ser violentos/as e, quando podem, fazem uso dos instrumentos que lhe dão poder. Quando as mulheres são as que praticam a violência, tem-se que analisar que os papéis conservadores ainda perduram e legitimam a dominação de um sexo sobre o outro; nesse caso, a mulher passa a dominar e o homem a ser o dominado (HIRIGOYEN, 2006).

Mesmo com a existência de casos em que as mulheres são as que praticam a violência contra o cônjuge, não se pode comparar estatisticamente quando as vítimas são mulheres, pois

[...] Em 98% dos casos de violência, o autor é um homem. Sem negar a violência física ou psicológica de que podem ser vítimas certos homens, é preciso pôr em perspectiva os dados para compreender a desigualdade da divisão da violência no casal. [...] Eles podem, sem dúvida, ser maltratados pela mulher, mas estão submetidos a perder a identidade, pois, externamente continuam a ser valorizados como homens (2006, p. 116).

O fato de existirem mulheres que praticam violência não significa que estas deixaram de ser as principais vítimas. Isso é explicado, por exemplo, pelos órgãos especializados de enfrentamento à violência contra a mulher que divulgam estatisticamente os casos de violência doméstica, contribuindo para que a sociedade perceba que violência contra a mulher necessita de ações preventivas e interventivas.

Esse quadro da violência em Fortaleza pode ser explicitado pelas estatísticas da DDM (Anexo 1). Em 2006, a instituição registrou 8.452 boletins de ocorrências e 76 prisões de autores da violência. Já no ano de 2012, sobe para 11.074 boletins e para 1.392 o número de prisões. No ano de 2012, o crime mais denunciado foi ameaça, com 5.220 casos, tendo como segundo lugar a lesão corporal dolosa, somando 2.158 notificações. Ainda nesse período, consta que 29 mulheres foram encaminhadas para abrigo e 3.957 medidas protetivas de urgência foram deferidas.

Esse panorama foi visualizado na pesquisa de campo, principalmente na delegacia e no Juizado, como explicitado no primeiro capítulo, onde tive acesso a alguns fatos e histórias que materializam esses dados estatísticos e desnudam o fenômeno da violência contra a mulher. O tópico a seguir destina-se a descrever e analisar esses achados de pesquisa.

4.3 Desvelando a violência contra a mulher para além dos livros: o mergulho na realidade por meio da pesquisa de campo

Na pesquisa de campo que realizei na delegacia, eu me deparei com a violência explícita. Como é a primeira instituição que a mulher deve procurar para acessar aos seus direitos jurídicos, vi a violência nua e crua, com mulheres machucadas, lesionadas fisicamente e psicologicamente. Desde o primeiro dia de pesquisa, percebi que a recepção era o melhor lugar para entender aquela dinâmica institucional.

Na recepção escutei lamentos, queixas e várias histórias de vida. Para tanto, buscava sempre chegar às 8 horas da manhã para aguardar até as 9 horas, horário que a assistente

social iniciava seu trabalho. Durante esse espaço de tempo, consegui observar situações que jamais poderia entender em todos os livros que já li sobre violência e relações de gênero.

Verifiquei como as mulheres têm necessidade de falar sobre seus casos e suas vivências, tanto que inúmeras vezes as que sentavam ao meu lado sempre puxavam conversa e questionavam: “ele fez o que com você?”, “foi lesão, o seu?” ou “vem para a audiência com a assistente social ou com a Dra. Rena”? Nessas ocasiões, sempre tratava de explicar que estava ali fazendo uma pesquisa. Algumas se interessavam e questionavam do que se tratava e, na maioria das vezes, entrelaçam seus questionamentos com suas histórias de vida e violência. Outras preferiam partilhar seus dramas com as mulheres que vivenciaram as mesmas situações.

A recepção da delegacia nos dias que realizei pesquisa estava sempre lotada: cheguei a contar 30 mulheres. De acordo com a delegada titular, por dia registram cerca de 50 boletins. Conforme estatísticas fornecidas pela delegacia, em 2012 registraram 11.074 boletins de ocorrência (Anexo 1).

Nos dias em que realizei a pesquisa, pude registrar, no diário de campo, vários casos, e por intermédio dos diálogos e relatos compreender melhor aquela instituição e principalmente o atendimento prestado por ela. Alguns casos chamaram mais atenção e vale a pena mencionar para que se compreendam as principais demandas e o tipo de violência que chegam à DDM de Fortaleza.

Presenciei mulheres que chegavam machucadas no rosto, nos braços, situações que me espantavam a todo o momento. Um dos casos que chamou minha atenção foi de uma mulher que aguardava a audiência com a assistente social⁴⁴. A todas que se sentavam próximo, ela

⁴⁴ Essas audiências ocorrem quando as mulheres não querem prosseguir com o processo, realizar o inquérito policial e entrar com o pedido de medida protetiva, por desejarem apenas que seu conflito seja mediado. O objetivo dessas audiências é a mediação de conflito e são realizadas pela delegada, uma inspetora de polícia e a assistente social. Os casos mais graves são conduzidos pela delegada. De acordo com a delegada, “esse atendimento é feito com boletim de ocorrência, esse primeiro atendimento; depois, no próprio boletim de ocorrência são marcadas audiências. Essas audiências não são audiências de conciliação, são audiências geralmente de mediações de conflitos, quando o crime é de ação pública condicionada representação, ou seja, depende de a mulher fazer o procedimento ou não, como: ameaça, difamação, injúria, que são crimes muito frequentes na DDM, porque, se for lesão corporal, aí não depende dela, nós já instauramos o inquérito policial pra responsabilização do agressor. Às vezes ele ainda passa pela audiência, mas por quê? Porque o laudo demora a chegar do IML, demora uns 30 dias pra gente instaurar o inquérito, mas só que a gente precisa de uma providência imediata pro agressor ter conhecimento de que já tá sendo tomada providência, e nesse caso a gente já manda chamar ele pra cientificar ele de que ele tá sendo investigado, geralmente propor a possibilidade de ele sair de casa. Quando já tem a medida protetiva, que no ato do boletim de ocorrência já é realizada a medida protetiva, ele já sai logo de casa, então são providências emergenciais. Nas audiências intimido, só que na verdade a gente acredita que funciona no primeiro momento, mas aí depois, se a mulher não fizer o procedimento, ele pode dizer: ‘Ah, ela foi e num fez nada, agora eu vou fazer pior’. Isso pode acontecer. Se ela não continua o inquérito, se ela deixa arquivar, às vezes gente tem um monte de vítima aqui que tem 20 boletins de ocorrência, ela chega e faz 20 B.O., mas ela não toma a atitude de fazer o inquérito contra o agressor, ela não toma a atitude de fazer a medida contra o agressor, aí a violência fica mais grave” (Delegada). No caso do

contava sua história de violência, queria desabafar e mostrar que estava denunciando, sempre mencionava que estava ali para denunciar e nunca mais permitir violência de nenhum homem.

No momento em que estive na recepção, não compreendi muito sua história, pois a sala estava lotada e as mulheres conversando bastante, o que me impossibilitava de entender o fato. Porém, quando a recepcionista pediu para que eu subisse ao segundo andar da delegacia e aguardasse a assistente social que iria me receber, deparei-me com outra sala, onde as mulheres aguardavam as audiências.

Em seguida, a referida senhora se dirigiu a esse andar, sentou-se ao meu lado e prontamente me perguntou se eu estava esperando audiência e o que meu companheiro tinha feito comigo. Expliquei que estava realizando uma pesquisa sobre a atuação do serviço social na rede que atende as mulheres em situação de violência. Imediatamente ela disse que a assistente social “era muito boa e que assustava os homens nas audiências”. Mencionou ainda que a delegacia era laboratório para se entender a violência contra a mulher, um espaço onde eu iria vivenciar os casos de violência para além dos livros e estatísticas a que estava tendo acesso. Em seguida, contou seu caso.

Fui quase estuprada pelo meu namorado, esse sutiã aqui é a prova do que ele fez comigo. Estou arrasada, envergonhada e humilhada. Eu namorava com ele já há alguns meses e ele foi se mostrando violento, possessivo e agressivo. Queria mandar em mim, foi quando as agressões começaram, deixei de trabalhar, tranquei a faculdade, ele acabou com minha vida. Mas ele passou dos limites e resolvi denunciar. Eu fui até a casa dele para conversar, aí ele me trancou e começou a me bater e dizer que ia me estuprar. Eu gritava muito e pedia que não, pois estava menstruada. Mas ele rasgou minha roupa, sutiã, blusa e calcinha. Gritei tanto que um vizinho chamou minha família, que me tirou de lá. Eu saí de lá só de short, me sinto humilhada, envergonhada, nunca pensei que iria acontecer isso comigo. As marcas já passaram, mas aquela cena não sai da minha cabeça, eu não tenho nem cara para sair de casa, parece que foi eu que cometi o crime. Sabe o que ele me disse? “Olhe, pode me denunciar que eu já tenho as testemunhas que

serviço social, essas demandas, especificamente os casos de ameaça, violência patrimonial e algumas situações de lesão corporal, chegam e são atendidas nas audiências, que, conforme a assistente social, obedece o mesmo formato das que são realizadas pela delegada e pela inspetora de polícia. Acontecem basicamente da seguinte maneira: primeiramente convoca a mulher, solicita seus dados, como escolarização, profissão, telefone, caso estivesse acompanhada do advogado pedia o cartão e o número do telefone do profissional e anotava todas as informações no B.O.; em seguida, lia a denúncia contida no B.O.; questionava a vítima como ocorreu o caso e o que deseja fazer com a denúncia; esclarecia sobre a medida protetiva e o processo. Em seguida, chamava em sua sala o acusado ou acusada, uma vez que as mulheres lésbicas são atendidas pela delegacia, e seguia este roteiro: solicitava a documentação e a notificação; os dados, profissão, escolaridade; se estiver com advogado, o cartão e o telefone, registrando todas as informações no B.O. Prosseguia a audiência lendo a denúncia contida no B.O. em voz alta para as duas partes escutarem; se voltava para o/a acusado/a e explicava as consequências que sua postura iria trazer, ou seja, antecedentes criminais ou mesmo a prisão; orientava a mulher na presença do/a acusado/a, afirmando que pode denunciar e procurar a delegacia caso ele continue com as ameaças e a violência; em seguida, questionava se o/a acusado/a tinha alguma dúvida, o/a liberava e por fim permanecia com a mulher na sala esclarecendo suas dúvidas sobre o caso.

vão lá dizer que você caiu da escada”. Descobri que ele batia na ex-companheira, que tinha até quebrado seu nariz, porém ela não denunciou. Ele sempre puxava meus cabelos e mordida minhas orelhas, pois dizia que assim não deixava provas. Os homens vão logo nos cabelos das mulher para não deixar a lesão (RENATA GOMES, Diário de Campo, 12 mar. 2013).

Outro caso que chamou minha atenção foi de uma audiência realizada pela delegada. Entrei em sua sala para colher algumas informações e a delegada convidou-me para assistir a audiência do caso que estava acompanhando, explicou minha presença à denunciante, que autorizou minha permanência na sala. Durante a audiência, a mulher contou que seu companheiro a obrigava a realizar relações sexuais sem seu consentimento, além de impedir que trabalhasse. Verbalizou que em uma ocasião a obrigou junto com as filhas a comerem “lavagem para porcos”. Disse ainda que já havia chamado a polícia várias vezes, mas ele não era conduzido à delegacia, e em uma das situações a humilhou publicamente, colocando-a para fora de casa apenas de camisola. Na ocasião, molhou-a com água de uma mangueira, depois a puxou para dentro e colocou a mangueira em sua boca, quase a afogando. Contou ainda que

Consegui que ele saísse de casa, mas sempre ele ia lá me procurar e me obrigava a ter relações sexuais com ele. Quando eu dizia que não era mais a mulher dele, ele respondia: “Você é minha mulher, sim”. Ele já fez sexo comigo várias vezes. Ele foi preso, porque um dia eu tava no trabalho quando minha filha ligou dizendo que ele tava lá em casa ameaçando ela e as outras, aí saí do trabalho desesperada e vim direito para a delegacia fazer o B.O. Quando eu tava fazendo, ele ligou, a policial mandou eu colocar no viva-voz, e todo mundo escutou ele me ameaçando de morte. Aí pelo flagrante a policial foi lá prendê-lo. Eu tô aqui, doutora, com medo de ele ser solto logo e me matar. Já é meu terceiro marido que me maltrata, esse problema que tenho no braço foi de um tiro que um dos meus ex-maridos me deu. Já sofri muita violência e não quero mais, tô com medo, doutora (RENATA GOMES, Diário de Campo, 26 mar. 2013).

Em todos os casos de que tive conhecimento, desde os relatos das mulheres até as audiências que acompanhei a assistente social realizar, observei a crueldade de muitas situações. Diante de tantos casos de violência, recordei a afirmação de Saffioti (2004) sobre a possibilidade de existirem casais que mantenham uma relação igualitária, sem hierarquias, porém isso se torna bastante raro, pois uma convivência democrática entre mulheres e homens vai de encontro com o contexto social em que se vive.

[...] o quão difícil é nadar contra a corrente. Isto é, caminha-se na direção oposta à de todas as instituições sociais, correndo-se sempre o risco de

interpretações equivocadas perturbarem o desenvolvimento considerado normal das crianças e dos adolescentes. [...] A rigor não se pode, de nenhuma forma, educar a geração imatura fora do esquema de gênero. O que pode fazer é educar os mais jovens segundo uma matriz alternativa de gênero (2004, p. 123).

Além disso, a autora contesta as posições que defendem a vitimização das mulheres por considerar que, estando numa posição vitimizada, não teria, dessa forma, possibilidade de ressignificarem as relações de violência. Essa conceituação legitimaria uma visão essencialista em que gênero seria um destino, sendo tal conceito rígido, sem possibilidade de modificações no decorrer da vida dos indivíduos. Na concepção da autora, gênero é tido como categoria histórica, e não um "destino inexorável" (SAFFIOTI, 2001, p. 125).

[...] É lógico que o gênero traz em si um destino. Todavia, cada ser humano-homem ou mulher- desfruta de certa liberdade para escolher a trajetória a descrever. O gênero, assim, apresenta sim um caráter determinante, mas deixando sempre espaço para o imponderável, um grau variável de liberdade de opção, determinada margem de manobra. [...] não equivale afirmar que a mulher é responsável pela ordem patriarcal de gênero e por seus resultados, dentre os quais se situa a violência. [...] as mulheres têm oferecido muita resistência ao domínio masculino desde sua implementação, há cerca de 7000-6500 anos, ou, em outro sistema de datação, há 5100-2500 anos.

Se as mulheres sempre se opuseram à ordem patriarcal de gênero; se o caráter primordial do gênero molda subjetividades; se o gênero se situa aquém da consciência; se as mulheres desfrutam de parcelas irrisórias de poder face às detidas pelos homens; se as mulheres são portadoras de uma consciência de dominadas, torna-se difícil, se não impossível, pensá-las como cúmplices de seus agressores. No entanto, essa posição existe em algumas correntes do feminismo (SAFFIOTI, 2001).

Essa concepção em que a mulher seria cúmplice, passiva ou até mesma culpada da situação de violência distorce os reais condicionantes que permeiam a violência contra a mulher, não se conseguindo realizar uma leitura da totalidade social que condiciona a manifestação da violência. Por vezes, encontramos no senso comum ideias que reforçam as premissas de que mulheres com boas condições financeiras e educacionais que sofrem violência gostam, fazem um julgamento moral da circunstância, até “entendem” a situação das mulheres pobres que sofrem violência, mas, por serem sustentadas pelo companheiro, acabam permanecendo na relação mediante a necessidade do sustento. Essas máximas atrelam o fenômeno apenas à dimensão financeira, desconsiderando outras questões, como as construções sociais e culturais fundamentadas em padrões machistas e sexistas.

No decorrer da pesquisa de campo, descobri que uma das assistentes sociais tinha sofrido violência do ex-companheiro. Ela verbalizou o caso e autorizou a publicação neste trabalho. Sua fala contribui com essa reflexão de as mulheres serem cúmplices, culpadas, do enfoque na questão financeira, trazendo outros elementos que devem compor a análise da violência contra a mulher.

Eu queria até fazer um desabafo, se eu puder falar. Eu tava passando por uma situação de violência doméstica quando eu cheguei aqui, foi um namorado que eu tive, ele não é nem brasileiro, é estrangeiro. Eu adoeci, tava com psiquiatra, tô tomando até medicação, foram nove meses de relação e cinco de casamento, e aí eu fui chamada pra vir pra cá. Quando eu vim pra cá, foi um conflito, eu estar aqui e a pessoa aqui do outro lado, eu ficava chorando, eu discutia com ele e me sentia mal, quem sou eu, cara, pra estar falando alguma coisa? E assim, foi um processo de fortalecimento pra mim de dar um não, eu não quero mais, me divorciei, tá com um mês que eu não tô com ele. [*pergunto se posso contar sua história na minha pesquisa*] Pode, e assim, eu tava até falando com a minha mãe e com as pessoas que sabem, eu faço questão de falar, porque assim, eu não sou feminista, nunca tive leitura de gênero, eu tô me aproximando agora, então eu acho que é deficiente o meu entendimento, só que hoje eu me identifico com isso, não vou militar, mas... Não sei se é correta a terminologia, mas politicamente eu me identifico com isso, e eu quero, sim, que quando eu estiver bem pra poder falar, pra você eu tô falando e não choro, mas tem pessoas que mexem muito comigo em falar. Pras usuárias... Eu quero, sim, que elas saibam, eu aprendi com uma grande amiga do movimento LGBT e eu achava engraçado quando elas se apresentam ou os rapazes, eu sou fulano, sou advogado, sou militante do movimento feminista e lésbica. No momento me chocava muito com isso, porque é a identidade política dela, além da orientação sexual, então, a minha identidade política é essa, que eu quero que as pessoas também saibam, que eu cansei desse processo de violência, de que eu consegui romper com o ciclo e não foi um ciclo com meu ex-marido, foi historicamente, foi um processo que eu refleti em cima sabe, eu fui resgatar, família de alcoolista, os pais se agredindo com violência doméstica, ele foi vítima de violência dentro de casa, os namoros que eu tinha todos tinham violência, não era física, mas era violência. Então, assim, foi a gota d'água dentro de um copo que estava esbarrotado, foi o fim da linha. E chegar pra usuária e dizer, ela vai se ver, sabe, "olha, você consegue, porque se eu consegui você consegue". Só que eu ainda não tô preparada pra falar, ontem eu fiz dois atendimentos aqui, o primeiro eu fiquei... Porque assim, o meu corpo ele somatiza tudo da minha cabeça, eu comecei a sentir enjojo, vontade de vomitar, com o corpo dolorido, e aí veio outro atendimento. Por sinal até essa senhora, o marido dela é muito parecido com meu ex-marido, usuário de drogas, de alucinar, ela falando eu tava vendo aquilo. [...] hoje de manhã eu acordei supermal, não vim nem trabalhar (Assistente social 04).

Entender a mulher como cúmplice e até mesmo culpada da situação de violência é uma concepção presente também no senso comum, que foi identificada na pesquisa de campo junto aos homens entrevistados por Costa (2011) quando os indagava como aconteceu o fato

que culminou na prisão.

O curioso nesse momento era a utilização contínua das palavras no diminutivo, salientando que o fato não foi tão grave. Recorrentemente culpavam as companheiras por suas atitudes violentas. Além dessas questões, é importante destacar, nesse momento em que se analisa a violência contra mulher, a opinião dos entrevistados referente aos homens que cometem esse tipo de violência, já que muitos não se consideram autores de violência, haja vista quando relatam o ato cometido como algo sem tanto valor, criticando a existência da Lei Maria da Penha.

Alguns analisam as atitudes de outros homens como violentas, adjetivando-os como covardes, mas não se reconhecem como tal. Com mais veemência, existiam os que consideram a violência legítima quando se tem um motivo. Diante disso, como enfrentar a violência contra a mulher sem envolver toda a sociedade nessa discussão, e, principalmente, os sujeitos inseridos nas relações afetivas violentas?

As observações empíricas no período da pesquisa de campo para a dissertação na delegacia e no Juizado⁴⁵ proporcionaram a compreensão da dinâmica institucional, das demandas principais, do perfil das usuárias, enfim, um quadro geral desse lócus de intervenção do serviço social. No Juizado, a dinâmica encontrada foi diferente: enquanto na delegacia me deparei com um fluxo intenso de mulheres procurando atendimento, no Juizado encontrei um fluxo menor, salvo nos dias de quinta-feira, em que realizam as audiências dos réus presos. Verifiquei que no Juizado o fluxo é menor, pois o processo já está em andamento, enquanto na delegacia é o momento da denúncia, é o início do trâmite judicial. No Juizado, as partes comparecem para as audiências previamente agendadas pela juíza ou em busca de atendimento com o advogado e/ou defensor público. No caso do serviço social, procuram para esclarecer algumas dúvidas ou interromper o processo nos casos permitidos pela lei, como ameaça, que necessita de representação da vítima.

Na primeira conversa que tive com a assistente social do Juizado, abordei algumas questões da instituição e do trabalho desenvolvido, objetivando conhecer de maneira mais geral como se organiza o Juizado e a intervenção do serviço social. A profissional inicialmente informou que a equipe é multidisciplinar, como prevê a Lei Maria da Penha, e tem por objetivo assessorar a magistrada, principalmente nos casos que necessitam de um estudo para fundamentar seu despacho e decisão.

⁴⁵ Como explicado no capítulo 2, não foi possível realizar as observações nos atendimentos e na dinâmica das outras instituições que compõem a rede de atendimento à mulher em situação de violência de Fortaleza.

Então ela manda aqueles casos, a gente faz um estudo, e como é esse estudo: a gente ouve as partes, se for possível pessoas da família, dependendo do caso a gente faz visita domiciliar, e aí fecha um relatório com o parecer. Às vezes pode até ser um relatório informativo, se for uma coisa mais simples, às vezes não é um relatório de visita, com parecer, e aí a gente se posiciona (RENATA GOMES, Diário de Campo, 11 mar. 2013).

Para a profissional, essa é a maior demanda. Na data da pesquisa, contavam com 113 processos para realizar relatório e pareceres a serem apreciados pela juíza. Resumi que, pela quantidade de trabalho e o insuficiente número de profissionais, a sensação “é de não sair do canto”.

É um trabalho, porque a sensação que a gente tem é que a gente não sai do canto, porque nós só somos duas profissionais, a gente tem estagiárias, mas as estagiárias são supervisionadas. Profissionais mesmo só somos nós duas [*ela e a psicóloga*]. Uma fila enorme de processo. A juntada que a gente chama, retiramos cinco processos e entram mais dez. Então, essa fila não diminui. É a necessidade de outro juizado na cidade, é a realidade objetiva (RENATA GOMES, Diário de Campo, 11 mar. 2013).

Além desse trabalho, afirmou que atende uma demanda espontânea, composta pelas mulheres que necessitam saber sobre a medida protetiva ou para desistir do processo, que, segundo ela, é uma das mais altas demandas, tanto que passaram, serviço social e psicologia, a solicitar o preenchimento de uma ficha por parte da mulher, explicitando os motivos da desistência. Ao juntarem entre 12 a 15 mulheres, realizam o grupo, em conjunto com o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Francisca Clotilde, pertencente ao município de Fortaleza. O grupo acontece na sede do Juizado com o objetivo de esclarecerem sobre violência e a Lei Maria da Penha. Depois da realização do grupo, sugerem que reflitam alguns dias sobre a desistência e depois procurem o Juizado – porém, segundo a assistente social, a maioria desiste do processo⁴⁶. Em síntese, esse trabalho ocorre da seguinte maneira:

Aí, o que é que a gente faz quando ela quer desistir? A gente diz pra ela que ela vai estar sendo avisada, que tem um grupo em parceria com o Centro de Referência Francisca Clotilde [...]. Aí ela vem, a gente marca pra esse grupo, normalmente a gente reúne 12, no máximo 15 mulheres, tem as profissionais do centro, normalmente a advogada, que tá lá há quatro anos, é uma pessoa

⁴⁶ Participei de uma dessas reuniões e verifiquei como esse espaço possibilita um momento de reflexão e análise para as mulheres. Durante a reunião, muitas contaram suas histórias, algumas choravam, e a maioria aproveitava para esclarecer algumas dúvidas. Observei que muitas iriam desistir por falta de esclarecimento do caso, a maioria afirmava que não desejava abrir antecedentes criminais contra o companheiro, por serem bons pais. Algumas escolheram não desistir do processo, mas a maioria continuou com a opção em desistir. Esse grupo é uma estratégia de intervenção positiva e deve ser fortalecido.

maravilhosa, eu digo assim: “Ave Maria, [*nome da advogada*] eu admiro demais essa tua serenidade”, porque ela aborda coisas que não são muito genéricas, na esfera da cultura, da reflexão do que é passado de geração pra geração. A gente evita, tipo assim, apontar o dedo, tipo, não expor aquela mulher, porque ela já vem extremamente constrangida para um grupo desse, porque quem sofre violência, pelo amor de Deus. Primeiro que num é que queria viver na vida, segundo porque tá exposta, já denunciou, enfim. Aí a gente faz essa reflexão no grupo e pede: “vocês aguardem que a gente vai fazer uma nova ligação”, querendo saber se elas realmente vão manter a decisão de desistir ou não. É uma minoria da minoria que desiste de desistir, que volta atrás, a maioria realmente desiste. Aí os motivos são porque retomou o relacionamento e algumas porque não querem prejudicar, porque o cara num tá fazendo mais nada, mas a grande maioria é porque retoma o relacionamento (RENATA GOMES, Diário de Campo, 11 mar. 2013).

Indaguei em quais casos a mulher pode desistir do processo, e a profissional afirmou que não pode interromper o processo nos casos de lesão corporal, mas somente quando for ameaça, injúria, difamação. Nas ocorrências que envolvem lesão corporal, podem desistir da medida protetiva no caso de retomarem o relacionamento, mas o processo continua. Questionei como ocorrem as audiências de desistência, ela afirmou que acontece com um profissional do Tribunal designado pela juíza.

Asseverou ainda que realiza encaminhamento dos acusados para o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (Caps AD), Alcoólicos Anônimos (AA), Narcóticos Anônimos (NA) e o recém-criado Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência contra a Mulher. Além disso, desenvolve trabalho socioeducativo, principalmente nos Centros de Referência da Assistência Social de Fortaleza (Cras). Questionei se esse trabalho acontecia mediante palestra, ela respondeu que

Eu não gosto de chamar de palestra porque palestra é só você falando e todo mundo calado, eu gosto de oficina, mas oficina pra mim é quando os outros participam de alguma forma, quando você interage de alguma forma, então eu vou chamar de roda de conversa. Por exemplo, agora, quando a gente foi, a gente fez uma intervenção falando, com um vídeo, mas sempre assim, jogando pra saber o que é que elas acham (Assistente social do Juizado).

Perguntei sobre o grupo de mulheres do Juizado que, no período da realização da minha pesquisa de graduação junto ao grupo de homens, constatei a existência de um grupo de mulheres, e gostaria sobre a intervenção do serviço social nesse espaço. A profissional me respondeu:

[...] Esse grupo tá parado. Na verdade é assim, existem uns movimentos religiosos que vêm pra cá pra dentro do Juizado, e tem essa abertura porque

a gente deu e a Constituição prevê isso. Tem um grupo de mulheres que eu não me lembro do nome agora (Assistente social do Juizado).

Indaguei se os movimentos religiosos eram evangélicos, católicos ou de outra religião, e a assistente social afirmou que são evangélicos, que se reúnem às quintas-feiras com as mulheres que comparecem às audiências dos réus presos, ou seja, os homens que advêm do presídio. Asseverou que as evangélicas se reúnem com essas mulheres, realizam uma conversa e orações. Sobre a participação do serviço social nesse espaço, afirmou que,

[...] aproveitando que as mulheres estavam reunidas, depois que elas fazem essa parte de oração e espiritualidade, eu entrava e assim, bem caracterizada, como assistente social do Juizado, pra fazer uma reflexão sobre a violência, tentando ser genérica, falando da Lei Maria da Penha, falando do ciclo da violência, os tipos de violência [...]. Trazendo essa reflexão de que essa violência é quase como uma consequência dessa desigualdade. Essa desigualdade de gênero que existe, ela culmina na violência, claro que a violência não é só a violência doméstica, não é só a violência da Lei Maria da Penha, a violência na esfera simbólica. A gente tá vivendo aí com a violência toda hora, a gente fica até neurótica com isso, mas trazendo elas pra essa reflexão. [...] Depois que a gente começou com esse grupo que existia, a gente deu uma parada, porque já fica vinculado a essa questão desse pessoal que é religioso, porque eles primeiro tão reunidos com as mulheres, por mais que a gente faça a distinção, mas enfim, já tá nessa linha. Segundo, essas mulheres ficam meio que numa ansiedade, com ansiedade pra ver os caras, que os caras chegaram. [...] você tá no meio de uma fala, aí vai saindo mulher, é diferente desse grupo de reflexão que a gente faz no Francisca Clotilde, que é marcada uma data, é marcada uma hora, a gente entra numa sala, tranca a porta e tem hora pra começar e tem hora pra terminar. Daria pra fazer isso com outras mulheres daqui? Daria. O problema é sentar, tempo, por causa da demanda de trabalho que é demais, e garantir que essas mulheres venham, porque elas tão aqui nesse dia porque elas vêm pra audiência, agora assim: “vamo fazer uma reunião...”, aí num dá, porque fica uma coisa meio compulsória, uma intimação, repressão. É preciso ter intervenções mais qualificadas do ponto de vista de resultados mesmo, de atingir essa mulher. Eu acho que o trabalho de prevenção, que num é o trabalho do Juizado, que já é atender a quem já passou pela violência, mas o Juizado também tem um papel. Então, por enquanto a gente tá dando prioridade pra esse grupo (Assistente social do Juizado).

Disse ainda que não sabia informar bem como estava a organização do grupo conduzido pelas mulheres evangélicas, que sabia que uma das mulheres que coordenava o referido espaço faz serviço social em uma faculdade particular, e que nas vezes em que participou do grupo não percebeu um discurso de conformismo, pois sempre discutiam sobre a violência.

[...] quando aquelas mulheres querem retomar o relacionamento é porque

elas têm uma história de “celebrando a restauração” porque a igreja é muito forte nisso, a igreja evangélica, a igreja católica. Olha, eu conheço tanta mulher que já apanhou e diz: “não, mas a gente foi pra igreja e ele agora vai mudar, e a gente conversou com o pastor. Então, pra elas a instituição igreja é muito forte nesse sentido, elas se apegam com todo fervor porque quer restaurar aquele casamento. Quando você entra num relacionamento, você entra acreditando que vai dar certo, porque você escolheu aquela pessoa pra ser seu companheiro, e aí, quando você começa a ver que num era aquilo que você pensava, você vai fazer de tudo pra restaurar, aí a igreja, assim, é uma coisa que eu tenho refletido bastante, você falar de violência dentro da esfera afetiva é muito complicado, porque num é um assaltante no meio da rua que lhe pegou no meio da rua e lhe deu uma pancada (Assistente social do Juizado)

Mencionei que realizei pesquisa para a monografia com os homens que estavam no presídio, respondendo pela Lei Maria da Penha, e que participei no Juizado do grupo de homens, coordenado por uma psicóloga e tendo como participante um senhor do Alcoólicos Anônimos (AA), que acontecia antes das audiências e se organizava basicamente no esclarecimento sobre a Lei Maria da Penha e os tipos de violência contra a mulher. Assim, queria saber como estava o grupo e se o serviço social tinha algum tipo de intervenção.

A assistente social informou que o grupo era facilitado pela psicóloga, que saiu da instituição, e ficou apenas o senhor do AA, que comparece ao Juizado e conversa com eles. Justificou ainda que o quadro de policiais é insuficiente para conduzir os homens a uma sala para a realização do grupo. Afirmou ainda que não se sente à vontade em realizar esse trabalho junto aos homens, corroborando que

[...] eu particularmente não gosto, as meninas sabem que não quero fazer grupo com homens, é uma questão minha. Eu sei que, como profissional, se não tiver ninguém, eu vou ter que ir, mas eu não gosto, não é a minha praia. [...] sei que o ser humano tem a capacidade de resiliência, de transformação, a gente precisa acreditar, mas não é o que as estatísticas mostram, não é o que a realidade mostra. Eu num tô inventando nada, a cada 15 segundos, num sei se é 15 minutos ou cinco minutos, uma mulher é espancada (Assistente social do Juizado).

Em relação ao grupo conduzido por mulheres religiosas ressaltado pela assistente social, resolvi participar a fim de compreender esse espaço. O grupo é coordenado por duas mulheres do programa intitulado *Celebrando a restauração*. Porém, no dia em que participei, apenas um dessas mulheres compareceu para coordenar o momento.

Inicialmente divulgou, com as mulheres que estavam na recepção da instituição, a reunião que iria acontecer e as convidou para participarem. As que aceitaram foram conduzidas para uma sala próxima à recepção. No dia em que participei, das 15 que estavam

aguardando a audiência ou o atendimento com o advogado, apenas três se dispuseram a participar.

A senhora responsável pelo grupo iniciou ressaltando que são mulheres corajosas, que fazem parte de uma história pela capacidade que tiveram em denunciar. Uma das mulheres verbaliza: “tem uma hora que você cansa, né?”. Em seguida, outra começa a contar seu caso: “olhe, já sofri muito, ele ferveu água quente para jogar em cima de mim, já pegou um facão e cortou meu cabelo todo, levou todos os meus móveis e roupas, ameaçava meus filhos”. Nesse momento, percebi que a coordenadora do grupo⁴⁷ mal tinha iniciado a reunião e as mulheres já passaram a falar. Demonstravam a necessidade em verbalizar suas histórias e a luta por romper com a situação de violência, o que me fez perceber como essas mulheres necessitam de um espaço coletivo onde possam partilhar seus dramas e vivências. Em seguida, a senhora que conduz o grupo afirmou:

Eu já passei por isso, fui casada há dez anos, ele me agredia verbalmente e moralmente, falava que eu estava com outros homens. Um dia, pegou minha filha na escola e sumiu com ela, foi deixá-la na minha casa à noite, a criança de apenas sete anos chegou bêbada. Contou que ele a tinha levado para um bar e que, por estar com sede, pediu água ou refrigerante, mas ele disse que não tinha, então deu cerveja e minha filha chegou bêbada em casa (RENATA GOMES, Diário de Campo, 8 abr. 2013).

Continuou afirmando que a legitimação da Lei Maria da Penha só ocorreu mediante as denúncias de muitas mulheres que foram humilhadas nas delegacias comuns ao representar a queixa contra o companheiro. Então, eram também corajosas por estarem denunciando e buscando reconstruir a vida. Explicitou que existe o programa *Celebrando a restauração*, funcionando gratuitamente há nove anos e destinado às pessoas que lutam contra o alcoolismo, drogas e outros problemas emocionais, abrangendo também as mulheres em situação de violência. Ressaltou a importância desses grupos, pois existem pessoas na mesma situação e faz-se necessário apoio, pois não se consegue superar sozinhas essas questões.

Uma das participantes ressaltou que sentia a necessidade desse apoio, pois algumas pessoas a criticam, principalmente a família do ex-companheiro. Outra chorou bastante e afirmou:

esse apoio é fundamental, eu sofro muito por conta da minha filha de três anos que viu ele sendo preso, até um tempo atrás ela dizia: ‘papai foi preso, a polícia bateu’. Eu sempre dizia que não, que ele tinha ido para a casa da mãe

⁴⁷ Irei me direcionar à senhora que conduz o grupo para diferenciar das participantes.

dele, até que um dia ela começou a dizer que ele estava na casa da avó” (RENATA GOMES, Diário de Campo: 08/04/2013).

Depois desses relatos, a responsável pelo grupo afirmou a necessidade de não perderem a esperança, de não se entregarem, e verbaliza: “olhem, o programa e a Lei Maria da Penha vem ajudando bastante, mas tudo isso é humano, tem falhas, realmente quem nos ajuda é Deus, nos dá forças. Vocês acreditam em Deus?”. Todas responderam que sim e ela continuou: “ele é a justiça perfeita, ele nunca falha”. Em seguida, tirou da bolsa um saquinho em que dentro constava um papelzinho com um versículo bíblico e um coração (Anexo 2), e perguntava se queriam outros para entregarem a conhecidos. Uma das participantes disse que sua tia sofria violência física há mais de 20 anos. A coordenadora do grupo então falou para que levasse um saquinho com aquela palavra para a tia.

Outra participante afirmou que, se desde a primeira agressão tivesse denunciado, não tinha chegado àquela situação. A coordenadora seguiu afirmando que o ciclo da violência sempre recomeça e que os homens culpabilizam as companheiras pelas situações de violência, fazendo-as sentirem medo de denunciar e, em casos extremos, serem autoras de violência contra eles. Citou como exemplo uma mulher que, desesperada com as situações de violência e por considerar a não efetividade da Justiça, já que em breve sairia da prisão, assassinou o ex-companheiro.

Uma participante afirmou que já pensou várias vezes em matar seu ex-companheiro por saber que, quando ele for solto, tentará matá-la. “Hoje ele vai ser solto, como é que a gente fica? Eles ameaçam dizem que já sabem como é na cadeia e que quando voltar vão fazer pior, para ser preso por algo que valha a prisão”. Essa afirmação remonta o encontrado na pesquisa de campo da monografia junto aos homens presos, onde os reincidentes afirmaram que, se voltassem para a prisão, seria por homicídio, pois esse sim era crime, e não a lesão ou ameaça que cometeram contra a companheira.

A coordenadora retomou a reunião afirmando que o objetivo daquele grupo era divulgar o programa *Celebrando a restauração* e oferecer uma palavra de fé e esperança, pois, segundo ela, para Deus nada é impossível.

Gosto muito da história de Lázaro, Jesus o ressuscitou, morto depois de três dias. Porém, pediu às pessoas tanto para tirar a pedra como as faixas que cobriam o corpo de Lázaro. Se ele podia ressuscitar, claro que poderia tirar a pedra e as faixas, mas ele quis mostrar que estas funções os homens poderiam fazer, mas ressuscitar apenas ele poderia. Então vocês estão fazendo o que podem, mas mudar o coração deles é apenas Deus que consegue. O impossível sempre vai ficar para Deus (RENATA GOMES,

Diário de Campo, 8 abr. 2013).

Em seguida, leu o versículo, que entregou às participantes, e afirmou que as mulheres deveriam cultivar o amor, a doçura, a ternura e a meiguice em suas vidas, que não poderiam perder essas características por conta das decepções e que deveriam acreditar nas mudanças dos corações de seus companheiros, afirmando que

Às vezes a prisão faz as pessoas mudarem. Às vezes Deus permite eles irem para a cadeia para encontrarem a palavra de Deus, o *Celebrando a restauração* tem nas delegacias e nos presídios. Deus permite que eles passem por isso para mudarem de vida. Uma vez conheci um matador de aluguel no presídio que, ao saber que os filhos estavam usando droga, que haviam encomendado a morte dos filhos, mas antes de mandar matá-los começou a participar do programa *Celebrando a restauração*. Quando passou a escutar a palavra de Deus, mudou de vida, hoje é outro homem, então, tenha esperança (RENATA GOMES, Diário de Campo, 8 abr. 2013).

A reunião foi finalizada com uma oração, onde a senhora responsável pelo grupo agradecia a Deus por ter criado o Juizado e a delegacia, por ter permitido a existência da Lei Maria da Penha, clamou por forças e esperança a Deus e agradeceu por mais uma oportunidade de repassar sua palavra. Ao final da reunião, pedi para conversar com a referida senhora, a fim de esclarecer algumas dúvidas.

Durante nossa conversa, mencionou que o *Celebrando a restauração* acontece no Juizado desde 2011, a pedido da juíza. Disse que, em um dos encontros do *Pacto pela Vida*, o governo reuniu todas as instituições públicas, privadas e religiosas para tratar das políticas sobre drogas em Fortaleza, e na ocasião tiveram a oportunidade de conhecer a delegada e a juíza, as quais solicitaram que o programa fosse realizado na DDM e no Juizado. Em relação à delegacia, estão às segundas e terças, manhã e tarde, e no Juizado apenas nas quintas pela manhã.

Esclareceu que esse programa de apoio é baseado nos 12 passos usados pelos Alcoólicos Anônimos. Ressaltou que o *Celebrando a restauração* iniciou em 1993 nos EUA e chegou ao Brasil em 2003, sendo que já funciona há nove anos em Fortaleza na Igreja Batista Central. Os grupos⁴⁸ se dividem da seguinte maneira: para alcoolismo; para codependentes; para codependentes familiares e dependentes químicos; para depressão; para devedores compulsivos; para drogadição; para homens dependentes de amor e sexo; para ira; para mulheres dependentes de amor e sexo; para transtornos alimentares; para traumas emocionais.

⁴⁸ Essas informações foram confirmadas no site da igreja <http://ibc.org.br/grupos-de-apaio/para-alcoolismo/>.

Os grupos se dividem em dois momentos: o primeiro com todos juntos para o estudo de algum dos passos (Anexo 3), e no segundo momento dividem as pessoas nos referidos grupos, conforme seus problemas. A metodologia do grupo se baseia na partilha livre, sendo conduzida por uma pessoa que já passou pelo problema que é tema do grupo. Ressaltou ser um ambiente criado para que as pessoas possam falar sobre seus problemas, e não um local que oferece conselhos. Finalizam as reuniões da mesma maneira que fez no Juizado, com a leitura de um versículo bíblico e uma oração.

Questionei sua concepção de violência e me respondeu que estava associada ao uso de álcool e drogas; porém, existiam os casos de transtorno, por isso a existência do grupo sobre ira. Ressaltou que considera a violência também um problema cultural, creditando importância à Lei Maria da Penha, pois antes os crimes eram penalizados com cestas básicas.

As leis vêm regular os comportamentos, mas o homem é um ser espiritual, mesmo que não creia em Deus, é o único animal que pensa em Deus e que, quando se desconecta de Deus, as coisas começam a bagunçar, o certo e o errado se confundem. Quando começam a despertar para Deus, passam a pensar nos erros (RENATA GOMES, Diário de Campo, 8 abr. 2013).

Por fim, questionei se o objetivo também é realizar a reconciliação do casal e a participação na igreja. Respondeu que alguns casais se reconciliam e migram para a instituição religiosa, mas a participação não é obrigatória e que o central é conceder apoio e suporte à mulher, uma vez que a reconciliação depende da vontade do homem em desejar mudar seus comportamentos.

Na igreja vamos trabalhar essa reconciliação, mas quando ele também quer. Não defendemos o divórcio, o que Deus uniu o homem não separa. Mas Deus não quer a mulher em risco, tem igreja que faz isso, usa o versículo bíblico que fala da submissão da mulher para influenciar que a mulher permanece no casamento independente de qualquer coisa. Nós defendemos a submissão, mas quando seu marido é um líder espiritual da vida dela, pois, quando ele está sendo violento, está desobedecendo muitos dos mandamentos. Como ela vai ser submissa, se ele não está em sintonia com Deus? (RENATA GOMES, Diário de Campo, 8 abr. 2013).

Esse espaço concedido ao programa *Celebrando a restauração* no Juizado apresenta algumas questões a serem analisadas. Primeiramente, a instituição fere o princípio de laicidade do Estado, por favorecer uma prática religiosa no interior de uma unidade estatal. Em seguida, reforça o tratamento da questão social de maneira moralizante, individualizante, como se fosse um problema individual. Por conseguinte, esse espaço poderia ser âmbito de

atuação da equipe técnica do Juizado. As mulheres, tanto as participantes do grupo como as com que manteve contato na recepção da delegacia, demonstraram a necessidade de partilhar seus sofrimentos, mostravam dúvidas sobre seu caso. Investir na intervenção profissional da questão social é um dever das gestoras das instituições que atendem as mulheres.

As demandas que chegam às instituições devem ter um tratamento técnico, a esfera religiosa cabe aos sujeitos individualmente. Esses espaços coletivos através dos grupos são primordiais para a intervenção do serviço social e devem ser repensados. Logicamente, o escasso número de profissionais e a insuficiência estrutural determinam a não realização desses grupos por parte do/a assistente social.

É necessário analisar que esse fato ocorrido do juizado não é algo isolado, faz parte de um movimento global de as religiões cristãs atualmente buscarem cada vez mais incidência na sociedade e, principalmente, em algumas decisões do Estado em relação aos direitos civis de alguns setores, como a população LGBT, no que se refere à luta em prol do reconhecimento da união entre casais homoafetivos.

A Igreja Católica vem advogando contra temáticas e direitos com argumentos e defesas que moralizam a questão social e os problemas sociais, como o aborto, uma questão de saúde pública tratada como crime, retirando o direito das mulheres em decidir sobre seus corpos e reprodução.

Em relação à violência contra a mulher, o discurso possui como fundamento a opressão fincada nos papéis como mães e esposas que as mulheres devem seguir, tendo sempre como objetivo primordial a preservação da família.

Essas questões rebatem na maneira como as políticas para as mulheres estão sendo implementadas no Brasil, como ressaltado no primeiro capítulo, de como o Estado e as instituições estão oferecendo os serviços e atendimentos a essas mulheres, bem como a maneira pela qual está se enfrentando a violência contra a mulher.

A questão da religião não é objetivo central deste trabalho, mas, por ter sido um elemento encontrado em campo, valem as reflexões tratadas aqui, uma vez que também perpassa a discussão sobre a organização da rede de atendimento, proteção e enfrentamento à violência contra a mulher. O próximo tópico trata de analisar a rede de atendimento em Fortaleza.

4.3.1 Políticas públicas e a rede de proteção e enfrentamento à violência contra a mulher em Fortaleza

Nos últimos anos, tivemos o aumento e mesmo o fortalecimento da rede de atendimento à mulher em situação de violência, que vem sofrendo sérios rebatimentos mediante a forma como estão sendo materializadas no Brasil, com características similares as outras políticas sociais, como já sinalizado neste trabalho e debatido principalmente no capítulo dois.

A rede de atendimento em Fortaleza encontra inúmeros desafios e passa por processos complicados para efetivar uma política que enfrente consubstancialmente a violência. De acordo com as assistentes sociais, algumas dificuldades são enfrentadas no cotidiano de trabalho.

A política pública, ao meu ver, ainda não alterou eficazmente essa questão, já que é algo muito amplo, considerada até caso de saúde pública, e a rede de atendimento existente não consegue absorver a demanda; faltam delegacias especializadas; defensores públicos, juizado, como também mais pessoal habilitado (Assistente social 02).

Eu acho que ela já foi mais organizada, eu acho que hoje tem mais equipamentos, mas a rede não está interligada porque, desde 2006, eu só posso dizer desde o tempo que eu estou no meio disso, de 2006 pra cá eu participo das reuniões de rede, até minha pesquisa contempla um pouco disso, e é muito complicado, porque sai um gestor... Vou dar um exemplo aqui, [...] o Gonzaguinha de Messejana é nosso parceiro na questão do enfrentamento à violência sexual, porque ele faz a profilaxia. Vamos dizer que aconteceu de sair outros hospitais e não ele, sai gestor, trocou gestor, é como se quebrasse ali o elo de ligação, não tem, por mais que todo mês a gente faça reunião de fluxo, se mudou desde o assistente social, do psicólogo até o gestor, se mudou qualquer um deles parece que aquele protocolo de fluxo, de atendimento, ficou perdido. Então, a reunião tem que ser constante na rede, e aqui, antes, eu sei porque eu que articulava essas reuniões, e tinha as reuniões de rede só assistencial, as reuniões de rede de enfrentamento, só da parte jurídica e tal, e a gente conseguia discutir os casos, conseguia fechar esses fluxos cara a cara com todo mundo, com as outras instituições vendo, dando opinião, e ficava aquele fluxo completo. Agora a gente não consegue fazer mais isso, agora é número, é demanda, é isso, é aquilo (Assistente social 03).

Trabalhar em rede é um desafio para todas as políticas, [...] tem diferença de atendimento da casa-abrigo da Prefeitura e tem diferença de atendimento da casa-abrigo estadual, então existe, sim. Claro que os fluxos, algumas coisas andam, caminham, mas com certeza deveria ser bem melhor. No diálogo mesmo, um nivelamento conceitual em cima do trabalho em relação à mulher, eu acho que isso é o foco, se eu for perguntar o que você entende por violência contra a mulher, metodologicamente falando, nós trabalhamos da mesma forma? Não, então, vamos trabalhar em cima de um nivelamento

(Assistente social 04).

Sinceramente, eu acho que ela é furada [*a rede de atendimento*], por quê? Porque aqui a gente percebe que a gente tem toda uma metodologia, tem todo cuidado, tem todo um compromisso, mas quando a gente chega no meio externo a gente encontra muitas dificuldades [...]. A gente precisa ter que fazer uma maior articulação, a gente até tenta articular com os outros órgãos essa questão de atendimento, a gente tem muitas dificuldades, até mesmo o próprio Ceram e CRM, por exemplo, no atendimento psicológico a gente levou uma senhora que aparentemente necessitaria de um atendimento especializado, e, quando eu cheguei, expliquei pro atendimento psicológico e ele me disse: “ela não tem nada, ela tá muito bem e ela não tem nenhuma problema de transtorno de comportamento, não”, veio pra mim e pra minha colega aquela percepção de que aparentemente nós estávamos estigmatizando a mulher, entendeu? Então, eu acho que tem um despreparo muito grande, não há uma organização nesse sentido, e a gente teve que recorrer a outros órgãos pra poder conseguir o atendimento (Assistente social 06).

Um dos desafios, como afirma o texto da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, coloca-se na articulação da rede de serviços e na oferta de um atendimento de qualidade às mulheres, facilitando seu processo de superação e enfrentamento à violência e concedendo-lhes outras oportunidades de vida. Para a maioria das entrevistas, a rede em Fortaleza não é integrada e carece de um trabalho unificado, como expressam as seguintes falas:

Eu acho que tem que ter um olhar voltado para gênero e feminismo, não só gênero, mas também a questão feminista mesmo, que até o ano passado só quem trabalhava com essa questão da autonomia da mulher puxando pro viés feminista era o município, agora nem mais o município. Então, não sei se vai retomar depois que essa gestão nova se reorganizar, mas eu acho que toda a rede devia ter uma capacitação em gênero, feminismo, autonomia da mulher, a importância de estar articulado, onde esses elos deveriam ficar bem fixos, mas hoje não tá tendo (Assistente social 03).

A questão da estrutura da rede de atendimento, ela é precária tendo em vista a quantidade de mulheres que tem uma casa-abrigo com número reduzido de vagas. A gente só tem duas casas-abrigo dentro da cidade, eu entendo que ela não consegue absorver. A gente tem só um centro de referência, pela prefeitura, todo mundo olha: “eita quantos profissionais!”, mas qualitativamente não dá, tipo, eu tô há três meses aqui e tem hora que eu me embaratino com tantas coisas pra acompanhar. Então, a questão estrutural, a política pra atender essas mulheres tá bem, você tem que apreciar uma medida protetiva em 48 horas, você acha que um juiz vai? Então essa questão eu acho que é o primeiro ponto a se falar, que é uma questão mais emergencial (Assistente social 04).

Muito falha [...]. Por exemplo, nós ainda temos delegacias onde os funcionários tratam as mulheres com machismo, nós ainda temos, por exemplo, quando tem uma questão de guarda dos filhos, o agressor está

pleiteando a guarda dos filhos, a vara da infância, a psicologia, o serviço social, nunca vai ter um olhar pra mulher, só vai olhar pra questão de vínculo, de que a criança tem direito, que aí é outra temática, a luta na questão da defesa dos direitos da criança, luta pela primazia de que a criança vai ser mantida no seu círculo familiar, e se esse pai violentou a mãe, mas não violentou o filho, no sentido literal da palavra, ele tem direito, sim, a visitar, e a violência que a criança sofreu por tabela? Essas instituições não têm esse olhar (Assistente social 05).

O fenômeno da violência contra a mulher é complexo, requerendo uma intervenção que tenha como norte a construção de outra sociedade. Mas como fazer isso dentro de um Estado capitalista medularmente desigual? Um Estado com um cariz religioso, de base cristã, com políticos que defendem publicamente a moralização das expressões da questão social? Devemos reconhecer a natureza desse Estado e saber que em seu interior jamais teremos o fim da opressão, exploração e da apropriação das mulheres. Contudo, não podemos esperar a transformação sem construí-la no cotidiano, pois, mesmo com todas as dificuldades e contradições, alguns movimentos de mulheres e feministas vêm fazendo isso.

Devemos reconhecer os limites e as possibilidades desse contexto e saber que, mesmo com todos os problemas, tivemos alguns ganhos que devem transformar-se em estratégia de luta e resistência em prol do fim da violência e das outras dimensões que compõem a desigualdade de gênero.

Um dos elementos que fortaleceram essa luta foi a legitimação da Lei Maria da Penha (LMP), que possibilitou a criação de outros serviços e instituições para o atendimento às mulheres em situação de violência, bem como a referida rede de atendimento e o fortalecimento de política para as mulheres. Antes da LMP, o Brasil foi signatário de alguns tratados e convenções referentes à eliminação da violência contra a mulher. Todavia, por conta de seu não cumprimento e da denúncia realizada por Maria da Penha Fernandes, que necessitou recorrer às vias internacionais para que o autor da violência fosse punido, o Brasil é responsabilizado e, em 2006, sanciona a Lei 11.340/2006, denominada em sua homenagem de Lei Maria da Penha (LMP).

Conforme Bastos (2009), a sanção da LMP permitiu que a violência contra a mulher fosse tratada como um problema social de ordem pública e não privada, como se costumava afirmar. Acontecendo no âmbito privado, só cabia ao casal resolver, por isso muitas mulheres permaneciam nas relações violentas, buscando sempre a reconciliação.

A LMP preconiza em seus capítulos um arsenal de proteção à mulher. No título primeiro, define a função da lei, que seria: “[...] criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra mulher.” (BRASIL, 2006, p. 9).

Os outros títulos e capítulos versam sobre: as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher; a assistência à mulher em situação de violência; as medidas de prevenção; o atendimento policial; as medidas protetivas; a atuação do Ministério Público (MP); a assistência judiciária; o atendimento por equipe multidisciplinar; entre outras medidas.

Era necessário o Brasil sancionar uma lei específica para os casos de violência contra mulher, pois os crimes dessa natureza eram tratados pela Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei 9.099/95), que responsabilizava o homem apenas por meio do pagamento de cestas básicas e trabalho voluntário, não gerando antecedentes criminais, abertura de inquérito policial e cumprimento da pena privativa de liberdade. Com a LMP, esse tipo de ação é proibida, e a violência passa a ser compreendida como crime passível de punição por meio do cumprimento de pena.

A LMP trouxe algumas implicações jurídicas por alterar o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal (LEP). Em relação ao primeiro, houve o agravamento da pena nos casos de delito praticado com violência doméstica, modificando o tempo de detenção, que era de seis meses a um ano, passando de três meses a três anos⁴⁹ (VIEIRA; GIMENES, 2008).

Referente ao Código de Processo Penal, acrescentou mais uma proposição. No artigo 313, no caso de prisão preventiva, quando abranger violência doméstica e familiar contra mulher⁵⁰. Já a LEP, em seu artigo 152, determina a obrigatoriedade de os autores de violência comparecerem a programas de recuperação e reeducação⁵¹.

A LMP introduziu novidades ao destacar as medidas protetivas de urgência, ao determinar a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher e ao proibir a aplicação de penas alternativas, como entrega de cestas básicas ou aplicação de

⁴⁹ Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: [...] II - ter o agente cometido o crime: [...] f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica [...]. Art. 129 [...] § 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. Informações retiradas do endereço eletrônico: <http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf>.

⁵⁰ Art. 313. Em qualquer das circunstâncias previstas no artigo anterior, será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos: [...] IV - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência. Informações retiradas do endereço eletrônico:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/De13689Compilado.htm>>.

⁵¹ Art. 152. Poderão ser ministrados ao condenado, durante o tempo de permanência, cursos e palestras, ou atribuídas atividades educativas. Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. Informações retiradas do endereço eletrônico:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>>.

multa, no caso de violência contra a mulher⁵² (VIEIRA; GIMENES, 2008).

Outra inovação foi o direito a proteção policial quando necessitar de abrigo ou encaminhamento às unidades hospitalares ou ao Instituto Médico Legal (IML), além de determinar a intervenção indispensável do Ministério Público (MP) em todas as causas que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher.

A LMP não criou um crime novo, tendo modificado, entre outros elementos, o tempo de prisão e o caráter da ação penal. Como salienta Kato (2008, p. 274),

A Lei que dispõe sobre as diversas formas de violência (violência física, sexual, psicológica, moral e patrimonial) não cria nenhum tipo penal novo; apenas dá tratamento distinto das demais infrações penais existentes, com a necessária adequação processual penal.

Os crimes de lesão corporal contra a mulher passaram a ser de ação penal pública incondicionada, o que antes, pela Lei 9.099/95, era privada pública condicionada. Sendo incondicionada, qualquer pessoa, ou até mesmo o MP, pode realizar a denúncia e transitar o processo. Quando seu caráter era privado condicionado, apenas a vítima poderia registrar a denúncia e representar durante o processo, situação que persiste nos crimes de estupro (BASTOS, 2009). Isso se fortalece em fevereiro de 2012, quando o Supremo Tribunal Federal reafirma esse caráter da lei e assevera que a mulher não precisa representar na denúncia nos casos de lesão corporal. Hoje, qualquer pessoa que testemunhe uma situação de violência pode denunciar, sem necessitar do consentimento da vítima.

Sintetizando a diferença da natureza da pena, lanço a seguinte afirmativa:

Comprovada a materialidade de lesões ainda que de natureza leve, praticada por companheiro ou marido com relação à sua companheira ou mulher, bem como de lesões praticadas contra ascendente, descendente, irmão, etc., no âmbito doméstico (portanto estamos falando de violência doméstica), nas quais o a gente se prevalece das relações domésticas, a ação penal é pública e incondicionada. Isso quer dizer que o Ministério Público e não a vítima tem a titularidade para propô-la e para formular a acusação a fim de que o agressor seja processado e ao final condenado ou absorvido de acordo com as provas dos autos (KATO, 2008, p. 278-279).

O papel do MP se modifica com a LMP, pois, na vigência da Lei 9.099/95, existiam acordos processuais ou a suspensão condicional do processo, ou seja, o réu era escutado e

⁵² No art. 17 da Lei Maria da Penha, temos: “É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa” (BRASIL, 2006).

apresentava suas razões para a não continuidade do processo e poderia não cumprir a pena por ter bom comportamento ou ser réu primário.

Com a LMP, depois que a denúncia segue para o MP, ele tem por obrigação dar continuidade ao processo, independentemente da vontade da mulher. Essa só poderá interromper o processo perante o/a juiz/a antes de a denúncia ter sido encaminhada ao MP. Com as mudanças do STF, caso a mulher não seja a denunciante, não pode solicitar à juíza que interrompa o processo, premissa expressa no seguinte artigo da LMP:

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público (BRASIL, 2006e).

O Brasil avançou no que concerne à legislação que trata do enfrentamento e da prevenção à violência contra a mulher. É inegável a necessidade dessa lei no cenário nacional, tendo em vista as atrocidades cometidas contra mulheres. Contudo, sabemos das dificuldades encontradas para a sua execução e implementação. Para as assistentes sociais entrevistadas, a lei é um avanço, mas muitas são as dificuldades no processo de materialização dela.

Eu acho que o surgimento dessa lei foi um avanço muito grande, foi uma necessidade, foi o resultado [de] tudo o que a Maria da Penha passou, e o fato de ela ter chegado a instâncias internacionais gerou todo um holofote, digamos assim. Mas a lei é resultado do movimento feminista, do movimento das mulheres contra a violência [...]. Essa lei foi resultado de muita luta e de muito sofrimento já de antes das mulheres, as mulheres quando sofriam violência iam pra onde? Pra delegacia comum, quando chegava lá um delegado tirando onda da cara dela: “ah, isso aí é briga de marido e mulher”. Então, eu acho que lançou um novo olhar sobre a violência contra a mulher e medidas mais de urgência, que é a questão da medida protetiva, que essa medida a juíza não vai questionar se a mulher tá falando a verdade ou se não tá, não vai apurar primeiro pra depois deferir a medida. Como já tá dizendo, é de urgência, é uma prevenção, e depois vai se abrir o inquérito e tal e vai correr atrás. [...] violência aumentou depois da Lei Maria da Penha? Eu não acredito que foi isso. Eu acredito que signifique que as mulheres, sabendo dos mecanismos legais, sabendo que elas têm esse suporte, elas passaram a denunciar mais – e não só um mecanismo legal, mas de tanto falar sobre isso, divulgar essa lei, questionar essa violência, as mulheres não tão tendo mais essa tolerância de dizer: “não, isso aqui é porque eu tenho que preservar meu casamento” ou “isso aqui eu tenho que aguentar mesmo e me resignar”. Não. Mesmo que elas, como acontece muito, que aqui é muito comum, denunciem e depois desistam, e depois retomem o relacionamento, elas não ficam naquela posição de submissão, elas tomam uma atitude, nem que depois elas retomem o relacionamento e

denunciem de novo, mas ela já tem essa perspectiva e essa consciência dessa realidade e dessa lei, e que essa lei tá aí pra ampará-las (Assistente social 01).

Eu acho que a Lei Maria da Penha, assim como as normatizações do SUS, eu acho a coisa mais linda do mundo. Porém, não é feito nem metade do que tá na lei, mas não é feito porque o Estado não deu a retaguarda pra que essa lei seja realmente efetivada. Acho que a culpa não é da lei, mas eu acho que, se o Estado aprova uma lei, ele tem que dar subsídios pra que aquela lei seja cumprida, e a lei foi aprovada sem ter equipamentos pra tudo o que a lei diz. Por exemplo, na lei diz que, se o cara foi drogadito ou alcoolista, pode-se optar pelo tratamento como pena pra essa criatura, mas onde que a gente vai botar esse homem? Entendeu? Então, são coisas que a gente sabe que tá na lei, mas que de fato não ocorrem, a Casa-Abrigo e a Casa do Caminho às vezes tão lotadas as duas, a gente não sabe onde botar mulher. Centro de referência municipal é só um pra Fortaleza inteira, era pra ter pelo menos um por Regional. Então, a gente não tem perna, o Juizado lotado não dá conta, a delegacia é um lixo [...]. Então, a mulher é colocada em último plano no governo, pela sociedade: “ah, é mulher? Então empurra pra lá porque ela já tá acostumada mesmo a sofrer”. Então, dá até assim um desespero, porque é remando contra a maré direto (Assistente social 03).

Eu já fiz até uma formação essa semana e eu não tenho críticas à questão da lei, eu tenho à forma que estão trabalhando a questão da violência contra a mulher [...] A lei fala que tem que ter a repressão, porque as mulheres estão com suas vidas ameaçadas e hoje a gente tem que arranjar um canto pra ficar, porque o homem tá batendo e tá ameaçando de morte, então a gente precisa desse aparato que tá precarizado e na lei fala da questão pedagógica, porque, se esse agressor agredir essa mulher, ele vai reforçar essas violências nas outras mulheres, nas relações dele e nos outros espaços que ele frequenta. E não existe ninguém que tenha esse olhar de como trabalhar esse agressor, não é tratar... Não estou falando dessa forma, porque assim, o que eu percebo é que é o empoderamento da mulher, você tem que empoderar pra ela entender que a violência é um ciclo que ela tem que trabalhar a autoestima dela e ela não quer reproduzir isso com o companheiro dela ou com qualquer outro homem que ela se relacione. Agora, como é que fica o homem nessa história? O que é que adianta empoderar se com o homem historicamente o espaço é dele, como é que eu vou dizer pro homem que é uma categoria que historicamente um espaço que era dele e a mulher está tomando um espaço que era dele? Como é que ele recebe isso? Eu não vou trabalhar isso de forma nenhuma? Isso é uma coisa que me angustia, eu trabalhei com direitos humanos e direitos humanos não só para humanos direitos, é direitos humanos pra todos. Esse agressor vai pra [...] os presídios e ele vai sofrer N violações de direitos humanos lá. É esse ciclo da violência com ele o tempo todo e não é feito nenhum trabalho com ele lá, é o ócio, a gente sabe como é a estrutura carcerária. Ele vai sair pra sociedade de novo e ele vai continuar fazendo a mesma coisa, muitas pessoas do movimento feminista: “ah, é porque ele é vagabundo, ele é bandido”, porque eu já escutei essas expressões. Então, primeiro a gente tem que ter cuidado com as falas, não tô querendo aqui dizer que ele é o coitadinho, o bichinho, ele tem que ser penalizado pelo que ele fez, mas a gente tem que trabalhar com o homem de forma geral. [...] (Assistente social 04).

A lei trouxe muitos avanços, mas ela precisa andar um caminho bem longo,

porque ela deixa muitas margens, porque a forma como vai ser conduzido cada caso vai depender do entendimento do juiz ou da juíza. Se ele é uma pessoa de caráter mais conservador, ele pode tomar uma decisão conservadora; se ele tem um caráter mais aberto, mais flexível, ele poderá tomar uma decisão mais aberta, mais flexível. E na prática ainda tá muito distante do que tá na lei e do que acontece na prática, a morosidade ainda é muito grande, a gente ainda tem que lutar muito pra vencer algumas barreiras, algumas coisas precisam ser reformuladas. A última reformulação que teve foi muito importante, no caso de haver lesão corporal grave a mulher não pode mais retirar a queixa, de que outras pessoas podem proceder da denúncia [...]. Mas ainda não surtiram os efeitos necessários nos agressores [...], e é onde entra aquela questão de que só ser preso não é suficiente, ele precisa ser trabalhado. Hoje a nossa postura oficial é que, se a gente for fazer algum trabalho, alguma oficina, a gente vai trabalhar só com as mulheres, e a minha opinião [...] é que este homem tem que ser trazido pros espaços de reflexão, pros espaços de discussão sobre machismo, sobre gênero, sobre violência, educativo, e em alguns casos, se esse homem é proveniente de uma vida na qual ele sofreu violência, ele precisa ser tratado também (Assistente social 05).

Eu concordo que ela teve muitos avanços, mas tem muito ainda do que se caminhar em relação à disseminação dessa cultura, que a mulher realmente não foi criada pra ser submissa, que a mulher não tem que aguentar tudo em um relacionamento pra poder ficar com um homem, porque a família também não quer, porque ela tem que ser submissa por causa dos filhos, ela tem a individualidade dela nesse sentido. A lei pra mim foi um avanço porque muitas mulheres tiveram, pela lei, uma oportunidade de voz maior dentro da sociedade [...], de a mulher denunciar, perceber que ela é um sujeito de direitos como os homens, em relação principalmente ao gênero de ter os direitos iguais e que ela deve se impor nesse sentido em todos os aspectos. [...] o que é que eu percebo que falta? [...] é no campo do emprego, de elas terem por lei assegurada essa questão de direcionar algumas vagas pras mulheres, por exemplo, ela sai do abrigo, mas não tem como se sustentar e muitas vezes acabam voltando, entendeu? Política pública nesse sentido de direcionar mais a questão de oportunidades de emprego, de moradia pra elas, eu acho que é um grande problema (Assistente social 06).

Essa explanação sobre a violência contra mulher, Lei Maria da Penha, juntamente com os dados de pesquisas estatísticas e das entrevistas realizadas junto às assistentes sociais, fornecem elementos para problematizar como se configura contemporaneamente a violência, quem são os sujeitos envolvidos e como estes estão significando e ressignificando as relações violentas. Sinaliza, também, a necessidade em estudar e pesquisar os serviços de atendimento a essas situações, bem como os profissionais envolvidos nessa questão, como os/as assistentes sociais.

Os rebatimentos nas políticas de seguridade social e de educação nessa sociedade neoliberal se espraiam para as outras políticas. Uma vez que não é interesse do Estado capitalista enfrentar as desigualdades e violência, como enfrentaria aquilo que o sustenta em prol de sua reprodução?

Nesse contexto, recheado de contradições, os/as assistentes sociais são chamados/as a intervir, a materializar seus princípios e diretrizes profissionais. Para tal, necessitam de criatividade, competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política para desnaturalizar os processos sociais e traçar estratégias que busquem uma ação qualificada, tendo como norte a superação dos problemas sociais.

É de extrema importância recursos humanos capacitados para a execução das políticas e serviços destinados a essas mulheres, além da necessidade de pesquisas e estudos que explicitem as especificidades de atendimento, debatendo as configurações das políticas sociais na sociedade atual. Antes de se analisar a atuação do serviço social nessa realidade, cabe destacar a relação da profissão com as questões de gênero e a violência contra a mulher.

4.4 Relações de gênero e violência contra a mulher: onde o serviço social se insere?

Relações de gênero e violência contra a mulher: onde o serviço social se “encaixa”? É uma pergunta pertinente para se pensar sobre o estatuto teórico, metodológico, ético e interventivo da profissão na contemporaneidade, bem como em seu processo histórico de formação.

Primeiramente, o serviço social se interliga a todas as formas de opressões ao sinalizar em seu projeto ético-político, expresso no Código de Ética (1993), três princípios que norteiam a intervenção profissional:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças; [...] VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero; [...] XI Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BARROCO, 2012, p. 128-131).

Em 1993, o serviço social já incluía em seus debates éticos os preconceitos, as discriminações, as opressões. Apesar de gênero não ser uma categoria ainda, nesse período tão abrangente nas pesquisas acadêmicas da área – mesmo porque, como observei na discussão sobre as relações de gênero, essa categoria só chega ao âmbito acadêmico em meados dos anos de 1990, período em que o serviço social fortalecia a perspectiva de intenção de ruptura

e definia natureza, princípios e diretrizes para a formação profissional –, gênero já aparecia em alguns lócus da profissão, mesmo sendo, por vezes, ainda uma menção em seus documentos.

Preocupada com o delineamento do serviço social e a definição de seu objeto de intervenção, a profissão, nesse momento, não elenca algumas discussões como prioritárias, se centrando em negar o ranço conservador e tradicional que influenciou sua formação e consolidação.

Para Lisboa e Pinheiro (2005), em um artigo publicado na revista *Katálisis*, sob o título *A intervenção do serviço social junto à questão da violência contra a mulher*, o serviço social caminhou paralelo⁵³ às conquistas do movimento feminista e só recentemente integra em sua agenda de discussão a temática da violência contra a mulher. Isso decorreu, talvez, conforme as autoras, porque no período de fortalecimento das lutas feministas pelos direitos das mulheres a profissão buscava romper com esse caráter conservador, enraizado pela influência que a Igreja Católica teve nas primeiras escolas de serviço social.

Sobre o estudo da categoria gênero no serviço social, algumas pesquisas se dedicaram a essa análise e trazem considerações similares e outras vezes divergentes, em alguns pontos, que necessitam serem evidenciados para o melhor entendimento dessa seara.

De acordo com Teixeira (1998), as relações de gênero permaneceram à margem do campo de reflexão do serviço social, especialmente os temas gênero e violência, que praticamente foram inexistentes no interior da profissão. Quando surgiu, esteve ligada a pesquisadoras/es e profissionais que estudavam criança e adolescente. Para a autora, na década de 1970, enquanto as universidades, principalmente as ciências sociais, passaram a focar nos estudos sobre a categoria gênero, o serviço social manteve um distanciamento da temática.

Em relação à produção científica sobre o tema, Teixeira (1998) cita como marco o 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ocorreu em 1995 em Salvador. Criou-se a seção temática “O Serviço Social frente às Relações de Gênero e Etnia”, que somaram 14 trabalhos ao todo, sendo que o encontro contou com 205 trabalhos apresentados nos dez grupos temáticos. No que se refere à questão da violência, a autora ressalta que o congresso contou com apenas dois trabalhos apresentados na citada seção e atenta que

Não podemos perder de vista que esse quadro reafirma a tendência verificada em pesquisas sobre violência doméstica que apontam o elevado

⁵³ As autoras usam o termo paralelo no sentido de não se cruzarem.

nível de invisibilidade em que a mesma ainda permanece, no Brasil, por um lado, e por outro, coloca o desafio para o Serviço Social, no sentido de, enquanto “escuta qualificada”, contribuir ativamente para a visibilização e enfrentamento da questão. Nesse sentido, o Serviço Social, poderá e deverá ocupar um lugar estratégico, na formulação e implementação dessas políticas (1998, p. 8).

Conforme Faury (2003), no período de 1980 a 1990, nos congressos de serviço social, os trabalhos sobre gênero, mulher e feminismo ficavam alocados num grupo denominado “Temas emergentes em serviço social”. Citando uma pesquisa sobre os textos publicados na revista Serviço Social & Sociedade, mostrou que:

[...] o volume de trabalhos que tratam sobre os temas: movimento de mulheres, feminismo ou mulher é bastante reduzido. Entre 1979 e 1989, de um total de 285 trabalhos, o tema abordado (movimento de mulheres/feminismo), com um total de 3 trabalhos, representou 1,05%. Na década de 90, de um total de 321 artigos, o mesmo tema, com um total de 7 trabalhos, representou 2,18%. Além disso, os próprios documentos de divulgação dos cursos de Serviço Social não abordam o assunto, nem aventam a possibilidade de que esta área temática possa ser objeto de atuação do Serviço Social (FAURY, 2010, p. 111).

Para Mirales (2006), o serviço social da década de 1980 aos dias atuais apresentou receptividade aos temas relacionados à mulher, tendo, no final dessa década, incorporado aos estudos a categoria relações de gênero. Faury (2003, p. 111) aponta que “durante a década de 1980, até o início dos anos 1990, nos congressos de Serviço Social os trabalhos que versavam sobre os temas: mulher/gênero/feminismo eram alocados num grupo denominado: temas emergentes em Serviço Social”.

Kameyama (1998) realizou uma pesquisa sobre a produção de conhecimento no serviço social e concluiu que teve início de uma maneira mais contundente a partir dos anos de 1970, quando foram criados os primeiros programas de pós-graduação, em pleno período ditatorial brasileiro. Se acima referi que a profissão estava em processo de renovação dos seus parâmetros teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnicos, sendo necessário centrar em algumas questões, imagine ter de repensar a profissão e inserir outras temáticas de estudos no período de grande repressão política e intelectual. Para a autora,

A produção de conhecimentos em Serviço Social engloba uma vasta e variada gama de temáticas, na medida em que, cada vez mais, ocorre uma ampla interseção com a dinâmica da sociedade, como por exemplo, a consolidação democrática, a extensão da cidadania, a mundialização e a crise econômica, a redefinição do Estado e da Sociedade Civil, a flexibilização

das relações de trabalho, a ampliação do desemprego, o acirramento da pobreza, o processo de urbanização e produção do espaço construído, a violência de jovens e adultos, o planejamento, as políticas públicas, etc. Dentro deste contexto, as temáticas do Serviço Social estão intimamente imbricadas com os acontecimentos que ocorrem na sociedade e que rebatem na profissão em termos de demandas ou requisições (1998, p. 4).

Em relação ao foco dado nos estudos e pesquisas nas dissertações de mestrado e teses de doutorados no período de 1975 e 1997 nos programas de pós-graduação em serviço social, Kameyama (1998) encontrou que 15%, cerca de 158 trabalhos, trataram de analisar a prática profissional, 12% política social, 10,9% formação profissional, 0,3 crime e violência, 6,6% gênero e família, contabilizando 68 trabalhos, entre outras temáticas analisadas.

De acordo com a autora, de 1975 a 1980 a maioria das pesquisas de assistentes sociais centrou na prática profissional, buscando compreender a atuação da profissão. Em relação à política social, que hoje é central na produção do serviço social, as primeiras dissertações sobre o tema só surgem em 1983. E gênero e família, consideradas temáticas periféricas para a profissão, contam com produções a partir da década de 1980 que objetivavam compreender o significado da categoria família e a compreensão da profissão sobre ela. Ainda nesse período, família “deixa de ser predominante nas investigações, sendo substituída pelo objeto Mulher, que é analisada na perspectiva de gênero e classe social” (KAMEYAMA, 1998, p. 19).

Para a estudiosa, a partir dos anos de 1980 o serviço social não se limitou apenas a acessar os conhecimentos produzidos no âmbito das ciências sociais, tornando-se também produtora de conhecimentos que vêm fundamentando e norteando a formação e a atuação profissional.

Barbosa (2008) também realizou uma pesquisa interessante sobre as publicações da revista *Serviço Social & Sociedade* entre 1979 e 2007, tendo como hipótese que existe uma lacuna no debate sobre gênero e serviço social. Em 28 anos de existência da revista, o periódico contou com apenas 25 artigos publicados sobre gênero, chegando à seguinte conclusão:

[...] publicação em gênero na revista *Serviço Social & Sociedade* é uma atividade majoritariamente feminina, rotativa e solitária. Dos 25 artigos analisados, dois foram publicados por grupos, sendo um deles de autoria de um grupo de estudos e o outro publicado por quatro assistentes sociais que realizaram a pesquisa em seu local de trabalho. Apenas três artigos foram publicados em co-autoria (2 pessoas), de forma que 76% (19) correspondem a publicações de uma só autora. Como reflexo da composição feminina da categoria das assistentes sociais, somente um artigo foi publicado por um

homem, sendo fruto de uma pesquisa teórica realizada pelo autor. A rotatividade das publicações sobre gênero na revista é alta: apenas uma autora publicou mais de uma vez, sendo uma de suas publicações de autoria individual e uma publicada com o seu grupo de estudos, do qual é coordenadora. Das autoras que publicaram em gênero na revista *Serviço Social & Sociedade*, 63% (17) são assistentes sociais, 11% (3) são pedagogas, 7% (2) são graduadas em comunicação social, 4% (1) são cientistas sociais, 4% (1) são graduadas em educação e 12% (3) não disponibilizaram essa informação (uma delas, estrangeira). Três assistentes sociais possuíam também outra graduação, a saber, Ciências Sociais, Economia e História Geral. Apenas 15% (4) das autoras fizeram mestrado em Serviço Social, tendo as demais adquirido o grau de mestrado em áreas muito variadas, como Ciências Sociais, Educação, Política Social, História, Comunicação Social, Psicologia e Economia. Quatro autoras possuíam apenas Graduação e duas não disponibilizaram a informação sobre o Mestrado, mesmo sendo doutoras. Em relação ao Doutorado, a incidência da titulação na área do Serviço Social é maior do que a do Mestrado. Das doze autoras que possuíam título de doutoras, 46% (7) haviam obtido a titulação em Serviço Social (2008, p. 5)

Dialogando com Veloso (2000), Barbosa concorda com o autor em sua constatação em relação à escassa publicação sobre gênero no serviço social, atribuindo esse fato à resistência do mercado editorial em aceitar e incorporar esses estudos. Verifica ainda que os estudos de gênero vêm crescendo no interior do serviço social e que existe um esforço de assistentes sociais e pesquisadores em adotar e incorporar em suas análises essa dimensão que compõe a vida social.

Barbosa (2008) aquiesce as afirmações de Veloso, mas considera que ao constatar em sua pesquisa que não houve nenhuma publicação de assistente sociais na revista *Estudos Feministas*, um grande periódico nacional nos estudos de gênero, existe uma lacuna no interior de nossa produção acerca dos estudos de gênero.

Isso sugere que, ainda que o mercado editorial do Serviço Social possa ser resistente à publicação de pesquisas que incluam o gênero em suas reflexões (Veloso, 2000), não há uma frequência de publicações nos periódicos especializados, de forma que não foi encontrada nenhuma publicação de assistentes sociais na *Revista de Estudos Feministas*. Todas essas evidências convergem para a confirmação da hipótese de que há uma lacuna no debate sobre gênero no Serviço Social. O pouco envolvimento ético-político com a temática e o baixo número de publicações denota que o campo de gênero dentro do Serviço Social expressa-se ainda muito timidamente, sem que haja uma tradição e debate fortes nessa área do conhecimento. Há, de fato, uma lacuna no debate que deve ser repensada e preenchida pelas pesquisadoras, uma vez que gênero, como expressão da questão social, constitui uma demanda importante para as assistentes sociais e requer maior atenção e estudo por parte das estudiosas (2008, p. 7).

As opressões nem sempre foram pautas nos estudos e pesquisas do serviço social e, ao serem chamados/as a intervir nessa realidade, encontra-se, como a pesquisa de Pinheiro (2005), a debilidade da compreensão teórica e técnico-operativa, por vezes reproduzindo no âmbito interventivo o pragmatismo e a psicologização do fenômeno. Em relação à formação em serviço social e à violência contra a mulher, as assistentes sociais entrevistadas por mim trouxeram elementos interessantes que problematizam essa questão. A assistente social 02 afirmou que a formação contribuiu para sua intervenção na área da violência contra a mulher, “[...] tanto na área de serviço social, como na área do direito. A primeira me forneceu sensibilidade social, e a outra conhecimento jurídico”. Já as outras profissionais explicitaram que

[...] todo dia que eu tô aqui, atendendo as mulheres, de alguma forma eu estou usando as teorias que eu estudei, as coisas que eu li, que eu me identifiquei. Acredito que, com a visão de mundo contra a violência contra a mulher, com relação ao gênero, com a ação do serviço social, a ética profissional, isso tá imbuído, isso tá permeado no cotidiano de trabalho do profissional. Se não tiver, vai virar um trefismo, que é uma coisa que a gente morre de se preocupar aqui [...]. Lembro muito da gente estudando marxismo no serviço social, mas assim, a minha experiência foi mais porque eu fui bolsista do CNPq, aí eu me interessei por essa área e fui fazer minha monografia no presídio feminino, [...] e nessa época eu me reunia com algumas colegas pra estudar gênero, mas era uma coisa muito mais de iniciativa nossa... Não tinha, por exemplo, a professora Teresa Cristina, não lembro qual era a cadeira que ela dava? A Teresa foi uma grande referência, porque a gente via a Teresa e a minha visão da Teresa era aquela mulher emancipada, não só as aulas que ela dava, as teorias que ela passava, mas a postura dela como mulher, como profissional. Então a gente realmente viu relações de gênero na faculdade, e eu acho que foi a partir desses estudos dentro da disciplina, que eu me interessei e fui buscar fazer minha monografia. [...] o foco era o marxismo. Eu acho que ainda hoje, eu não sei como tá o currículo, porque depois da minha formação o currículo já mudou, mas também não quer dizer que, porque você trata marxismo, não quer dizer que você não possa tratar vários aspectos. Agora, depende da leitura que você faz. *[foi questionado qual era o foco]* Era a luta de classe (Assistente social 01).

[...] a minha monografia ajudou muito na minha época de pesquisa, mas a gente sabe que no curso de serviço social você não vê, pelo menos no currículo antigo, no currículo novo eu não sei, mas no meu currículo não tinha nada sobre violência, violência de maneira geral não tinha. Aliás, a maioria dos campos de atuação que a gente pega, você tem que estudar aquilo ali, por exemplo, eu trabalhei com as medidas socioeducativas, eu só vi por alto assim, a gente sabe que existe, mas a gente nunca estudou as leis, então tem que aprender na marra mesmo, é estudando antes, é participando dos seminários, dos encontros. Pra mim, nos seminários, nos encontros, tiveram, sim, no currículo não. [...] uma visão do todo ajuda a gente a

enxergar todo o contexto, na época da faculdade a gente brincava muito que o serviço social tirava o véu da gente, a gente passava a enxergar as coisas de uma maneira mais ampla. Eu acho que teve uma contribuição muito grande na questão ética, a gente vê que nesse quesito as outras áreas que trabalham com isso não têm muito essa questão da ética, mas o serviço social tem o compromisso político, profissional. Eu acho que isso é muito importante, acho que a gente realmente consegue ter uma visão da conjuntura como um todo, que contribui demais, por mais que a gente não tenha na grade curricular algumas coisas específicas que a gente vai atuar, mas eu acho que nós somos diferentes de outros profissionais de outras áreas, porque, por exemplo, nessa questão do enfrentamento à violência, eu não sei outras áreas, a gente vê que psicologia, por exemplo, ultimamente está muito voltada para clínica, e não para a psicologia social. Muita gente vem trabalhar com a questão da violência por afinidade quando participou do DCE, quando tem um vínculo mais com a militância, e o serviço social é um curso de militância, militância pelas causas sociais, então a gente já ganha dos outros porque tem muito profissional que vai trabalhar que não tem a visão do que é uma comunidade, de como aquilo ali pode influenciar a vida de uma pessoa, tem um olhar muito seco. A gente não, já consegue olhar as coisas ao redor (Assistente social 03).

Não, como não dá conta de várias políticas. Na minha época, o que a gente centrou muito era a questão da crise contemporânea e questão social, a gente analisava a crise que estávamos vivendo no momento político, no cenário político (Assistente social 04).

Se você for trabalhar mais na área de pesquisa, de projetos, na área de produção do conhecimento, vai contribuir pacas, mas se você for pra prática junto à população já contribui pouco. [...] eu não tô dizendo que não contribui em nada, contribui pouco porque se você for ficar pensando em filosofia, em metodologia, você pira e não consegue fazer o seu trabalho, e fica novamente, o que é que o assistente social faz? (Assistente social 05).

Eu acho que deveria ter uma disciplina direcionada, na de direitos humanos, por exemplo, enfatizar a questão da violência contra a mulher, entendeu? A Uece deveria melhorar no sentido de oportunizar aos alunos e aos estagiários a questão de eles terem um contato com os campos de trabalho pra eles perceberem e visualizarem como é que se dá o trabalho nesse sentido [*foco*] Mais em relação ao trabalho do assistente social, em relação à assistência, mas a violência é bem superficial. Eu acho que tem que ser mais bem trabalhadas as disciplinas nesse aspecto, que enfocassem outras expressões (Assistente social 06).

Na pesquisa realizada por Pinheiro (2005), foi encontrado que a maioria das profissionais não contou com uma formação que pautasse as relações de gênero, a violência contra a mulher e que nem mesmo sabiam como o serviço social intervinha nessa realidade. Isso é um problema, pois, se a profissão é generalista, a formação deve possibilitar uma capacitação e o desenvolvimento das competências profissionais a fim de que se forme para intervir nas variadas expressões da questão social. Deve-se pautar profundamente o que seria essa questão social e em que bases opressoras o sistema capitalista se fundamenta nas

opressões de raça/etnia e de gênero. Sobre o entendimento da questão social, as informações proferidas pelas entrevistadas foram elucidativas, como por exemplo:

Quando você fala de questão social na perspectiva do serviço social, aí você, querendo ou não, você tá falando de classe social, você tá falando de desigualdade, de má distribuição de renda, de escassez de cumprimento de direitos, vamos dizer assim, [...] dessa cidadania. Essa questão social se expressa nesses vários aspectos (Assistente social 01).

Eu entendo as desigualdades sociais como frutos da sociedade capitalista que a gente vive. Eu não vou dizer que sou 100% marxista, mas o meu olhar em cima da desigualdade social, da violência contra a mulher, tá muito pautado em cima do marxismo. O maior problema de a gente estar vivendo sob essas problemáticas urbanas é por conta disso, dessa balança que nunca vai se equilibrar (Assistente social 04).

As desigualdades sociais são resultados dessa questão da dominação, do capitalismo de uma maioria em relação a uma minoria, e isso faz com que os grupos de pessoas que tentam lutar por seus direitos, no caso, as mulheres em relação às diferenças entre os homens e as mulheres na luta pela melhoria salarial, pela condição em relação à mulher [...]. Essa questão das desigualdades tem que ter um trabalho bem desenvolvido no sentido de acabar com essa desigualdade, de poder se conscientizar que a gente tem que estar unido pra lutar pelo direito das pessoas em relação às mulheres (Assistente social 06).

Compreender e saber definir o objeto de atuação e investigação da profissão, a questão social, é de suma importância nesse processo. Quando não se tem clareza desse objeto e de como se dá a intervenção do serviço social na realidade, acaba-se por misturar as competências com outros profissionais e mesmo não realizar as atribuições privativas do serviço social.

Na contemporaneidade, o serviço social vem pautando outras expressões da questão social, como, por exemplo, a violência contra a mulher, e afirmando que seu objeto de intervenção não se limita apenas à má distribuição de renda, às desigualdades econômicas, trazendo para o debate outras mediações da questão social, como afirma Iamamoto (2011), as relações de gênero e étnico-raciais. Contudo, essas dimensões, que concebo como relações estruturantes, juntamente com a dimensão de classe, nem sempre são debatidas e fundamentadas como expressão da questão social.

O serviço social possui uma área de atuação bem abrangente, com várias demandas a serem respondidas, carecendo uma formação generalista e de um melhor aprofundamento do que seria essa questão social na contemporaneidade.

Ao indagar sobre a articulação entre questão social e violência contra a mulher, as

entrevistadas destacaram:

[...] essa violência perpassa todas as classes. Agora, talvez ela se expresse de modo mais claro nas classes menos abastadas, num sei. Se a gente for fazer um perfil aqui, uma estatística, a maioria tem uma condição financeira menos favorecida, mas essa violência também acontece nas altas classes, não tenha dúvida, talvez fique de forma mais velada, poucas mulheres denunciam. Então, a expressão da questão social ligada à violência contra a mulher, fazer essa relação... Aí também entra a violência urbana, mas eu acho que vai para além dessa questão social (Assistente social 01).

Sim, pois a violência contra a mulher atinge toda sua família e repercute diretamente na sociedade (Assistente social 02).

[...] conseguir ver a violência contra a mulher sem a perspectiva de gênero, você tá deixando muita coisa passar. A gente começa a perceber que a violência contra a mulher é exatamente pelo fato de ela ser mulher, mas não é pelo fato de ela ter peito, de ela ter bunda, não, é uma questão social, pela construção social que o gênero coloca que é a frágil, que tem que ser submissa, que tem que vestir rosa e amar rosa, entendeu? É a postura que a mulher tem que ter perante a sociedade, isso é uma construção cultural do que é o ser mulher, e pra mim não tem como dissociar gênero e violência contra a mulher, pra você enfrentar um fenômeno de violência contra a mulher você precisa conhecer gênero, porque a mudança vem daí, não só a mudança na prevenção, mas também para aquela mulher reconheça como [...] uma violência de gênero, que aquilo aconteceu com ela por ela ser mulher. E eu acho a expressão violência contra a mulher muito vaga. Quando você aborda a categoria gênero, como categoria mesmo ela é muito mais abrangente, dá pra entender o porquê das coisas (Assistente social 03).

Sim, é uma expressão, porque tá muito amarrado o que é ser mulher, e aí lembrando de Zelma Madeira [...]. O ser mulher, ou você é a mãe, a mulher como um ser quase que assexuado, ou o contraponto, a puta, aquela mulher que não está dentro daqueles padrões do que é ser mulher, do que é ser feminino, e na violência doméstica o homem fica o tempo todo nessa busca da mulher perfeita, que tá dentro de um padrão de comportamento pra ser mulher. Se tu faz alguma coisa que eu avalio que não é correto, eu tenho que punir (Assistente social 04).

Sim, a gente tá sempre pontuando essa questão do machismo, essa é minha opinião, eu acho que vai além, não é só a questão do gênero, não é só a questão do machismo, tem toda uma questão de vivência pessoal, aquele agressor geralmente é filho de um agressor, ou ele sofreu algum tipo de abuso, ou agressão, se a gente for estudar. Então, a gente precisa também, vai por aquela questão que você disse, ser só preso tá resolvendo? Infelizmente essa ala feminista da luta contra violência contra a mulher não admite essa parte, é machismo e ponto. Eu já sou de outra linha, o gênero, o machismo ainda é o principal fator que sustenta o homem dizer: “ah, se é pra eu estar preso aqui...” Por que que ele diz isso? “Se é pra eu estar preso aqui por ter dado um tapa nela, eu prefiro matá-la”. Por que que ele diz isso? Porque ele foi ensinado que a mulher dele é pra ser obedecida, a mulher dele é um objeto pra ser dele, pra ele usar e usufruir da maneira que ele quiser, pra ele controlar da maneira que ele quiser. Então, daí dizer que o gênero

masculino é superior ao gênero feminino, e que o gênero feminino tem que se submeter ao gênero masculino [...] (Assistente social 05).

As concepções teóricas e analíticas e as visões de mundo orientam as intervenções cotidianas, por isso é de suma importância questioná-las. Além das apreensões sobre questão social e violência contra a mulher, as entrevistadas também explicitaram sua compreensão sobre a categoria gênero, elemento-chave para a compreensão da violência contra a mulher. Todas as entrevistadas relacionaram a categoria gênero à construção cultural como determinação das desigualdades entre homens e mulheres.

O meu entendimento sobre as relações de gênero passa diretamente pela questão da cultura. [...] eu sei que tem uma discussão grande aí em relação, os estudiosos: “ah, porque cultura não explica tudo, porque é a economia” [...] eu acho que a discussão sobre a cultura engloba uma gama... Então, pensar em relação de gênero na sociedade da gente, trazendo mais pro Brasil, pro Ocidente, porque se a gente for pensar lá no Oriente... [...] então eu acho [...] a relação de gênero muito ligada ao universo da cultura, e a cultura normalmente é algo que favorece o masculino, que favorece no sentido de quê? De geração a geração isso foi passado, tá mudando? Tá, mas algo sutil, devagar. Você pode pensar assim: “ah, hoje a mulher já assume vários papéis que antigamente ninguém nem concebia, porque antigamente era só o masculino e tudo”, mas essa relação gênero, homem, mulher masculino e feminino ainda está muito desigual (Assistente social 01).

É a relação que existe entre opressor e oprimido, na qual a mulher encontra-se em situação inferior, fruto de uma sociedade patriarcal (Assistente social 02).

Gênero é a forma como a pessoa se vê na sociedade, como ela se coloca, e não só como a pessoa se vê, mas como toda a sociedade a vê. A gente faz muita palestra sobre gênero e as pessoas colocam muito como sendo uma questão biológica, e a gente sabe que não é, é a construção social em cima daquilo, eu acho que gênero é mais isso, é uma construção social mesmo (Assistente social 03).

Gênero é uma forma que a sociedade tem de classificar o que é feminino e o que é masculino (Assistente social 04).

Mesmo sem focar, sem dizer: “Essa é uma oficina de gênero”, mas se eu tô trabalhando o ciclo da violência doméstica e suas fases, eu já tô perpassando pela questão do gênero, porque eu tô dizendo, uma oficina, por exemplo... A gente ensina o agressor muitas vezes, já orienta como é que ela vai criar o menino e como ela vai criar a menina, pode até exigir, por exemplo, que ela lave as cuecas do menino, que ela entregue o prato do menino na mão dele, mas a menina não, ela é mulher, ela faz a comida, ela lava a calcinha dela. Então, quando eu digo pra mulher que não pode ser obrigatoriamente assim, que ela pode ensinar o filho dela a lavar a roupa íntima dele, eu tô perpassando pela questão do gênero (Assistente social 05).

Gênero é uma questão das mulheres e dos homens em relação a essa disputa que se tem, é uma luta constante que deve ter de a mulher mostrar o seu espaço enquanto pessoa, a sua individualização. Eu acho que a mulher e o homem têm os direitos, mas a gente percebe que a mulher é uma luta que ela trava no dia a dia por causa dos movimentos, apesar de muitos avanços que tiveram é uma luta constante, principalmente quando tem a questão da cultura machista, tem que bater sempre nessa questão dos valores, dos costumes (Assistente social 06).

O entendimento e a compreensão que temos dos fenômenos sociais condicionam o fazer profissional. Se temos uma compreensão enviesada da sociedade, da profissão e das demandas que trabalhamos, nossas respostas não darão conta de mediar alguns direitos dos usuários.

A dimensão teórico-metodológica está estritamente articulada com as outras dimensões que compõem a profissão. Ela conduz, orienta as finalidades da ação profissional, proporciona delinear os instrumentos e técnicas. Conhecer as concepções que orientam a intervenção é primordial para a compreensão das outras dimensões.

Temas como relações de gênero, violência contra mulher, diversidade sexual, relações étnico-raciais, entre outros, vêm ganhando espaço nos eventos da categoria, nas pesquisas acadêmicas, bem como nos currículos dos cursos de graduação em serviço social de algumas universidades, como a Universidade Federal de Alagoas e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que possuem uma disciplina de gênero.

Concordo com as apreensões de Mirales (2010, p. 6), ao afirmar que

A hipótese é que o processo ocorrido no serviço social em relação à incorporação das discussões de gênero foi similar ao levado em outras áreas do conhecimento. Processo marcado por estratégias feministas, que foram capazes de alavancar espaços no interior de instituições e movimentos, construindo possibilidades dos debates cederem às discussões sobre gênero, articulando-se a outras reflexões, também necessárias, como raça e etnia, orientação sexual e classe social.

A luta foi árdua para fortalecer os estudos sobre gênero. Eram explícitos os preconceitos e discriminações em relação às feministas estudantes e professoras que adotavam a referida categoria. Contudo, esses estudos revolucionaram a ciência humana e social, e desbancaram um conhecimento feito por homens e para homens, uma vez que os estudos de gênero propõem “[...] lançar um novo olhar sobre a realidade a partir das mulheres e com as mulheres revolucionando a ordem dos poderes. Centra-se no reconhecimento da diversidade de gênero que implica na reconstrução de uma humanidade diversa e democrática” (LISBOA,

2010, p. 70).

As discussões sobre a categoria gênero, de maneira geral, foram ganhando espaço e se fortalecendo. Atualmente, pode-se acessar um leque de análises e estudos sobre as relações de gênero, consolidados e desenvolvidos, que possibilitam áreas do saber e profissões se apropriarem. Seria um equívoco se na contemporaneidade o serviço social continuasse paralelo a essas discussões, uma vez que as desigualdades de gênero foram explicitadas, desmascaradas e desnaturalizadas socialmente.

Problemas sociais advindos dessas desigualdades, como a violência contra a mulher, foram postos publicamente, requerendo do Estado políticas públicas que a enfrentasse, fazendo com que ele legitimasse programas, projetos e serviços voltados a essas questões. Profissionais, como assistentes sociais, passaram a intervir nessas situações. Sendo assim, há mais esse elemento que demonstra a coerência da profissão em ter se aproximado dos estudos de gênero.

Mais do que esses elementos assinalados, o desenvolvimento teórico no interior da profissão possibilita autoras como Cisne (2012) perceber os fundamentos das opressões, que, assim como Saffioti (2004; 1992), observa a articulação intrínseca entre capitalismo, gênero, raça/etnia. Compreendo que existem três fatores que determinaram a adoção da categoria gênero pelo serviço social, ou seja: a articulação que o projeto ético-político faz com a eliminação das opressões, preconceitos e discriminações; a violência contra a mulher como fenômeno social que necessitou da intervenção do Estado mediante políticas públicas, as quais passaram a requerer a atuação de assistentes sociais; e, por fim, pelo desenvolvimento teórico no interior da categoria por meio dos inúmeros enfoques dados à categoria gênero.

Outro elemento encontrado nas análises sobre a apropriação dos estudos de gênero pelo serviço social, como afirmam Mirales (2010), Cisne (2012) e Faury (2003), se refere à característica de ser uma profissão formada em sua maioria por mulheres, tendo um significado social para tal escolha, uma vez que a divisão sexual do trabalho determina o que são profissões masculinas e femininas.

Faruy (2003) apresenta dois elementos justificadores de o serviço social se apropriar de tais estudos. O primeiro diz respeito ao trabalho profissional ser exercido basicamente no meio de mulheres e para as mulheres; e o segundo, que reafirma o primeiro, se refere à constatação que a maioria dos/as usuários/as atendidos é constituída por mulheres. Dessa maneira,

O ponto de partida é que gênero é um tema transversal e constitutivo da

natureza profissional, uma vez que esta se constitui majoritariamente por mulheres, sendo a história da profissão também a história das mulheres. Busca-se gerar elementos para argumentar que o conteúdo relacionado ao debate de gênero é parte constitutiva dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares (FAURY, 2003, p. 1).

Essa constatação sobre a marca de gênero na profissão é válida e um dos elementos justificadores para tais análises. Contudo, para além dessa indicação, estou por realizar uma reflexão que explicita as desigualdades de gênero como uma problemática social que tem materialidade nas relações socioeconômicas, e que as opressões partem de um mesmo fundamento. Aqui, retomo a premissa que articula capitalismo, gênero e raça/etnia, centrando nos dois primeiros elementos, a fim de apresentar subsídios que contribuam com o debate sobre serviço social e as relações de gênero.

Nesse sentido, faz-se necessário problematizar as reflexões que desarticulam esses três elementos, como a de Lisboa (2010), que apresenta o feminismo como estratégico no seguinte sentido:

Estratégico “implica em um “labor” filosófico uma vez que “ser” e “saber” não podem separar-se. A partir da concepção de “Feminismo Estratégico” da autora, entende-se como necessário que as (os) assistentes sociais se reconheçam como sujeitos históricos, com capacidade para utilizar ferramentas que deslegitimem uma visão estabelecida de realidade social, desconstruindo o sujeitamento da profissão ao longo da história e constatando que o Serviço Social no Brasil tem passado por sucessivas crises de identidade, justamente porque o discurso imposto pela academia não condiz com as práticas do cotidiano que envolvem incessantemente dimensões da vida que vão além da classe (LISBOA, 2010, p. 74).

Classe social, gênero, etnia/raça são eixos estruturantes que empregam um modo de ser e viver socialmente. Daí a recusa da segmentação de tais categorias, pois, como já observado anteriormente, elas se relacionam e se articulam, como fenômeno “capaz de demonstrar as formas variadas de dominação-exploração, que caracterizam as sociedades capitalistas em seus processos vertiginosos de ampliação e imposição ideológica, incapaz de suprimir as disputas de projetos societários” (MIRALES, 2010, p. 8-9).

Assim sendo, as lutas contra as opressões de raça/etnia, gênero, geração, orientação sexual, meio ambiente, nacionalidade, são recortes das desigualdades sociais, e não uma nova questão social, pois não agem acima e nem independentes das contradições entre as classes, contradições estas geradas pela relação capital x trabalho na sociedade capitalista (CISNE, 2012).

Por que os antagonismos de classe são centrais para compreender as opressões? Como explicar que a questão social não se limita apenas pela pobreza, mas, como afirma Iamamoto (2011), é mediatizada pelas disparidades de raça/etnia, gênero, geração etc.? Será que estamos pondo em primazia o econômico, tendo uma análise economicista das outras relações sociais?

Compreender que a base material da sociedade capitalista é importante para se analisar os fenômenos sociais nada tem a ver com a generalização das opressões, como a de gênero, e nem considerando que todas as mulheres sofrem as desigualdades da mesma maneira. Logicamente, também sofrem preconceitos e discriminações a partir de suas particularidades e especificidades. Todavia, as condições materiais determinam a maneira que sofrem os preconceitos, pois, como afirma Toledo (2010), “mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide”.

Essa maneira de compreender os fenômenos sociais, principalmente as desigualdades, se liga a uma forma de conceber o real, que parte da ontologia do ser social para o entendimento da realidade como um todo. Isso não significa que as outras análises das disparidades de gênero, os outros enfoques, estejam errados e devam ser descartados. A discussão não é moral, entre autores bons ou ruins, é científica, parte de uma disputa teórica, ideológica e política que a ciência vem permitindo. O debate deve ser científico e partir de bases teóricas de análises.

Netto (2011), em uma discussão que faz sobre a questão social, nos atenta para os aspectos históricos de nossas desigualdades, que claramente ganham novos contornos na época do capitalismo monopolista. Ao afirmar que o pauperismo de outros momentos se apresenta nesse novo contexto do capital como um fenômeno sem precedentes na história, nos faz lembrar que os acontecimentos obedecem a uma processualidade histórica, não surgem do nada nem se modificam sem mediações. Assim, afirma:

[...] Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava (NETTO, 2011, p. 153).

Essa pobreza não só apresentava elementos materiais, mas englobava outros aspectos e desigualdades próprias da lógica do sistema capitalista. Contudo, o que quero evidenciar, corroborando com Huberman (1986), refere-se à característica de processo dos fenômenos sociais. Netto (2011, p. 161) continua seu raciocínio afirmando que o entendimento da lei

geral da acumulação capitalista deve considerar nas análises a complexa totalidade que envolve nossa sociedade, tanto que posta um desafio teórico que envolve “[...] a pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e tencionam a efetividade social”.

É como afirma Santos (2013, p. 78): “a continuidade do sistema capitalista necessita da sua reprodução ideológica, o que faz pelos mecanismos eficientes de moralização, tendo em vista a manutenção desse poder vigente”. E ainda sobre as mudanças sociais serem determinadas pelas transformações ocorridas na base material, Marx e Engels são categóricos ao afirmar:

[...] será necessária uma inteligência excepcional para compreender que, ao mudarem as condições de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções, os seus conceitos – numa palavra, a sua consciência? [...] O que prova a história das ideias, senão que a produção espiritual se transforma com a transformação da produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante (MARX; ENGELS, 1998, p. 28).

Isso não significa dizer que haja uma mudança mecânica entre economia, cultura e política. Como bem salientei, a história é um processo. Dizer que ao mudar as bases materiais se muda a sociedade como um todo não reafirma uma leitura mecanicista e economicista, mas explicita a localização e importância que a base material tem para a vida social. Isso nos remete lembrar mais uma vez Huberman (1986, p. 62), que evidencia:

[...] se analisarmos os processos históricos, observaremos que as mudanças sociais decorrem a partir de um longo tramitar com recuos e avanços. Ao refletirmos sobre a modificação do feudalismo para o capitalismo, perceberemos que ocorreu mediante um longo período, com várias nuances e mediações, não é algo mecânico e automático, uma vez que [...] ideias e hábitos costumam permanecer muito tempo após o desaparecimento das condições que o originam.

As desigualdades são gestadas a partir de uma base material: as mudanças nas relações econômicas modificam as relações sociais, culturais e políticas. Essa afirmativa parte de constatações históricas. Retomando mais uma vez o referido historiador em suas análises sobre as transformações no sistema feudal, tem-se que as mudanças nas relações econômicas

perpassam as mudanças nas leis e padrões de vida, uma vez que

[...] As leis e a justiça feudais se achavam fixadas pelo costume e eram difíceis de alterar. Mas o comércio, por sua própria natureza, é dinâmico, mutável e resistente às barreiras. Não se podia ajustar à estrutura feudal. A vida na cidade era diferente da vida no feudo e novos padrões tinham que ser criados (HUBERMAN, 1986, p. 28).

O historiador deixa claro que “[...] crenças, leis, formas de vida em conjunto, relações pessoais – tudo se modificou quando a sociedade ingressou em nova fase de desenvolvimento” (HUBERMAN, 1986, p. 41). Essas constatações históricas justificam os argumentos sobre a importância da base material. Aqui pode se perguntar: mas antes do capitalismo tínhamos violência contra a mulher, desigualdades de gênero e racismo, como afirmar que essas desigualdades advêm com o capitalismo?

Aqui caberia uma discussão sobre questão social e alienação. Mas por quê? Qual a relação dessa discussão neste debate? Mesmo que sucintamente, irei abordar essas questões para que se entenda de onde parto para a compreensão das desigualdades de gênero, especificamente no caso desta pesquisa, a violência contra a mulher, e qual sua relação com o capitalismo.

Primeiramente, vale ressaltar algumas considerações sobre a categoria alienação⁵⁴. Aqui, essa categoria é compreendida como um fenômeno exclusivamente histórico-social, jamais natural ou individual, mas que

[...] se apresenta em determinada altura do desenvolvimento existente, e a partir desse momento assume na história formas sempre diferentes, cada vez mais claras. [...] Portanto, a alienação é um fenômeno real que tem na objetividade a sua base real, ou seja, a alienação resulta e se expressa em relações sociais concretas como uma categoria exclusiva do ser social, não sendo um componente essencial da condição humana em geral, mas uma categoria objetiva que surge e se afirma historicamente em condições determinadas socialmente [...] a alienação age sobre os indivíduos, é um fenômeno intimamente ligado ao indivíduo, ainda que não proceda a ideia de

⁵⁴ A categoria alienação jamais trará o significado de anulação do sujeito, como se este fosse incapaz de negar as condições alienantes e tentar superá-las, como se fosse uma coisa, sem consciência, estando amarrado pelas condições da sociedade. Isso não faz parte do conceito de alienação para Marx e alguns marxistas, por isso indico as obras de Leandro Konder: *Marxismo e Alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*, bem como os *Manuscritos econômicos-filosóficos*, de Marx, para o esclarecimento mais aprofundado sobre essa importante categoria. A alienação está posta como uma das bases desse modo de produção, bem como as condições de superá-la, e os sujeitos organizados, ou mesmo individualmente, em alguns casos, podem problematizar essas questões e lutar contra o status dado pelo capital.

que ele [Lukács] reduza a alienação ao plano individual e subjetivo (SILVA, 2012, p. 82-83).

O sistema capitalista se fundamenta nas desigualdades de classe, estas advindas de outros modos de produção, mas ganha contornos diferentes no modelo capitalista. A divisão feudal entre servos e nobres, depois da época colonial entre escravos e senhores, modifica-se com o capitalismo. A exploração do trabalho escravo passa para o trabalho assalariado e isso tem repercussão de como a sociedade vai se organizar. Dessa maneira,

A alienação, para Lukács, não é uma derivação mecânica da propriedade privada e suas consequências nefastas ao desenvolvimento social. A alienação é mesmo anterior à propriedade privada – apesar de não ser uma condição geral do homem –, e decorre de “um nível baixo ou atrasado do desenvolvimento da sociedade”. Contudo, é necessário ressaltar que a alienação ganha conteúdo diversificado a partir da propriedade privada, aquele momento em que passa a existir um desenvolvimento acelerado das forças produtivas [...] Pode-se inferir, portanto, que em todo desenvolvimento histórico, a partir da propriedade privada, desde aquela divisão do trabalho da escravidão clássica até nossos dias, a alienação é um produto social sempre presente (SILVA, 2012, p. 87-88).

O fenômeno da alienação precedeu o sistema capitalista, ou seja, esteve presente em outras sociedades, assim como as opressões. Contudo, sob a ótica do capital, ganha novos elementos e caracterizações.

Marx (2010), em suas análises, deu conta de discutir a alienação econômica, pois suas elucubrações o permitiram aprofundar esse tipo de alienação. Já o filósofo marxista Lukács aprofundou outros tipos de alienação, que Leandro Konder também estudou, especificamente em sua obra *Marxismo e Alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. Mesmo que o objetivo deste estudo não seja dissertar e analisar sobre tal categoria, quero sinalizar que a reflexão dela nos possibilita entender as opressões e desigualdades.

Konder (2009) evidencia que a alienação econômica é a base, a raiz do fenômeno global da alienação, o que não significa reduzir os fenômenos a esse tipo de alienação. Essa afirmativa parte da consideração que, antes de os indivíduos fazerem política, ciência, cultura e religião, necessitam vestir-se, alimentar-se, beber. Assim, antes do trabalho intelectual, realizou o manual.

Como se vê, a base material tem seu primado. As relações econômicas nessa análise se destacam, são enfáticas para se compreender o real e os fenômenos sociais, a sociedade em sua totalidade. Mas por que isso ocorre? A reflexão de Konder (2009, p. 48-49) é elucidativa

quando afirma:

O que tem feito que a vida social, de um ou de outro modo, venha girando sempre, através da história, em torno da economia – o que tem feito com que a economia venha sendo sempre “a espinha dorsal da sociedade” – é aquilo a que Sartre, na sua recente *Critique de La raison dialectique*, dá o nome de *rareté*: a pobreza em que ainda se encontra o desenvolvimento da dominação do homem sobre o seu mundo. O relativo atraso, ainda não superado pela humanidade como um todo. A defasagem que ainda subsiste entre as riquezas controladas pelos homens para um desfrute seguro, verdadeiramente humano e geral.

Essa reflexão nos faz perceber que, em um sistema fundamentado na desigualdade entre capitalistas e trabalhadores, jamais conseguirá gestar a igualdade plena, como a de gênero, uma vez que seu embasamento mátrio perpassa por isso. Assim,

A sociedade capitalista é a sociedade em que a alienação assume, claramente, as características da reificação descrita por Lukács em *Histoire et conscience de classe*, com o esmagamento das qualidades humanas e individuais do trabalhador por um mecanismo inumano, que transforma tudo em mercadoria [...] (KONDER, 2009, p. 130).

Nesse sentido, o referido autor afirma que nem sempre é fácil compreender essa lógica do sistema capitalista, pois na aparência se apresenta como um mundo regido de coisas independentes da vontade dos indivíduos. Estes são assimilados a

[...] um mundo de coisas (de vez que as próprias relações inter-humanas, no plano geral da sociedade, assumem a feição de coisas). E as coisas a cujo mundo o homem é assimilado, ao se tornarem diretoras do movimento da história e da atividade humano, se desindividualizam e perdem as suas qualidades concretas ante os olhos dos homens, compondo um mundo desprovido de existências singulares, um mundo indiferenciado, um mundo desumano, onde o humano- especificamente humano- se vê triturar e inapelavelmente diluir (KONDER, 2009, p. 146).

Ao partir da ontologia do ser social para entender a realidade, observaremos que vivemos em sua sociedade estranhada, em que os sujeitos não se reconhecem – no caso da alienação econômica, no processo de trabalho, perante o produto que criou e perante outros indivíduos (MARX, 2010). Temos que, “[...] sob o capitalismo, a humanidade desenvolvera extraordinariamente o seu domínio da realidade natural, mas sacrifica ainda mais profundamente do que em épocas precedentes o seu domínio da realidade social” (KONDER,

2009, p. 129).

Esse emaranhado de elementos nos possibilitou encontrar outros fatores para compreender a questão de gênero na contemporaneidade, sua relação com a sociedade do capital e os motivos que o serviço social encontra para se apropriar desses estudos. Ao trazer para o debate questões que desnudam as relações de gênero a partir do entendimento da realidade por meio da ontologia, estamos por interligar os complexos sociais que partem, sim, de um dado material.

Além dos quatro elementos citados para a apropriação do serviço social das questões de gênero – ou seja, a articulação com o projeto ético-político, a intervenção do Estado mediante as políticas públicas para as mulheres, a produção de conhecimento do serviço social e a marca feminina na profissão –, temos a articulação profícua entre capitalismo e opressões, elencadas aqui a partir do entendimento do fenômeno da alienação e da produção das desigualdades, nas quais o sistema capitalista se ancorou buscando sua reprodução, valorização e fortalecimento.

Diante do exposto, temos algumas pistas para responder nossa questão primeira deste tópico: onde se insere o serviço social nas relações de gênero e violência contra a mulher? São problematizações que nos remetem, também, a pensar no *status* teórico da profissão, mas também em sua instrumentalidade, refletindo a articulação entre teoria e prática, e como os conhecimentos teóricos subsidiam a intervenção cotidiana. Não posso falar em atuação profissional sem centrar também na instrumentalidade, mesmo porque “[...] a concepção de competência profissional passa a englobar as três dimensões que compõem a intervenção profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa” (SANTOS, 2013, p. 6). Isso se alia também com o conhecimento e domínio dos marcos legais que regulamentam as políticas sociais, espaços que se destacam como *locus* de intervenção profissional.

A exposição desta pesquisa de dissertação foi iniciada com problematizações e análises sobre as categorias trabalho e instrumentalidade, uma vez que compreender a atuação do serviço social em qualquer que seja o espaço sócio-ocupacional requer pensar sobre instrumentalidade, reflexão esta que nos obriga a ter por base a categoria trabalho, como explicitamos no capítulo dois.

O processo de síntese deste trabalho, posto no tópico a seguir, volta ao nosso ponto primeiro: a instrumentalidade da profissão e sua articulação com a categoria relações de gênero. Nesse percurso de síntese, a abordagem se centrará principalmente no questionamento entre a relação teoria e prática, tema que historicamente vem encampado debates no interior do serviço social.

4.5 Especificidade da atuação do serviço social nos serviços que atendem as mulheres em situação de violência: o processo de síntese da pesquisa

De acordo com Forti e Guerra (2013), a formação e intervenção do serviço social estão demarcadas pelos variados dilemas presentes contemporaneamente. A complexidade que envolve a profissão vem a requisições por intervenções e ações de qualidade, fundamentadas intelectualmente, “[...] responsáveis e fecundas, analíticas e críticas, capazes de lhe proporcionar compreensão suficiente para uma ação efetiva e qualificada na realidade social” (2013, p. 3).

O/a profissional deve ter acesso a um arsenal teórico que lhe possibilite a leitura da realidade e oriente sua atuação no cotidiano da prática. É necessário que sua cultura teórica abarque um leque de conhecimentos que o/a auxilie nas estratégias interventivas de suas ações. Para isso, necessita contar com uma formação profissional que o/a possibilite conhecimentos acerca da economia política, a dinâmica do sistema capitalista, as origens dos problemas sociais, compreender os movimentos sociais, os aspectos políticos e culturais presentes na sociedade. Precisa dominar conhecimentos que lhe possibilitem a leitura do real de maneira histórica, processual e dialética. São requisições que não podem parecer como uma cobrança exaustiva e sem sentido para uma profissão, mas que atente para a necessidade de conhecimento mínimo que consubstancia sua intervenção cotidiana. Dessa maneira,

[...] a leitura do real com essa amplitude supõe teorias macroscópicas sobre a sociedade, que possibilitem a apreensão tanto dos elementos estruturais quando dos conjunturais, das peculiaridades de seus nexos com a totalidade, das relações entre os vários elementos que compõem a realidade em que estamos inseridos e na qual pretendemos atuar profissionalmente (FORTI; GUERRA, 2013, p. 3).

De acordo com Mota (2013), o serviço social apresenta-se em duas dimensões: como uma profissão e uma área do conhecimento. Essa última supera os imperativos da imediaticidade da intervenção, o que contribuiu para a gestação e o fortalecimento de uma massa crítica. Para a autora, a referida dimensão possui uma relação de unidade com o exercício profissional, salvo suas distinções.

O serviço social é uma área do conhecimento das ciências sociais aplicadas, sendo reconhecida nacionalmente pelas agências de fomento e pesquisa. Mas, de acordo com Mota (2013), ser uma área do conhecimento ultrapassa essa característica, pois sua hipótese recai na

seguinte consideração:

[...] a hipótese de que o Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão (2013, p. 18).

Essa constatação da autora, segundo seus argumentos, constata e revela a ampliação que a atuação profissional vem desempenhando na contemporaneidade, por meio da ativa participação na constituição de uma massa crítica no âmbito da esquerda brasileira. A estudiosa esclarece que sua consideração sobre o serviço social como profissão e área de conhecimento não traduz uma perspectiva que reforce a divisão técnica do trabalho profissional, transporecida entre quem investiga e quem exerce a profissão, “[...] ao contrário, o que defendo é a existência de uma unidade entre essas dimensões, o que não significa uma identidade, visto que há uma distinção entre o âmbito da produção intelectual e o da ação prático-operativa” (MOTA, 2013, p. 19).

Em relação à distinção entre essas duas dimensões, adverte que a produção teórico-interventiva não materializa respostas imediatas à prática, bem como o exercício profissional que se fundamenta nessa produção, necessitando de outras mediações que advêm da cotidianidade, das condições objetivas onde se implementam as políticas e projetos sociais. “Nesse sentido, não há nenhuma hierarquia ou dicotomia, mas a existência de patamares diferenciados da intervenção social do Serviço Social” (2013, p. 19).

As problematizações da autora se direcionam pela preocupação em não se reduzir o serviço social a sua condição de exercício prático de intervenção nas expressões da questão social, fortalecendo a tendência da tecnificação e revelando uma incompreensão entre a relação teoria e prática.

Inegavelmente, os aportes e as construções críticas do Serviço Social a partir dos anos 1980 – aqui consideradas tributárias do Projeto Ético-Político Profissional – têm incidência sobre a ação profissional, porém não se restringem ao horizonte da intervenção direta e imediata, embora com ela mantenham uma relação de unidade, ao referenciar projetos sociais que extrapolam o âmbito do Serviço Social e de qualquer outra profissão. Ao reconstruir os objetos de intervenção, originários das demandas profissionais, em objetos de conhecimento, submete-os ao exame da crítica numa perspectiva de totalidade (2013, p. 20).

Conforme Mota (2013), pautar o serviço social como profissão e área do conhecimento possibilita, também, confrontar o discurso que desqualifica a produção crítica referente aos macroprocessos sociais. Seus argumentos se direcionam na defesa da função intelectual-crítica do serviço social, que não se limitam a suas demandas imediatas da prática, apesar de se relacionarem. Vale ressaltar que em seu escrito reconhece o movimento conjuntural que condiciona as universidades brasileiras, modelos já estabelecidos nos EUA e na Europa, de uma educação voltada para os parâmetros técnicos que respondam às necessidades do mercado. Aqui faz um adendo e explicita as resistências do serviço social em relação ao aceite aos cursos sequenciais, à distância, aos mestrados profissionais, remando na contracorrente da tendência global.

No decorrer de sua argumentação, afirma que o reconhecimento institucional da profissão não foi um resultado exclusivo de seu mérito intelectual e acadêmico-profissional, mas resultado das determinações impostas pela dinâmica capitalista. O que Mota (2013, p. 22) deseja esclarecer, problematizar e evidenciar é que de forma alguma existe

[...] uma equalização entre a concepção de profissão e de exercício profissional. Entendo a profissão como uma área institucional do saber que referenda, legitima e constitui o sujeito profissional para o exercício de funções intelectivas e práticas. E o exercício profissional como a atividade do sujeito profissional, regulada, social e juridicamente, voltada para a implementação de ações e iniciativas no âmbito do trabalho coletivo, de natureza improdutiva. Todavia, ambas determinadas pela divisão social e técnica do trabalho.

Para Mota (2013, p. 24), o serviço social vem ampliado sua função intelectual por meio do desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação, sob influência do projeto ético-político, sem perder sua unidade com o exercício profissional, “mas expondo uma distinção entre o significado do Serviço Social enquanto área do conhecimento e profissão voltada para a intervenção direta na realidade”.

A intenção não é obscurecer a dimensão prática que caracteriza a natureza do serviço social, mas não se limitar apenas a essa justificativa, correndo-se o risco de fortalecer a tecnificação e o pragmatismo sob a aparência de estarmos falando em uma profissão voltada para a prática. Logicamente, nenhum profissional é obrigado a desempenhar o papel de um pesquisador/a docente, mas é necessário saber que não se exerce a profissão apenas por sua dimensão técnica-operativa. Todos/as os/as profissionais necessitam ter o compromisso com uma formação continuada, fortalecer a investigação e estudos em nosso cotidiano como ferramentas de qualificação profissional no atendimento às demandas postas à profissão.

Evidentemente, muitos são os entraves encontrados pelos/as profissionais nesse processo de formação continuada. Diante dos baixos salários e das precárias condições de trabalho, alguns/as detêm dois empregos, uma jornada exaustiva de trabalho que dificulta estudar e participar de eventos na área do serviço social. Mesmo no cotidiano da intervenção, não conseguem planejar um dia para se reunir com a equipe, debater os casos, estudar alguma referência bibliográfica. A lógica institucional dificulta ir além do trefismo, mesmo porque, por vezes, como no caso das nossas entrevistadas, a instituição conta apenas com uma assistente social⁵⁵ para atender toda a demanda.

Em relação à formação continuada através de estudos, capacitações e cursos, as entrevistadas responderam que

Eu leio uma matéria no jornal, eu sempre tô ligada, tô ligada, sim, as discussões, essa história aí que tem a ver com relação de gênero... Homofobia, essa coisa toda, mas leitura mesmo, literatura e teoria, não. Eu tenho por causa do mestrado, eu fui pra uma outra área, que foi a história, então eu li muito livro de história, eu lia e estudava sobre cultura. Então, querendo ou não, faz a interface olhando pela lente da cultura, mas especificamente, se você me perguntar os autores de gênero, não, eu não tenho lido (Assistente social 01).

[...] sempre leio sobre violência e, como eu sempre tô elaborando os projetos, dou oficinas não só aqui, mas, pelas casas que eu ajudo de vez em quando, tem que estar estudando direito. Indicaria uns dois, um do Giddens (*Transformação da Intimidade*) e o outro é da Mary Del Priore. Você ver que não é nenhum autor do serviço social, mas a gente não consegue entender as coisas direito, e isso aqui também vai embasar o nosso atendimento. O da Mary del Priore, ela é historiadora, tem dois livros dela que eu acho importantíssimos pra quem trabalha com gênero e pouca gente vê, que é a *História do amor no Brasil* e a *História da sexualidade no Brasil* (Assistente social 03).

Assim, eu faço quando é mega ultra demandado a necessidade. Assim, eu tava dentro dos direitos humanos e não tinha uma leitura do Plano Nacional de Direitos Humanos. Não, eu tenho que parar pra ler, mas não é só pra mim, é pra qualquer profissional de qualquer área, senão você vai entrar no ativismo, e eu sou muito autocrítica, eu fico o tempo todo nesse processo de reflexão, [...] eu tenho estagiárias que eu nunca tive, eu tô tendo essa preocupação maior, porque, como eu tô no processo de supervisão, eu quero colaborar positivamente pras meninas. E eu gosto porque elas já tão sentindo muito abertas pra mim, eu disse: “olha, se eu tiver uma postura antiética me falem”. [...] Aqui no grupo, sim, em casa ou parar um momento aqui, para eu ler um texto... (Assistente social 04).

Hoje tá bem difícil até pela questão de dois empregos, eu saio de casa, porque eu moro aqui pertinho, eu venho com a minha irmã, é cinco minutos

⁵⁵ Somente o Centro de Referência Francisca Clotilde do município conta com duas profissionais.

de moto ou menos, e daqui já vou [*instituição*], eu ainda não tenho carro, eu vou de ônibus, e aí realmente eu tenho priorizado outro estudo na minha vida, que é o meu envolvimento com a Igreja, e aí eu tenho negligenciado a questão. Leio, sempre que aparece, tem umas estagiárias que trazem cada coisa nova (Assistente social 05).

[...] pra não cair na rotina, é importante essa questão de a gente estar sempre se atualizando, não deixar de estudar, porque se a gente deixar a rotina toma de conta desse espaço que a gente também tem pra direcionar, pra nos atualizarmos, a gente acaba na rotina e fica o fazer profissional por fazer mesmo. [...] eu ainda tento, uma vez por outra eu ainda tento, por exemplo, um curso que tá tendo de direitos humanos e eu tento puxar as meninas, vamos fazer todas aqui do abrigo, e a gente se inscreve, se organiza, mas a rotina complica um pouco, e tenta se organizar quando tem tempo. [*Sobre a temática de gênero e violência*] Vez por outra, mais a questão das cartilhas, uma coisa bem superficial, livro mesmo não tenho muito contato, não (Assistente social 06).

Sobre a participação em eventos, principalmente na Semana do Serviço Social organizada pelo CRESS/CE, as entrevistadas responderam:

Já participei de várias, ano passado não participei, inclusive esse ano me prometeram que eu ia fazer um show e eu vou cobrar. Acho que ano atrasado, porque na verdade eu nem sei se foi ano atrasado porque em 2011 eu tava no Crato, 2012 eu não participei, então talvez foi em 2010. Na História, no mestrado, eu apresentei vários trabalhos, tenho artigo publicado em livro, agora tem a dissertação, participo de um grupo de pesquisa dentro do mestrado, que é o DICS, que é cultura, a gente estuda cultura (Assistente social 01).

Serviço social, violência, quando é gênero e outras áreas que eu gosto, também como a questão do tráfico e medidas socioeducativas, as que eu me identifico que eu fico procurando que tem e eu vou (Assistente social 03).

Dos eventos da coordenadoria, sim, mas os focados, tipo eventos do CRESS, já faz um bom tempo que eu não vou (Assistente social 05).

Do CRESS eu ia mais, depende da rotina [*da instituição*], se tiver lotada eu nem apareço, faz muito tempo que eu não vou, desde o ano passado que eu não vou. Ano passado, em 2012, eu fui, mas eu acho que eu fui umas duas vezes, que era a reunião do CRESS com as assistentes sociais dos abrigos, que é toda terça feira, mas faz muito tempo que eu não vou, porque tem essa dificuldade também, se pudesse não ir era melhor (pra gestão), mas de vez em quando, quando a Casa tá mais calma, eu vou, mas quando tá lotada nem pensar. Do direito⁵⁶ eu participo (Assistente social 06).

Essa questão da capacitação e formação continuada não é uma responsabilidade tão somente da/o profissional, como prevê a Política de Enfrentamento à Violência contra a

⁵⁶ A profissional cursa a faculdade de direito.

Mulher. Devem fazer parte do cotidiano das instituições as capacitações, os espaços de reflexão, os cursos, ou seja, momentos de formação para a equipe técnica. Ao serem indagadas sobre a oferta de capacitação pela instituição, as entrevistadas responderam:

Oferece assim, o fórum às vezes oferece umas capacitações... Eu não sei, eu nunca fiz nenhuma capacitação pelo Tribunal, até porque eu acabo não priorizando porque eu saio daqui duas horas e vou fazer outra coisa da minha vida, se tiver na hora do trabalho e tudo, mas normalmente a psicóloga vai (Assistente social 01).

De vez em quando tem, mas sempre [...] é sobre o trabalho daqui, sobre os procedimentos, sobre orientar melhor, sobre a atuação dos profissionais diante da lei. [*se participa*] Na realidade, não (Assistente social 02).

Sim, teve uma há pouco tempo, não é sempre, e eu acho que deveria abranger o pessoal do apoio, recepção, e não é colocado, esse ano não incluíram. Atendimento, gênero, violência, feminismo, tudo. [*se participa*] Quando dá eu vou, eu fui em 2011, eu sempre vou pra Semana do Serviço Social, só que o que tá acontecendo é que a gente não tá sendo liberado pra participar, esse ano eu não consegui liberação de nada e ano passado, por ter a campanha eleitoral, a gente ficou muito amarrado também (Assistente social 03).

Oferece, é uma coisa que eu percebo que há muita preocupação das meninas [*sobre*] tráfico de pessoas... [*foi a última que fizeram*] De uns três anos pra cá, eu tô bem afastada (Assistente social 04).

Oferece, mas a meu ver é precária. [*se participa*] Não, já faz um tempinho que eu não vou (Assistente social 05).

Pra gente oferece, ano passado eu não participei, porque a capacitação que teve era sobre convivência familiar e comunitária, mas como eu já trabalhei em abrigo de criança, e aí não direciona pra que não tem experiência, eu não participei de nenhuma no passado, [...] (Assistente social 06).

Mediante a complexidade da realidade em nossa sociedade, faz-se necessário uma atuação profissional que preze por respostas que atentem para a compreensão dos significados sociais dos problemas, atuando na realidade de maneira crítica e analítica em relação às demandas e aos/às usuários/as que atendem, e não apenas de maneira imediata, baseando-se no senso comum ou em princípios que exalam o conservadorismo, o vitimismo e o individualismo.

Torna-se de extrema importância profissionais com uma formação de qualidade, que fortaleça e fundamente as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão. Isso não significa que a teoria deva ser aplicada puramente na prática, que o conhecimento teórico bastará para resolver as demandas e que a teoria por si só mudará e

enfrentará todos os problemas sociais. A compreensão se refere que

[...] a teoria não é capaz, por si só, de processar qualquer alteração na realidade concreta. Contudo, a prática como atividade efetiva que permita transformação na realidade natural ou social não é uma atividade qualquer, mas atividade que possibilita ao sujeito reflexão sobre sua ação e revelações sobre a realidade que possibilita a decifração das categorias e captação da legalidade dos fenômenos. É uma ação capaz de proporcionar conhecimentos, transformando e qualificando nossas ideias sobre as coisas e de nos fornecer meios, caso tenhamos intenção de modificá-las (FORTI; GUERRA, 2013, p. 4).

O conhecimento contempla as experiências empíricas e os conceitos formulados pelos indivíduos. É uma ação humana, que surge a partir de necessidades postas com o desenvolvimento em sociedade. Assim, as elaborações teóricas são uma forma de objetivação humana,

[...] a recorrência que os profissionais fazem às elaborações teóricas engendra-se, fundamentalmente, de duas determinações: da busca por saberes que tenham pertinência com a sua prática, melhor ainda, da oportunidade que as teorias portam de responder às situações com as quais os agentes se defrontam ao seu cotidiano profissional e que sejam compatíveis com a visão de homens e mundo profissional; da possibilidade de retornarem esse conhecimento à vida cotidiana, agora enriquecida pela apreensão das múltiplas determinações que a constituem, no sentido de objetivá-lo em ações, reunidas num conjunto de habilidades específicas, reconhecidas socialmente (GUERRA, 2011, p. 181).

No processo de conhecimento, objetividade e subjetividade estão em constante relação, por ser na práxis⁵⁷ que a razão se forma e se realiza, contendo as possibilidades de escolhas dos sujeitos. Estas, bem como os conceitos, ideias e representações, são históricas e necessárias, o que não significa dizer suficientes para emanar transformações.

Guerra (2011) atenta que, ao negligenciar as causalidades, as determinações universais do movimento histórico, da autonomia relativa perante a prática, as intervenções dos/as assistentes sociais se caracterizarão como volitivas. Se os/as profissionais se posicionarem por ações extremistas que anulem as particularidades e dissolvam as mediações, se direcionará para a ordem que a sociedade burguesa produz e reproduz desde a implementação do sistema capitalista. A adoção da práxis como constitutiva da materialização da razão é “[...] constituída, constituinte e constitutiva do processo histórico, pode balizar adequadamente a relação materialidade/idealidade, teoria/prática e a racionalidade que daí deriva” (GUERRA,

⁵⁷ “[...] atividade prática transformadora da realidade natural e/ou social” (GUERRA, 2011, p. 183).

2011, p. 184).

Na incompreensão dessas questões, da importância do conhecimento teórico e mediante os limites encontrados no cotidiano da prática, por vezes, a ideia de que “na prática a teoria é outra” é corroborada e fortalecida, como se para intervir não fosse necessário o conhecimento teórico, as pesquisas científicas e as produções que analisam o real.

Como afirma Castro (2011), para compreender o serviço social é necessário pautar dois processos na discussão: a função concreta que desempenha no interior das relações sociais entre as classes e o papel que a religião católica e a Igreja tiveram no processo de formação da profissão.

O autor afirma que só conseguiremos compreender o serviço social se inserirmos na reflexão o desenvolvimento das relações de produção capitalista conforme as particularidades de cada país. Além do mais, problematizar sobre a institucionalização da profissão remete-nos à inserção no campo universitário. Contudo, adverte-nos Castro (2011, p. 45):

[...] antes de encontrar espaço universitário, o Serviço Social tinha uma prática configurada, que implementava mediante suas componentes principais: um conjunto de objetivos tácitos ou explícitos, setores para os quais os profissionais dirigiam a sua atividade e agentes concretos encarregados de exercitá-la.

As atividades profissionais são modificáveis, tanto que a relação entre Igreja Católica e serviço social se modificou conforme as transformações sociais. A Igreja, em especial a ação social católica, foi um elemento que colaborou com o surgimento da profissão, a qual se baseava num projeto de reforma social em prol de manter seu poderio ideológico.

Na América Latina, a Igreja desempenhou um papel importante, tendo sedimentado sua significação social e política ao longo do período colonial, influenciando intelectuais e monopolizando conhecimentos religiosos, filosóficos, científicos, bem como a educação da época, interferindo nos costumes, valores e na própria noção de justiça.

No período colonial, organizava a assistência social e não queria perder seu domínio com a eclosão da industrialização. De tal modo, lutou pela recuperação de sua hegemonia cristã, sentindo-se ameaçada pelo marxismo e pela proposta liberal. Assim, cria centros de estudos, universidades e sindicatos católicos.

Duas encíclicas influenciam esse processo de profissionalização do serviço social, sua vinculação nas instâncias do Estado e seu ingresso na Universidade. A *Rerum Novarum*, por exemplo, de 1891, publicada por Leão XIII, apresentava a solução proposta pelo socialismo e aquela sugerida pela Igreja. Baseava sua argumentação na premissa de que a propriedade

privada era um direito natural e que os homens possuíam igualdade para a repartição do mundo deixado por Deus, cabendo o esforço de cada um para traçar suas condições de vida e propriedade.

De tal modo, a encíclica vai propor que se humanize a ação dos proprietários, naturalizando as oposições de classe ao afirmar que existe uma variedade de talentos, justificando, assim, a desigualdade econômica. Apenas a religião cristã seria capaz de travar um acordo entre ricos e proletariado, pois, “sob estas condições, a equidade e a liberdade são fórmulas religiosas que nada têm a ver com as relações de exploração que se estabelecem entre o capital (defendido pela *Rerum Novarum*) e o assalariado (a quem a encíclica impõe normas de condutas)” (CASTRO, 2011, p. 57).

O operário deveria aceitar o disciplinamento e suas condições econômicas e sociais, indo de encontro aos movimentos que impunham insegurança à reprodução do capital. Aos ricos se colocava deveres de justiça e caridade, e aos pobres davam o consolo para aceitarem as condições naturais de vida e trabalho. Atendendo a essas recomendações, seria possível a amizade e o amor fraterno entre as classes.

Para Castro (2011, p. 106), a encíclica é uma resposta à situação da classe operária e à ação socialista; a Igreja desempenhou uma função política para garantir sua hegemonia, abalada pela nova ordem do capital que se consolidava. As encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Annum* influenciaram a formação das assistentes sociais, que deveriam agir junto à família operária, em prol do matrimônio, da educação e do cuidado dos filhos, dos menores delinquentes, dos enfermos. Era uma atividade “[...] para reformar e melhorar os costumes”.

Todo esse passado ligado e influenciado pela Igreja denotou à profissão um caráter caritativo e assistencialista que a demarcou por muito tempo. E, se examinarmos mais de perto, verificaremos alguns/as profissionais e estudantes reproduzindo esses princípios morais e religiosos que marcaram o início do serviço social. Em relação à compreensão sobre a profissão, as entrevistadas entendem o serviço social especificando alguns elementos⁵⁸.

A entrevistada 01 enfatizou a trajetória da profissão para tratar de sua abrangência e amplitude, no que se refere a acessar vários conhecimentos das ciências humanas e sociais para a compreensão da questão social, creditando ser um fazer profissional ligado à pobreza. Assim afirma:

⁵⁸ Vale ressaltar que todas as entrevistadas afirmaram ter identidade com a profissão, com o exercício profissional.

Eu tô fazendo uma visão panorâmica desde o tempo que eu me formei. Do que eu me formei pra cá, o que eu poderia ver são os estudos que eu fiz, aí vem as histórias de como surgiu, da Igreja, com aquela visão da caridade, aí depois veio mudando com a questão de ver o assistente social como profissional, a visão técnica, enfim. Mas assim, eu acho que foi uma profissão que ganhou muito mercado de uns tempos pra cá, abriu muito um leque... Se está sendo bem remunerada, aí é outra história, mas abriu um leque. Eu não sei se isso significa um reconhecimento, ou se isso significa até mesmo uma exacerbação da questão social ou uma visão de governos que entraram na política brasileira, na presidência, ou se voltaram pra essa questão da linha da pobreza etc. Mas a minha visão da profissão é que é uma profissão extremamente abrangente. [...] eu vejo que o assistente social é um profissional que, primeiro, ele bebe em várias fontes do conhecimento, a gente faz disciplina de psicologia, de sociologia, de filosofia, aí vem as específicas, que é a questão da história mesmo do serviço social e da questão teórico-prática, mas eu vejo como uma profissão que na realidade brasileira tá muito ligada à questão da pobreza, sim, não tem nem como negar, mas se você pensar do ponto de vista mais mundial mesmo, de países mais “desenvolvidos”, ele não fica só nisso [...] (Assistente social 01).

Outras entrevistadas não se detiveram a sinalizar o que seria a profissão. A assistente social 02 centrou na sua área de atuação para definir o serviço social, a profissional 03 tratou do não reconhecimento da profissão, da precarização do trabalho e das relações salariais. Ambas não ofereceram elementos mais gerais sobre a definição, função social e significado do serviço social. Consideraram que

A gente esclarece os direitos, a gente esclarece que a mulher é uma pessoa que merece respeito, ela tem essa vida porque ela quer, ela não está nesse relacionamento obrigada, ela está naquele momento porque ela quer, e ela vem aqui em busca de mudanças, é isso que ela quer, mudanças de comportamento do agressor. E muitas vezes a separação fica difícil porque tem a dependência financeira, a dependência afetiva, a vergonha em relação aos familiares, muitas vezes os próprios familiares não sabem o que ela sofre (Assistente social 02).

Eu amo minha profissão, o que eu tenho raiva é do não reconhecimento dela, mas eu acho que eu nasci mesmo pra ser assistente social, o que dá raiva mesmo é a falta de valorização da profissão, que se dá não só com os baixos salários que a gente tá tendo agora, tem prefeitura fazendo concurso por 800 reais pra pagar um profissional. Quando eu entrei pro serviço social, teve um concurso de uma prefeitura que foi de 400 e pouco, daqui de Fortaleza, é um absurdo tremendo, eu acho isso uma desvalorização de um profissional enorme. Eu fico revoltada porque, poxa, a gente tá aqui pra trabalhar com as injustiças sociais, também isso é uma injustiça, acho que falta uma articulação maior da categoria pra tá lutando contra isso, boicotando mesmo esse tipo de concurso, por exemplo, sabendo que às vezes a prefeitura paga 1.800 reais pra um assistente social que dá plantão em final de semana, enfim, é revoltante. Enfim, eu acho que não é só essa questão salarial, é o reconhecimento mesmo da profissão, acho que é o que me deixa triste (Assistente social 03).

A entrevistada 04 centrou sua resposta na preocupação em não assimilar a profissão como ajuda e caridade, fez menção ao projeto ético-político, demonstrando sua credibilidade, e sinalizou a necessidade em traçar estratégias de intervenção. Mesmo não tendo escolhido serviço social como primeira opção, passou a identificar-se com o curso e o exercício profissional. De acordo com a profissional,

[...] eu entrei na universidade por força, porque eu tinha que fazer alguma coisa. Eu queria direito, ainda acho que vou fazer, mas pra agregar saber à minha prática de assistente social. Eu me descobri dentro da universidade, ajudar as pessoas, ajudar é dar a sopa ali na praça da estação, massa, é legal, não tô dizendo que é feio, não, é fazer com que a pessoa olhe minimamente pra ela, saber que ela tem direito de ser bem atendida num local, eu participar desse processo com as pessoas pra mim é maravilhoso. Claro que tem a questão individual, você cria vínculo com a pessoa, óbvio, principalmente com os meninos moradores de rua, eu sentia isso, poxa que legal, mas é também a questão do projeto ético-político da minha categoria, eu acredito, se eu acreditar que isso é uma balela, coisa de aluno, eu deixo de fazer porque eu vou ser qualquer coisa menos assistente social, e eu não quero queimar a categoria, não quero queimar meu projeto ético-político, enquanto eu acreditar eu vou estar aqui. É difícil? É, tô dentro de uma estrutura que embarra naquilo que a gente deseja, que a gente acredita que exista, mas eu tô aqui, e eu tô acreditando (Assistente social 04).

Duas entrevistas referendaram profissão direcionada para a legitimação dos direitos, voltada para valores sociocêntricos que não individualizem e moralizem a questão social. O entendimento que temos sobre os fenômenos sociais, sobre a sociedade, sobre a profissão, conduz nossa maneira de intervir no real.

[*serviço social*] tem um olhar diferenciado, ele tem um olhar voltado pra história de vida do indivíduo, pro contexto social no qual ele está inserido, pra dinâmica que ele tem, pra instrumentalidade que ele tem ou não, pra políticas sociais que são disponibilizadas pra ele ou não. Por exemplo, um médico que passa um remédio pra uma criança e a mulher diz: “ah, não posso comprar esse remédio, não, porque é muito caro”. Ele pode interpretar que é má vontade, que ela não tá priorizando a saúde do filho, mas o serviço social não, ele vai investigar: “mas por que você não pode comprar esse remédio?” [...] A gente vai visualizar toda a dinâmica daquela família. Então, infelizmente dizem assim: “ah, trabalho de assistente social qualquer um faz”. Não faz porque não vai ter esse olhar. Então, eu acho que o diferencial do serviço social é esse, porque ele vai olhar pro indivíduo em toda a amplitude de suas vivências, de seu cotidiano [...] (Assistente social 05).

O serviço social tem uma visão que vai além, a gente trabalha e percebe além da demanda que é apresentada pra gente, se tem uma alternativa melhor de solução pra situação da demanda, enquanto outros profissionais eu percebo que não têm aquela visão positivista, “ah, é daquele jeito”, julgam, e

a gente vai ter um outro modo de atuação, vai entender melhor a situação da demanda, vai melhor articular, enquanto outros profissionais não percebem assim (Assistente social 06).

A assistente social 06 menciona que o serviço social detém uma percepção para além da demanda em seu nível imediato, ultrapassam uma visão positivista, mas isso só é possível com o aporte teórico que apresentam elementos norteadores à intervenção cotidiana, rompendo com o pragmatismo.

O pensamento que surge e se alastra nos Estados Unidos, no final do século XIX e início do século XX, chamado de pragmatismo é caracterizado por ser uma vertente irracionalista do pensamento, que fundamentou o espírito empresarial ao estar profundamente articulado com a mercantilização da vida social, uma vez que exalta as atividades práticas e utilitárias, importando-se com o êxito individual. Conforme o pensamento pragmático, “[...] o significado de uma concepção ocorre em consequência das experiências exitosas vividas por meio de sua aplicação” (FORTI; GUERRA, 2013, p. 5).

Nessa perspectiva, a teoria só teria validade ao ter a capacidade de responder imediatamente à realidade. Para Forti e Guerra (2013), esse pensamento está em consonância com a racionalidade do capitalismo. Ao separar teoria e prática, se remetem às bases das contradições entre capital e trabalho, como a alienação.

A divisão social do trabalho teve o efeito positivo ao impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a evolução dos indivíduos. Todavia, com o aparecimento da propriedade privada e a formação das classes sociais, sob comando do sistema capitalista, por exemplo, ocasionou, como afirma Konder (2009), o fracionamento da humanidade e a ruptura com a comunidade espontânea, pois

[...] com a divisão social do trabalho é que a situação muda. A divisão da sociedade em classes repercute em cada indivíduo. Já não é mais razoável esperar que cada indivíduo veja realmente no próximo um seu semelhante, isto é, um indivíduo potencialmente igual a ele, porque, com a diferenciação das condições sociais e a pertinência a diferentes classes, a semelhança entre os indivíduos sofre um esvaziamento de sentido. Como é que um aristocrata proprietário de escravos, desfrutando do ócio que lhe proporciona a exploração do trabalho alheio, poderia ver com clareza e concretamente no escravo que lhe está subjugado um seu igual? (KONDER, 2009, p. 64-65).

Dessa divisão social do trabalho advém a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual – tanto que a cisão entre os que pensam e executam tem fundamento nas bases em que se organizou o sistema capitalista. Esse divórcio, como afirma Konder (2009), deixa a

marca da alienação no sujeito, sendo o fundamento que sustenta, segundo Forti e Guerra (2013), o falso dilema entre teoria e prática. Esse falso dilema

[...] cava um abismo entre a teoria e a prática, provocando o exílio da teoria para *fora* da prática e instaurando formas de atividade das quais a teoria tinha necessariamente de estar banida. De dois aspectos de uma mesma realidade – a práxis humana- a teoria e a prática passar a ser duas realidades independentes, capazes de se estranhar reciprocamente (KONDER, 2009, p. 65).

É necessário romper com essa ideia que fortalece a cisão entre teoria e prática e compreender que a prática deve se referenciar na teoria e não negá-la, negligenciando-a e fazendo com que a prática se torne “[...] mera experiência irrefletida e desconexa de conhecimentos essenciais, restrita ao âmbito do senso comum” (FORTI; GUERRA, 2013, p. 7).

Conforme Forti e Guerra (2013), o que a teoria transforma são ideias, concepções, percepções, elementos que também são parte da realidade. E entre a transformação da consciência e do real fazem-se necessárias outras mediações e intervenções, uma vez que o conhecimento

[...] em nível teórico não incide diretamente na realidade, no nível prático-empírico, e o mesmo se dá também no âmbito profissional – e da nossa profissão. Não obstante o conhecimento nos fornecer a compreensão da sociedade em que estamos inseridos e na qual se inserem nossos objetos de intervenção, dele nos cabe extrair também a compreensão desses objetos e do modo de agirmos profissionalmente – quando e com quem? Mais do que isso, o conhecimento teórico (ético-político) é que nos permite imprimir sentido à nossa ação, uma vez que a teoria incide sobre a compreensão da direção social, do significado e das implicações desse fazer profissional (FORTI; GUERRA, 2013, p. 19).

É preciso fortalecer que o/a assistente social é um intelectual que atua e intervém na realidade social, tendo como objeto de intervenção as múltiplas expressões da questão social e como campo de trabalho as instituições públicas e privadas que apresentam demandas a esse/a profissional.

Para isso, necessita de criatividade, criticidade e proposição em sua capacidade de intervir no cotidiano, espaço contraditório e dinâmico, carecendo ser desvendado e, principalmente, desnaturalizado, visto que vivemos em uma sociedade perpassada por injustiças sociais, violências e desigualdades.

Santos (2013) afirma que existe uma tendência no/a profissional de serviço social em

não fazer o caminho de volta, ou seja, pesquisa sobre a realidade, mas não articula como ela chega como demanda ao/a profissional. Dessa maneira,

Ao mesmo tempo em que se afirma que o conhecimento teórico é suficiente para pensar os instrumentos e técnicas para uma intervenção, há uma separação entre conhecimento sobre o fenômeno como processo social e como intervenção, ou melhor, centra-se força no conhecimento sobre o fenômeno sem buscar as mediações que estão, necessariamente, imbricadas nessa passagem da teoria à prática e vice-versa. Constata-se, então, uma polaridade: um acervo teórico que se distancia de um acervo sobre a intervenção (SANTOS, 2013, p. 29).

Seguindo essa linha, a autora menciona a necessidade que a formação possui de contemplar um conhecimento sobre o mercado de trabalho do/a assistente social, o que não significa dizer que a formação deva se limitar a ele, mas sim oferecer um conjunto de elementos e de conhecimentos aos/às estudantes que incorpore as exigências profissionais. Torna-se de extrema importância pesquisas sobre a intervenção profissional que alie as três dimensões do serviço social, pois

[...] pensar a intervenção é fundamental numa profissão cuja natureza é prioritariamente interventiva. A intervenção é constituída e constituinte de várias dimensões: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Pensá-las como unidade - sendo que a dimensão técnico-operativa deriva das demais - vem sendo a grande preocupação no debate atual sobre instrumentos e técnicas no Serviço Social (SANTOS, 2013, p. 98).

Sem sustentação teórica, política e ética, o trabalho profissional não terá consistência e se afastará do que a profissão vem fortalecendo desde o Movimento de Reconceituação com a perspectiva intenção de ruptura, a qual possibilitou a elaboração e legitimação do Projeto Ético-Político Profissional. Dessa maneira, é

[...] crucial capacidade intelectual – busca de substanciais conhecimentos teóricos e metodológicos (inclusive ético-político) que lhe permitam situar o seu papel como profissional na realidade social – sem o obscurecimento de idealismos e dos limites das intervenções que não ultrapassam o plano das intervenções, pois desconexas da realidade. Isso requer a busca de conhecimentos que qualifiquem intelectualmente o profissional para escolha responsável do rumo que ele irá tomar, pois o Serviço Social, conforme Yamamoto (2007), é profissão que participa de um mesmo movimento que tanto possibilita a continuidade do nosso modo de sociedade como cria possibilidades para a sua transformação, e as conjunturas não condicionam, não obstante a imposição de limites e possibilidades, unilateralmente as perspectivas profissionais. Desse modo, o assistente social que situa a dimensão intelectual que lhe compete, compreende que operações

particulares têm conexão com a totalidade e requerem a aquisição de preparo teórico (ético-político) e metodológico capaz de desvendar e efetivar sua atividade profissional (FORTI; GUERRA, 2013, p. 9-10).

Torna-se indispensável apostar numa intervenção que tenha como horizonte a transformação das desigualdades, a efetivação dos princípios do projeto ético-político que possui a liberdade como valor ético central, norteadas na luta por outra sociabilidade. Para isso, necessita desnaturalizar as relações, os problemas sociais, desvendar as nuances que encobre a realidade, compreender a totalidade social, suas particularidades e especificidades, uma vez que, como afirma Forti e Guerra (2013), é na sociedade que os/as assistentes sociais encontram o solo histórico de sua origem e ação.

Esse horizonte também é construído e fortalecido pela categoria mediação no processo de intervenção, no qual se põem em movimento as três dimensões que constituem o serviço social.

De acordo com Pontes (1997), mediação não se define somente como uma forma de mediar conflitos e problemas, pois é uma categoria da teoria marxista e para sua compreensão é preciso uma fundamentação no método dialético de análise do real.

Para o referido autor, a categoria mediação torna-se relevante ao serviço social a partir da década de 1980, com o movimento de renovação da profissão, especificamente na perspectiva intenção de ruptura, mediante o amadurecimento do pensamento marxista na categoria profissional. O estudioso explicita que sua introdução deu-se primeiramente pelo viés político e em seguida pelo teórico-metodológico, tendo em vista a necessidade de resposta às demandas.

A categoria mediação possui, para Pontes (1997), duas dimensões: ontológica e reflexiva. É ontológica por ser parte constituinte e constitutiva do real e reflexiva pela possibilidade de (re)elaboração pela razão. Martinelli (1993, p. 137) participou do debate sobre a referida categoria e a define da seguinte maneira:

A mediação é uma das categorias centrais da dialética, inscrita no contexto da ontologia do ser social e que possui uma dupla dimensão: *ontológica* - que pertence ao real, está presente em qualquer realidade independente do sujeito e *reflexiva* - elaborada pela razão, para ultrapassar o plano da imediaticidade (aparência) em busca da essência, necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto.

Conforme a estudiosa, a mediação possibilita que o/a profissional se aproximasse do real, desvendando as aparências que encobrem os fenômenos sociais. É um processo prático

concreto de construção e reconstrução das expressões da questão social apresentadas ao/à assistente social como demanda imediata.

A contribuição dessa categoria no processo de intervenção é abissal por contribuir com o entendimento da totalidade social, rompendo com o entendimento isolado dos fenômenos sociais. De tal modo, sua apreensão perpassa pela compreensão da tríade: singularidade, particularidade e universalidade.

De acordo com Pontes (1997), a singularidade denota a dimensão do aparente, do fragmentado, do pontual, isto é, as demandas e requisições postas no cotidiano do exercício profissional apresentam-se como problemas individuais, singulares, como um caso isolado, não guardando relação com a totalidade da vida social. Ao fincar-se somente nessa dimensão, a/o profissional tende a individualizar a questão social e, em último caso, culpabilizar os/as usuários/as. Esse imediatismo determina as respostas dadas as demandas.

Em relação à universalidade, Pontes (1997) afirma que se interliga com as determinações universais, ultrapassando a esfera da singularidade, do aparente, em direção ao entendimento da essência dos fenômenos. Para se chegar à universalidade, é preciso um elemento mediador entre singular e universal. Aqui entra a particularidade, a esfera que possibilita a reconstrução dos fenômenos no âmbito reflexivo e sua articulação com a totalidade da vida social. Isso não significa afirmar que a mediação se resume ao conhecimento e desvendamento das expressões da questão social: por meio desse conhecimento os mecanismos e estratégias de intervenção serão traçados. De acordo com Martinelli (1993, p. 5), “a dialética do universal, particular e singular se manifesta na realidade e pode ser reproduzida pela razão. A partir do pensamento vamos do singular ao universal através do particular”.

Pontes (1997, p. 42) caracteriza a particularidade como um campo de mediações que permite aproximações sucessivas com o real,

A particularidade é a categoria reflexiva que propicia que a universalidades ganhem sentido objetivo-operacional na vida singular dos usuários do serviços sociais públicos, nos seus problemas pessoais e psicossociais. aquela situação, que se afigurava no plano da singularidade como “problema individual-familiar”, mediatiza-se pelas leis societárias tendenciais e particulariza-se pelas determinações históricas, ganhando, por aproximações sucessivas, *concretude* no entrecruzamento dos complexos sociais (que o compõe, e é por ele composto)

O/a profissional necessita compreender a forma de existência das expressões da questão social a partir dessa tríade, singular, universal e particular. A adoção da categoria

mediação não é uma opção, mas uma vinculação com o movimento da realidade, possibilitando-se intervir a partir da perspectiva da totalidade.

Uma leitura equivocada e acrítica dessa realidade pode trazer consequências negativas para o/a profissional, principalmente no que se refere às respostas dadas às demandas cotidianas, como, por exemplo, uma atuação que legitime o *status quo*, os valores basilares empregados pela sociabilidade do capital e principalmente a individualização dos problemas e a culpabilização dos sujeitos pelas dificuldades, injustiças e violências que vivenciam.

Sem o conhecimento teórico e as outras dimensões (ético-política e técnico-operativa), bem como o auxílio da categoria mediação, não é possível romper e questionar os parâmetros da ordem vigente, fazendo da ação profissional um mero fortalecimento das bases desiguais do sistema capitalista.

Evidentemente, não depende apenas do/a assistente social a efetivação do projeto ético-político, de uma atuação voltada para seus princípios e diretrizes, uma vez que as condições objetivas condicionam e influenciam o fazer profissional. Contudo, as contradições sociais não podem justificar uma intervenção não qualificada.

O debate sobre a atuação profissional não pode ser concebido de maneira unilateral, nem mesmo focar apenas na responsabilidade individual dos/as assistentes sociais. Carece, assim, de uma análise capaz de ler a totalidade social na qual a profissão se insere, suas contradições, especificidades e particularidades, compreendendo a lógica do modo de produção capitalista em sua versão neoliberal; a maneira de organização do Estado e suas respostas, mediante políticas públicas e sociais, as expressões da questão social; as particularidades regionais, locais e as gestões das políticas sociais, espaços sócio-ocupacionais do serviço social; as condições e relações de trabalho; as ofensivas contra uma formação acadêmica de qualidade – visto os desmontes na política educacional brasileira –, bem como o compromisso com o aprimoramento intelectual e a formação continuada, a fim de entender as concepções e posturas profissionais, que possuem um caráter subjetivo – porém, este é determinado por toda a realidade social vivida pelo/a profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica contemporânea imposta à divisão sociotécnica do trabalho, de acordo com Netto (1996), apresenta a necessidade de se repensar o serviço social, pois novas competências são demandadas aos/às profissionais, desde a área da produção de conhecimentos à instrumentalização das ações. Essas novas competências passam pela formação profissional. É sabido que nem sempre o assistente social atuou nas questões da violência contra mulher, mesmo porque recentemente é que esse fenômeno é tratado como uma questão pública que requer intervenção do Estado. Essa questão se coloca dentro de um bojo maior, onde o contato com a maturação de novas expressões da questão social e as metamorfoses das antigas se exarcebam, carecendo do desenvolvimento de outras competências, atribuições e habilidades profissionais.

Caso o/a profissional não seja capaz de elaborar respostas qualificadas às demandas que se avultam na contemporaneidade, o serviço social, com bem salienta Netto (1996), pode definhir ou se tornar uma profissão residual. Caso não se delineiem as atribuições específicas e privativas da profissão, seus instrumentos técnico-operativos, sem optar por uma intervenção qualificada teoricamente, tecnicamente e eticamente, possivelmente a profissão perderá espaço de atuação e mesmo perderá sua identidade nas instituições. Um dos fatos mais intrigantes que encontrei na pesquisa se refere à situação de não definição clara e objetiva das atribuições e competências do setor de serviço social, que tem como consequência o enviesamento nas dimensões que compõem a profissão, como na emissão de relatórios e pareceres iguais aos dos/as profissionais de psicologia ou na utilização apenas de um instrumento jurídico, como o B.O., para a realização do trabalho.

Netto (1996) esclarece em suas análises que as respostas puramente instrumentais são o caminho mais rápido para a neutralização dos conteúdos críticos da profissão e que as novas questões que surgem como demandas para a intervenção profissional só serão convertidas em ganhos para o serviço social se pudermos antecipá-las com análise teórica.

É importante debater as relações de gênero, a violência contra a mulher e outras opressões contemporâneas, que estiveram presentes em outros modos de produção mas são resgatadas pelo sistema capitalista, o qual se fundamenta em desigualdades e opressões, e em outras expressões da questão social.

Tal constatação contribui com o repensar a profissão na contemporaneidade, sua instrumentalidade, sua base ética, técnica, operativa e política. A leitura do real viesada traz consequências desastrosas “para o trabalho profissional, a exemplo das respostas profissionais

– mesmo de maneira escamoteada – conservadoras que são compatíveis com os pensamentos que advogam a inquestionabilidade da sociedade burguesa” (FORTI; GUERRA, 2013, p. 13).

Esse pensamento traz à tona a opinião de Netto (1996) sobre o perfil de assistente social que queremos assegurar, ou seja, se deseja um técnico treinado para intervir no real com eficiência operativa, o que não deixa de ser importante, mas sozinha essa eficiência não abrange a totalidade do que seja a profissão, ou um intelectual que esteja habilitado para agir em uma particular expressão da questão social, mas que compreende o sentido social de sua intervenção e o particular como um dos eixos do conjunto das problemáticas sociais.

É necessário compreender, como nos atenta Iamamoto (2009), que sempre há possibilidades para a ação propositiva de alternativas criadoras, evitando-se, assim, findar em atitudes fatalistas ou mesmo messiânicas. Esta última desconsidera os limites e possibilidades da realidade social.

Para a estudiosa, o desafio é apreender os sujeitos sociais que vivenciam a questão social. De acordo com sua análise, a profissão, nos anos 1980, voltou-se mais para as análises sobre o Estado e menos para a sociedade, mais para as políticas sociais e menos para os sujeitos, suas condições de vida, suas expressões culturais. Atenta que essa dedicação às políticas sociais nos estudos foi essencial, mas, por vezes, resultou em uma secundarização da sociedade civil. Por isso, Iamamoto (2009) afirma que é urgente uma aproximação com as condições de vida e trabalho dos/as usuários/as, a fim de desvendar suas dimensões culturais, sociais e políticas, suas expressões associativas que explicitam seu modo de viver e pensar, suas lutas, enfrentamentos e resistências em relação a desigualdades sociais que vivenciam.

As pesquisas de campo e bibliográfica realizadas para esta dissertação proporcionaram o entendimento de quão necessário é inserir nas análises sociais, nos estudos, nas investigações científica, na formação em serviço social, como em outras áreas, nas pautas de luta dos movimentos sociais e partidos políticos, compreendendo, em uma perspectiva de totalidade, a consubstancialidade entre as categorias classe social, raça/etnia e relações de gênero, que se materializam na contemporaneidade mediadas por exploração, opressão, discriminação, e no caso das mulheres, apropriação. Os/as que almejam outra sociabilidade não podem se furtar de compreender a articulação desses fenômenos.

No caso do serviço social, como foi demonstrado durante a exposição da pesquisa, existem variados motivos para que as relações de gênero transversalizem a formação profissional, e que é mais do que urgente compreender as variadas expressões da questão social na sociedade atual e as formas de enfrentamento.

A investigação junto às assistentes sociais que trabalham na rede de atendimento à

mulher em situação de violência de Fortaleza possibilitou a materialização dos objetivos específicos que guiaram esta pesquisa: a análise das condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais; do posicionamento teórico-prático sobre as relações de gênero e violência contra mulher para as/os profissionais de serviço social; e das competências e atribuições do serviço social na instituição. Isso possibilitou compreender que muitos são os desafios atuais para a profissão, especificamente nas políticas para as mulheres, e que as profissionais entrevistadas vêm enfrentando esses desafios com focos de resistência e buscando oferecer um atendimento de qualidade às usuárias diante do contexto de desmonte das políticas sociais e fortalecimento do Estado neoliberal.

Analisar o fazer profissional do serviço social é compreender que ele se apresenta como trabalho vivido subjetivamente por seus agentes a partir da concepção teórico-ideológica adotada, que norteará a intervenção profissional e sua práxis como sujeito – mas também, como afirma Yazbek (2009), como resultado do processo social, ou seja, possui uma dimensão subjetiva, bem como a objetiva: os determinantes históricos e sociais presentes nas diferentes conjunturas infligem diretamente no trabalho profissional.

O cenário contemporâneo de trabalho para as/os profissionais de serviço social é adverso, seja nas frágeis relações de trabalho por meio das terceirizações e contratos temporários, que não é o caso das duas profissionais entrevistadas, seja nas condições de trabalho. Com o desmonte das políticas sociais setoriais nesse Estado capitalista, as condições de trabalho são degradantes, limitando, por vezes, as ações profissionais. Como as instituições investigadas, com a demanda exorbitante, só possuem uma assistente social cada? Torna-se extremamente complicado intervir de maneira qualificada e para além dos atendimentos individuais, propondo outras ações, como os grupos de mulheres, se mal as profissionais conseguem dar conta do serviço cotidiano e imediato.

Essas ponderações não eximem as profissionais do compromisso com a profissão e com a prestação de um serviço qualificado, tampouco em relação ao domínio que devem ter sobre as especificidades e atribuições privativas do serviço social. Todavia, considerar apenas a responsabilidade individual dos sujeitos reforça uma visão moralizante e culpabilizatória da questão.

A pesquisa proporcionou discutir sobre as dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas da profissão, mostrando as situações complexas dos espaços sócio-ocupacionais investigados, as posturas e escolhas profissionais, a percepção e valores que consubstanciam suas ações. Essas duas dimensões estão intrinsecamente entrelaçadas com a dimensão ético-política, a maneira que compreendo os fenômenos, as expressões da questão social, de como

atendo a/o usuário/a e quais questões elenco no atendimento como centrais estão totalmente interligadas com os valores éticos. Ao compreender a teoria que possibilita o desvendamento do real e as respostas práticas dadas às demandas postas nesse real, deve-se ponderar sobre as direções éticas e políticas que encampam a ação.

Os desafios são muitos. A direção teórica, política e ética que o serviço social vem defendendo nos últimos anos, por vezes, o coloca “no olho do furacão”, na contracorrente da hegemonia construída pelo neoliberalismo. Por isso, necessitamos continuar resistindo, fortalecendo nossos parâmetros, refletindo e problematizando sobre nosso fazer e formação profissional, tendo como norte a construção de outra sociabilidade sem dominação, exploração, opressão e apropriação de qualquer natureza.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: **Gênero e Práticas Culturais**: desafios históricos e saberes interdisciplinar. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

_____. **Nordestino**: uma invenção do falo: uma história do gênero masculino. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALENCAR, Mônica Maria Torres; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Rev. Katálysis**. Florianópolis v.12 n. 2, jul/dez. 2009.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. Políticas públicas para as mulheres de Fortaleza: efetivando direitos e construindo sonhos. In: ALVES, Maria Elaene Rodrigues; VIANA, Raquel (Orgs.). **Políticas para as mulheres em Fortaleza**: desafios para a igualdade. Fortaleza: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Secretaria Municipal de Assistência Social. Prefeitura Municipal de Fortaleza; São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p. 17-27.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. As configurações do trabalho na sociedade capitalista. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Liana Brito de C. A questão do método em Marx e Lukács: o desafio da reprodução ideal de um processo real. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; FIGUEREIDO, Fábio Fonseca (Orgs.). **Trabalho, sociabilidade e educação**: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). **Políticas públicas para igualdade**: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente. Secretária Executiva da AMB, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, Brasília, CFEMEA, 2011.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, M. L (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Serviço Social e Pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. In: **Temporalis/ Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, ABEPSS, ano IX, n.17, 2009.

_____. **Código de ética do/a assistente social**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BASTOS, Rafael Coelho. Lei Maria da Penha: implicações políticas, jurídicas e sociais. **Dialogo Jurídico**, n. 8, 2009. p. 257-275.

BARBIERI, Teresita de. **Sobre a Categoria Gênero: uma introdução teórico-metodológica**. Recife: S.O.S Corpo, 1993.

BARBOSA, L. A publicação em gênero no serviço social: um estudo de caso da Revista Serviço Social & Sociedade. **Série Anais 60**. Brasília, Letras Livres, 1-9, set. 2008.

BEHRING, Elaine R. **O Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.

BENOIT, Lelita Oliveira. Feminismo, gênero e revolução. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, 2000.

BOITO JR, Armando. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: UNESP, 2007.

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social**. Disponível em: http://locuss.org/joomllocuss/index.php?option=com_docman&task=cat_view&Itemid=36&gid=25&limitstart=20. Acesso em: 1º dez. 2012.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei 11.340/2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 15 dez. 2011a.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 2ª Reimpressão**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política**

Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011b.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011c.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011d.

CASTRO, Mary Garcia. **O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho:** nota sobre impasses teóricos. Salvador: Cadernos do CRH, 1992.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. – 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1998.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil:** crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social.** Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

COSTA, Renata Gomes da. **Prisão e ressignificação da violência:** a punição e o enfrentamento à violência contra mulher. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

_____. MADEIRA, M.Z.D. Trabalho, Práxis e Serviço Social. **Revista Katálysis,** Florianópolis, v. 16, n. 1, jan./jun. 2013.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu,** São Paulo, Unicamp, n. 11, p. 127-140, 1998.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu,** p. 13-30, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: UNESP, 2001.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da penha na justiça:** a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Revista dos

Tribunais, 2007.

FAURY, Mirian Estudando as questões de gênero em serviço social. **Pro-Posições**, v. 14, n. 1, jan./abr. 2003.

FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**, v. 13, n. 1-2, 2008.

FILHO, Roberto Efrem. (Anti) Éticas e dialéticas: algumas atrevidas digressões acerca das normatividades (contra-) hegemônicas. In: MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; AZEVEDO, Mariana; BRASILINO, Jilyane (Org.). **Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas**. Recife: Instituto PAPAI, 2010.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. “Na prática a teoria é outra”. **Serviço Social, temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FURTADO, Luísa Escher. **Passos e espaços: violência conjugal e ingestão de bebida alcoólica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

FROTA, Maria Helena de Paula; SANTOS, Vívian Matias dos. **O femicídio no Ceará: machismo e impunidade**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S; GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

_____. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, 2000.

GRANEMANN, S. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-169, jul/dez. 2009.

GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Coleção Antropologia em Primeira Mão. PPGAS/UFSC, 1998.

_____. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, n. especial, p. 473-484, 1994.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009. p. 342-373.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

INSTITUTO AVON. **Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil,** 2009. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/pesq_ibope_2009.pdf>. Acesso em: 3 maio 2011.

IASI. M. **O Dilema de Hamlet:** o ser e o não ser da consciência. São Paulo: Viramundo, 2002.

_____. Reflexão sobre o processo de consciência. In: **Ensaio sobre consciência e emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KAMEYAMA, Nobuko. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 -1997) In: **Cadernos ABESS,** Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, São Paulo, Cortez, n. 8, nov. 1998.

KATO, Shelma Lombardi de. Lei Maria da Penha: uma lei constitucional para enfrentar a violência doméstica e construir a difícil igualdade de gênero. **Revista Brasileira de Ciências Criminais,** v. 16, n. 71, mar./abr. 2008.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: **Gênero e saúde.** Artes Médicas, 1996.

_____. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** Disponível em: <http://polignu.org/sites/default/files/mulheres/data_curta/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. HIRATA, H. A classe operária tem dois sexos. **Revista de Estudos Feministas,** ano 2, 1º sem. 1994.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos,** CEBRAP, 2010.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação:** contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEITÃO, Juliana Gonçalves. **Lei 11.340/2006. Lei Maria da Penha: a resposta ao clamor silencioso das vítimas da violência doméstica.** Fortaleza: DIN.CE Edições Técnicas, 2009.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens:** trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **Para compreender a ontologia de Lukács.** Ijuí: Unijuí, 2007a.

_____. **Serviço Social e trabalho:** porque o serviço social não é trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007b.

LISBOA, Tereza Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010.

_____; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A intervenção do serviço social junto à questão da violência contra a mulher. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe trabalhadora tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistências. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura; Brasiliense, 1991.

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social:** Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Emancipação.** Ponta Grossa, 2006.

_____. **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana (Manuscritos Econômicos e Filosóficos – 1844). In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Marx e Engels.** São Paulo: Ática, 1989 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **O capital:** crítica da economia política: livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINELLI, M. L. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Serviço Social e Sociedade**, 1993.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRALES, Rosana. **Algumas reflexões sobre gênero e serviço social.** Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, 2010. Disponível em:

<<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/>>. Acesso em: 4 jul. 2012.

_____. Desigualdades de gênero e formação do assistente social. **Revista Alamedas**, Revista Eletrônica do NDPV, n. 1, jan./jun. 2006.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. especial, 2013.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. In: **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, 2000.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 51-66.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 668-696.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**, 2006. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/sumario.htm. Acesso em: 1º dez. 2012.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 1. 2006.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. Fortaleza: EdUECE, 2008.

OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2004.

PINHEIRO, Eliane Aparecida. **Serviço social e violência contra a mulher: questões para o debate**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

QUEIROZ, Fernanda Marques. **Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher**. Mossoró: Edições UERN, 2008.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o Gênero. **Cadernos Pagu**, São Paulo, Unicamp, n. 11, 1998. p. 89-98.

RAQUETE, F. F. et al. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: em busca de diálogo entre saberes no campo da saúde coletiva. **Revista Enferm. Cent. O. Min**, n. 3, p. 463-474, set/dez 2012.

SANTANA, Vânia. A Experiência da Casa do Caminho: a prática de acolhimento das mulheres vítimas de violência em Fortaleza (CE). In: ALESSIO, Nelson Luiz Nouvel; FARAH, Marta Ferreira Santos; FUJIWARA, Luis Mario (Orgs.). **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1999. p. 3-15. Disponível em: <<http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experi%C3%AAncias/1998/5%20-%20casa%20do%20caminho.pdf>> Acesso em: 25 maio 2011.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1999.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Cadernos Pagu**, 2001.

SESC. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados**, 2010. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/mulheresbrasileiras/pesquisa.html>>. Acesso em: 15 maio 2011.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática e instrumentos e técnicas no serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____. Noronha Karine. O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social: uma perspectiva crítica. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n.2, p., 5-22, jul/dez., 1990.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **O método em Marx e o estudo da violência estrutural**. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/O%20Metodo%20em%20Marx.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2011.

SILVA, Uelber B. **Racismo e alienação**: uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SOUZA, Reivan Marinho de. Da coerção ao “envolvimento”: forma “humanizada” de

controle do capital sobre o trabalho na produção flexível. In: **Trabalho, educação e forma humana frente a necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SOUZA, V. B. D. **60 anos d'O Segundo Sexo: A (in)visibilidade de Beauvoir no debate sobre as relações de gênero**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TEIXEIRA, Marlene. Serviço Social Gênero e violência. In: **XVI Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social: La Globalización y su Impacto en el Trabajo Social Hacia el Siglo XXI**. Santiago. Seminário Virtual - Ponências. Costa Rica, v. 1, p. 1-16, 1998.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é Violência contra a Mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

TOLEDO, C. Mulheres: **O gênero nos une, a classe nos divide**. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/juventude/mg/txt/mulgen.html>> Acesso em: 2 fev. 2013.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005 (Coleção Fronteiras da Educação).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Trabalhos científicos: organização, redação e apresentação**. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Fortaleza: EdUECE, 2010.

VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: um balanço crítico-bibliográfico**. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado). Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 126-141.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A DELEGADA

1. Identificação:

- 1.1. Nome:
- 1.2. Sexo: () masculino () feminino
- 1.3. Idade:
- 1.4. Religião:
- 1.5. Formação acadêmica:
- 1.3.1 Instituição:
- 1.6. Ano:
- 1.7. Possui outra formação:
- 1.8. Tempo de profissão:
- 1.9. Cargo na instituição: Delegada
- 1.10. Tempo de trabalho na instituição:
- 1.11. Vínculo empregatício: () concursada () contrato temporário () terceirizada () outro _____
- 1.12. Onde já trabalhou? Quanto tempo?

2. Qual o horário de funcionamento da DDM?

- 2.1. Quais são os profissionais que atuam?
- 2.2. Quais as principais atividades?
- 2.3. Qual a estrutura física da instituição?
- 2.4. De 2006 para cá, é a mesma equipe ou mudou?
- 2.5. As profissionais passam por algum tipo de capacitação?
- 2.6. A senhora mencionou que havia solicitado uma equipe multiprofissional. Qual será a função dela? Por que a necessidade?
- 2.7. O que a senhora espera do serviço social na DDM?
- 2.8. Qual a importância do serviço social para a DDM?
- 2.9. Qual o tipo de competência a assistente social necessita ter para trabalhar na DDM?
- 2.10. Para realizar a denúncia, a mulher precisa obrigatoriamente trazer duas testemunhas?
- 2.11. O que seriam as audiências?
- 2.12. Quais as profissionais que as realizam?
- 2.13. A assistente social realiza a mesma coisa que a outra profissional e a senhora?
- 2.14. Necessita-se que homens e mulheres sejam atendidos no mesmo dia?
- 2.15. Qual o objetivo da mediação de conflito?
- 2.16. Por que convocá-los aqui antes do processo?
- 2.17. Será se não sofrerão represália dos homens depois que saírem daqui?
- 2.18. Com quanto tempo sai a medida protetiva? Qual sua função?
- 2.19. Quando descumprem, como a DDM procede?
- 2.20. A vítima tem de comparecer para realizar a denúncia?
- 2.21. Se um parente/ vizinho quiser denunciar uma violência que presenciou, pode?
- 2.22. Qual a percentagem de reincidências?
- 2.23. Em geral, quantos B.O realizam por dia ou semana?

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS ASSISTENTES SOCIAIS

1. Identificação:

- 1.1. Nome:
- 1.2. Sexo: () masculino () feminino
- 1.3. Idade:
- 1.4. Religião:
- 1.5. Ano de formação acadêmica:
- 1.6. Possui outra formação:
- 1.7. Tempo de profissão:
- 1.8. Cargo na instituição:
- 1.9. Tempo de trabalho na Instituição:
- 1.10. Vínculo empregatício: () concursada () contrato temporário () terceirizada
() outro _____
- 1.11. Onde já trabalhou? Quanto tempo?
- 1.12. Qual o horário de funcionamento do Juizado?
- 1.13. Quais são os profissionais que atuam?
- 1.14. Quais as principais atividades?
- 1.15. Qual a estrutura física da instituição?

1.3.1 Instituição:

2. Sobre violência contra mulher e Lei Maria da Penha

- 2.1. O que entende sobre questão social?
- 2.2. Considera a violência contra a mulher como expressão da questão social? Por quê?
- 2.3. Qual a articulação que faz da questão social e violência contra a mulher?
- 2.4. O que entende por relações de gênero?
- 2.4.1. Considera que haja articulação entre relações de gênero e violência contra a mulher? Quais?
- 2.5. Considera as formas de violência contra a mulher como crime? Por quê?
- 2.6. O que acha da Lei Maria da Penha?
- 2.7. Considera que a Lei enfrenta a violência contra a mulher? Por quê?
- 2.8. O que acha da rede de atendimento à mulher em situação de violência de Fortaleza?
- 2.8.1. Considera a rede integrada e organizada? Por quê?
- 2.8.2. Considera algo que poderia melhorar na rede de atendimento?
- 2.9. Como sua formação acadêmica contribuiu para sua intervenção na área da violência contra mulher?
- 2.10. Considera que a formação acadêmica em serviço social prepara o/a profissional para a intervenção nas múltiplas expressões da questão social contemporânea? Por quê?

3. Sobre a atuação profissional

- 3.1. Quais as demandas para o serviço social na instituição?
- 3.2. Qual o perfil socioeconômico das usuárias atendidas?
- 3.3. Qual o trabalho que realiza na instituição?
- 3.4. Quais os tipos de casos que atende?
- 3.5. Realiza encaminhamentos? Quais?
- 3.6. Faz uso de instrumentais? Quais?
- 3.7. O relatório usado pelo serviço social e psicologia é o mesmo formato, a mesma escrita?
- 3.8. O que entende por instrumentalidade do serviço social?
- 3.9. Como percebe a articulação entre teoria e prática?
- 3.10. Como você definiria o serviço social?
- 3.11. Como se percebe enquanto assistente social?
- 3.12. Você se identifica com a profissão? Por quê?
- 3.13. Possui dificuldades em sua intervenção cotidiana? Quais?
- 3.13.1. Quais as estratégias usadas para ultrapassar essas dificuldades?
- 3.14. Quais são as possibilidades de atuação do serviço social na instituição?
- 3.15. Seu vínculo empregatício condiciona seu fazer profissional de maneira positiva ou negativa? Por quê?
- 3.16. Encontra desafios em sua intervenção? Se sim, quais?
- 3.17. Você considera importante que o/a profissional de serviço social estude cotidianamente?
- 3.18. Consegue fazer isso?
- 3.19. Quais os últimos livros que leu na área do serviço social, gênero e violência?
- 3.20. A instituição oferece algum tipo de capacitação?
- 3.21. Participa dos encontros do serviço social? Qual o último de que participou?
- 3.22. Participa de eventos frequentemente?
- 3.23. A instituição recebe estagiários/as em serviço social?
- 3.24. Qual a importância do serviço social na instituição?
- 3.25. Em sua opinião, existe algo a ser melhorado no serviço social na instituição?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

Estamos com o projeto de pesquisa de mestrado a ser desenvolvido sob o título: “A atuação profissional dos/as assistentes sociais nas instituições que atendem as mulheres em situação de violência no município de Fortaleza-CE”. O projeto objetiva analisar a atuação dos profissionais nessas instituições, buscando: analisar as condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais; investigar como se dá a implementação da Lei Maria da Penha, considerando as especificidades e objetivos dos equipamentos institucionais; analisar o posicionamento teórico-prático sobre as relações de gênero e violência contra mulher para as/os profissionais de serviço social; investigar quais são as competências e atribuições do setor de serviço social e das profissionais. Diante disso, solicitamos sua colaboração com a referida pesquisa, respondendo, através de entrevista, as questões evidenciadas no roteiro de entrevista. A entrevista poderá ser gravada, em comum acordo com o/a senhor/a, a fim de facilitar o processo de análise dos elementos colhidos. Salientamos que sua participação é voluntária e o/a senhor/a poderá a qualquer momento deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo. Comprometemo-nos eticamente com as informações dadas na entrevista e colhidas a partir da observação do trabalho que desenvolve na instituição. Esclarecemos que o compromisso com a ética durante a pesquisa objetiva não causar danos aos envolvidos, primando pelo sigilo da sua identidade e de algumas informações que possam lhe ocasionar algum dano moral, socioeconômico e político. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos, em revistas especializadas e/ou encontros científicos e congressos, sem tornar possível sua identificação. Os resultados da pesquisa devem retornar a referida instituição, podendo contribuir com os serviços prestados por estas e como elemento para se pensar sobre a atuação do serviço social e o enfrentamento a violência contra a mulher.

Todos os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e, ressaltando novamente, terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente através do contato com a pesquisadora Renata Gomes da Costa (85) 8816-5247 e renatagomesdc@yahoo.com.br, ou através do Comitê de Ética (85) 3101-9890.

Este termo está elaborado em duas vias, sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo do pesquisador.

Eu, _____ tendo sido esclarecido (a) a respeito da pesquisa, aceito participar dela.

Fortaleza, _____ de _____ de _____.

Participante

Pesquisador (a)

ANEXOS

ANEXO 1- ESTATÍSTICAS DA DELEGACIA

**ESTATÍSTICA DA DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER
REFERENTE AO PERÍODO DE 2006 A 2012**

ANO	BO'S	IP'S	PRESOS	M.P.U	HOMICÍDIOS
2006	8452	352	76	620	138
2007	10648	1085	362	2550	116
2008	11474	780	493	2760	118
2009	12516	1041	484	3406	163
2010	10580	1341	659	3346	171
2011	10890	1144	629	3801	175
2012	11074	1392	636	3957	197
TOTAL	75 634	7 135	3 339	20 440	1 078


 Bela Regina Gomes Moura
 Delegada de Polícia

Bela Regina Gomes Moura
 Delegada de Polícia Civil-CE
 Matr. 126681-1-3

Planilha1

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL

DPE/DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER FORTALEZA

ESTATÍSTICA GERAL REFERENTE AO ANO DE 2011

OCORRÊNCIAS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
AMEAÇA	396	421	444	418	515	487	444	428	421	425	487	404	5290
LESÃO CORPORAL	184	185	159	168	212	198	212	214	176	189	229	198	2324
DIFAMAÇÃO	21	37	31	26	35	22	30	25	22	27	23	16	315
CRIME CONTRA A FAMÍLIA	2	1	0	2	5	2	2	0	3	5	0	3	25
DESAPARECIMENTO DE PESSOA	0	1	2	0	1	1	3	0	2	0	2	2	14
FURTO DE DOCUMENTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
APROPRIAÇÃO INDEBITA	0	0	2	0	0	1	0	1	3	0	1	0	8
NÃO DELITUOSO	52	44	67	55	84	72	46	72	56	62	62	71	743
ESTUPRO DE VULNERAVEL	0	4	1	2	3	0	1	2	1	0	2	0	16
ESTUPRO	6	6	3	4	0	2	3	2	6	5	4	3	44
INJURIA	45	51	66	59	51	72	68	61	55	49	78	62	717
OUTROS CRIMES CONTRA A LIBERDADE IND	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
OUTROS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	1	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	4
OUTROS CRIMES CONTRA OS COSTUMES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CRIME CONTRA O IDOSO	0	0	0	0	1	6	2	8	3	0	4	3	27
CONTRAÇÃO PENAL	8	9	5	5	8	4	7	10	1	5	8	4	74
CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	35	26	37	21	75	53	50	54	88	108	86	102	735
CALÚNIA	1	1	4	1	4	4	3	2	4	5	5	4	38
CONTRAGIMENTO ILEGAL	3	2	2	5	10	6	3	6	1	3	4	4	49
PERICLITAÇÃO DA VIDA OU SAÚDE	0	0	3	0	0	0	1	1	0	0	0	0	5
VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO	2	4	1	4	3	3	4	2	2	3	2	0	30
DANO	2	7	3	8	6	5	6	1	8	5	6	5	62
PERDA DE DOCUMENTOS/OBJETOS	10	7	9	6	7	1	18	8	9	12	16	12	115

Página 1

Planilha1

TENTATIVA DE HOMICÍDIO	1	0	1	1	0	0	1	1	2	0	4	11	
RAPTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SEQUESTRO E CARCERE PRIVADO	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	3	
TORTURA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ABUSO DE AUTORIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
HOMICÍDIO DOLOSO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
OUTROS CRIMES CONTRA A VIDA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
CRIME DE AÇÃO DE ALIMENTOS	2	0	0	1	2	0	0	0	0	1	0	6	
ROUBO DE DOCUMENTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
OUTROS CRIMES	16	14	8	11	21	8	38	15	7	31	43	21	233
TOTAL	787	821	849	797	1043	950	942	914	870	936	1063	918	10890

PROCEDIMENTOS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
TCO'S INSTAURADOS	0	2	1	3	4	2	0	0	1	0	2	1	16
BO'S DE OUTRAS DELEGACIAS	131	102	133	25	68	175	29	148	52	89	41	85	1078
MULHERES ENC. AO ABRIGO	1	2	1	3	4	3	0	1	4	3	1	2	25
MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	224	323	310	292	369	326	286	393	270	322	306	380	3801
INQUERITOS PORTARIA	40	48	42	47	70	64	37	62	55	49	69	85	668
INQUERITOS FLAGRANTES	49	32	40	42	38	35	45	34	39	40	30	38	462
PROCEDIMENTOS POLICIAIS (FLAGRANTE/ PORTARIA) CANCELADOS NO SIP, COM JUSTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE POLICIAL	1	1	2	1	1	0	1	0	3	0	2	2	14
IP'S REMETIDOS E CONCLUÍDOS DE OUTROS DP'S	9	17	26	8	9	15	10	9	14	11	5	9	142
TOTAL GERAL	455	527	555	421	563	620	408	647	438	514	456	602	6206

FORTALEZA, 11 DE JANEIRO DE 2012

BELA. RENA GOMES MOURA
DELEGADA DE POLÍCIA

Página 2

ANEXO 2- MATERIAL DO GRUPO CELEBRANDO A RESTAURAÇÃO

OS DOZE PASSOS E SEUS FUNDAMENTOS BÍBLICOS

PASSO 1 Admitimos ser impotentes diante de nossos vícios e comportamentos compulsivos e que nossas vidas se tornaram ingovernáveis.
"Pois eu sei que o que é bom não vive em mim, isto é, na minha natureza humana. Porque, ainda que a vontade de fazer o bem esteja em mim, eu não consigo fazê-lo." (Romanos 7:18 BLH)

PASSO 2 Viemos a acreditar que um poder superior a nós poderia restituir nossa sanidade.
"Porque Deus está operando em vocês, ajudando-os a desejar obedecer-lhe, e depois ajudando-os a fazer aquilo que Ele quer." (Filipenses 2:13 BV)

PASSO 3 Decidimos entregar nossas vidas e nossas vontades aos cuidados de Deus.
"Se você confessar com a sua boca que Jesus é Senhor e crer em seu coração que Deus o ressuscitou dentre os mortos, será salvo." (Romanos 10:9 NV)

PASSO 4 Fizemos um minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos.
"Examinemos seriamente o que temos feito e voltemos para o Senhor." (Lamentações 3:40 NTLH)

PASSO 5 Admitimos para Deus, para nós e para outro ser humano a natureza exata dos nossos erros.
"Confessem suas faltas uns aos outros e orem uns pelos outros, a fim de que vocês possam ser curados." (Tiago 5:16 BV)

PASSO 6 Dispusemo-nos inteiramente a deixar que Deus removesse todos esses defeitos de caráter.
"E então, quando vocês sentirem a sua indignidade diante do Senhor, Ele levantará, animará e ajudará vocês." (Tiago 4:10 BV)

PASSO 7 Humildemente pedimos a Deus que removesse todas as nossas imperfeições.
"Mas, se confessarmos os nossos pecados a Deus, Ele cumprirá a Sua promessa e fará o que é correto: Ele perdoará os nossos pecados e nos limpará de toda maldade." (1 João 1:9 NTLH)

PASSO 8 Fizemos uma relação de todas as pessoas a quem prejudicamos e dispusemo-nos a fazer reparações a todas elas.
"Como vocês querem que os outros lhes façam, façam também vocês a eles." (Lucas 6:31 NTLH)

PASSO 9 Fizemos reparações diretas a tais pessoas sempre que possível, exceto quando fazê-lo implicasse prejudicá-las ou a terceiros.
"Não julguem, e vocês não serão julgados. Não condenem, e não serão condenados. Perdoem, e serão perdoados." (Lucas 6:37 NV)


PASSO 10 Continuamos a fazer o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitimos prontamente.
"Portanto, tenham cuidado. Se você está pensando: 'Eu nunca faria uma coisa dessas', que isso lhe sirva de advertência. Porque você também pode cair em pecado." (1 Coríntios 10:12 BV)

PASSO 11 Procuramos, através da oração e da meditação, melhorar o nosso contato consciente com Deus, pedindo apenas para conhecer a Sua vontade para nossas vidas e forças para realizá-la.
"Que a mensagem de Cristo, com toda a sua riqueza, viva no coração de vocês!" (Colossenses 3:16 NTLH)

PASSO 12 Tendo experimentado um despertar espiritual como resultado destes passos, procuramos levar esta mensagem a outros e praticar esses princípios em todos os aspectos da nossa vida.
"Vocês receberam de graça, deem também de graça." (Mateus 10:8 NV)

Para quem quer vencer seus traumas, vícios e maus hábitos.

celebrando restauração




O propósito do Celebrando Restauração da Igreja Batista Central é compartilhar e celebrar o poder restaurador de Deus em nossas vidas através dos 12 Passos e seus fundamentos bíblicos.

Abrimos a possibilidade de vivermos em vitória à medida que aceitamos a graça de Deus para solucionar nossos problemas, trabalhando e aplicando os fundamentos bíblicos às nossas vidas. Passo a passo, dia a dia, iremos nos livrar de nossos comportamentos compulsivos e disfuncionais.

Esta liberdade nos trará paz, serenidade, alegria, e, o mais importante de tudo, um relacionamento pessoal mais forte com Deus e com os outros.

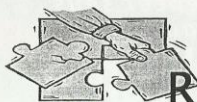
Venha viver esta incrível aventura espiritual!



*Todas as segundas-feiras, 19:30h
Tenda da IBC, Rua do Cruzeiro, 401, Ancuri
(Próximo ao anel viário do Eusébio com BR-116)*

*Todas as sextas-feiras, 19:30h
Rua Osvaldo Cruz, 3401, esquina com Tibúrcio Frota*

3444-3635
cr@ibc.org.br



Folha da RESTAURAÇÃO

E eu tenho certeza de que Deus, que começa a boa obra em vocês, continuará ajudando-os a crescer em sua graça até quando sua tarefa em vocês estiver finalmente terminada naquele dia quando Jesus Cristo voltar." (Filipenses 1:6 BV)

Como tudo começou

Tudo começou, em 1935, nos Estados Unidos, com dois amigos, Bill Wilson e Ebby, que eram alcoólatras. Ebby se tornou evangélico, deixou de beber e resolveu, então, ajudar seu amigo Bill a também vencer o alcoolismo.

Bill se internou numa clínica de reabilitação e depois passou a frequentar um grupo de estudo da Bíblia e oração. Totalmente recuperado, Bill passou a ajudar outros alcoólatras que, por sua vez, também procuravam ajudar outros, formando, assim, diversos grupos, onde os participantes compartilhavam seus problemas, se apoiavam mutuamente, confessavam seus defeitos de caráter, reparavam os danos causados às pessoas e ajudavam outros alcoólatras. Assim, surgiu o AA – Alcoólatras Anônimos. Depois de algum tempo, no mesmo molde, surgiu o NA – Narcóticos Anônimos para dependentes químicos. Hoje, o AA e NA estão espalhados pelo mundo todo. E existem mais de 200 tipos de grupos anônimos que funcionam do mesmo jeito, usando os 12 Passos. Os mais conhecidos: comedores compulsivos anônimos, compradores compulsivos anônimos, jogadores compulsivos anônimos, dependentes de amor e sexo anônimos (DASA).

O passo a passo de recuperação desenvolvido por Bill e Ebby e praticados nos encontros dos grupos de apoio foram organizados e são conhecidos, hoje, como 12 Passos.

Como começou o Celebrando Restauração

O CR teve início em 1990, na igreja de Saddleback, nos Estados Unidos, com John Baker que, devido à sua luta com o alcoolismo, havia frequentado o AA e lá conhecido e vivido seu programa de 12 Passos.

Comparando os 12 Passos do AA e os princípios cristãos de restauração que ele estava aprendendo na igreja, percebia que eles eram verdades ensinadas pela Bíblia.

celebrando  restauração

Então, a pedido do pastor da igreja, desenvolveu o programa Celebrando Restauração, um programa de recuperação centrado nos ensinamentos de Jesus.

Hoje, existem mais de 10.000 igrejas ao redor do mundo, inclusive no Brasil, aplicando o programa do Celebrando Restauração, e mais de 500.000 pessoas que já passaram pelo programa.

Aqui em Fortaleza, iniciou em maio de 2003 e foi o primeiro no Brasil.

Assim, o Celebrando Restauração é um programa de 12 Passos baseado na Bíblia, onde cremos que Jesus é nosso Poder Superior.

O que faz o CR

O CR é um programa de 12 Passos com fundamentação bíblica que tem como objetivo ajudar pessoas a vencer seus vícios, traumas e maus hábitos.

Como funciona o Celebrando Restauração

O programa é semanal e tem duas horas de duração. A primeira hora, chamada de ENCONTRO, é uma reunião para ensino dos 12 passos e testemunhos.

Depois do Encontro, acontecem os GRUPOS DE APOIO. São grupos divididos por áreas de dificuldades, liderados por pessoas que estão vivendo vitória na área abordada pelo grupo, destinados à partilha das lutas e vitórias dos que participam e ao encorajamento e apoio mútuo. São eles:

DEPRESSÃO para mulheres e para homens que querem vencer a depressão.

RAIVA para mulheres e homens que querem aprender a controlar sua raiva.

TRAUMAS EMOCIONAIS para mulheres que buscam alívio de sofrimento emocional ocasionado por traumas e mágoas no seu passado ou nos relacionamentos.

CO-DEPENDENCIA PARA FAMILIARES DE DEPENDENTES QUÍMICOS para familiares de pessoas envolvidas com dependência de drogas ou alcoolismo.

CO-DEPENDENCIA para mulheres e homens que sofrem com a dependência emocional de outra pessoa com quem se relaciona (filho, mãe, marido, etc), que vivem em para agradar o outro, sem viver sua própria vida, se anulando.

ALCOOLISMO para pessoas que buscam libertação da dependência do álcool.

BROGADIÇÃO para as pessoas que buscam recuperação do vício das drogas.

DEPENDENTES DE AMOR E SEXO para mulheres e homens que lutam com vícios sexuais e envolvimento em relacionamentos doentes com pessoas problemáticas.

Onde encontrar o Celebrando Restauração

Segundas, às 19:30, na Igreja Batista Central, na R. do Cruzeiro, 401, na BR 116, próximo do anel viário Eusébio/Maracanaú

Sextas, às 19:30, no Colégio Kerigma, na R. Osvaldo Cruz, 3401 esquina com Tibúrcio Frota (há três quarteirões da Pontes Vieira, descendo em direção ao sertão).

celebrando  restauração

celebrando  restauração



Um programa de ajuda para
pessoas que desejam se libertar
de seus vícios, traumas e maus
hábitos.

Participe dos grupos de ajuda

PARTICIPAÇÃO GRATUITA

Alcoolismo – para quem quer parar de beber.

Drogadição – para quem quer parar de usar drogas.

Problemas emocionais – para quem quer tratar traumas, mágoas, ansiedade, medo, sentimentos de rejeição, baixa autoestima, etc)

Familiares - para familiares de pessoas que usam drogas ou álcool.

Depressão – para quem quer ajuda para vencer esta doença.

Ira: Para pessoas que querem aprender a controlar sua raiva.

Dependência de amor e sexo: para quem quer ajuda para vencer a tendência de se envolver em relacionamentos amorosos que as fazem sofrer.

Toda segunda-feira, às 19:30

Na tenda da Igreja Batista Central
R. do Cruzeiro, 401 – BR116 c/ anel viário

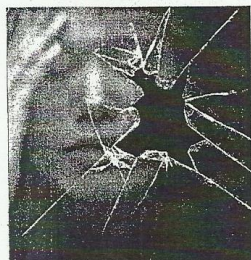
Toda sexta-feira, às 19:30

Colégio Kerigma
R. Osvaldo Cruz, 3401 (esquina c/ Tibúrcio Fota) – Dionísio Torres

Outras informações: 3444-3635

celebrando restauração

Programa de apoio para pessoas que querem vencer seus vícios, traumas e maus hábitos.



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

É uma forma de violência doméstica que é praticada dentro de casa entre pessoas da convivência familiar.

Envolve diversos tipos de maus tratos:

- VIOLÊNCIA FÍSICA. Agressões que afetam a integridade física, a saúde ou a vida da mulher.
- VIOLÊNCIA EMOCIONAL. Ameaçar, ofender, desvalorizar, humilhar, oprimir, perseguir, causar medo, tristeza e infelicidade.
- VIOLÊNCIA SEXUAL. Obrigar a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada.
- VIOLÊNCIA MORAL. Acusar falsamente a mulher de praticar atos que ofendam a honra da mulher.
- VIOLÊNCIA PATRIMONIAL. Reter (prender), roubar ou destruir objetos e dinheiro da mulher.

Como o Celebrando Restauração pode ajudar você

O programa possui grupos de apoio para mulheres que lutam com transtornos e traumas emocionais, depressão e dependência emocional de pessoas que as fazem sofrer. A participação nestes grupos é gratuita e não precisa de inscrição. Para maiores informações, ligue para 3444-3635

Todas as segundas, às 19:30, na Tenda da Igreja Batista Central
Rua do Cruzeiro, 401 - Ancuri (BR 116, perto do Anel Viário do Eusébio)

Todas as sextas, às 19:30, no Colégio Kerigma
R. Osvaldo Cruz, 3401 - Dionísio Torres (Esquina com Tibúrcio Frota)

Venham a Mim, todos vocês que estão cansados de carregar as suas pesadas cargas, e Eu lhes darei descanso. Mateus 11:28

O ciclo da violência doméstica

4ª Fase: Escalada e reinício do ciclo

- Depois que o agressor é perdoado pela vítima, começa de novo a fase da irritabilidade, a tensão aumenta e termina a fase de paz.
- Quando a vítima tenta exercer a autonomia recém-conquistada, o agressor sente de novo a perda de controle sobre ela.
- Tem início novas brigas e o ciclo da violência recomeça.

1ª Fase: Acúmulo de tensão

- A irritação do agressor aumenta sem nenhuma razão aparente.
- Ambiente de perigo iminente para a vítima.
- Aumentam as agressões verbais e as discussões por qualquer pretexto.
- Acusar a vítima de ter chegado tarde em casa, ter amantes, não cuidar direito da casa, etc.

3ª Fase: Lua de mel

- Nesta fase há um apaziguamento.
- O agressor se torna amoroso, demonstra arrependimento, pede desculpas, chora, promete mudar.
- Alega motivos para que a vítima desculpe seu comportamento violento: ter tido um dia ruim, ter bebido, usado drogas, que a vítima provocou seu descontrole.
- A vítima acredita na mudança, mas se sente confusa e desorientada.

2ª Fase: Explosão da violência

- O agressor perde o controle e se torna violento.
- Agressões físicas e psicológicas graves.
- O agressor às vezes impede o tratamento médico das agressões.



As fases do Ciclo da Violência repetem-se ao longo de meses ou anos. As fases da tensão e de apaziguamento se tornam cada vez menores e a fase do ataque violento cada vez maior e mais intensa, podendo terminar em homicídio.

A vítima vive numa roda viva de medo, esperança e amor. Medo da violência que sofre; esperança, por acreditar no arrependimento e nas desculpas do agressor; e amor, porque apesar da violência, podem existir momentos bons no relacionamento.

